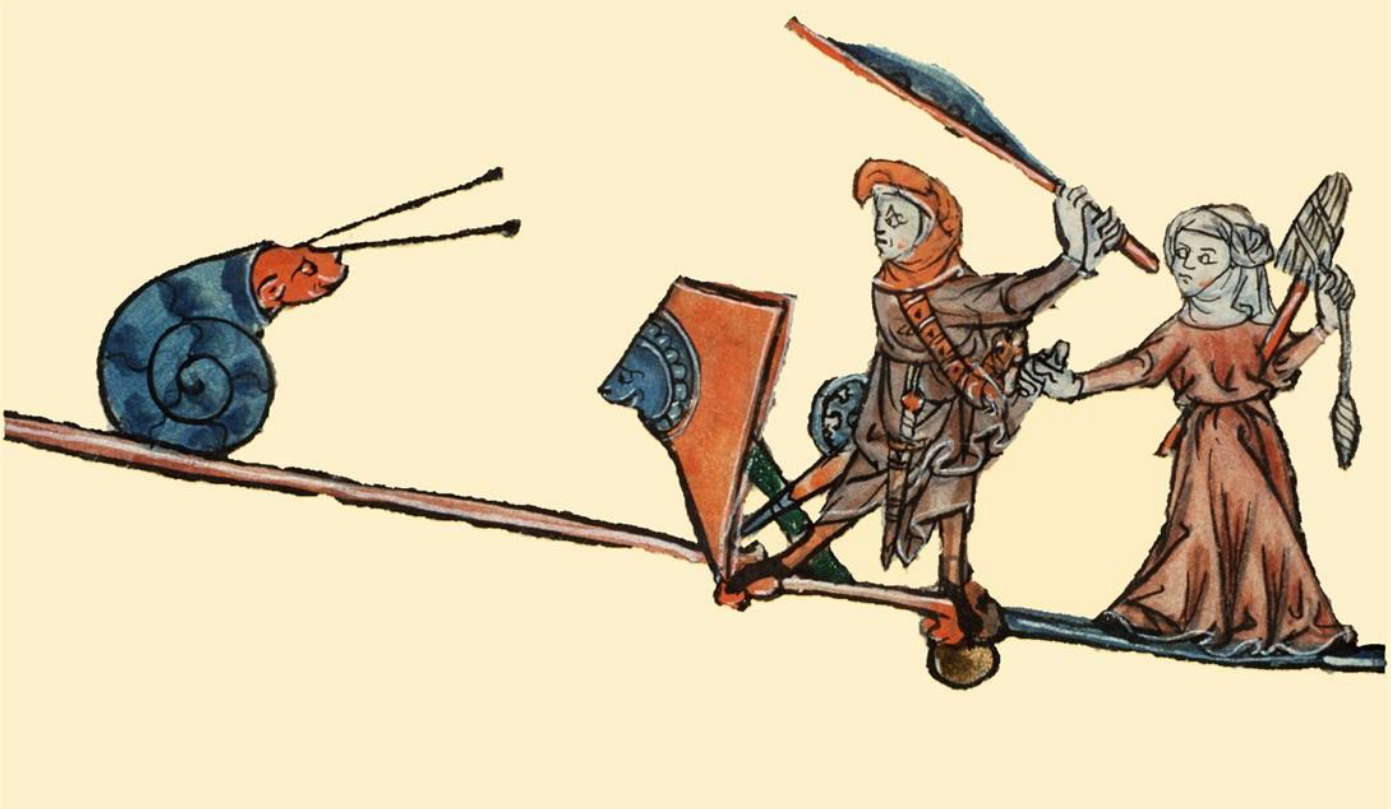
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Guarecer

Revista Electrónica de Estudos Medievais



N.º 6, 2021

Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais

Informação Editorial

ISSN: 2183-9301
Volume 6, 2021
DOI Vol. 6, 2021: 10.21747/21839301/gua6

Direcção
José Carlos Ribeiro Miranda
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Edição e Revisão Editorial
Maria do Rosário Ferreira
Eduarda Rabaçal
Maria Joana Gomes
Mariana Leite
Rafaela Silva
Pedro Monteiro
Bruno Duarte

Capa
Eduarda Rabaçal

Editora
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PUBLICAÇÃO ANUAL ONLINE
DOI: 10.21747/21839301/gua

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.

SMELPS
Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Instituto de Filosofia
UNIVERSIDADE DO PORTO

U.PORTO
Faculdade de Letras
Universidade do Porto

ÍNDICE

Nota editorial 1

DOSSIER

Diana Fontão & Miguel Rodrigues
No rasto das Inquirições I: Introdução 5

ARTIGOS

Diana Fontão
A Lenda da Maldição de Dona Teresa: origens e continuidade 27

José Carlos Ribeiro Miranda
Sobre a primitiva conclusão da versão galego-portuguesa da Crónica de Castela *(A2d)* 43

António Resende de Oliveira
Mulher e cultura nos primórdios da universidade portuguesa 65

Rute Russo
Rei posto, rei deposto: as representações das sucessões e deposições régias nas crónicas de Froissart, Ayala e Fernão Lopes 79

Wenxu Zhou
O romance ibérico da Donzela Guerreira e a Balada de Mulan: *uma leitura comparada* 127

RECENSÕES E APRESENTAÇÃO DE LIVROS

APRESENTAÇÃO DE LIVROS
Filipe Alves Moreira & João Paulo Martins Ferreira, *Livro do Deão (2019-2020)*
Mariana Leite 197

RECENSÕES

Manuel Ramos, *Mimoria de Victoria Christianorum*
Maria do Rosário Ferreira 203

Isabel Correia, *Palmeirim de Ingletrra: Guia de Leitura*
Pedro Monteiro 209

Ângela Correia, *O outro nome de «Don Estevan». Oito sátiras trovadorescas relacionadas com Sancho II de Portugal*
Fernando Nabais 215

Carlos Ayala Martínez, *Rodrigo Ximenez de Rada y la cuestión de Diós*
José Carlos Ribeiro Miranda..... 221

NOTA EDITORIAL[1]

É com alguma satisfação que retomamos algum ritmo na concepção e realização da nossa revista, apenas não totalmente concretizado porque um atraso demasiado amplo assiste à vinda a público do presente número. Diremos que é ainda o tributo pago às atribuladas circunstâncias em que tivemos de trabalhar nos anos recentes, mas que será superado por um novo fôlego que – esperamos – se revelará rapidamente num futuro próximo.

Reiterando um compromisso há muito assumido de dar voz aos investigadores mais jovens, preservando uma linha de continuidade, tanto temática como metodológica, que convoca também os menos jovens, começamos por apresentar um *dossier* realmente inovador sobre um tema cujo passado é extenso e bem conhecido: as Inquirições medievais. A inovação reside não na caracterização dos conteúdos – apesar de tudo, sobejamente conhecidos –, mas sim no projecto global e multifacetado de escrita revelado pelas mais de duas dezenas de volumes que esses actos régios foram acumulando. Uma abordagem que promete e que virá a ser seguida em volumes ulteriores da nossa revista.

Os artigos elencados e dados à estampa agrupam-se num arco cronológico habitual na nossa revista, que se situa nos séculos XII a XV, abordando domínios que vão desde o início da historiografia em língua vulgar em Portugal, até à aclimatação ocidental peninsular da *Crónica de Castela* e, por fim, à escrita suscitada pela crise de 1383-1385. Pelo meio, entrevemos o papel feminino na fundação da Universidade portuguesa, em fins do século XIII e inícios da centúria seguinte, num volume que se diria consagrado à historiografia e a domínios alheios à literatura convencional, não fora uma inovadora abordagem comparatista ocidente/oriente, proposta em torno das «donzelas guerreiras», linha de abordagem que transcende em muito o que é habitual na investigação entre nós.

Alguma parcimónia na abordagem da produção e edição de obras de referência, para a nossa área de estudos, dadas à estampa nos últimos anos – e também nas realizações académicas concretizadas no período coberto pelo actual número da revista –, será certamente compensada nos volumes futuros, a aparecer brevemente.

José Carlos Ribeiro Miranda

[1] https://doi.org/10.21747/21839301/gua6ned

DOSSIER

DOSSIER

Autores:
Diana Fontão
difontao@gmail.com
Miguel Rodrigues
mhmrodrigues@gmail.com

Título:
No rasto das Inquirições I: Introdução

Resumo:

As Inquirições Gerais são um tema de grande relevância para o estudo da história política, social e económica em Portugal. Realizadas entre 1220 e 1343, ao longo dos reinados de Afonso II, Afonso III, Dinis e Afonso IV, tiveram propósitos diferentes consoante o rei que as ordenou. Foi sobretudo através desse processo de averiguação régia que ganhou corpo, de forma contundente, uma política executada a partir de um poder central, encetada precocemente na primeira metade do século XIII, e depois recuperada em força a partir de meados do mesmo século, tendo sido uma ferramenta importante para essa mesma política. Os resultados das Inquirições foram copiados, organizados e arquivados em códices, dos quais sobrevivem atualmente vinte e quatro. Estes manuscritos encontram-se entre os mais relevantes artefactos escritos na Idade Média portuguesa. Os livros de inquirições representam não só cópias da documentação original, mas foram também recompilados, reorganizados e mesmo alterados, contendo, desta forma, marcas de diversas refundições e de uma utilização sistemática ao longo dos séculos.

Palavras-chave: livros de inquirições; história política; história social; crítica textual; codicologia

Abstract:

The Inquirições Gerais are a theme of great relevance for the study of political, social and economic history in Portugal. Conducted between 1220 and 1343, during the reigns of Afonso II, Afonso III, Dinis and Afonso IV, these registries had different purposes with each king. It was mostly through this process of royal inquiry that, in a decisive way, a governmental policy executed from a centralized power was built, which began in the first half of the 13th-century, and that was later heavily recovered halfway through the same century, having been an important tool for the same policy. The results of the *Inquirições* were copied, organized and archived in *codexes*, of which twenty-four still exist today. These manuscripts are among the most relevant written artefacts from the Portuguese Middle Ages. The *livros de inquirições* represent not only copies of the original documents but were also recompiled, reorganized and even altered, containing marks of the many recastings and of systematic use through the centuries.

Keywords: books of inquiries; political history; social history; textual criticism; codicology

Plano

O contexto das primeiras Inquirições

Os testemunhos das Inquirições

As edições das *Inquirições Gerais*

Estudos: possíveis abordagens

Conclusão

Como citar este artigo:
Diana Fontão & Miguel Rodrigues, «No rasto das Inquirições I: Introdução», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 6, 2021, pp. 5-23.
DOI: https://doi.org/10.21747/21839301/gua6dos

NO RASTO DAS INQUIRIÇÕES (I): INTRODUÇÃO

Miguel Rodrigues
Universidade do Porto
SMELPS/IF/FCT

Diana Fontão
Universidade do Porto
SMELPS/IF

Segundo o testemunho do Professor Sottomayor-Pizarro, «as Inquirições Gerais promovidas pela Coroa ao longo dos séculos XIII e XIV constituem um caso singular, verdadeiramente excecional, pode-se afirmar, no conjunto das fontes disponíveis para o estudo da História Medieval portuguesa»[2]. Devido a esta singularidade, as Inquirições Gerais têm sido utilizadas pelos historiadores como fonte para a elaboração de estudos em diversas áreas temáticas[3]. Uma abordagem completa do contexto social, económico e político no Portugal medieval, sobretudo nos séculos XIII e XIV, não pode dispensar os extensos registos que constituíram as Inquirições, nem tampouco esquecer o contexto da sua realização, organização e conteúdo enquanto documentos históricos[4].

Tendo como principal objetivo o rastreamento territorial, com propósitos distintos consoante o ano ou o reinado em que o inquérito decorreu, as Inquirições acabaram, indiretamente, por se revelar um verdadeiro retrato do território português nos anos e lugares em que aqueles procedimentos foram efetuados, sendo, assim, um testemunho fundamental para o estudo histórico. De facto, «para os séculos XIII-XIV, poucas fontes poderão ombrear com as Inquirições Gerais em termos evolutivos e comparativos ao longo de uma cronologia tão alargada, sobre um mesmo território»[5].

As Inquirições podem ser classificadas como uma memória escrita, de caráter patrimonial e jurídico-administrativo, ligada aos grupos sociais privilegiados. Julgamos que o artigo de Mattoso, Krus e Andrade, consagrado ao tema, resume muito bem as condições em que foi preservada essa memória:

[2] Sottomayor-Pizarro, 2013, p. 285.

[3] Entre os quais se encontram, citando apenas alguns exemplos: Mattoso, 1981, pp. 341-349; Coelho, 1990; Mattoso, Krus e Andrade, 1993; Maurício, 1997; Gonçalves, 2012; Saraiva, 2015; Rodrigues, 2018; Sottomayor-Pizarro, 2021.

[4] Destacam-se aqui Mattoso, Krus e Bettencourt, 1982, pp. 17-74; Krus, 2011; Barcelos, 2013; Sottomayor-Pizarro, 2013; Andrade e Fontes (ed.) 2015.

[5] Sottomayor-Pizarro, 2013, p. 285.

> «Uma memória interessada, ligada ao poder e obcecada pela administração pela enumeração de bens e riquezas do grupo terratenente, a partir da qual teremos de esclarecer o quotidiano medieval da maioria da população. Uma maioria agrupada em (…) aldeias, comunidades rurais, sem memória escrita, por vezes, indiferente às complicadas questões patrimoniais em que se envolviam os senhores da terra, as quais abundam na documentação disponível, em contraste com o silêncio que demonstram face às formas da sociabilidade aldeã, e mesmo aos protestos feitos pelos camponeses contras as violências senhoriais.» (Mattoso, Krus e Andrade, 1986, p. 176).

A cronologia situada entre os reinados de Afonso II[6] (r.1211-1223) a Afonso IV (r.1325-1357) representa um período histórico repleto de pequenas e grandes convulsões sociopolíticas no território português, testemunhando simultaneamente o predomínio da corte régia de Portugal num progressivo processo de construção de um poder central assente numa burocracia de crescente eficácia.

O contexto das primeiras Inquirições

É necessário, antes de mais, fazer notar que as Inquirições serão, talvez, o primeiro testemunho de um território que se compunha de diferentes partes que eram agora submetidas a uma mesma inquirição, um mesmo discurso interrogativo sobre o seu passado. Segundo Iria Gonçalves:

> «o primeiro objetivo destes inquéritos era realizar o inventário de todos os interesses que o rei detinha em cada lugar inquirido, revestissem eles a forma de propriedades, rendas, direitos, padroados de igrejas. Deste modo, a informação chegou-nos condicionada por aqueles interesses e sempre na sua esteira» (Gonçalves, 2012, p. 13).

Podemos também dizer que terá sido uma das primeiras manifestações de uma política governativa executada a partir de um poder central, de acordo com a visão precoce de Afonso II, e depois de Afonso III e Dinis[7].

Esta política centralizadora, que definia um polo privilegiado na hierarquização dos poderes – o rei e a sua corte –, contrariavam, assim, os cargos regionais, ou "tenências", que desaparecem precisamente durante o reinado de Dinis[8].

[6] A centralização do poder patrocinada pelo rei já havia sido, em certa medida, iniciada no reinado anterior. A diferença residiu no facto de Afonso II ter tornado a medida um objetivo predominante no seu reinado. Cf. Antunes, Oliveira e Monteiro, 1984. p. 47.

[7] Sottomayor-Pizarro (ed.) 2012-15, voll. I e II, pp. IX-XLII e VII-XXXIII.

[8] Mais precisamente em 1287. Cf. Ventura, 1992, vol. I, p. 108.

As Inquirições de Afonso II não são, no entanto, as primeiras patrocinadas pelos governantes portugueses: já Teresa e, posteriormente, Sancho I, tinham ordenado Inquirições, apesar de sempre a uma escala regional ou local[9].

Afonso II foi o primeiro a ordenar Inquirições Gerais. Com o objetivo de verificar as usurpações cometidas à revelia da coroa[10], estas inquirições, começadas em agosto de 1220, deveriam inquirir sobre os reguengos, direitos e padroados que eram propriedade da coroa. O seu registo foi dividido simplesmente em quatro parâmetros: Reguengos, Foros e Dádivas, Padroados e Bens das Ordens[11]. Promulgadas na sequência da nova legislação de 1211 e assentes na política de reforço do poder do monarca, as Inquirições, precoces no cenário peninsular e mesmo europeu[12], tinham por propósito o levantamento e a defesa do património régio[13].

O sucessor, Sancho II, tentou seguir o pai nesta política de afirmação do poder régio, tendo também promulgado, embora de natureza mais particular, as Inquirições de 1227-28 e 1235[14], com um objetivo provavelmente semelhante.

Mais importantes são as Inquirições do irmão de Sancho, Afonso III. Este monarca ascendera ao trono de Portugal no seguimento de uma ausência prolongada de cerca de vinte anos, no condado de Bolonha (Boulogne-sur-Mer, no norte do território francês), onde governara como senhor feudal em estreita e permanente ligação com a corte régia. Realizadas entre 1258 e 1259, as designadas Inquirições de 1258 constituem um dos primeiros recursos que se caracterizam pela sua amplitude, sendo divididas em cinco alçadas:

> «D. Afonso III delegou em cinco alçadas, constituídas por laicos e eclesiásticos, o conhecimento desses bens e direitos através de uma minuciosa inquirição, conduzida povoação a povoação e onde seriam ouvidos o juiz, o pároco e alguns dos fregueses mais idóneos. Os milhares de depoimentos recolhidos foram

[9] Em 1127, Teresa inquiriu sobre as honras de Viseu e os seus termos (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 1, n.º 15); em 1201, Sancho I inquiriu na vila de Leiria e seus termos e da Lezíria da Toureira (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 1, n.º 3) e em 1210 na vila de Sezulfe e respetiva igreja (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 19, mç. 5, n.º 3).

[10] Barros, 1950, vol. 2, pp. 341-468.

[11] Assim se encontram divididas nos manuscritos na Torre do Tombo aos quais temos acesso. Cf. Gomes, 2012, p. 150.

[12] Esta empresa inquiridora não é nova em contexto europeu. Sobre as Inquirições levadas a cabo em Inglaterra durante o reinado de Guilherme I, cf. Keats-Rohan, 2015, pp. 29-45. Para as Inquirições levadas a cabo pelo imperador Frederico II (primo por afinidade de Afonso II de Portugal por via aragonesa), cf. Kantorowicz, 1965, pp. 112-13. Relativamente às Inquirições realizadas na Provença nos séculos XIII e XIV, cf. Pécout, 2015, pp. 47-78

[13] Vilar, 2015, pp. 81-82.

[14] As primeiras destinavam-se ao reguengo de Randulfo, em Leiria (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 1, n.º 14), e as segundas aos bens do mosteiro galego de Santa Maria de Oia em Alfândega da Fé (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 1, mç. 6, n.º 21). Tinham um caráter meramente local. Cf. Gomes, 2015, p. 99.

> passados a escrito pelo escrivão que acompanhava cada alçada e organizados de acordo com as cinco regiões envolvidas: Entre Cávado e Minho; Entre Douro e Ave; Entre Cávado e Ave; Entre Douro e Tâmega, terras de Barroso, Chaves e Bragança; e, finalmente, Seia, Gouveia, bispados de Lamego e Viseu.» (Ventura e Oliveira, 2012, p. 187).

As primeiras Inquirições ordenadas por Dinis em 1284 foram, na verdade, de pequena escala, tendo abrangido apenas «alguns julgados entre Douro e Vouga», mais especificamente «quatro julgados situados a sul do Douro e na margem norte do rio Vouga»[15]. No entanto, o objetivo era semelhante ao das Inquirições anteriores e, posteriormente, ao das de 1343: «apurar a distribuição da propriedade, para todo o tipo de proprietários, nas freguesias inquiridas», eventualmente desvelando «um conjunto muito significativo de potenciais situações de usurpação senhorial»[16].

O mesmo não se pode dizer das Inquirições seguintes, de 1288, cuja dimensão terá alcançado o rio Tejo[17]. Estas foram ordenadas com um propósito mais específico que as anteriores, que foi mantido até às Inquirições de 1307-11: o apuramento exaustivo das usurpações senhoriais.

De facto, denunciados estes abusos, os aristocratas ficavam desacreditados no exercício das suas competências e, em consequência, o seu poder ver-se-ia decisivamente reduzido. Desta forma, o monarca poderia fazer depender os nobres da autoridade régia. A Coroa deveria ser a única capaz de regular os poderes da aristocracia e de patrocinar a expansão ou impor a restrição dos domínios aristocráticos.

Um outro mecanismo que definia uma prática de exercício do poder era corte itinerante:

> «Falar da corte régia no período medieval significa, em primeiro lugar, falar de um meio em constante movimento. Num tempo em que as deslocações eram difíceis e morosas e em que os órgãos de governo local eram incipientes, o rei governava deslocando-se pelo território com a sua cúria.» (Ventura e Oliveira, 2012, p. 184).

A prática era generalizada e característica de espaços sociais com dificuldades de comunicação e burocracias de poder ainda muito rudimentares. A corte aproximava-se das várias regiões do seu reino deslocando-se até elas, o que lhe permitia aproximar-se das comunidades locais e atender às suas necessidades de uma forma mais particular, estreitando assim os laços entre cada região e a figura do governante. Contudo, um monarca centralizador teria, inevitavelmente, de estabelecer uma capital fixa, o que

[15] Sottomayor-Pizarro, 2013, p. 285.

[16] *Ibidem*, p. 284.

[17] Sottomayor-Pizarro ed., 2012-15, voll. I e II, pp. IX-XLII e VII-XXXIII.

acabou por acontecer por volta da segunda metade do século XIV[18], embora a prática itinerante dos monarcas ainda permanecesse em pleno século XVI[19].

Os testemunhos das Inquirições

Os testemunhos das Inquirições que chegaram até nós apresentam diversos formatos, apesar de, na sua maioria, consistirem em códices. Se, em 1905, Pedro A. D'Azevedo e António Baião mencionavam «24 volumes e um maço»[20], um estudo anterior, de 1815, liderado por João Pedro Ribeiro[21], expande a matéria das Inquirições desde Teresa até João I, ou seja, desde as Inquirições a respeito das honras de Viseu e o seu termo[22] até ao Tombo da Comarca da Beira[23]. A este volumoso acervo juntam-se ainda os cinco volumes mandados copiar por Manuel I na chamada Leitura Nova[24]. Este último empreendimento deixou marcas nos 24 códices das Inquirições Gerais de Afonso II a Afonso IV[25], que se fazem notar no acréscimo de índices, nas encadernações e nas diversas anotações assinadas por Pedro Álvares da Grã e Gabriel Gil.

O mais antigo destes códices é o Livro 5 de Dinis, concluído em 1289[26], e no qual foram copiadas as Inquirições de Afonso II. No entanto, nenhum dos 24 volumes foi produzido enquanto registo direto da inquirição vigente, sendo antes compilações de inquirições distintas e outra documentação (o Livro 2 de Afonso III, por exemplo, contém também emprazamentos, diligências e provisões régias). Para além disso, as Inquirições registadas em cada manuscrito não correspondem diretamente ao rei com o qual está identificado (ao exemplo anteriormente mencionado, podemos acrescentar o do Livro 2 de Dinis, que contém inquirições do tempo do seu pai).

Alguns dos registos originais podem encontrar-se ainda nas gavetas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo[27]. No entanto, a maioria conserva nos códices das Inquirições Gerais o seu testemunho mais antigo. Para além disso, algumas das matérias

[18] Haveria, pelo menos, um arquivo fixo da Coroa por volta de 1378. Cf. Ribeiro, 2003, p. 1401.

[19] Serrão (ed.) 1963-71, vol. I.

[20] Azevedo e Baião, 1905, p. 34.

[21] Ribeiro, 1815. Este estudo, levado a cabo pela aula de Diplomática de 1814/15, é tradicionalmente referenciado como sendo de João Pedro Ribeiro, que lecionava a disciplina, e cujo nome não se encontra presente na edição. No livro, são os alunos que são designados como autores. Manteremos, no entanto, o uso habitual de atribuição a João Pedro Ribeiro.

[22] Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 1, n.º 15.

[23] Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo 292.

[24] Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova.

[25] Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições Gerais.

[26] Gomes, 2012, p. 154.

[27] Por exemplo, de acordo com Ribeiro, 1815, p. 106, o original do Livro 7 de Dinis encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo com a cota: Gavetas, Gav. 8, mç. 5, n.º 12.

encontram-se repetidas em vários livros, tanto aumentadas como encurtadas[28]. Saúl Gomes chamou já a atenção para o facto de que estes livros serem testemunhos de si mesmos, devendo ser analisados «na sua realidade documental e arquivística de composições textuais codicológico-diplomáticas»[29].

A maioria destes livros foram compostos e copiados durante o reinado de Dinis, entre finais da década de 1280 e 1300[30]. Contudo, a sua utilização e cópia prolongou-se durante os reinados seguintes. O *colofon* do Livro 6 de Afonso III[31] aponta como data de conclusão o ano de 1331 e acrescenta que a cópia se realizou a mando de Afonso IV. Já o Livro 1 de Dinis pode ter sido copiado no reinado de João I ou no de Afonso V[32], enquanto o Livro 4 de Afonso III é seguramente do reinado do Mestre de Avis[33].

Desta forma, a identificação destes códices enquanto três livros de Afonso II, nove de Afonso III, dez de Dinis e dois de Afonso IV é artificial e chama a atenção para a necessidade da realização de um estudo especializado, dedicado ao arquivo dos mesmos e que abranja tanto a sua produção como a sua atual conservação[34]. O pouco que conhecemos acerca do assunto foi-nos transmitido pelos próprios arquivistas, que anotaram as alterações que se fizeram tanto no arquivo como na numeração dos fólios iniciais dos livros. Quanto à sua conservação, num fólio inicial não numerado do Livro 3 de Afonso II, adicionado em 1555, encontra-se uma inscrição que indica: «Eu, Damiam de Goes, mandey de nouo encadernar todollos liuros velhos que na dicta torre achei posto que pellos guardas mores meus antecessores e outras pessoas ficassem notados, decrarados, e auidos por escusados e inutiles»[35].

A indicação de Damião de Góis remete para o trabalho executado durante a *Leitura Nova*, coleção de manuscritos na qual foi compilada, reorganizada e copiada muita da documentação medieval portuguesa, incluindo as *Inquirições Gerais*. Apesar de ser através deste trabalho que subsistem vários documentos que, de outra forma, se encontrariam desaparecidos[36], a sua intervenção deixou marcas nos documentos

[28] Segundo Gomes, 2012, p. 157 o Livro 1 de Afonso II copia e amplia o Livro 5 de Dinis, entre outros exemplos possíveis.

[29] *Ibidem*, p. 153.

[30] *Ibidem*.

[31] Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 6, f. 116v.

[32] Ribeiro, 1815, p. 80.

[33] Uma vez que contém, nos primeiros fólios, a *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, cujo proémio data de 1429 e à qual se segue a cópia de documentos relativos às comunidades muçulmanas em Portugal, autenticada por Afonso Peres, escrivão da Torre do Tombo entre, pelo menos, 1428-35.

[34] Partindo da lista mandada por copiar por João de Souza Coutinho (cf. Ribeiro, 2003: 1409) e do breve capítulo de Azevedo e Baião, 1905, pp. 30-36, dedicado à história da conservação das inquirições e das chancelarias.

[35] Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso II, liv. 3, f. s/n.

[36] Sottomayor-Pizarro (ed.) 2012-15, pp. IX-XLII e VII-XXXIII. Nas notas introdutórias faz várias referências a documentos encontrados apenas na Leitura Nova.

copiados, como se pode observar nos manuscritos das *Inquirições Gerais*, nos quais «emergem diversas anotações quinhentistas que demonstram o quanto os manuscritos medievos deste género documental sofreram pela aplicação, por parte de oficiais ao serviço da Leitura Nova»[37]. Estas anotações refletem o trabalho de revisão e cópia realizado por alguns dos responsáveis pela *Leitura Nova*, como é o caso de Pedro Álvares da Grã e de Gabriel Gil, referido várias vezes como «Senhor Licenciado»[38].

As edições das *Inquirições Gerais*

Trezentos anos depois desta iniciativa, surge um novo interesse na disponibilização de documentos antigos. Em 1815, foi publicada a obra *Memórias para a História das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal*, de João Pedro Ribeiro, em conjunto com os estudantes da aula de Diplomática. Este estudo é ainda uma das mais completas e exaustivas obras dedicadas às Inquirições. Os autores não só facultaram vasta informação quanto à composição dos livros – bem como de outros materiais das gavetas da Torre do Tombo que consideram matéria das Inquirições –, como também relacionaram o seu conteúdo, listando, num anexo final a que chamaram «Additamentos e retoques», as inquirições contidas em cada fólio[39]. Foi ainda com esta obra que se deu início à edição das Inquirições, uma vez que os autores transcreveram em anexo 48 documentos, tanto dos Livros de Inquirições, como da documentação em gavetas[40].

Em 1888, começaram a ser publicados pela Academia das Ciências os primeiros fascículos das Inquirições Gerais, que então faziam parte de uma grande iniciativa daquela instituição que, desde 1856, publicava duas séries relativas a documentação portuguesa, ambas sob direção de Alexandre Herculano. A primeira, *Leges et Consuetudines*, centrava-se em textos legais e jurídicos, enquanto a segunda, *Scriptores*, se dedicava a textos de âmbito narrativo[41]. Entre 1867 e 1873, foi publicada a terceira série, *Diplomata et Cartae*, contendo a documentação régia e particular datada entre o século VIII e 1100, não tendo, após 1873, qualquer iniciativa continuadora posterior àquele corte cronológico.

Falecido em 1877, Herculano não testemunhou o esforço de João Pedro da Costa Basto que, concretizando o que aquele talvez já idealizara, expandiu a iniciativa da Academia das Ciências com uma quarta série, designada *Inquisitiones*, dedicada à edição

[37] Gomes, 2012, p. 158.

[38] Para mais detalhes no que diz respeito à responsabilidade e alterações de Pedro Álvares da Grã e de Gabriel Gil cf. Gomes, 2012, pp. 159-61, bem como Ribeiro, 1815, onde são anotadas todas as «verbas» que ainda se podem ler nos códices das Inquirições Gerais.

[39] Ribeiro, 1815, *Additamentos e Retoques*, pp. 11-24

[40] Ribeiro, 1815, *Documentos*, pp. 1-136.

[41] Basto *et al.* (ed.) 1888-1977, vol. I, partes I e II *cit. In* Sottomayor-Pizarro (ed.) 2012-15, voll. I e II, IX-X; Sottomayor-Pizarro, 2013, p. 277.

das Inquirições Gerais medievais portuguesas[42]. Vários fascículos foram sendo publicados entre 1888 − os primeiros correspondiam às Inquirições de 1220 − e 1897.

Nesta edição das Inquirições foram utilizados critérios nem sempre claros, sobretudo no que diz respeito ao livro a utilizar para a transcrição. Não olvidemos que, por exemplo, existem atualmente três livros respeitantes às mesmas Inquirições de 1220 – nenhum deles primitivo –, sendo um deles o já referido Livro 5 de Dinis[43].

Já a edição das Inquirições de 1258 retomou a designação de «alçada» utilizada por Afonso III. Contudo, a sua organização é distinta da que o monarca delineou: a primeira alçada trata a área que separa os rios Minho e Cávado; a segunda, os rios Ave e Douro. Nestes casos, a ordem seguida é, de facto, a de Afonso III. No entanto, a ordem altera-se a nas alçadas seguintes: na edição, a terceira alçada abrange toda a área entre Seia, Gouveia e os Bispados de Viseu e Lamego até ao rio Douro (correspondente à quinta alçada de Afonso III); a quarta inclui os territórios entre os rios Douro e Tâmega, e ainda a região de Bragança e os seus termos (parte da quarta alçada original de Afonso III); e, por fim, a quinta alçada abarca os rios Cávado e Ave, e ainda as Terras de Barroso e Chaves (isto é, parte da quarta e toda a terceira alçada original de Afonso III).

Nesta edição, a terceira alçada foi a que mais tempo levou a publicar, passando por diferentes mãos ao longo de quase vinte anos: Sousa Monteiro, em 1917, publicou a primeira parte, seguido de Anselmo Braamcamp Freire e Pedro de Azevedo, para se concluir em 1936 com António Baião.

As restantes alçadas foram publicadas em bloco, mas também por autores distintos: em 1961, Possidónio Coelho editou a quarta alçada e em 1977, no centenário da morte de Alexandre Herculano, saiu a quinta e última alçada, publicada por Rui Pinto de Azevedo.

Após mais de quarenta anos, a Academia das Ciências retomou por fim a publicação de novas Inquirições. Em 2007, após a publicação de múltiplos estudos dedicados a Dinis, à sua corte e às Inquirições[44], Sottomayor-Pizarro deu início à edição crítica das Inquirições Gerais de 1284, as primeiras realizadas por aquele monarca. Seguiram-se, entre 2012 e 2015, as edições das Inquirições Gerais de 1288 e das Sentenças de 1290[45].

Estudos: possíveis abordagens

Se, como temos vindo a refletir, muitos estudos já realizados têm explorado as possibilidades que as Inquirições abrem quanto ao conhecimento histórico do Portugal medieval, o estudo dos livros nos quais os textos se encontram registados está ainda na

[42] Basto *et al.* (ed.), 1888-1977.

[43] Este último seria mesmo uma cópia, datada de 1289, daquelas Inquirições. Cf. Gomes, 2012, p. 154.

[44] Mencionamos, entre outras possíveis referências, Sottomayor-Pizarro, 1990; 1997; 2005; 2013.

[45] Sottomayor-Pizarro (ed.) 2012-15.

sua fase inicial. Tal como mencionámos na secção anterior, o estudo destes livros teve início antes da edição dos *Portugaliae Monumenta Historica*, com a publicação de *Memórias para a História das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal*[46], que se mantém um dos exemplos mais completos do estudo dos códices das Inquirições em si mesmos.

Os historiadores, que cedo entenderam o potencial destes textos enquanto fonte documental, mantêm atualmente a preocupação com a sua edição, de forma a poderem conhecer e aceder a esta complexa rede de registos. Têm também demonstrado que a riqueza destes textos permite a concretização de estudos históricos inovadores.

No entanto, o estudo destes livros mediante a perspetiva da crítica textual, que permitirá entender a transmissão das matérias nos livros de Inquirições, está ainda por realizar. No artigo anteriormente citado de Saul Gomes intitulado «Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo»[47], o autor levanta questões cuja pertinência e relevância perduram. De facto, falta ainda entender como se transmitiram os textos entre os códices das inquirições e quais os parâmetros utilizados nas cópias, bem como os objetivos subjacentes à sua realização. O texto das inquirições de Afonso II encontra-se tanto nos Livros 1 e 2 de Afonso II como no Livro 5 de Dinis e sabemos quais os critérios que, durante a edição dos *Portugaliae Monumenta Historica*, levaram a adotar o Livro 1 enquanto manuscrito base da edição: «a versão "*Livro I das Inquirições*" apresenta-se como mais completa, mais organizada, menos confusa e menos lacunar do que a da versão preservada no manuscrito subscrito pela mão do tabelião Pedro Domingues»[48]. Este argumento não é suficiente, porém, para explicar a relação textual entre o manuscrito do Livro 1 de Afonso II com o Livro 5 de Dinis[49], nem com o Livro 2 de Afonso II que contém as mesmas matérias[50]. Assim, seria necessário um estudo que apurasse as relações entre as matérias copiadas procurando encontrar a sequência da transmissão, e quais as variantes introduzidas entre manuscritos; e, ainda, que questionasse os objetivos com que as mesmas se efetuaram.

A relação entre manuscritos torna-se ainda mais complexa quando nos deparamos com cadernos distribuídos por livros distintos, alguns inclusivamente atribuídos às Inquirições de outro reinado. A título de exemplo, é possível identificar que os fólios 40-

[46] Ribeiro, 1815.

[47] Gomes, 2012, pp. 147-163.

[48] Gomes, 2012, pp. 154-155.

[49] Acerca da relação entre estes livros, cf. Gomes, 2012, pp. 154-158, onde o autor conclui que «só um exame mais minucioso nos permitirá ter mais certezas quanto à consideração da questão da origem e tradição textual dos atos utilizados pelo mencionado tabelião vimaranense, em 1289». Acrescentaríamos ainda que apenas o levantamento de todos os testemunhos disponíveis destes textos e a sua comparação permitirá identificar e hierarquizar as relações textuais entre eles.

[50] E menos ainda explicaria as múltiplas relações entre todos estes códices, onde as matérias são copiadas, traduzidas, resumidas e reorganizadas em manuscritos distintos.

51 do Livro 9 de Dinis pertencem ao Livro 3 de Afonso III. Um estudo codicológico permitiria analisar rigorosamente a ordem pela qual os cadernos se organizariam originalmente e os materiais utilizados na sua produção, aumentando desta forma o conhecimento que temos do funcionamento das chancelarias régias medievais portuguesas quanto à escrita de códices e à forma como estes eram utilizados na preservação documental.

Além disso, um estudo paleográfico permitiria ampliar o conhecimento relativo à datação dos manuscritos. Tendo em conta que estes livros foram produzidos num ambiente de proximidade às cortes régias ao longo dos séculos finais do período medieval português, tal estudo contribuiria para o conhecimento que já possuímos acerca da evolução da escrita em Portugal. As metodologias da Diplomática seriam também fundamentais, nomeadamente na análise dos sinais de tabeliães que se encontram nos manuscritos – tanto originais, como copiados – e para a análise da relação entre estes e os documentos originais das Inquirições que ainda perduram.

O processo de cópia das Inquirições implicou, em certos casos, o recurso à tradução. Na margem esquerda do fólio 24v do Livro 6 de Afonso III encontra-se uma menção à tradução do texto original em latim para «linguagem». Este manuscrito, que, como já mencionámos, foi redigido no reinado de Afonso IV, contém o texto da quarta alçada das Inquirições de 1258. A mesma matéria encontra-se, ainda em latim, no Livro 8 de Afonso III e no Livro 2 de Dinis. Será possível, a partir dos registos contidos nestes manuscritos, estudar o processo da transição da escrita em latim para o português, não só no caso acima mencionado da tradução direta de texto, mas, sobretudo, através do estudo da evolução escrita da língua ao longo dos vários testemunhos.

Conclusão

Pretendemos, através da publicação deste *dossier*, chamar a atenção para algumas das questões que subsistem relativamente ao estudo *dos Livros das Inquirições Gerais* de Afonso II a Afonso IV, bem como para possibilidades de estudo que permanecem em aberto e que serão certamente mais vastas do que as por nós mencionadas.

Através desta breve introdução, demos a conhecer alguns pontos que têm sido fundamentais para a investigação que temos vindo a desenvolver acerca dos Livros de Inquirições, com os quais ambos mantemos relações distintas. A demanda que aqui começamos em conjunto bifurcar-se-á mediante as nossas próprias abordagens do presente objeto de estudo. Desta forma, propomo-nos, nos artigos que darão seguimento a esta investigação, analisar os *Livros das Inquirições* em duas vertentes: a dimensão material e o conteúdo. Como tal, estamos a desenvolver o estudo codicológico dos 24 volumes que compõem o fundo das Inquirições Gerais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Através desse trabalho, procuraremos descrever e comparar os códices, centrando a atenção em particular na organização e distribuição

dos cadernos, a par das características da escrita e decoração, assim como na listagem e contextualização das abundantes anotações contidas nos seus fólios. Estudaremos também o conteúdo dos livros, tendo em conta a relação entre os registos e dando particular atenção aos que têm mais de um testemunho, de modo a poder identificar a sua transmissão escrita e o objetivo das variantes introduzidas, não só em cada cópia, mas também nos próprios códices, nos quais os textos foram reorganizados. Pensamos, deste modo, poder dar um passo qualitativo em frente no conhecimento de tão importantes testemunhos da cultura escrita medieval em Portugal.

Referências Bibliográficas

Manuscritos:

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo 292, Tombo da Comarca da Beira. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162485

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso II, liv. 1. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182576

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso II, liv. 2. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182567

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso II, liv. 3. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182577

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 1. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182578

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 2. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182563

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 3. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182579

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 4. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182580

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 5. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182581

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 6. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182582

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 7. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182583

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 8. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182564

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 9. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182584

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 1. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182566

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 2. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182574

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 3. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182573

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 4. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182575

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 5. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182568

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 6. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182569

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 7. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182565

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 8. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182570

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 9. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182571

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 10. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182572

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182585

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 2. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182586

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 1, mç. 6, n.º 21, Inquirição tirada sobre os bens que o Mosteiro de Santa Maria de Oya de Galiza possuía em Portugal. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=5988947

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 1, n.º 3, Inquirição a respeito da Vila de Azambuja e seus termos e da lezíria da Toureira. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4644133

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 1, n.º 14, Carta a respeito de uma inquirição pela qual se provara que o reguengo que estava no palácio Randufe, era pertença real. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4616922

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 1, n.º 15, Inquirições a respeito das honras de Viseu e seu termo. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4659834

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 5, n.º 12, Inquirição que se tirou por ordem régia a respeito das honras em Santa Cruz de Riba Tâmega, freguesia de São João de Louredo, São Martinho de Recezinhos e de Santa Ovaia de Constantim. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4662701

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 19, mç. 5, n.º 3, Inquirição e sentença referente à Vila de Sezulfe e à igreja de São João da mesma vila 1210. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7785104

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova. URL: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223191

Estudos

Andrade, Amélia Aguiar e João Luís Fontes (eds., 2015), *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes (séculos XII-XIV) – Tributo a Luís Krus*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais.

Antunes, José; António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro (1984), «Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão: Estado da Questão», *História das Ideias*, vol. 6, pp. 25-160.

Azevedo, Pedro A. e António Baião (1905), *O Archivo da Torre do Tombo: sua historia, corpos que o compõem e organisação,* Lisboa, Imprensa Commercial.

Barcelos, Hugo (2013), *Os julgados de Lanhoso, São João de Rei e Vieira em meados do século XIII – Os testemunhos das Inquirições de 1258*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de mestrado).

Barros, Henrique Gama (1950), *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

Basto, João Pedro da Costa Alexandre *et al.* (ed., 1888-1977), *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usqu ad Quintundecimum: Inquisitiones* (Fascículos III a IX), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977. URL: http://purl.pt/12270.

Coelho, Maria Helena da Cruz (1990), *Homens, Espaços e Poderes: séculos XI-XVI*, Lisboa, Livros Horizonte.

Gomes, Saúl António (2012), «Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Centro de História da Sociedade e da Cultura, vol. 12, pp. 147-63.

Gomes, Saúl António (2015), «As Inquirições régias ducentistas entre o Vale do Douro e o Mondego: Contextos e datações», *in* Amélia Aguiar Andrade e João Luís Fontes (eds.), *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, pp. 99-114.

Gonçalves, Iria (2012), *Por Terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III*, Porto, CITCEM/Edições Afrontamento.

Kantorowicz, Ernst (1965), *Frederick the Second*, 2ª ed., London, Constable and Co., Ltd..

Keats-Rohan, Katherine S. B. (2015), «The English Case: the production of the Domesday Book from the Domesday Inquest»*, in* Amélia Aguiar Andrade e João Luís Fontes (eds.), *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, pp. 29-45.

Krus, Luís (2011), «Escrita e Poder: as inquirições de Afonso III», *Construção do Passado Medieval*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, pp. 41-58.

Mattoso, José (1981), *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e o poder*, Lisboa, Editorial Estampa.

Mattoso, José; Luís Krus e Olga Bettencourt (1982), «As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza – o julgado de Aguiar de Sousa», *Revista de História Económica e Social*, 9, pp. 17-74.

Mattoso, José; Luís Krus e Amélia Aguiar Andrade (1986), «Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias», *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos* (Separata), pp. 171-243.

Mattoso, José; Luís Krus e Amélia Aguiar Andrade (1993), *A Terra de Santa Maria no século XIII: problemas e documentos*, Santa Maria da Feira, Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira.

Maurício, Maria Fernanda (1997), *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*, Lisboa, Colibri.

Pécout, Thierry (2015), «Indagatio diligens et solers inquisitios. *L'ênquête princière, dominiale et de réformation: France actuelle, Provence angevine, XIII^{e}-XIV^{e} siècles*», *in* Amélia Aguiar Andrade e João Luís Fontes (eds.), *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, pp. 47-78.

Ribeiro, Fernanda (2003), «Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?», *in* Luís Adão da Fonseca; Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos (coord.), *Os Reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 1401-1414.

Ribeiro, João Pedro (1815), *Memorias para a Historia das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal*, Lisboa, Impressão Régia.

Rodrigues, Miguel Hugo Marques (2018), *Família e património fundiário: o exemplo dos de Baião nos séculos XII e XIII*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de mestrado).

Saraiva, Liliana (2015), *Património e Proprietários no Julgado de Penafiel de Sousa, no século XIII, segundo as Inquirições Régias*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de mestrado).

Serrão, Joaquim Veríssimo (ed., 1963-1971), *Itinerários de el-rei D. Sebastião (1568-1578)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História. URL: https://archive.org/details/dli.ernet.447860/page/n1/mode/2up

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (1990), «A Nobreza do julgado de Braga nas Inquirições do reinado de D. Dinis», *Congresso Internacional IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga : actas* (Memorabilia christiana), Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia de Braga.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (1997), *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 voll, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna (Dissertação de doutoramento).

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (2005), *D. Dinis*, Mem Martins, Círculo de Leitores.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (ed., 2012-2015), *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usqu ad Quintundecimum: Inquisitiones - Inquisições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*, Nova Série, vol. IV, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (2013), «As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV) Fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica - Breves apontamentos», *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, XII, pp. 275-292.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (2021), «Organização do Território e Fiscalidade Régia em Portugal: as Origens (sécs. XII-XIV)», *Edad Media. Revista de Historia*, 22, pp. 55-76.

Ventura, Leontina (2012), *A nobreza de corte de Afonso III*, Coimbra, Universidade de Coimbra (Dissertação de doutoramento).

Ventura, Leontina/Oliveira, António Resende de (2012), «Os Livros do Rei: administração e cultura no tempo de D. Afonso III», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXV, pp.181-194.

Vilar, Hermínia Vasconcelos (2015), «As Inquirições no contexto do reinado de Afonso II», *in* Amélia Aguiar Andrade e João Luís Fontes (eds.), *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, pp. 81-98.

ARTIGOS

Autor:
Diana Fontão
difontao@gmail.com

Título:
A Lenda da Maldição de Dona Teresa: Origens e Continuidade

Resumo:

A lenda da maldição de Dona Teresa é um episódio historiográfico cuja mais antiga versão conhecida surge na *Primeira Crónica Portuguesa*. Esta versão e as que lhe dão continuidade na cronística ibérica até à *Crónica de Portugal de 1419* serão, neste artigo, analisadas e comparadas. De seguida, será também estudado o relato do desastre de Badajoz, cuja repercussão levou à criação da lenda da maldição de Dona Teresa.

Palavras-chave: Afonso Henriques; desastre de Badajoz; Dona Teresa; historiografia ibérica.

Abstract:

The legend of Dona Teresa's curse is a historiographical episode whose earliest known version appears in the *Primeira Crónica Portuguesa*. This version and those that continue it in Iberian chronicles up to the *Crónica de Portugal de 1419* will be analyzed and compared in this article. Following that, the account of the Badajoz disaster, whose repercussions led to the creation of the legend of the curse of Dona Teresa, will also be studied.

Keywords: Afonso Henriques; Badajoz disaster; Dona Teresa; Iberian historiography.

Plano:

A lenda da maldição de Dona Teresa na *Primeira Crónica Portuguesa*
A continuidade da lenda
As origens da lenda: o desastre de Badajoz antes da *Primeira Crónica Portuguesa*
Conclusões

Como citar este artigo:

*Diana Fontão, «*A Lenda da Maldição de Dona Teresa: origens e continuidade», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais,* nº6, 2021, pp. 27-41.
DOI: https://doi.org/10.21747/21839301/gua6a1

A LENDA DA MALDIÇÃO DE DONA TERESA: ORIGENS E CONTINUIDADE

Diana Fontão
SMELPS-IF/FCT

Teresa de Leão e Castela nasceu por volta de 1079 e faleceu provavelmente a 1 de novembro

[1] de 1130 no exílio na Galiza. Era filha de Afonso VI, rei de Leão e Castela, e de Ximena Moniz. Apesar da dificuldade em estabelecer uma biografia desta personagem histórica[2], as narrativas historiográficas em volta da sua personalidade, tanto coevas como posteriores, são múltiplas[3].

Um episódio em particular conhecerá uma vasta continuidade em Portugal ao longo da Idade Média: a lenda relativa à sua prisão após a batalha de São Mamede (1128). A relevância histórica dada a esta batalha levou a que o seu relato fosse conhecendo alterações com algum impacto em aspetos de imagem e memória de Teresa[4]. Para além disso, a associação da sua figura histórica ao aspeto lendário do episódio em que amaldiçoa o filho será uma constante ao longo da literatura medieval portuguesa. No presente artigo, analisar-se-á a lenda da maldição que Teresa lança sobre Afonso Henriques, a sua continuidade e reformulação na historiografia portuguesa, e, por fim, serão ainda abordadas algumas possibilidades quanto à sua origem associada aos relatos medievais do desastre de Badajoz.

A Lenda da Maldição de Dona Teresa na *Primeira Crónica Portuguesa*

Apesar de se saber que, após a derrota em São Mamede, Teresa se exilou na Galiza, onde viria a falecer poucos anos depois, pouco se sabe acerca da sua vida ao longos destes

[1] Sobre as possibilidades interpretativas relativas a esta data, será publicado um artigo de Maria do Rosário Ferreira, 2023, no prelo, cuja leitura me foi facultada pela autora, a quem deixo aqui o meu agradecimento por esta e muitas outras cortesias.

[2] Amaral e Barroca, 2020, p. 9.

[3] Sobre os estudos que mencionam a imagem de Teresa na historiografia medieval portuguesa, ver, entre outras possibilidades: Dias, 2004, pp.123-140; Branco e Dias, 2005, pp. 335-347; Ferreira, 2009, pp. 13-26; *Ibidem*, 2010, pp. 201-214; *Ibidem*, 2011a, pp. 55-70; *Ibidem*, 2011b; *Ibidem*, 2011c, pp. 229-253; *Ibidem*, 2014a; *Ibidem*, 2016; *Ibidem*, 2023, no prelo; Lopes, 2013, pp. 87-97.

[4] Ver Mattoso, 1992, pp. 11-35; *Ibidem*, 2007, pp. 18-21; *Ibidem*, 2009, pp. 455-460. Sobre as diferenças relativamente aos projetos governativos de Teresa e Afonso Henriques, ver Oliveira 2007, pp. 17-37.

anos[5]. Tal vazio narrativo viria a ser ocupado, na historiografia medieval posterior à batalha, por uma narrativa de conteúdo lendário que teria como objetivo legitimar a tomada do poder por parte de Afonso Henriques[6]. Um dos momentos dessa narrativa consiste na lenda de que Teresa foi presa pelo filho, tendo-lhe lançado uma maldição que se viria a concretizar no desastre de Badajoz.

Escrita provavelmente antes de 1270[7], a *Primeira Crónica Portuguesa* narra os reinados dos primeiros cinco reis de Portugal, abordando em maior detalhe o reinado de Afonso Henriques. Neste texto, após a morte do conde Henrique em Leão, o filho regressa a Portugal e encontra o primeiro obstáculo à sua governação do território, prevista pelo discurso feito pelo pai antes de falecer. A mãe está casada com o conde Fernão Peres de Trava e em controlo do território: «foi-se elle pera Purtugal e nom achou hu se colher ca toda a terra se lhe levantou co a madre»[8].

O novo marido de Teresa, que é descrito como «em aquella sazom o milhor homem d'Espanha que rey nom fosse»[9], surge como uma força determinante do conflito, sugerindo que o destino da terra deveria ser decidido através de uma só batalha, evitando, assim, que o conflito se expandisse pela totalidade do território, como as tomadas de castelos por ambos os partidos pareciam já ameaçar. Contudo, à revelia do filho, Teresa propõe uma alternativa aos termos acordados, que definiam que o derrotado seria exilado do território portucalense, sugerindo a prisão do filho: «conde, vosco quero entrar na aaz, e averedes que fazer pollo meu amor. E todavia prendede Afomso Enrriquez, meu filho, ca milhor poder teendes ca ele»[10].

Teresa e Fernão Peres de Trava são derrotados e subsequentemente aprisionados. Enquanto Fernão, temendo ser morto, aceita a vitória de Afonso Henriques e é-lhe permitido o exílio previamente concordado, Teresa não partilha desse destino. Continuará cativa e é posta em ferros[11]. Então, pronuncia a maldição que cairá sobre o seu filho:

> «Afomso Anrriquiz, meu filho, prendestes-me, e metestes-me em ferros, e deserdastes-me da terra que me leixou meu padre, e quitastes-me do marido. Rogo a Deus que presso

[5] Amaral e Barroca, 2020, pp. 231-233.

[6] Moreira, 2008, pp. 30-36. Não me refiro aqui à totalidade dos episódios narrativos contidos na *Primeira Crónica Portuguesa*, que criam uma imagem ambígua de Afonso Henriques − cf. Ferreira, 2011a, pp. 55-70 −, mas apenas ao episódio relativo à batalha de São Mamede e ao conflito entre este rei a sua mãe.

[7] Bautista, 2011.

[8] Moreira (ed.), 2008, p. 127.

[9] *Ibidem.*

[10] *Ibidem*, p. 128.

[11] Sobre as relações textuais que esta passagem partilha com a historiografia ibérica, ver Miranda e Oliveira, 2010, pp. 320-321.

> sejades asi como eu sõo. E porque me metestes nos pees ferras, quebrantadas sejam as tas pernas com ferros. E mande Deus que se conpra esto»[12].

Afonso Henriques não libertará a mãe, fazendo-se acompanhar por ela nas suas conquistas seguintes. As tentativas de libertação de Teresa estarão na origem dos conflitos centrais aos episódios subsequentes da *Primeira Crónica Portuguesa*, nos quais Afonso Henriques enfrenta o seu primo Afonso VII, rei de Leão e Castela, e, posteriormente, o Papa.

O primeiro episódio surge imediatamente após a prisão, quando: «ela emviou-se logo querelar ao emperador de Castela que era seu sobrinho que lhe acorresse e que a sacasse de prissom e que houvesse todo Portugal por seu»[13]. Vencido o primo, Afonso Henriques entrará em conflito com o Papa, que «mandou-lhe dizer pollo bispo de Coinbra que sacasse sa madre de prissom, e senom que o escumungaria»[14]. No primeiro episódio, é Teresa quem intervém diretamente e origina o conflito, ao informar Afonso VII da sua prisão e ao oferecer-lhe o governo do território. Contudo, a atuação da mãe não é tão evidente no segundo, sendo apenas mencionado que é o bispo de Coimbra quem informa o Papa da sua prisão.

Após mais uma vitória de Afonso Henriques, a participação de Teresa na narrativa extingue-se, não sendo acrescentada nenhuma informação sobre o que lhe aconteceu. Não é dito se morreu ainda prisioneira ou se foi, entretanto, libertada[15]. Ou seja, não há uma conclusão para o trajeto de Teresa enquanto personagem. Ainda assim, a sua maldição é concretizada. As suas palavras são recuperadas no final da narrativa dedicada ao reinado do seu filho, quando é dito que «pollo mall e pollo pecado que fez a sua madre em prende-lla quebrou-lhe huũa perna em Badalhouce»[16]. A mãe, porém, não parece estar presente para assistir ou reagir a este acontecimento. Nesse momento, que fecha a narrativa de Afonso Henriques, encerra-se também a de Teresa. A maldição, para o cumprimento da qual Teresa invocara a intercessão divina, «E mande Deus que se conpra esto», sobrevive ao conflito entre ambos, ao período de cativeiro de Teresa e, provavelmente, à sua morte.

A maldição será uma das componentes da caracterização da imagem de Teresa que terá continuidade na historiografia medieval. Essa imagem, que se compõe também de outros elementos, contribui para diferentes leituras relativamente à sua legitimação enquanto

---

[12] Moreira (ed.), 2008, p. 129.

[13] *Ibidem*.

[14] *Ibidem,* p. 130.

[15] Não é aqui relevante a data historicamente atribuída à morte de Teresa, mencionada na introdução. Sendo a *Primeira Crónica* Portuguesa uma criação literária que ficciona a sua prisão após ser derrotada em São Mamede, também as condições, data e local da sua morte, caso fossem mencionadas no texto, poderiam ser divergentes das que hoje conhecemos e passíveis de interpretação à luz da imagem que dela é criada na crónica.

[16] *Ibidem*, p. 135.

governante[17]. Ainda assim, o episódio da maldição será destacado, sendo associado a Teresa ao longo de toda a Idade Média, como veremos de seguida.

A continuidade da lenda

Todas as versões da lenda da maldição de Teresa começam de forma semelhante à *Primeira Crónica Portuguesa*, com o regresso de Afonso Henriques a Portugal após a morte do pai, encontrando a terra sob domínio da mãe. A batalha e os termos em que esta se realiza, com mãe e filho defendendo a sua respetiva legitimidade, é igualmente similar em todas as versões. Teresa é sempre derrotada e presa, reagindo com a maldição que lança sobre o filho. Após esse episódio, é sempre ela quem causa os conflitos entre Afonso Henriques e Afonso VII e, posteriormente, entre o primeiro e o Papa e é, por fim, é devido à maldição por ela formulada que ele cai em Badajoz[18].

Contudo, todas as versões têm as suas particularidades. Na *Versão Crítica da Estória de España*, redigida no *scriptorium* de Afonso X, encontra-se uma informação que não se repete em nenhuma das restantes versões da lenda. Neste caso, é mencionado que foi Teresa quem incentivou o marido, o conde Henrique, a doar as cidades aos seus bispos:

> «Este conde dio las çibdades donde eran las iglesias obispales en donadío a los obispos de esas mesmas çibdades, fueras Coynbria solamente que rretouo para sy. E esto fizo él por rruego de su muger, dona Theresa, que era ya llamada rreyna porque era fija del rrey don Alfonso»[19].

Já a análise da sua imagem no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* é mais complexa. Teresa é mencionada em dois momentos distintos: na estória de Afonso Henriques, inserida o Título VII[20], dedicado aos descendentes de Dom Monido[21]; e no Título XIII[22], relativo à linhagem dos Trava, no qual é mencionado que, após a morte do conde Henrique, Teresa

[17] Sobre a construção que é feita da legitimação de Teresa na historiografia medieval portuguesa, que percorre um caminho paralelo à do conde Henrique, ver Dias, 2019, pp. 184-194; Miranda, no prelo.

[18] Com exceção para o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, no qual a estória de Afonso Henriques não é narrada na totalidade, e, como tal, não inclui o episódio com o Papa nem o episódio de Badajoz. Considero, no entanto, que o seu corte não implicaria uma alteração da conclusão do texto.

[19] *Versão Crítica da Estória de España*. O acesso a este texto realizou-se através de Moreira (ed.), 2008, pp. 105-121.

[20] Mattoso (ed.), 1980, pp. 123-126. Sobre a refundição que o título VII sofreu e que dificulta o acesso ao texto tal como o terá redigido Pedro de Barcelos, ver Ferreira, 2019, pp. 115-117 e 235-237; Miranda, 2019, pp. 785-787; Ferreira, J.P., 2021.

[21] Sobre a figura de Conde Monido enquanto figura fundacional, tal como se encontra nos testemunhos atualmente conhecidos do título VII do *Livro de Linhagens*, ver Dias, 2019, pp. 194-205.

[22] Mattoso (ed.), 1980, pp. 175-176.

casou com os dois irmãos Peres de Trava, primeiro com Bermudo e posteriormente com Fernão:

> «Dom Vermuu Pirez foi casado duas vezes: a primeira com a rainha dona Tareija de Portugal, molher que foi do conde dom Hanrique. E este conde dom Fernam Pirez, seu irmão, lhe filhou esta rainha dona Tareija, e casou com ela sem Deus e sem dereito, e por este pecado que fez este conde dom Fernam Pirez, foi exerdado do reino de Portugal, segundo se mostra no titulo VII»[23].

A causa da complexidade advém do formato incompleto[24] que a lenda da maldição apresenta no LL, uma vez que a narrativa é interrompida sem que a maldição se concretize em Badajoz. Para além disso, o nome de Teresa surge apenas uma vez: «Afonso Anriquez, que foi filho do conde dom Anrique e da rainha dona Tareija, filha d'el rei dom Afonso, o que filhou Toledo a Mouros»[25]. Após essa menção, Teresa é denominada como «madre» ou «rainha», sem que o seu nome seja referido, tornando-a numa personagem de fundo que ilustra os feitos da vida do seu filho.

Mais extensa na descrição de Teresa é a *Crónica de 1344*, também atribuída ao Conde D. Pedro de Barcelos. Este texto aborda a filiação de Teresa, referindo é filha de Afonso VI e de «Symena Muniz»[26]. Também o casamento com Henrique, os termos em que este recebeu o condado e a sua intitulação como rainha são explicados em maior detalhe. Estas particularidades implicam uma grande diferença na imagem de Teresa no que diz respeito à sua legitimidade governativa[27], mas não quanto à maldição.

Nesta crónica, a narrativa da lenda da maldição apresenta algumas particularidades. Ao casamento com Fernão Peres de Trava após a morte do conde Henrique, é acrescentado o casamento anterior com Bermudo Peres de Trava, já mencionado no *Livro de Linhagens*, que agora é associado à estória de Afonso Henriques e, como tal, à lenda da maldição de Teresa. Já os termos em que a maldição é enunciada são semelhantes aos que se encontravam nas versões anteriores. Contudo, é-lhe acrescentada a frase: «*E* esto se conpryo despois, segũdo *vos a estoria devisará em seu logar*»[28], acrescento que advém provavelmente do volume da obra, uma vez que a maldição só se poderá concretizar após a narração de diversos e distintos

[23] *Ibidem*, p. 175.

[24] Ver nota 20 relativamente às refundições que este título VII conheceu, e que poderão ter alterado o formato com o qual Pedro de Barcelos inicialmente o terá registado, podendo, por sua vez, ter também condicionado a narrativa de Teresa.

[25] *Ibidem,* p. 123.

[26] Cintra (ed.), 1951, vol. IV, p. 3.

[27] Sobre este tema, que não será desenvolvido neste estudo, ver Dias, 2019, pp. 184-194 e Miranda, no prelo.

[28] Cintra (ed.), 1951, vol. IV, p. 218.

episódios. Ao compilar matérias de várias fontes, a *Crónica de 1344* não se limitou a copiar a lenda e os episódios posteriores pela mesma ordem em que surgiam na *Primeira Crónica Portuguesa*. Assim, seria necessário suspender a lenda de Teresa até que atingisse a sua conclusão em Badajoz, episódio que era agora contado após a adição de muitos outros relativos a Afonso Henriques, bem como a outras personagens históricas, como Rodrigo Díaz de Vivar, El Cid.

Quando, finalmente, a maldição se cumpre em Badajoz, ocorre também com algumas diferenças. Se nas versões prévias se afirmava que era pelo «mal» e pelo «pecado» que fizera contra a mãe que Afonso Henriques tinha caído, desta vez a queda é justificada apenas pelas palavras de Teresa: «E entom foy comprida a maldiçõ que lhe lançou sua madre quando lhe disse que ferros lhe quebrassem as pernas e preso fosse como ella era»[29].

Contudo, mais uma vez devido à extensão desta crónica, Teresa perde o papel destacadamente opositor a Afonso Henriques. Dado que a figura de Teresa é referida pontualmente, a continuidade da estória de Afonso Henriques, como surgia na *Primeira Crónica Portuguesa*, é abandonada em favor de uma maior abrangência narrativa. Por esse motivo, também Teresa recebe um papel de menor centralidade, não sendo a sua prisão ou maldição que unem todos os acontecimentos. Pelo contrário, e como foi já afirmado, é necessário, após a maldição, anunciar que esta se cumprirá, para que, quando se retomar o tema em Badajoz, exista ainda a lembrança das suas palavras.

Por sua vez, na *Crónica de Portugal de 1419*, provavelmente escrita por Fernão Lopes[30], a lenda de Teresa partilha muitas das características já contidas na *Crónica de 1344*. Uma diferença ocorre, contudo, quando é alterada a enunciação da maldição. Nesta versão, Teresa reforça a sua ligação maternal a Afonso Henriques, lembrando o momento do seu parto:

> «Dom Afonso, filho, prendestes-me e deserdastes-me da terra que me leyxou meu pay e onra, e tirastes-me a meu marido. A Deos peço que preso vos visees e, porque pusestes minhas pernas em ferros, que vos ajudarom a trazer e a cryar com muytas dores em meu vemtre e fora dele, que com ferros sejam as vossas quebradas e a Deos praza que seja asy»[31].

Por outro lado, a sua falta de capacidade maternal é também apontada. Quando Afonso Henriques regressa a Portugal após a morte do pai, é acrescentado que «a madre tam pouquo dele curava»[32]. Para além disso, a forma como comunica com Afonso VII, quando lhe pede que a liberte, ganha novos contornos. É-nos dito no texto que Teresa lhe enviou «recados

[29] *Ibidem*, p. 236.

[30] Moreira, 2010, pp. 239-244.

[31] Calado (ed.), 1998, p. 11.

[32] *Ibidem,* p. 10.

secretos» nos quais afirmava que «Portugal a ele pertemçia per direyto»[33]. Também o conflito entre Afonso Henriques e o Papa apresenta novidades. Esta versão é a primeira em que é explícito que foi Teresa quem faz chegar ao Papa a informação da sua prisão, tendo, desta forma, uma ação direta na disputa que o filho enfrenta. Por fim, é ainda a *Crónica de Portugal de 1419* que, pela primeira vez, dá à lenda aqui abordada a designação de *maldição*. De acordo com este texto, Afonso Henriques cai em Badajoz devido ao «que lhe sua madre dise quando a ele pos em prisão de feros, por praga e maldição»[34].

As origens da lenda: o desastre de Badajoz antes da *Primeira Crónica Portuguesa*

A relação entre o desastre de Badajoz e a lenda da maldição de Teresa tem sido apontada por vários autores. Já na sua introdução à *Crónica de 1344*, Lindley Cintra chamava a atenção para a possível conexão entre estes momentos:

> «Maldição de Dona Teresa no início do relato – episódio puramente lendário; no final o desastre de Badajoz – episódio histórico, interpretado como cumprimento dessa maldição. O episódio lendário inicial deve ter nascido da interpretação dada ao facto histórico final»[35].

Este episódio histórico, que opôs Afonso Henriques ao seu então genro, o rei Fernando II de Leão[36], foi descrito no *Chronicon Lusitano*, o mais antigo relato conhecido[37] desse momento, da seguinte forma: «Accidit infortunium Regis Alfonsi et sui exercitus apud Badalioz ubi captus est a Rege Fernando Legionis genero»[38]. Ainda que a imagem de Afonso Henriques não seja o objeto deste estudo[39], é essencial observar a evolução da memória do desastre de Badajoz e como esta pode ter influenciado a redação da lenda da maldição de Teresa.

Em 1172 teve início a redação da *Vita Rudesindi*, pela mão de Ordonho de Celanova, que relatava a vida de São Rosendo, fundador do mosteiro de Celanova. De acordo com esta obra, para os residentes do mosteiro, a queda de Afonso Henriques em Badajoz significou o final

[33] *Ibidem,* p. 11.

[34] *Ibidem*, p. 62.

[35] Cintra, 1951, vol. I, p. CCCLXIV.

[36] Mattoso, 2007, pp. 303-305.

[37] Apesar de este estudo analisar apenas os relatos literários, é importante mencionar que, de acordo com *Ibidem*, p. 305, em 1170, um notário datava um diploma como sendo do «ano em que o sereníssimo rei Fernando prendeu o rei de Portugal em Badajoz, por meio de uma esplêndida vitória».

[38] Herculano (ed.), 1856, pp.16.

[39] Acerca desse tema, da sua construção e diversas interpretações, ver Cintra, 1989, p. 64-78; Mattoso, 2007, pp. 455-470; Moreira, 2008; Mattoso, 2009, pp. 455-470; Rosa, 2010, pp. 159-175; Ferreira, 2011a, pp. 55-70.

dos ataques do rei português à Galiza, uma vez que, em troca da sua liberdade, devolveu a Fernando II os territórios de que se havia apropriado. A queda de Afonso Henriques ocorreu, assim, por vontade divina e como castigo pelo assédio ao mosteiro de Celanova:

> «Y de este modo aconteció que, a partir del momento em que el rey empezó a danãr al monasterio de Celanova, siempre le fue mal em todo. En efecto, el pueblo llamado Cedofeita, que había conseguido por malas artes, lo perdió aún estando presente, y Dios omnipotente se lo entregó fulminantemente al rey Fernando. Más aún, cuando estaba asediando la cuidad de Badajoz, llegó a ocultas el rey Fernando con ejército em virtud de uma embajada sarracena, y lo hizo prisionero llevándolo lejos de la cuidad, despúes de haberlo herido gravemente, por justo juicio de Dios, com rotura de fémur, y lo retuvo encarcelado casi por dos meses hasta que obtuvo de él todos los pueblos tanto de la Limia como de Toroño que le había ocupado fraudulentemente. Y cuando el rey fue hecho prosionero por primera vez, algunos, según se dice, vieron allí a San Rosendo. El rey, aunque libre de cadenas, quedó inválido de cuerpo hasta el día em que al fín entregó su alma»[40].

Neste relato, Afonso Henriques é acusado de cometer um mal que merece castigo. Esta ideia será recuperada pela *Primeira Crónica Portuguesa*, onde era pelo mal e o pecado cometidos contra a mãe que ocorria a queda em Badajoz. Contudo, nem todos os relatos do desastre de Badajoz justificam a queda. Na *Chronica* de Roger de Hoveden, composta no século XII, não é apresentado nenhum motivo para este acontecimento. Porém, esta versão é emblemática, uma vez que representa a difusão que a narrativa da queda conheceu, chegando a ser incluída, ainda que erradamente localizada em Silves, numa obra de fora da Península Ibérica:

> «Cumque obsedisset civitatem Silviae, et earn usque ad turres civitatis obtinuisset, pagani, qui in turribus erant, composuerunt cum illo, ita quod si ipsi infra sex dies sequentes succursum non haberent, traderent illi omnes turres illas: interim tertia die, data licentia exercitui suo vagandi per provinciam, cum ipse dormiret in tentorio suo tanquam securus, supervenit Ferrandus rex de Sancto Jacobo cum exercitu magno ex una parte, qui etiam filiam ejusdem regis Portugalensis sibi in uxorem duxerat, et Saraceni ex alia parte, in quorum adventu praedictus rex Portugalensis a somno expergefactus aufugit in equo veloci, et cum exiret per portam civitatis, fractum est crus ejus in vecte portae, et cum inde per inimicos suos transiret, insequentes eum per xxv. milliaria, nec tamen eum capientes, ipse et equus suus ceciderunt in puteum altum; quod videntes pastores extraxerunt eum, et tradiderunt eum regi Ferrando de Sancto Jacobo. Qui dedit ei de

[40] Diaz y Diaz (ed.), 1990, pp. 191-193.

> redemptione xxv. oppida, quae ipse super eum adquisierat, et xv. summarios oneratos auro, et xx. dextrarios, et aliis regi assistentibus, ut citius liberaretur, dedit multa»[41].

O episódio reflete-se também na historiografia ibérica. Na primeira metade do século XIII, tanto Lucas de Tui como Rodrigo Jiménez de Rada o incluem nas suas obras. Em ambos os casos, a narrativa é incluída nos feitos de Fernando II, sendo, como tal, recordado enquanto um triunfo deste rei:

> «Set nec ibi quidem se tutum extimans dum per portam effugeret ciuitatis, que pessulo ferreo claudebatur, impegit ad pessulum et crure confracto uix in equo poterat residere; unde et olico fuit captus et regi Fernando satis miserabilis presentatus; quem benigne suscipiens rex Fernandus iuxta se in consessu regio collocauit. Set rex Portugalie grauis discriminis atendens statum, confessus est se regem Fernandum indebite offendisse, et pro satisfactione regum optulit et personam; set rex Fernandus pietate solita mansuetus, suis contentus, regi Portugalie sua remisit. Tunc restituit rex Aldefonsus regi Fernando Limiam at Turonium et cetera que sue fuerant dicionis; et dimissus ad propria est reuersus, nec propter lesionem tibie potuit postea militare officium exercere» (Fernández Valverde, ed., 1987: 245)[42].

O episódio não apresenta muitas diferenças na versão de *Chronicon Mundi* de Lucas de Tui[43]. Ainda assim, é significativo que, de acordo com esse autor, a queda seja justificada como castigo divino, sendo incluído que, após a queda, Afonso Henriques diz a Fernando II: «Domine, inquit, rex, ualde peccaui in Deum et in te, sed ecce totum regnum meum libere trado tibi'»[44]. Convém notar que, nesta versão, é perante Fernando II que Afonso Henriques cometeu a falta de que se deve redimir.

Conclusões

O chamado desastre de Badajoz criou uma imagem incomodamente debilitada de Afonso Henriques. Para além disso, a narrativa conheceu uma vasta continuidade ao longo dos séculos, chegando a ser conhecida fora da Península Ibérica. Esta narrativa insistia ainda na ideia de que o rei tinha cometido um "pecado" que era apenas reparado pela sua incapacidade física e perda de poder governativo. Por essa razão, era necessário que a causa da queda não implicasse uma má decisão do rei, ou melhor, que pudesse ser justificada pela

[41] Stubbs (ed.), 1869, p. 334.

[42] Fernández Valverde (ed.), 1987, 245. De acordo com Cintra, 1951, vol. I, p. CCCLIX, esta versão segue «claramente a narração do bispo de Tui. As inovações são, na sua maioria, simples retoques estilísticos».

[43] Sobre a influência que esta obra tem na escrita da *Primeira Crónica Portuguesa*, ver Miranda, 2009.

[44] Falque (ed.), 2003, p. 319.

sua inexperiência e motivada numa batalha em que defendesse a sua legitimidade governativa.

Assim, foi redigida a lenda da maldição de Teresa. Essa narrativa, associada à batalha de São Mamede, pode ter partido do relato da prisão da sua irmã Urraca, nas torres de León, pelo filho Afonso VII. Este relato, que circulava em Portugal[45], apresenta diversas semelhanças na estrutura dos acontecimentos, inclusivamente no auxílio que os filhos recebem para conseguirem derrotar as respectivas mães. Porém, a lenda de Teresa distingue-se deste relato num ponto crucial: a maldição[46]. Assim, a queda era justificada retrospectivamente, através de um evento passado que se projetava no futuro[47], poupando, de alguma forma, Afonso Henriques à imagem de vergonha causada pelo desastre de Badajoz.

Bibliografia:

Amaral, Luís Carlos e Mário Jorge Barroca (2020), *Teresa: a condessa-rainha*, Lisboa, Temas e Debates.

Bautista, Francisco (2011), «Original, versiones e influencia del *Liber regum*: estudio textual y propuesta de *stemma*», *e-Spania*. [Online], 9, DOI: https://doi.org/10.4000/e-spania.19884 [consultado a 01.03.2021].

Branco, Maria João e Isabel de Barros Dias (2005), «Metamorfoses de Urraca de Castela-Leão e de Teresa de Portugal: construções e desconstruções das imagens de duas rainhas», *in* Armando López Castro e Luzdivina Cuesta Torre (eds.), *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociacíon Hispánica de Literatura Medieval,* vol. 1, León, Universidad de León, pp. 335-347.

Calado, Adelino de Almeida (ed., 1998), *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro.

Calderón Medina, Inés (2019), «El concubinato regio en la definición de la frontera galaico-portuguesa (s. xii-xiii)», in Fernando Arias Guillén e Pascual Martínez Sopena (coord.), *Los espacios del rey: Poder y território en las monarquías hispánicas (siglos xii-xiv)*, Bilbao, Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 275-303.

[45] Sobre o testemunho de Acenheiro que inclui tanto a narrativa de Urraca como a de Teresa, ver Ferreira, 2011a: 64-65; Ferreira, 2011c: 242-246; Moreira, 2011: 289-321. Sobre a relação entre a crónica descrita por Acenheiro e a *Primeira Crónica Portuguesa*, ver Miranda, 2010.

[46] Sendo conhecido ainda outro caso de uma maldição na historiografia medieval, a de Afonso X, acerca da qual ver Martin, 1994.

[47] Esta estratégia narrativa partilha semelhanças com a escrita do episódio da judia de Toledo, cf. Ferreira, 2014b.

Cintra, Luís Filipe Lindley (1989), «A Lenda de Afonso I, Rei de Portugal: origens e evolução», *Revista ICALP*, 16/17, pp. 64-78.

Cintra, Luís Filipe Lindley (ed. 1951), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Maia, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Dias, Isabel de Barros (2004), «Uso pragmático do *topos* da rainha má na segunda redacção da Crónica de 1344», *in* Ana María Costa Toscano e Shelley Godsland (eds.), *Mulheres Más: Percepção e representações da mulher transgressora no mundo Luso-Hispânico*, Porto, Universidade Fernando Pessoa, pp. 123-140.

Dias, Isabel de Barros (2019), «Linhagens Imaginadas e Relatos Fundacionais Desafortunados», *in* Isabella Tomassetti (coord.), *Avatares y Perspectivas del Medievalismo Ibérico*, San Millán de la Cogolla, Cilengua, pp. 181-205.

Diaz y Diaz, Manuel C. (ed., 1990), *Liber de vita et virtutibus Sanctissimi Rudesindi episcopi*, La Coruña, Fundación Barrié de la Maza.

Falque, Emma (ed., 2003), *Lucae Tudensis Chronicon Mundi*, (*Corpus Christianorum, Continuatio Maedievalis* LXXIV), Turnhout, Brepols.

Fernandes, Arnaldo de Almeida (1978), «Guimarães, 24 de Junho de 1128», *Revista de Guimarães,* 88, pp. 5-145.

Fernández Valverde, Juan (ed., 1987), *Historia de Rebus Hispaniae Sive Historia Gothica*, (*Corpus Christianorum, Continuatio Maedievalis* LXXII), Turnhout, Brepols.

Ferreira, João Paulo Martins (2021), «De Rodrigo a Rodrigo: Os testemunhos da conquista das Beiras por Fernando Magno na obra do Conde D. Pedro e a sua relação com as personagens de Rodrigo Dias de Vivar e de Rodrigo Froilaz de Trastâmara », *e-Spania* [Online], 40, DOI : https://doi.org/10.4000/e-spania.42323. [consultado a 01.03.2021].

Ferreira, Maria do Rosário (2009), «La Mère d'Adam: femmes et pouvoir dans l'historiographie hispanique médiévale», *in* Maria do Rosário Ferreira, José Carlos Miranda e Ana Sofia Laranjinha (org.), *Seminário Medieval 2007-2008*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 13-26.

Ferreira, Maria do Rosário (2010), «Urraca e Teresa: o paradigma perdido», *in* Esther Corral Díaz (eds.), *Marsupiis Peregrinorum: Circulación de Textos e Imágenes Alrededor del Camino de Santiago en la Edad Media*. Florença, Edizioni del Galluzo, pp. 201-216.

Ferreira, Maria do Rosário (2011a), «Afonso Henriques: do valor fundacional da desobediência», *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, 34, pp. 55-70.

Ferreira, Maria do Rosário (2011b), «Entre conselho e incesto: a irmã do rei», *e-Spania* [Online], 12, DOI: 10.4000/e-spania.20879. [consultado a 01.03.2021].

Ferreira, Maria do Rosário (2011c), «Urraca of León-Castile and Teresa of Portugal: the Iberian paradigm of feminine power revisited by thirteenth and fourteenth century historiography», *in* Maria do Rosário Ferreira, Ana Sofia Laranjinha e José Carlos Miranda (dir.), *Seminário Medieval 2009-2011*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 229-253.

Ferreira, Maria do Rosário (2014a), «La reine est morte: la succession politique des filles de roi aux XIe et XIIe siècles», *e-Spania* [Online], 17, DOI: 10.4000/e-spania.23433. [consultado a 01.03.2021].

Ferreira, Maria do Rosário (2014b), «Inês de Castro et la juive de Tolède: um cas de réception active chez Fernão Lopes», *e-Spania* [Online], 19, DOI : 10.4000/e-spania.23958. [consultado a 01.03.2021].

Ferreira, Maria do Rosário (2016), «L'action culturelle de la reine Teresa du Portugal», *e-Spania* [Online], 24, DOI : https://doi.org/10.4000/e-spania.25777. [consultado a 01.03.2021].

Ferreira, Maria do Rosário (2019), *Pedro de Barcelos e a Escrita da História*, Porto, Estratégias Criativas.

Ferreira, Maria do Rosário (2023, no prelo), «Teresa de Portugal: uma rainha entre as brumas da memória», *in* Francesco Renzi, Maria Joana Gomes e Luís Carlos Amaral (eds.), *Igrejas, Poderes, Territórios: novas perspectivas sobre a história da igreja (secs. XI-XIV)*, Porto, Edições Afrontamento.

Herculano, Alexandre (ed., 1856), *Portugaliae Monumenta Historica* vol. I *Scriptores*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1856.

Lopes, Graça Videira (2013), «Mulheres medievais: histórias de proveito e exemplo», *in* Hélder Godinho (dir.), *Da Letra ao Imaginário: Homenagem à Professora Irene Freire Nunes*, Lisboa, CEIL–Centro de Estudos sobre o Imaginário Literário/FCSH-UNL–Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 87-97.

López Sangil, José Luís (2002), *La Nobleza Altomedieval Gallega: la familia Froilaz-Traba*, Noia, Toxosoutos.

Martin, Georges (1994), «Alphonse X maudit son fils», *Atalaya – Revue d'études médiévales romanes,* 5, pp.153-178.

Mattoso, José (ed., 1890), *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Volume II/1, Lisboa, Academia das Ciências.

Mattoso, José (1992), «A primeira tarde Portuguesa», *Portugal Medieval: novas interpretações,* Lousã, Imprensa Nacional Casa da Moeda, p.11-35.

Mattoso, José (2007), *D. Afonso Henriques*, Rio de Mouro, Temas e Debates.

Mattoso, José (2009), «As três faces de Afonso Henriques", *in* José Mattoso, *Naquele Tempo: ensaios de história medieval»*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 455-470.

Miranda, José Carlos Ribeiro (2009), "Na génese da Primeira Crónica Portuguesa", *Medievalista*, 6, URL: https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/359/350 [consultado a 01.03.2021].

Miranda, José Carlos Ribeiro (2010), «Do *Liber Regum* em Portugal antes de 1340», *e-Spania* [Online], 9, DOI: https://doi.org/10.4000/e-spania.19315 [consultado a 01.03.2021].

Miranda, José Carlos Ribeiro (2019), «Em torno do *Livro de Linhagens* de Pedro de Barcelos (II) Do Livro às Reformulações: hipóteses e argumentos», in María Jesús Lacarra (coord.), *Literatura medieval hispánica «Libros, lecturas y reescrituras»*, San Millán de la Cogolla, Cilengua, pp. 781-798.

Miranda, José Carlos Ribeiro (a publicar), «O Conde Dom Henrique, donde vêm os reis de Portugal…»

Miranda, José Carlos e António de Resende de Oliveira (2010), «Da *Historia Compostelana* à *Primeira Crónica Portuguesa*: o discurso historiográfico sobre a formação do reino de Portugal», *in* Esther Corral Díaz (eds.), *Marsupiis Peregrinorum: Circulación de Textos e Imágenes Alrededor del Camino de Santiago en la Edad Media*. Florença, Edizioni del Galluzo, pp. 295-324.

Moreira, Filipe Alves (2008), *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa,* Porto, Estratégias Criativas.

Moreira, Filipe Alves (2010), *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade de Porto (dissertação de doutoramento).

Moreira, Filipe Alves (2011), «Um novo fragmento da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342* e suas relações com a historiografia alfonsina», *in* Maria do Rosário Ferreira, José Carlos Miranda e Ana Sofia Laranjinha (org.), *Seminário Medieval 2007-2008*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 289-321.

Oliveira, António Resende de (2007), «Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal», *Revista de História das Ideias*, 28, pp. 17-37.

Rosa, Maria de Lurdes (2010), *Santos e Demónios no Portugal Medieval*, Porto, Fio da Palavra, pp. 159-175.

Stubbs, William (ed. 1869), *Chronica Magistri Rogeri de Houedene* vol. II, London, Longmans, Green, and Co.

Autor:
José Carlos Ribeiro Miranda
mirandajcr@gmail.com
miranda@letras.up.pt

Título:
Sobre a primitiva conclusão da versão galego-portuguesa da Crónica de Castela *(A2d)*

Resumo:

O presente artigo pretende reavaliar o estatuto do paratexto que fechava a tradução galego-portuguesa da Crónica de Castilla contida no ms. 8817 da BNE antes de lhe ser acrescentada a Crónica Particular de San Fernando, defendendo tratar-se de um texto redigido expressamente para figurar naquele manuscrito. Partindo da ideia de que a tradução da Crónica de Castilla (A2b), o mencionado epílogo (A2d) e ainda o prólogo (A2a) se devem a uma mesma iniciativa, são adiantados argumentos no sentido de identificar o 2º Conde de Barcelos, Martin Gil de Riba de Vizela, como o seu promotor.

Palavras-chave: *Crónica de Castela*; A2a; A2b; A2d; Martin Gil de Riba de Vizela.

Abstract:

This article reassesses the second part (A2) of the factitious code A (ms. BNE 8817). It focuses on the epilogue (A2d) that completed the Galician-Portuguese translation of the Crónica de Castilla (A2b) in this manuscript before the addition of the Crónica de San Fernando (A2c). It shows that this epilogue was redacted in order to provide a conclusion to that specific version of the Crónica de Castilla, and argues that the translation, together with the prologue (A2a) that precedes it in the manuscript and the assessed epilogue, sprang from a characterised writing project that was probably promoted by Martin Gil de Riba de Vizela, the 2nd earl of Barcelos.

Keywords: *Crónica de Castela*; A2a; A2b; A2d; Martin Gil de Riba de Vizela.

Resumé:

Cette étude se penche sur le paratexte qui clôturait la traduction galégo-portugaise de la Crónica de Castilla contenue dans le manuscrit 8817 de la BNE avant que la Crónica Particular de San Fernando n'y ait été ajoutée. On y soutient que cet épilogue a été rédigé dans le but précis de conclure ce manuscrit. L'étude propose aussi que la traduction de la Crónica de Castilla (A2b), l'épilogue en question (A2d) et le prologue respectif (A2a) sont le fait d'une initiative de rédaction bien définie et présente des arguments en faveur de l'identification de son promoteur à Martin Gil de Riba de Vizela, le deuxième comte de Barcelos.

Mots-clé: *Crónica de Castela*; A2a; A2b; A2d; Martin Gil de Riba de Vizela.

Como citar este artigo:

José Carlos Ribeiro Miranda, «Sobre a primitiva conclusão da versão galego-portuguesa da *Crónica de Castela* (A2d)», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais,* n.º 6, 2021, pp. 43-64.

DOI: https://doi.org/10.21747/21839301/gua6a2

SOBRE A PRIMITIVA CONCLUSÃO DA VERSÃO GALEGO-PORTUGUESA DA *CRÓNICA DE CASTELA* (A2d)*

José Carlos Ribeiro Miranda
Universidade do Porto
SMELPS/IF-FCT/AILP

Num magnífico livro publicado em 1962[1], Diego Catalán equaciona e propõe soluções para um conjunto importante de problemas relativos à produção literária em língua vulgar na Península Ibérica da segunda metade do século XIII em diante. Centrando atenções na historiografia alfonsina e pós-alfonsina, onde começa por desmontar o intrincado processo de elaboração da chamada *Versão Amplificada da Estória de España*, vai desenvolvendo um dos mais seguros, amplos e profundos inquéritos ao universo historiográfico ibérico até hoje realizados. Questões notavelmente espinhosas e apesar de tudo laterais à sua pesquisa – como a matéria arturiana, incorporada numa das redacções do *Liber Regum*[2] –, não ficaram sem uma abordagem frontal, de tal que modo que essas páginas constituem ainda uma referência para os estudiosos de hoje em dia.

Todavia, é sobre a recepção da historiografia castelhana em Portugal que o livro de Catalán vem trazer uma maior cópia de novidades, e em particular sobre o conjunto de textos que haviam estado na origem da *Crónica de 1344* de D. Pedro, III Conde de Barcelos. Na sequência dos estudos de Lindley Cintra[3] e de Samuel Armistead[4], a tradição textual da *Crónica de Castela* passa a ocupar um lugar central nesse inquérito, adquirindo uma particular importância a versão galego-portuguesa que se transmite através do ms. 8817 da BNE, mais conhecido por ms. A.

---

* O presente artigo foi publicado na *Revue Cahiers d'études hispaniques médiévales*, 35, 2012, pp. 123-142 numa versão incompleta, à qual faltavam os apêndices documentais que agora são reproduzidos na íntegra.

[1] Diego Catalán, *De Alfonso X al conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*, publicado em 1962 (reúne ensaios escritos nos anos imediatamente antecedentes).

[2] Ver Catalán, 1962, pp. 360-400.

[3] Cf. Cintra (1951).

[4] Catalán beneficiou do conhecimento de trabalhos deste investigador não publicados, mas anunciados em *Romance Philology*, 11, 1958, pp. 21, 1, e 12, 1958, p. 143, 1. Ver ainda Armistead, 1966-1967, pp. 204-217; e Armistead, 2022, pp. 159-172.

É Catalán o primeiro a aperceber-se, ao contrário do que vinha sendo assumido até então, do carácter materialmente artificial do conjunto cronístico contido nesse manuscrito, que revelava uma primeira iniciativa, mais antiga, centrada na redacção galego-portuguesa[5] da *Crónica de Castela*; e uma segunda, um pouco mais recente, que teria consistido quer na adição a essa crónica de uma continuação retrospectiva, elaborada com base no manuscrito da versão amplificada que Catalán descrevera na primeira parte do livro (E2c), quer de uma continuação prospectiva que adicionara à matéria da *Crónica de Castela* a narrativa proveniente de uma versão da *Crónica Particular de S. Fernando*[6].

Embora a formação da totalidade do conjunto cronístico presente em A não esteja de todo elucidada, nos últimos tempos as atenções têm-se compreensivelmente centrado na primeira fase da sua redacção, aquela que teve lugar em torno da versão da *Crónica de Castela*, tanto pela sua antiguidade, que a torna relevante para a compreensão da difusão desta importante peça historiográfica[7], como pelo facto de se fazer acompanhar de dois importantes paratextos recheados de pormenores cruciais para o entendimento do seu trajecto.

O primeiro destes paratextos constitui uma introdução à *Crónica de Castela*, que tem a particularidade de ter sido elaborada com base numa parte do *Liber Regum*[8] cuja fortuna foi grande por esta época, a julgar pelo modo como foi frequentemente usado tanto em textos castelhanos como galego-portugueses. Referimo-nos à porção situada

[5] Esquivando polémicas regionalistas de nenhuma validade científica, «galego-portuguesa» significa, neste contexto, para nós, «que faz uso da língua comum às regiões do ocidente-norte da Península Ibérica», reconhecidamente uma língua de extraordinária homogeneidade até finais do século XIV, apesar das pequenas diferenças (muito pequenas mesmo…) que se observam na sua escrita em Portugal e na Galiza. Para que se ajuize do âmbito de tal designação, remetemos o leitor para o uso que dela faz a maioria dos investigadores que colaboraram no volume editado por Boullón Agrelo (ed.) 2007. Quanto ao local de proveniência do texto sobre o qual nos pronunciamos, aspecto que não se resume à variante de escrita utilizada, ver as nossas considerações expressas adiante.

[6] Ver Catalán, 1962, pp. 323-356. A1 e A2 são as designações consensualmente atribuídas às duas grandes partes que constituem o manuscrito. Todavia, porque A2 é constituído por vários textos resultantes de iniciativas diversas e não coincidentes no tempo, adoptámos – em Miranda, 2009 – as designações «A2a» para a introdução à *Crónica de Castela*; «A2b» para a *Crónica de Castela* propriamente dita; «A2c» para a *Crónica Particular de S. Fernando*; e «A2d» para o texto que no projecto inicial concluía a *Crónica de Castela*, encontrando-se agora o que sobeja dele na parte final do manuscrito. O conjunto de A foi objecto de uma excelente edição de Ramón Lorenzo (ed.) 1975.

[7] A *Crónica de Castilla* tem sido objecto de um extenso inquérito por parte de Patricia Rochewert Zuili, onde se destaca o volume publicado em 2010. Acerca desta crónica, ver também os estudos de Samuel Armistead já citados e ainda Catalán, 2000, pp. 75-94. No tocante a A2, ver Miranda, 2009; Bautista, 2010; e Bautista, 2006-2007-2008, pp. 169-216.

[8] Sobre o *Liber Regum*, ver Catalán & Andrés, 1970, pp. LII-LIII; Martin, 1992, pp. 27-33. Ver ainda todo o nº 9 da revista *e-Spania* que recolhe as contribuções originadas no colóquio «Historiographie royale léonaise, castillane et navarraise du XII^{e} siècle, 2: Le *Liber Regum*, Paris, 2009». Entre estas, salientaremos o extenso estudo de Francisco Bautista, 2010, já mencionado e ao qual nos referiremos repetidamente ao longo do presente escrito.

entre a chegada dos visigodos à Península e a afirmação da monarquia castelhana[9]. O segundo paratexto situa-se na posição oposta, ou seja, é um epílogo cronístico resumido, destinado a completar a narrativa entre o acesso de Fernando III ao trono leonês, com o qual a crónica terminava, e o momento posterior em que os redactores se situavam.

O texto que introduz a crónica não tem qualquer elemento que permita datá-la, embora seja fácil afirmar, tanto codicologicamente como paleograficamente, que será posterior à cópia da crónica e diverso na sua natureza[10]. Com efeito, contrastando com o relativo cuidado e formalidade da escrita a duas colunas que se verifica na crónica, de letra cheia e espaçada, a meio caminho entre a textual e a cursiva, como é típico de tantos manuscritos literários da época, a introdução (A2a) revela uma escrita cursiva, pequena e a toda a largura da área de escrita. Para que este prólogo fosse acrescentado ao manuscrito existente, tornou-se necessário, além disso, usar uma outra folha, que foi adicionada para o efeito, já que o fólio em branco inicial não se revelava suficiente para acomodar todo o texto previsto.

Apesar de esta introdução ter sido substituída por uma outra bem mais extensa e detalhada – a parte da versão amplificada que vai de Ramiro I a Vermudo III[11] –, não deixa de ser surpreendente que o redactor (ou apenas manipulador do manuscrito) responsável por essa ampliação tenha decidido não fazer desaparecer esse primitivo texto, apesar de a sua manutenção perturbar a ordem cronológica do conjunto cronístico no seu todo.

Já o segundo paratexto, aquele que conclui e estende a narrativa da *Crónica de Castela*, tem uma natureza diversa, embora apresente algumas semelhanças com primeiro. Com efeito, a continuação da matéria narrativa fez-se usando o espaço por preencher no *recto* do último folio, na sequência da coluna final, após o que o texto prossegue no *verso* em branco desse mesmo fólio.

Ora, ao contrário do que sucede com A2a, desta vez o compilador responsável pela inclusão da *Crónica Particular de S. Fernando*, que em circunstância nenhuma se poderá confundir com o que redigiu e incorporou a parte proveniente da *Versão Amplificada* (A1), não manteve intacto no seu lugar primitivo o texto que finalizava a *Crónica de Castela*, tendo antes optado por apagar inteiramente o que fora

[9] Ver Miranda, 2010a.

[10] Apesar disso, de antiguidade facilmente atestável. Cintra, 1950, pp. 27-40, adiantou a ideia de que a sua feitura poderia ter ocorrido ainda no século XIII dada a semelhança da sua letra com a de alguns dos diplomas que se acham no *Livro de Bens de D. João de Portel* (Azevedo, ed., pp. XLIX-CCI), redigido por clérigos igualmente responsáveis pelos diplomas régios de Afonso III e D. Dinis. Porém, a ser segura a datação da redacção da *Crónica de Castilla* proposta por Rochewert Zuili, 2010, «Introduction» § 30, esse prólogo não poderá ser anterior a 1300.

[11] Lembre-se, todavia, que essa operação de substituição foi muito tardia, já que os redactores da *Crónica de 1404* conheceram A2 quando A1 não tinha ainda sido adicionado a este códice. A parte correspondente aos reinados de Ramiro I a Vermudo III, proveniente da *Versão Amplificada*, foi transcrita para aquela crónica a partir de uma cópia de A1. Sobre o assunto, ver Catalán, 1955, pp. 521-535.

acrescentado – cerca de duas colunas e meia (ver apêndice 1.1). Não querendo, todavia, prescindir do relato referente a Afonso X e a Sancho IV, o copista-refundidor resolveu proceder à sua transcrição integral no final da *Crónica de S. Fernando*. Infelizmente, os acidentes da preservação do manuscrito fizeram desaparecer meio fólio desse acrescento final, correspondentes a duas colunas inteiras, deixando apenas visível a parte terminal do texto, em grande medida aquele que não existe de todo no seu lugar primitivo (ver Apêndice 1.1). Mas o texto sobejante é suficiente para perceber que se está, realmente, perante a parte final de A2d, porque as duas primeiras linhas visíveis neste acrescento ainda se podem ler no local original, apesar de aí terem sido objecto de raspagem. Após uma delicada operação de leitura por raios ultra-violeta e com auxílio de vários especialistas, Diego Catalán foi capaz de transcrever o texto raspado, completando-o com a parte final preservada na transcrição do fol. 265[12].

Este paratexto, na sua forma primeira que foi depois apagada, releva necessariamente de uma iniciativa diversa do primeiro (A2a), tanto no tempo como nos processos materiais. Na realidade, quem o realizou preocupou-se em continuar a narrativa sem qualquer elemento anunciador, acrescentando à frase com que a crónica terminava o seguinte: «e desy foyse pera León e fillarõno per Rey». Só depois, respeitando a disposição em colunas previamente existente, prossegue com o novo texto. Para o fazer, deixa um espaço em branco provavelmente destinado a uma epígrafe que não chegou a ser escrita. Também deixa uma letrina «c/» indicando o lugar onde deveria ser escrita uma capital ornamentada que também ficou por realizar (ver apêndice 1.3).

Como se compreende, esta operação tem plena correspondência na utilização de uma caligrafia que simula o mais possível a que se encontrava já na crónica copiada, a tal ponto que se pode pensar que a mão que a escreveu seria a mesma que concluiu a cópia daquela crónica[13]. Mas, se não bastassem os elementos de inacabamento patentes, que contrastam com o que sucede no manuscrito da *Crónica de Castela*, um olhar mais atento revela que, de facto, essa mão é bem diferente.

Embora o texto esteja em grande parte ilegível, certos grafemas, porque exigiam mais tinta ou porque se situam em pontos onde a raspagem não foi tão efectiva, são ainda perfeitamente identificáveis. É o que sucede com as letras «d» e «y», por exemplo, que revelam mãos definitivamente distintas (ver apêndice 1.2). Também na parte inicial a lineação não é a mesma da coluna já previamente redigida, o que leva a pensar que, para os olhos do redactor deste paratexto, a marcação das linhas a seco não estaria já bem visível, vindo essa anomalia a ser corrigida apenas mais adiante (ver apêndice 1.1). Algum descuido é aliás visível na irregularidade dos grafemas e em todo o processo

[12] Remetemos o leitor para Catalán, 1965, pp. 345-354, em cuja detalhada exposição se fundamenta a nossa abordagem.

[13] Tal ideia está implícita no raciocínio de Bautista, 2006-2008, p. 190, ao defender que a unidade «conceptual» A1+A2 se verificava já antes da cópia de A2, desvalorizando assim a estrutura da forma primitiva desta parte do ms. 8817 da BNE.

descrito. A mudança de mão de uma parte para a outra do texto é também muito clara na tinta utilizada, que é agora muito mais escura, com tons de cinzento-carvão, enquanto na redacção da *Crónica de Castela* a tinta é de tom sépia muito pouco carregada (ver apêndice 1.3).

Estes elementos, não formalmente descritos até hoje, mas que é possível perceber com a extraordinária resolução dos meios de reprodução actuais, constituem por certo o fundamento da alegação de Diego Catalán, segundo a qual «*…de otra letra se añade "e desy foyse pera León*…"»; reiterando mais adiante: «*Ya hemos indicado que la frase inmediata "E desy foyse pera León e fillarono por rrey" parece ser de mano distinta*»[14]. Alegação que nos parece incontroversa e que exige que dela se extraiam as devidas conclusões.

De facto, se o protótipo que o texto segue contivesse já esse pequeno epílogo de menos de três colunas[15], não vemos que razão levaria o copista a interromper a sua tarefa exactamente no ponto em que terminava a versão original da crónica castelhana, dando lugar a outro copista cujas características são aquelas que pusemos em evidência. Essa mudança de mão só pode significar, como concluiu Catalán e aceitaram quase todos os que se lhe seguiram, que esse epílogo foi redigido especificamente para figurar naquele mesmo manuscrito.

Isto significa também que os elementos cronológicos aí contidos são próprios do testemunho em questão, e não cópia de um outro testemunho qualquer ao qual os mencionados elementos cronológicos se reportariam. Assim, relatando a morte de Sancho IV e designando Fernando IV como «rei», terá de se assumir que o texto contido no manuscrito foi redigido em vida deste rei, ou seja, entre 1295 e 1312. Tendo recentemente, como vimos atrás, o original castelhano desta crónica sido datado de *circa* 1300, então a redacção galego-portuguesa da *Crónica de Castela*, bem como a conclusão de que foi dotada nessa tradução, remontarão a um período que se situará entre 1300 e 1312. Estas deduções não são, obviamente, válidas para a introdução (A2a), cuja feitura será provavelmente posterior. Apenas os argumentos paleográficos já atrás referidos, e ainda o facto de essa introdução ser necessariamente anterior à incorporação do texto proveniente da *Versão amplificada da E.E.*, apontam, ainda aqui, para uma antiguidade segura desse fólio e meio.

Assim, conquanto o conjunto cronístico formado pelas traduções galego-portuguesas da *Versão Amplificada da Estória de España* (de Ramiro I a Vermudo III),

[14] Catalán, 1965, pp. 348 e 350, n. 56, respectivamente.

[15] Embora o processo que vimos a expor não permita decidir se a versão copiada para A2 se encontrava escrita em castelhano ou estava já vertida para galego-português, é visível que a primeira das possibilidades se revela mais simples e económica. Conquanto Catalán, 1995, pp. 528-52, manifestasse o convencimento de que tanto a *Crónica de 1344*, como A2, haviam copiado um hipotético original galego-português, os exemplos aí aduzidos apenas revelam que o texto do Conde D. Pedro de Barcelos reproduz quase fielmente a letra de P, manuscrito castelhano da *Crónica de Castilla* escolhido para colação. Sobre o assunto, ver ainda Ferreira, 2012.

pela *Crónica de Castilla* e pela *Crónica Particular de San Fernando* tenha tido um repetido impacto ao longo do século XIV e inícios de XV tanto na Galiza como em Portugal, torna-se necessário que se compreenda devidamente que este conjunto cronístico é já uma forma derivada, que teve a antecedê-la uma outra de características bem diversas, cuja configuração só é possível reconstruir com base nos elementos quase arqueológicos que subsistem agregados à tradução da *Crónica de Castilla* conservada no ms. 8817 da BNE. Na realidade, o que esses elementos revelam é a intenção de reunir uma autêntica história peninsular, desde o tempo visigótico até ao rei Fernando IV[16], conquanto os materiais utilizados, oscilando entre a narrativa plenamente desenvolvida da *Crónica de Castela* e o modelo da escrita genealógica dominante no prólogo e no epílogo, o tornem fortemente desigual e heterogéneo.

Além disso, não se trata de uma história peninsular qualquer, mas sim de uma história castelhana, fundamentalmente alheia aos restantes poderes territoriais ibéricos, só concedendo atenção aos reis leoneses nos casos muito pontuais em que estes se acham envolvidos em actos que afectam directamente a identidade política da futura monarquia castelhana.

Por último, é ainda uma história de tendência aristocrática, facto que tem sido reconhecido relativamente à *Crónica de Castela* propriamente dita[17], e reafirmado pelo modo como o epílogo avalia negativamente as iniciativas de Afonso o Sábio, referindo os sucessivos «desaforos» e «agravamentos» feitos aos «poboos», que teriam culminado numa sublevação dos reinos em uníssono ao lado de Sancho IV, de quem o texto faz um rasgado elogio[18].

---

[16] Em Catalán e Andrés, 1970, p. XLVI, este primitivo arranjo textual é caracterizado como uma «história gótica».

[17] Ver bibliografia sobre o tema mencionada atrás.

[18] Pela sua importância, reproduzimo-lo integralmente no Apêndice 2, com base nas edições de Diego Catalán e de Ramón Lorenzo. Embora o texto que conclui a *Crónica de Castela* dê uma visão necessariamente abreviada e panorâmica do reinado de Afonso X, nem por isso deixa de assumir um ponto-de-vista bem determinado. De facto, enquanto de Fernando III se afirma que «foy muy bõo rey e muyto amigo de Deus», fórmula encomiástica que se torna francamente hiperbólica relativamente a Sancho IV, embora com num sentido muito diverso – «muy forte caualeiro e muyto ardido en feyto d'armas» –, Afonso, o Sábio, é apresentado de um modo declaradamente negativo, sendo elencados os agravos que teria feito aos «poboos» durante um tempo indeterminado: «peytos» vários; desrespeito dos foros; impostos e cunhagem de moeda lesiva para as diversas camadas da sociedade. Mais adiante, um novo e pesado «agrauamento» aos «poboos» teria ditado a insurreição do seu filho Sancho IV. É ainda o tema da ofensa económica que permite ao narrador aludir à oposição do rei aos interesses do clero, ao fazer do arcebispo de Santiago, Gonzalo Garcia, e de D. Martin, bispo de León, os denunciadores junto do papa das malfeitorias do rei. O conhecimento em Roma destes erros teria inviabilizado a candidatura imperial de Afonso X, aqui entendida como uma iniciativa papal à qual este teria todo o direito por linhagem. É interessante verificar como o texto arranja uma forma de não condenar aquela acção que, no ponto mais alto dos acontecimentos, havia sido o mais forte motivo das dificuldades financeiras de Afonso X: o «fecho del imperio». É certo que as questões da moeda e da fiscalidade atravessaram todo o reinado de Afonso X e terão contribuído para a degradação do clima político em torno do rei (ver O'Callaghan, 1999, pp. 79 e seg. Porém o texto silencia, pura e simplesmente, a revolta de Lerma ou outros actos políticos protagonizados pela alta nobreza, não deixando entrever senão uma centelha do «desafuero» sobre este grupo social provocado por um encadeamento de decisões políticas a que os códigos legais

Algumas tentativas foram já avançadas no sentido de compreender quem terão sido os promotores da tradução e reconfiguração de uma crónica castelhana e de uma peça genealógica navarra, às quais se adicionou um texto original em galego-português sobre os mais recentes reinados da história castelhana. Na nossa opinião, foi necessariamente alguém activo nos inícios do século XIV, assumindo o ponto-de-vista do ocidente peninsular e para quem o uso da língua desta região – o galego-português – oferecesse algum tipo de mais-valia simbólica, nomeadamente um testemunho de fidelidade à monarquia castelhana por parte de um não «natural» de Castela.

Diego Catalán começou por atribuir a responsabilidade desta iniciativa ao próprio Conde D. Pedro, numa fase de juventude muito anterior à sua própria actividade em torno de crónicas e livros de linhagens. O autor do belo livro com cuja evocação iniciamos esta exposição fundamentava essa sua convicção no uso que mais tarde o III Conde de Barcelos irá fazer desta mesma crónica e ainda das restantes que lhe virão a ser adicionadas. Mas, para além da época em questão ser muito recuada, não havendo nenhum indício de que D. Pedro Afonso tivesse tido tão cedo interesse por estas matérias, há objecções de monta a que o primitivo A2 seja da iniciativa do linhagista português, a maior das quais é, sem dúvida, a de que o III Conde de Barcelos não usou esse manuscrito como fonte das suas obras historiográficas ou linhagísticas[19]. Nenhuma das partes que o integram se reflecte na sua obra. Na realidade, é mesmo possível que, à época em que o Conde D. Pedro labora, esse manuscrito estivesse já na Galiza, sendo-lhe então acrescentadas as *marginalia* alusivas a Mondoñedo que veio a ostentar. E aí haveria de permanecer, vindo a ser directamente usado, mais tarde, pelo redactor da também galega *Crónica de 1404*, como é sabido[20].

Esse trajecto galego e ainda o facto, incontroverso, de o texto apresentar maioritariamente características de uma escrita galega não podem, por si só, levar a concluir que o texto foi escrito em meios galegos. Impõe-se um esforço no sentido de entender quem, numa época tão próxima à da redacção primitiva do seu mais importante texto – a *Crónica de Castilla* –, estaria interessado num investimento com um perfil ideológico e político tão marcado. Ora, a solução mais óbvia é a de que esta

foram dando suporte jurídico (ver Alfonso, 2002, pp. 99-129; Escalona Monge, 2002, pp. 131-162). Conquanto os bispos, sobretudo os de León e Santiago, tenham mantido um pleito sistemático com o rei após a morte de Juan Arias em 1266, as figuras episcopais são aqui instituídas em porta-vozes dessa tese da oposição global dos «poboos» à política régia, deixando na penumbra as verdadeiras razões políticas que moviam os grandes prelados contra Afonso X. De notar que estes dois bispos do reino de León foram exilados por Afonso X em 1279 após um pleito intenso no qual se recusaram aceitar a política de supremacia régia sobre as prerrogativas episcopais defendida pelo monarca. Sobre o assunto, ver O'Callaghan, 1999, pp. 95-131.

[19] Ver Catalan, 1995. A posição do filólogo sobre este assunto foi conhecendo alguma evolução. Após ter expresso dúvidas (Catalán & Andrés, 1970, p. XLV: «*es dudoso si estas traducciones son portuguesas o gallegas y si se hicieron en el reino de Portugal o en el de Castilla y León*»), vem mais tarde a inclinar-se para uma redacção na Galiza, valorizando as indicações das anotações marginais do manuscrito que apontam para a sua presença em Mondoñedo.

[20] Ver Catalán, 1995; Bautista, 2006-2008, p. 189.

crónica terá, com toda a probabilidade, sido traduzida e copiada no *scriptorium* da corte castelhana por copistas galego-portugueses (com hábitos de escrita galegos), a pedido de alguém interessado em obter uma versão nesta língua. O epílogo – único elemento datável – terá sido provavelmente redigido logo após a cópia, sendo mais tarde adicionada a introdução.

A ser assim, o problema não reside em saber se este conjunto foi elaborado na Galiza ou em Portugal – perspectiva eivada de um regionalismo desgraçadamente anacrónico –, mas sim em averiguar quem terá sido a entidade, ou a personalidade, que ordenou e pagou a escrita, podendo ou não ter intervindo directamente nela. Haverá nessa *Crónica de Castela*, e seus privativos prólogo e epílogo, algum elemento que ajude a desvendar essa entidade? À primeira vista, não há, e dificilmente poderia haver em textos que são essencialmente relatos de natureza historiográfica. Mas algumas particularidades na escolha das matérias que integram os textos periféricos à crónica podem e devem ser ponderadas. A mais relevante, do nosso ponto-de-vista, parece ser a referência ao rei Ramiro I e ao seu filho Ordonho que se verifica na introdução (A2a). Começando por adoptar a organização do *Liber Regum*, que omite parte substancial da dinastia asturiana e a totalidade da dinastia leonesa, dando essa linha dinástica por terminada com Afonso II, o texto contorna a lógica dessa organização ao intercalar Ramiro I e o seu filho Ordonho antes daquele último rei, naquilo que tem sido entendido até agora como um absurdo equívoco histórico[21].

Mas é necessário ter em conta que, para quem concebeu o texto, terá tido menos importância a concordância com as fontes historiográficas conhecidas do que o significado atribuído à presença daqueles reis asturianos. Repare-se que, de acordo com uma tradição já então bem enraizada, Ramiro I foi o rei que recusou pagar aos mouros o tributo das cem donzelas e que terá sido, por isso, ajudado por Santiago no campo de batalha[22]. E é ainda o monarca responsável, em conjunto com seu filho Ordonho, pela fundação de León e de Burgos. Estes dados ocupam um lugar de relevo na matéria que vai para além do que tem origem no *Liber Regum*.

Ora este mesmo par Ramiro/Ordonho e estes mesmos contextos – a derrota do mouro e o auxílio de Santiago; a fundação de León e de Burgos –, embora numa organização discursiva bem diversa, estão já mencionados na mais extensa e significativa narrativa de um texto genealógico português escrito algumas décadas antes: o *Livro Velho de Linhagens*[23]. Seria pelo menos uma grande coincidência que tais personagens e tais destinos – que já designámos, noutra ocasião, como uma autêntica heráldica literária[24] – figurassem agora nesta introdução com total independência

[21] Ver Cintra, 1950b; Catalán, 1965, p. 307.

[22] Tal narrativa tem origem num documento forjado em meios leoneses nos finais do século XII. Ver Falque, 2002, pp. 573-577.

[23] Sobre este assunto, ver Mirand, 2010b, pp. 301-310, e Miranda, 2011, pp. 71-84.

[24] Miranda, 2010c, pp. 161-182.

relativamente ao que já se encontrava no *Livro Velho de Linhagens*. É nossa convicção que quem assumiu a responsabilidade pela formação do conjunto cronístico presente em A2 usou a alusão a Ramiro I e a Ordonho como forma de afirmação de identidade, como assinatura que afilia a escrita a um dado indivíduo, grupo ou linhagem.

No *Livro Velho de Linhagens*, Ramiro I é o fundador da conhecida linhagem portuguesa da Maia já então extinta por varonia, mas que era assumida por via feminina pelos Riba de Vizela. À época, o herdeiro mais recente dessa estirpe fazia-se mesmo chamar «Martin Gil da Maia», e é à sua iniciativa, ou à do seu pai, Gil Martins, que tem sido unanimemente atribuída a elaboração do *Livro Velho de Linhagens*[25]. Donde decorre que, a ser válido o nosso raciocínio, se torne necessário procurar o indivíduo que assume a herança dos de Riba de Vizela na geração seguinte para encontrar o melhor candidato a promotor da tradução galego-portuguesa da *Crónica de Castilla* e respectivos paratextos. Na verdade, só Martin Gil de Riba de Vizela II, filho de Martin Gil de Riba de Vizela I e II Conde de Barcelos, cabe inteiramente nestas condições. Um breve apontamento sobre o seu trajecto pessoal e político torna credível que podemos estar perante a personalidade certa.

Martin Gil de Riba de Vizela II é um fidalgo da corte de D. Dinis onde virá a desempenhar o cargo de alferes-mor durante dezassete anos[26]. Se é Riba de Vizela por via paterna, lado pelo qual acumulava já as prestigiosas ascendências Maia e Sousa[27], a sua mãe é Mília Andrés de Castro, o que o torna directo representante da poderosa linhagem de Castro em contexto português, facto que, como veremos, o Conde D. Martin Gil irá ter bem presente quando tal se revelar necessário. Com efeito o português era neto de André Fernandes de Castro e sobrinho-neto de Esteban Fernandez de Castro, cujo belicoso filho, Fernán Rodrigues de Castro, virá a ser morto, em 1304, no recontro de Monforte da Galiza, às mãos do Infante Filipe, irmão de Fernando IV, rei de Castela[28]. Com a morte deste poderoso magnate, a linhagem dos Castro sofre um duro golpe, já que o seu único representante por via masculina, Pedro Fernandez de Castro, filho de Fernán Rodriguez e mais tarde conhecido como «el de la guerra», era ainda uma criança, e uma criança em perigo. Num contexto que se adivinha difícil, Martin Gil assume a guarda deste seu primo – a quem, no testamento lavrado alguns anos depois, se referirá como «sobrinho»[29] – e vem a instituí-lo como seu único herdeiro, visto não ter filhos legítimos.

---

[25] Ver Mattoso, 1994, pp. 197-208.

[26] Uma breve biografia deste magnate português pode ler-se em Sottomayor-Pizarro, 1999.

[27] Adoptava a designação «Martin Gil de Sousa», reclamando para si a herança dos Sousões, linhagem extinta por varonia e da qual descendia por via feminina.

[28] Ver Pardo Guevara y Valdés, 2000, vol. I, p. 127.

[29] Brandão, 1650-2008, p. 578. A afirmação da *Gran Crónica de Alfonso XI* (Catalán, 1977, ed., cap. CLXXXIV, p. 292), segundo a qual Pedro Fernández de Castro «*no queria ir a pelear con el rey de Portugal, nin iria do estidiesse, ca decia que le criara e ficiera mucho bien quando era niño*», gerou uma tradição interpretativa segundo a qual Pedro Fernández seria contemporâneo de D. Pedro, filho de Afonso IV de

Ou seja, por aquela época, Martin Gil era de facto o melhor representante ibérico da poderosa linhagem dos Castro. Após a extinção do seu ramo castelhano com a morte de Alvar Perez de Castro, esta estirpe prosseguira através dos descendentes de Gutierre Rodriguez de Castro[30] cujos bens e influência política se situavam predominantemente em León e na Galiza. Martin Gil descendia deste magnate por via feminina e era tutor do seu único descendente directo. Assumindo uma função crucial na transmissão geracional dos bens simbólicos e materiais da linhagem num momento particularmente crítico, Martin Gil fará encaminhar para Pedro Fernandez um copioso património de que falaremos adiante.

Será esta uma boa ocasião para relembrar como pode ser anacrónico e vão procurar limitar a produção de textos literários nesta época a contextos nacionais ou regionais, quando aqueles que estavam em condições de os produzir se moviam em função de solidariedades vassálicas e linhagísticas que desconheciam por completo fronteiras territoriais…

Deste modo, não faltavam a Martin Gil ligações à Galiza senhorial, como facilmente se verifica, inteiramente explicáveis pela relação familiar entretanto tecida com o ramo galego dos Castro. De notar que os Castro galegos foram, ao longo do século XIII, os mais relevantes detentores do importante cargo de «pertigueiro-mor» de Santiago, ou seja, defensor oficial da cidade do Apóstolo. Todas as figuras de proa desta linhagem assumiram, ao longo desse período, a dignidade de «pertigueiros-mor» de Santiago de Compostela[31], o que veio institucionalizar uma ligação à Galiza e à cidade do Apóstolo que é permanente nesta linhagem[32]. Ora, essa especial ligação dos Castro a Santiago pode ter sido o motivo que levou os Riba de Vizela, representantes em Portugal dessa linhagem, a desencadear o interessante fenómeno de elaboração

Portugal. Nada mais errado. Quando vem para este reino encaminhado pela sua mãe, Pedro Fernández teria cerca de sete anos e o Infante Afonso, futuro Afonso IV, entrara pouco antes na adolescência, já que não ultrapassaria os treze anos (ver Sousa, 2005). Após a morte de Martin Gil, aio de ambos, D. Afonso já atingira a maioridade, pelo que é provável que tenha passado a ser ele o responsável pela «criação» do nobre galego, tal como é dito na crónica. Quando em 1320 nasce D. Pedro, filho do futuro Afonso IV, já Pedro Fernández de Castro se encontrava de novo na Galiza e na posse de grande parte do património que fora do seu pai. Ver Pardo Guevara y Valdés, 2000, vol. I, pp. 144-145.

[30] Ver esquema genealógico em Pardo Guevara y Valdés, 2000, vol. I, pp. 12-15; Torres Sevilla-Quiñones de Léon, 1999, p. 81.

[31] Ver Pardo Guevara y Valdés, 2000, pp. 140 e 145, n. 298. Sobre este importante cargo de nomeação episcopal, ver Brandão, 1650-2008, vol. V, pp. 269v-269r; López Ferreiro, 1898-1909, vol. VI, pp. 78 e seg.

[32] Essa ligação a Santiago é, por si só, justificadora do protagonismo conferido ao arcebispo D. Gonçaluo Gomez na acção narrada no texto de A2d (ver apêndice 2). Além disso, também é possível confirmar, se não uma ligação dos Castro a Leon, pelo menos alguma benevolência de León para com os Castro ao longo do século XIII, lendo as insuspeitas palavras de Lucas de Tuy que, nos seus *Miracula Isidori*, faz de um antepassado destes, Gutierre Fernández de Castro, o grande opositor de D. Henrique da Borgonha e de D. Urraca na empresa de apropriação dos bens da Igreja de S. Isidoro. Ver *Lucas de Tuy, Milagros de San Isidoro*, reprodução da tradução de Juan Robles (1525) realizada por Pérez Llamazares & Viñayo González, eds., 1992, pp. 41-44.

literária a que já aludimos atrás, cuja presença se atesta tanto no *Livro Velho de Linhagens* como no prólogo da versão galego-portuguesa da *Crónica de Castela*.

Com efeito, ambos os textos conferem ao rei Ramiro I um acentuado protagonismo em estreita ligação com a memória da vitória sobre o mouro decorrente da evocação da batalha de Clavijo narrada no chamado *Privilegio de los Votos*[33], onde tem lugar a mais remota aparição do Apóstolo Santiago em campo de batalha[34]. Por um lado, esse mesmo Ramiro I – o conquistador ao mouro, com a legitimação de Santiago, do espaço necessário à fundação de de León e de Castela –, é também o protagonista da *Lenda de Gaia* do *Livro Velho de Linhagens*[35] cuja função neste livro é estabelecer o início da mais prestigiada linhagem portuguesa – a da Maia –, da qual os Riba de Vizela se reclamam em solo português[36]; por outro lado, não existe boa razão para que, no texto que preludia a tradução galego-portuguesa da *Crónica de Castela*, se retome a letra, embora muito abreviada, da narrativa de Clavijo, num contexto em que, à partida, não há lugar para o rei em questão, já que a estrutura do *Liber Regum* aí usada omitira toda a dinastia ovetense e leonesa a partir de Afonso, o Casto. Tal só pode ter sucedido se os redactores tiverem atribuído ao dito rei, e ao auxílio divino de que beneficiou, um valor semelhante àquele que já se insinua no *Livro Velho de Linhagens*.

Assim, no contexto histórico e literário a que nos vimos referindo e dentro das suas precisas condicionantes cronológicas, Martin Gil de Riba de Vizela (ou «de Sousa»), é a personalidade que se oferece com mais naturalidade como podendo ter sido o promotor da introdução à *Crónica de Castela* e, com toda a probabilidade, do conjunto formado pela crónica e pelos seus dois paratextos, mesmo que a elaboração deste conjunto tenha sido faseada ao longo de um breve período de tempo.

Por último, para compreender as circunstâncias que envolvem a constituição do conjunto cronístico formado em torno da redacção galego-portuguesa da *Crónica de Castela*, é preciso entender o posicionamento político do prócer português de que vimos falando, ao longo de um período que, na cena ibérica, é essencialmente marcado pelo problema da sucessão de Sancho IV no trono castelhano e leonês. Sendo verdade que a corte portuguesa no seu todo acompanhou as movimentações dos vários partidos que

[33] Sobre a afinidade entre o texto do *Privilegio de los votos* e a forma de apropriação da *Lenda de Gaia* no *Livro Velho de Linhagens*, remetemos o nosso leitor para Miranda, 2010c.

[34] Remota em termos de colocação na cronologia da História, já que tanto o relato da tomada de Coimbra por Fernando Magno da *Historia silensis*, como aquele que surge no *Codex calixtinus* foram redigidas antes da versão do *Privilegio de los votos*. Sobre o tema, ver Falque, 2002.

[35] Sobre esta narrativa, ver Miranda, 1988; Ferreira, 1998; Ramos. 2011.

[36] De notar que estes dois textos – *Livro Velho de Linhagens* e tradução galego-portuguesa da *Crónica de Castilla* com o seu apêndice inicial – se singularizam na convocação simultânea do pagamento do voto a Santiago por Ramiro I e da fundação de León e de Burgos por parte deste rei e pelo seu filho. Note-se ainda que este arranjo historiográfico-lendário é específico das obras em causa. Na reescrita da *Lenda de Gaia* levada a cabo no seu *Livro de Linhagens*, o Conde D. Pedro alterará profundamente este contexto, a começar pela figura do rei asturiano que passará a ser então Ramiro II. Sobre o assunto, ver Ferreira, 2010; Ferreira, 2011.

se opuseram ao acesso ao trono de Fernando IV, vindo a conceder um apoio declarado às pretensões do infante D. João ao título de rei da Galiza e de Leon, não o é menos que o poder político português foi alterando a sua posição à medida que a candidatura deste infante ia mostrando claras debilidades, acabando por transferir esse apoio para o jovem rei Fernando e para Maria de Molina[37]. Não temos qualquer sinal de um posicionamento diferente por parte de Martin Gil, alferes-mor de D. Dinis a partir de 1295, o que significa que dificilmente poderia estar do lado do seu primo Fernán Rodriguez de Castro, aquando da rebelião anti-castelhana de 1304 que este comanda em Monforte.

Tanto quanto sabemos, a sua aproximação à corte de Fernando IV e Maria de Molina foi-se acentuando nos anos seguintes, em sintonia com a política de D. Dinis, tanto agindo de acordo com as iniciativas do rei português como assumindo actos homólogos aos da família régia portuguesa. Esse trajecto fora já preludiado pelo casamento com Violante Sanches, filha de João Afonso de Meneses e neta de Sancho IV de Castela, que tem lugar em 1304[38], e estará bem presente quando, em 1309, acudir com setecentos cavaleiros em auxílio dos reis de Castela, primos de sua mulher[39]. A sua proximidade dos meios régios castelhanos, que provavelmente transmitirá ao seu jovem protegido, Pedro Fernandez de Castro, em contraste com o que havia sido a atitude política do infausto progenitor deste último, deverá ter-se apoiado ainda no facto de deter numerosos bens imóveis em territórios sob o senhorio castelhano.

Ter-se-á tornado vassalo do rei de Castela, de acordo com a acusação que sobre ele lançará D. Dinis anos mais tarde na célebre proclamação contra o infante D. Afonso[40]? Analisando o seu longo testamento, onde se fala essencialmente de fortalezas e bens que copiosamente acumulara, verificamos que o seu património se estendia de Portugal à Galiza e de León a Castela[41]. A sua mais prezada praça-forte, Zagala, que deixa ao herdeiro Pedro Fernandes de Castro[42], situa-se, aliás, em território castelhano. Torna-

[37] Ver Sottomayor-Pizarro, 2005, pp. 105-115.

[38] Ver Sottomayor-Pizarro, 1999, vol. I, p. 554.

[39] Ver Sottomayor-Pizarro, 2005, p. 168.

[40] Documento resumido em Brandão, 1650-2008, pp. 367-372.

[41] À semelhança do que pede ao rei português relativamente aos bens que tem no reino, Martin Gil roga ao rei de Castela que «…defenda os meus testamenteiros que nom recebam força daquelo que eu hei em Castrela & en León & en Galiza…». Para que se ajuize da natureza de alguns desses bens, solicita Martin Gil, noutro ponto do seu testamento, que «qualquer que seja Alcaide do castelo de Burguillos o entregue logo a Fernão Vasques meu mordomo, que o tenha para entregalo a ElRey de Castela em aquella maneira meesma que eu mando que lhe entreguem o de Alconchel» (Brandão, 1650-2008, pp. 578-582).

[42] «Outrossi mando a D. Pedro Fernandes de Castro, meu sobrinho e meu criado, o meu castelo de Zagala com todolos seus termos & com todalas suas rendas & com todolos direitos que lhi pertençam, que o haja por herda[d]e para todo o sempre, elle e todolos seus successores que del descenderem lidimamente». Para além de receber a emblemática fortaleza de Zagala, Pedro Fernandez de Castro é verdadeiramente o único herdeiro pessoal do II Conde de Barcelos. Toda a primeira parte do testamento lhe é dedicada, incluindo precisas indicações sobre a atitude de protecção da sua integridade pessoal que os vassalos do Conde deveriam assumir futuramente. Muito ilustrativo também da deriva pró-castelhana deste magnate

se visível que, para além da ligação familiar à corte castelhana, o simples facto de exercer domínio senhorial sobre terras situadas na área de soberania do rei de Castela o obrigava a alguma forma de fidelidade àquele que aí seria o seu senhor natural. O que é certo é que, na sequência de disposições do rei português relativamente à herança de João Afonso Telo de Meneses, que o desfavoreciam, Martin Gil abandona, no início de 1312, todos os cargos curiais que detinha em Portugal, desnaturaliza-se e exila-se em Castela, onde vem a morrer pouco depois. Como foi já observado[43], Martin Gil retoma, assim, o trajecto castelhano do seu avô, Gil Martins, provavelmente o grande arquitecto da «deriva ibérica» dos destinos da linhagem.

Não será surpreendente que tenha sido nesta derradeira fase da sua vida que, dando consistência intelectual às suas opções políticas, Martin Gil tenha mandado executar o primitivo conjunto historiográfico construído em torno da tradução galego-portuguesa da *Crónica de Castela*. Afinal, o investimento na escrita historiográfica e genealógica tinha já raízes na sua família, como procurámos pôr em evidência. Também fica patente que, a ter sido assim, esta crónica cedo terá transitado para meios galegos, podendo ter feito parte dos bens deixados em herança a Pedro Fernandes de Castro. Em todo o caso, dificilmente encontraremos no Ocidente peninsular e nesta precisa cronologia (1300 a 1312, provavelmente mais próximo deste último ano do que do primeiro) outra personagem cujo perfil se ajuste tão flagrantemente ao do responsável pela autoria dessa vetusta e veneranda peça da historiografia hispânica.

Bibliografia

Alfonso, Isabel (2002), «*Desheredamiento* y *desafuero,* o la pretendida justificación de una revuelta nobiliaria», *Cahiers de Linguistique et de Civilisation Hispanique Médiévale*, 25, pp. 99-129.

Armistead, Samuel G. (1966-1967), «New Perspectives in Alphonsine Historiography», *Romance Philology*», 20, p. 204-217.

Armistead, Samuel G. (2002), «La "Crónica de Castilla" y las "Mocedades de Rodrigo"», *in* Inés Fernández-Ordóñez (coord.), *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España,* Valladolid, Universidad de Valladolid – Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, pp. 159-172.

Azevedo, Pedro de (ed., 1906-1910), *Livro dos Bens de D. João de Portel*, Lisboa, Archivo Historico Portuguez.

português é a explícita solicitação, no aludido testamento, de que a guarda do jovem Pedro Fernandez venha a ser assumida pelo infante D. Pedro, irmão de Fernando IV de Castela, abrindo assim aos Castro galegos um rumo de fidelidade à coroa castelhana que, como é sabido, Pedro Fernandez, «el de la guerra», irá trilhar mais tarde sem hesitação.

[43] Ver Sottomayor-Pizarro, 1999, vol. I, p. 554.

Bautista, Francisco (2010), «Original, versiones e influencia del *Liber regum*: estudio textual y propuesta de stemma», *e-Spania*, 9, jun. URL: http://e-Spania.revues.org/19884.

Bautista, Francisco (2006-2007-2008), «El pasado y el texto: los estudios historiográficos y épicos de Diego Catalán», *Revista de Filoloxia Asturiana*, 6-7-8, pp. 169-216.

Brandão, Francisco (1650-2008), *Monarquia Lusitana VI*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2008 [fac-símile da edição de 1650].

Boullón Agrelo, Ana Isabel (2007), *Na nosa lyngoage galega: A emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, Instituto da Língua Galega, Instituto da Língua Gallega.

Catalán, Diego (1962), *De Alfonso X al conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*, Madrid, Gredos.

Catalán, Diego (1995), «La expansión al occidente de la Península Ibérica del modelo historiográfico "Estoria de España" – Nuevas precisiones», *in* Cilene da Cunha Pereira e Paulo Roberto Dias Pereira (orgs.), *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in Memoriam Celso Cunha*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Catalán, Diego (2000), «Monarquía aristocrática y manipulación de las fuentes : Rodrigo en la *Crónica de Castilla*. El fin del modelo historiográfico alfonsí», *in* Georges Martin (ed.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XIV)*, Madrid, Casa de Velázquez, pp. 75-94.

Catalán, Diego (ed., 1977), *Gran Crónica de Alfonso XI*, Madrid, Gredos.

Catalán, Diego e Maria Soledad Andrès (eds., 1970), *Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que Ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid, Gredos, 1970.

Cintra, Luís Filipe Lindley (1950), «Uma tradução galego-portuguesa desconhecida do *Liber Regum*», *Bulletin Hispanique*, 52 (1-2), pp. 27-40.

Cintra, Luís Filipe Lindley (ed., 1951), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. I (Introdução).

López Ferreiro (1898-1909), A., *História de la S.A.M. Iglesia de Santiago*, 11 voll., Santiago, Imp. Y Enc. Del Seminario Conciliar Central.

Escalona Monge, Julio (2002), «Los nobles contra su rey. Argumentos y motivaciones de la insoburdinación nobiliaria de 1272-1273», *Cahiers de Linguistique et Civilisation Hispaniques Médiévales*, 25, pp. 131-162.

Falque, Emma (2002), «El llamado *Privilegio de los votos*, fuente del *Chronicon mundi* de Lucas de Tuy», *Habis*, 33, pp. 573-577.

Ferreira, Maria do Rosário (1998), «Outros Mundos, Outras Fronteiras: Ramiro, Tristão e a divisão da terra de Espanha», *in Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval – As relações de Fronteira no Século de Alcañices*, publicadas na *Revista da Faculdade de Letras [do Porto] – História*, II série, XV, t. 2, pp. 1567-1579.

Ferreira, Maria do Rosário (2010), «O *Liber regum* e a representação aristocrática da Espanha na obra do Conde D. Pedro de Barcelos», *e-Spania*, 9, jun. URL: http://e-spania.revues.org/19675.

Ferreira, Maria do Rosário (2011), «D. Pedro de Barcelos e a representação do passado Ibérico», *in* Maria do Rosário Ferreira (org.), *O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIIIı e XIV (Em memória de Diego Catalán)*, *Cadernos de Literatura Medieval – CLP*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 81-106.

Ferreira, Maria do Rosário (2012), «As traduções de Castelhano para Galego-Português e as políticas da língua nos séculos XIII e XIV», *e-Spania*, 13, jun. URL: http://e-spania.revues.org/21021.

Krus, Luís (1994), *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*, Redondo, Patrimonia.

Lorenzo, Ramón (ed., 1975), *La Traducción Gallega de la* Crónica General *y de la* Crónica de Castilla, ed. crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario, 2 voll., Orense, Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijoó.

Martin, Georges (1992), *Les juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l'Espagne médiévale*, Paris, Klincksieck.

Mattoso, José (1982), «O Mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa», *in Religião e Cultura da Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Miranda, José Carlos Ribeiro (1988), «A "Lenda de Gaia" dos Livros de Linhagens: uma Questão de Literatura?», *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, II série, V, t. II, Porto, pp. 483-515.

Miranda, José Carlos Ribeiro (2009), «A Introdução à Versão Galego-Portuguesa da *Crónica de Castela* (A2a): Fontes e estratégias», *in* Maria do Rosário Ferreira; José Carlos Ribeiro Miranda e Ana Sofia Laranjinha (eds.), *Seminário Medieval 2007-2008*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 61-97.

Miranda, José Carlos Ribeiro (2010a), «Do *Liber Regum* ao *Livro Velho de Linhagens*», *in* Francisco Bautista e Jimena Gamba (eds.), *Estudios sobre Edad Media, el Renacimiento y la Temprana Modernidad*, San Millán de la Cogolla, SEMYR-CILENGUA, pp. 301-310.

Miranda, José Carlos Ribeiro (2010b), «Do *Liber regum* em Portugal antes de 1340», *e-Spania*, 9, jun. URL: http://e-spania.revues.org/19315.

Miranda, José Carlos Ribeiro (2010c), «Do rex Ranimirus ao rei Ramiro: emblemas da heráldica literária no Ocidente ibérico entre os finais do século XIII e os inícios do século XIV», *in Actas del XIII Congreso Internacional de la AHLM. In Memoriam Alan Deyermond*, Valladolid, Ayuntamiento de Valladolid y Universidad de Valladolid, vol. I.

Miranda, José Carlos Ribeiro (2011), «Os Sousões contra Afonso VI: Memória histórica ou "apostila de escárnio"?», *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, 34, pp. 71-84.

O'Callaghan, Joseph F. (1999), *El rey sabio. El reinado de Alfonso X de Castilla*, 2ª ed., Sevilla, Universidad de Sevilla.

Pardo Guevara y Valdés, Eduardo (2000), *Los señores de Galicia. Tenentes y condes de Lemos en la Edad Media*, 2 voll., A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza.

Pérez Llamazares, Júlio e António Viñayo González (eds., 1992), *Lucas de Tuy, Milagros de San Isidoro*, León, Universidad de León/ Cátedra de San Isidoro de la Real Colegiata de León.

Ramos, Maria Ana (2011), «Narrativas Medievais. A "Lenda de Gaia" na esteira agostiniana», *Românica*, 20, pp. 73-92.

Rochewert-Zuili, Patricia (2010), *Crónica de Castilla*, Paris, SEMH-Sorbonne (Les Livres d'e-*Spania* «Sources», 1). URL : http://e-spanialivres.revues.org/137.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto (1999), *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 voll., Porto, Universidade Moderna.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto (2005), *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores.

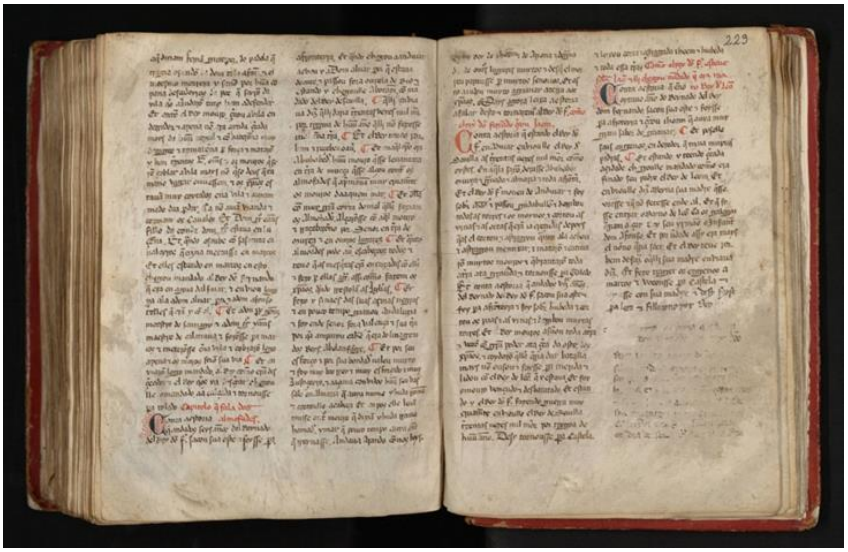
Sousa, Bernardo Vasconcelos e (2005), *D. Afonso IV*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Torres Sevilla-Quiñones de Léon, Margarita (1999), *Linajes nobibliarios en León y Castilla (siglos IX-XIII)*, Valladolid, Junta de Castilla y León.

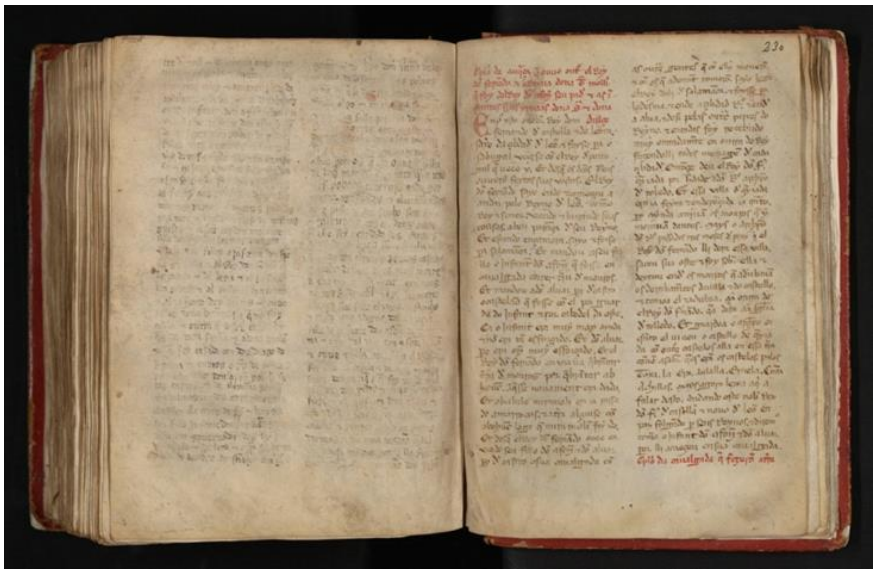
Apêndice 1

1.1. A2d

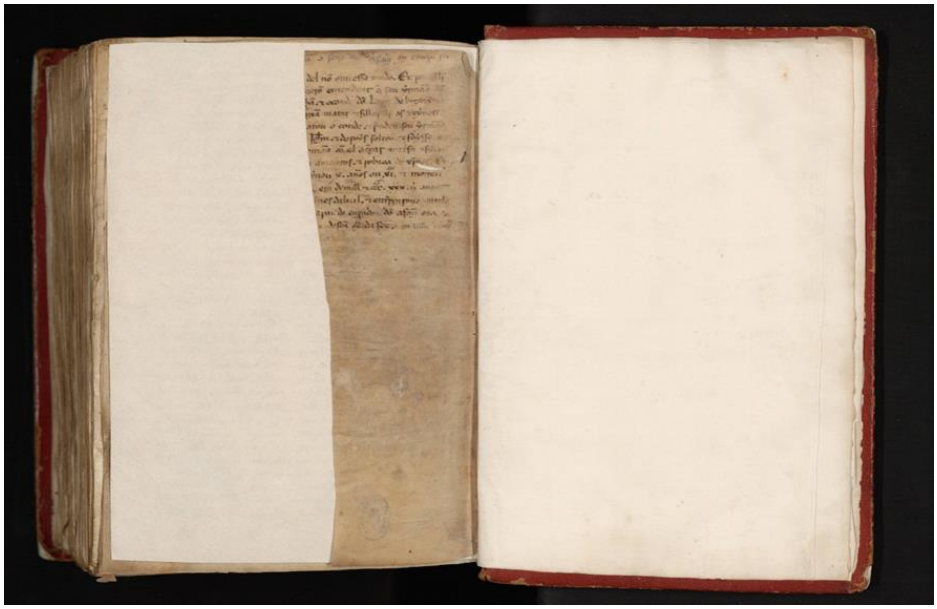
fol. 229r



fol. 229v



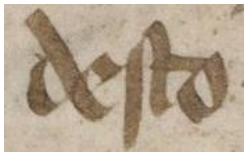
fol. 265r



1.2. Anotações paleográficas

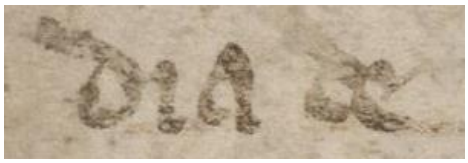
A letra «*d*» na *Crónica de Castela* e na sua conclusão original (A2d)

A2b (CC) A2d







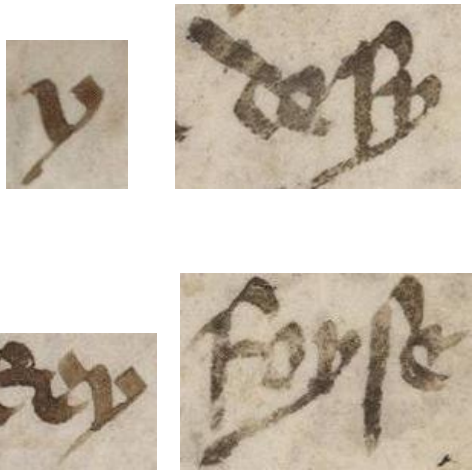




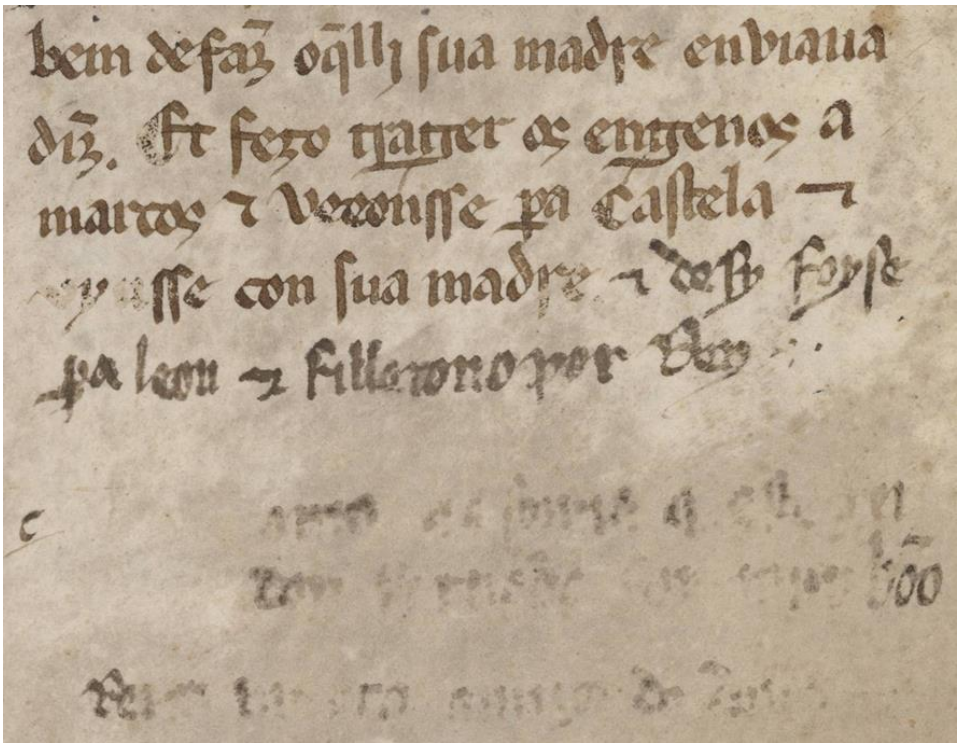


A letra «y» na *Crónica de Castela* e na sua conclusão original (A2d)

A2b (CC) A2d



1.3. Transição da *Crónica de Castela* para A2d (pormenor do fol. 229r)



Apêndice 2

Primitiva conclusão da tradução galego-portuguesa da *Crónica de Castilla* (A2d)

(ms 8817 BNE, ff. 229 r e v e 265 r)

…e des y foyse pera León e fillarõno por rey.

Conta a estoria que este rey Don Fernando foy muy bõo rey e muyto amigo de Deus. E fillou Cordoba a mouros en dia de San Pedro e de San Paulo apostolos ena era de mil e CC LXX III anos, e fillou Sevilha a mouros en dia de San Clemente ena era de mil e CCLXXXVI anos e fillou Jaen en dia de Sancta Maria de […] ena era de mil CC LXXXIIII a mouros, e o Algarbe, e muytos castelos e muytas vilas, e a mayor partida da Andaluzia. E desta reyna Dona Beatriz ouve o infante Don Afonso e Don Enrique. Este infante Don Afonso, sendo infante, com poder do padre fillou Murça a mouros.

E morto El-Rey Don Fernãdo, reynou en Castela e en Leon este seu fillo rey Don Afonso. Este rey Don Afonso britou os foros aos poboos e deytou-lles muytos peytos e muytos pedidos ena ter[r]a, e bateu moẽdas de muytas guisas; e casou com Don[a] Violante, filla d'El-Rey Don Iaymes d'Aragon, e dela ouve fillos o infante Don Fernã Guedelha, e al Rey Don Sancho de Castela e de Leon, e al infante Don Pedro, e al Infante Don Iohan e al infante Don Iaimes; e ouve fillas Dona Birĩguela que nõ foy casada, e outra que casou com o marques de Monferrã e a Dona Violante que foy casada com Don Diago de Bizcaya.

E enviou o papa de Roma por este rey Don Afonso por lo fazer emperador de Alemaña, porque era do linaguẽ dos emperadores, e elle foy a la corte do papa e leyxou seu fillo infante Don Fernã Guedella por gouernador dos reynos de Castela e de Leon. E o papa soube en verdade do Arçobispo de Santiago Don Gonçaluo Gomez e do bispo Don Martiño de Leõ en como dasaforaua seus poboos, e nõ lle quiso dar o emperadgo, e deu-lle algo e enuioo para sua terra. E este seu fillo, infante Don Fernã Guedella, morreu ante ca elle. E depoys este rey Don Afonso moueu-se pera fazer hũ grande agrauamento a seus poboos, que quẽ ouuese valia de dos marcos de prata que lle desse uno; e os poboos teuerõse ende por muyto agrauados e alçaronse todos com o infante Don Sancho seu fillo e guerrearõ com el dous anos, e ele foy exardado dos reynos estos dous anos, saluo Sevilla, en que ficou com algũos poucos castelos. E a cabo destes dous anos morreu ena era de mil CCC XXII anos, nomes d'Abril.

E ẽpos sua morte reynou seu fillo El-Rey Don Sancho e casou con a reyna Dona Maria, filla do infante Don Afonso de Molina e neta d'El-Rey Don Afonso de Leõ, e ouve en ela por fillo al Rey Don Fernãdo de Castela e de Leon, e al infante Don Enrique, o que foy mudo, e el infante Don Pedro, e al Infante Don Filipe e a la infanta Dona Ysabel. E este rey Don Sancho foy muy forte caualeiro e muyto ardido en feyto d'armas e nõ auia ueziño que del nõ ouuesse medo. E porque lle fizeron entẽdẽte que seu yrmão Don Johan e o conde Dõ Lope de Bizcaia [o que]rriã matar e fillar-lli os reynos, [m]atou o conde e prendeu seu irmão [Dõ] Iohan. E depoys soltoo e foysse o irmão com el a cercar Tarifa e fillaron[a] a mouros e pobroa de christiãos. E [r]eynou X anos ou XI e morreu [ena] era de mil CCC XXX III anos no mês d' Abril e enterrarono en Toledo a par do enperador Dõ Afonso ena [iglesi]a de Sancta Maria da See.

Autor:
António Resende de Oliveira
antonioroliveira19@gmail.com

Título:
Mulher e cultura nos primórdios da universidade portuguesa

Resumo:

Embora afastada da escolaridade medieval e moderna portuguesas, a ligação da mulher à cultura nunca deixou de estar presente no percurso de muitas mulheres desde a Antiguidade aos tempos modernos. Situada no âmbito da oralidade que acompanhou a grande maioria de população nos períodos medieval e moderno, ou aproximando-se já de círculos com acesso a manifestações da cultura escrita, e participando e dinamizando mesmo ambos os meios culturais, são muitos os contextos que exigiram a sua presença. Neste ensaio, e sem preocupações de exaustividade, exploramos alguns exemplos que deixaram marcas na documentação do período que acompanhou as primeiras décadas da história da universidade em Portugal, e que nos permitem divisá-la em diferentes actividades relacionadas com os dois meios culturais assinalados.

Palavras-chave: História da Mulher, Idade Média, cultura, soldadeira, mecenato, bibliotecas.

Abstract:

Although removed from Portuguese medieval and modern schools, the connection of women to culture was always present in the path of many women from Antiquity to modern times. Integrated within the scope of the orality that accompanied the vast majority of the population in the aforementioned periods, or approaching themselves from circles with access to written culture, and participating and stimulating even different cultural systems, there are many contexts that required his presence. In this essay, without any concern of completeness, we explore some examples from documents that have accompanied the first decades of the history of the Portuguese university, and that allow you to see her in different activities related to the cultural environments mentioned.

Keywords: Women's history, Middle Ages, culture, 'soldadeira', female patronage, libraries

Plano

As culturas medievais
Os inícios da Universidade e a mulher
Jogralesas e soldadeiras
Refranes que dizen las viejas tras el fuego
A mulher e o livro
Balanço provisório

Como citar este artigo:

António Resende de Oliveira, «Mulher e cultura nos primórdios da universidade portuguesa», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais,* nº 6, 2021, pp. 65-77. DOI: https://doi.org/10.21747/21839301/gua6a3

MULHER E CULTURA NOS PRIMÓRDIOS DA UNIVERSIDADE PORTUGUESA*

António Resende de Oliveira
Prof. Aposentado da FLUC
Investigador integrado do CHSC
ORCID: 0000-0003-2123-1943

Raras e discretas poderia, talvez, ser um bom título para uma comunicação que tratasse, como esta, da ligação entre a mulher e a cultura nas primeiras décadas de funcionamento da universidade portuguesa. Poderia... mas tal como se poderia falar igualmente de *raros e discretos*, pensando na ligação à cultura dos homens do mesmo período. Diferença, não de somenos, é certo, somente a poderíamos assinalar na produção cultural escrita, ainda ausente na mulher.

As culturas medievais

Servem esta palavras apenas para uma primeira nota sobre o mundo cultural do período em análise e sua especificidade. A passagem do mundo antigo ao medieval foi marcada pelo desaparecimento da cultura escrita do meio laico, ficando esta condicionada pelas instituições eclesiásticas, dependentes de um conjunto de textos era necessário ler, interpretar e preservar. Os textos sagrados, em primeiro lugar, mas também as obras dos autores eclesiásticos, sobretudo dos mais importantes deles, os Padres da Igreja, fundamentais para a interpretação daqueles textos. Esta situação implicou uma redução significativa do acto escrito, se pensarmos que o meio eclesiástico nunca terá ultrapassado cerca de 1% da população europeia. Por outras palavras, entravamos num mundo onde a cultura era essencialmente uma cultura oral, poético-musical, com a sua congénere escrita a passar por uma fase de hibernação junto das sés e dos mosteiros[1]. Com a manutenção da escrita, a Igreja prosseguiu o esforço educativo

* Comunicação apresentada no ciclo de estudos *Raras e Discretas: as primeiras mulheres na universidade de Coimbra,* realizado a 26 de abril de 2017 no Arquivo da Universidade de Coimbra (sala D. João III), e organizado pelo CHSC com a coordenação científica de Irene Vaquinhas.

[1] Tudo começara nos séculos subsequentes à queda de Roma (Ward-Perkins 2006, cap. VII). Estando nós fora do período que pretendemos tratar, permitimo-nos apenas lembrar que a importância crescente da oralidade na Alta Idade Média tem sido abordada a partir de diferentes disciplinas das ciências sociais, nomeadamente em obras de Walter Ong, Marshall McLuhan, Paul Zumthor ou Jack Goody. Georges Duby parece mesmo ir mais longe quando fala nas ameaças que pairaram sobre a manutenção da própria cultura escrita na sequência do renascimento carolíngio: «Limité aux sommets de la société ecclésiastique, le milieu des lettrés fut si malmené après 860, que l'usage de l'écriture, déjà fort restreint, se perdit

do mundo antigo criando escolas, para o ensino do latim e da escrita, e tentando manter igualmente o programa de estudos proveniente dos finais do Império, apoiado na gramática e na retórica mas valorizando conhecimentos mais variados, que tinham sido acolhidos nas chamadas Sete Artes Liberais.

Somente a partir do século XII, com o renascimento das cidades e as escolas religiosas e laicas que aí se desenvolveram, e, por outro lado, com o reaparecimento da escrita junto de uma elite nobiliárquica, alterações de algum significado teriam lugar. Anunciava-se o reatar dos meios laicos com a cultura escrita e a emergência de uma nova cultura latina que terá nas universidades nascentes os seus polos dinamizadores. Ambas as novidades chegam a Portugal no século seguinte[2].

Os inícios da Universidade e a mulher

A 12 de Novembro de 1288, um grupo de clérigos portugueses, com aprovação régia, enviava ao Papa uma carta em que dava conta dos preparativos que estavam a ser feitos para a fundação de um Estudo Geral em Lisboa, pedindo-lhe a confirmação do mesmo. Essa confirmação chegou a 5 de Agosto de 1290, numa altura em que o Estudo estaria já em funcionamento. Mas cerca de 18 anos depois anunciava-se a sua transferência para Coimbra, invocando-se para tal as dificuldades da acomodação da nova instituição, ruidosa e privilegiada, na dinâmica cidade do Tejo[3].

Tanto no documento de 1288, quanto num documento de 15 de Fevereiro de 1309, que renovava os seus privilégios na nova casa coimbrã, são identificadas, de um modo claro, as duas principais razões da sua fundação: (I) a necessidade de conhecimento das leis, base de uma governação onde deveriam imperar a justiça e a equidade; (II) os benefícios de uma formação clerical sólida para o fortalecimento da Igreja e para a luta contra as heresias. Esta justificação de teor político e religioso nortearia certamente as orientações disciplinares da nova instituição, quer reforçando o conhecimento erudito que estava na base da formação clerical desde os finais do mundo antigo (em particular no âmbito da gramática, da retórica e da dialéctica), quer orientando-se, dentro das novas disciplinas que se afirmavam com a Universidade — o direito, a teologia e a medicina — para aquela que se terá imposto junto da instituição portuguesa desde o início: ou seja, o direito, nos seus dois grandes ramos medievais, o eclesiástico/canónico e o civil/romano.

---

presque entièrement», Duby (1975, p. 10). Sobre a cultura germânica veja-se o balanço de Millet (2007, caps. I e II).

[2] Para as transformações culturais dos séculos XII-XIII veja-se Le Goff, 1973, partes I e II. Mais abrangente, mas não menos importante para a compreensão da arte e cultura de ambos os séculos, Duby, 1979, pp. 97-184. Uma síntese mais recente pode ver-se em Power, 2007, cap. 5.

[3] Os três documentos foram editados e traduzidos em Brandão, 2008, [136]-[142], para as traduções). Para os estatutos de D. Dinis pode ver-se igualmente uma edição e respectiva tradução em Rodrigues, 1991.

Reconheça-se desde já que para a mulher, perante tal enquadramento — e quando não ocupava lugares eminentes dentro da Igreja ou no apoio jurídico ao poder político —, não parecia haver grande futuro neste Estudo, sendo por todos conhecida a demora da sua chegada à instituição. Mas ela não deixa de ser mencionada, com funções culturais específicas, embora fora do âmbito da cultura latina, no documento de 1309 que renova os privilégios da universidade nesta primeira presença em Coimbra, onde permanecerá até 1338. Já na parte final desse documento, o rei, propondo-se disponibilizar aos escolares o ambiente de tranquilidade adequado aos estudos — afastando-os dos assuntos seculares, da actividade militar e dos deleites mundanos — legisla o seguinte [tradução]:

> «... queremos e mandamos aos nossos funcionários e aos seus escudeiros e sequazes, a todas as soldadeiras do nosso reino e a todos os histriões e mimos, que daqui em diante não se atrevam a entrar nas casas dos escolares ou dos doutores, a fim de aí se hospedarem ou comerem; mais ainda, proibimos aos mimos e soldadeiras acima referidos que não tentem pedir nada aos já mencionados escolares, ou mesmo exigir a título de oferenda...»[4].

Desvenda-nos este excerto um pouco do quotidiano estudantil e da mistura cultural que representava a Universidade para quem se deslocava para Coimbra com o objectivo —sê-lo-ia, no início da instituição, para a quase totalidade dos escolares — de melhorar a sua formação clerical, complementando-a com o aprofundamento de conhecimentos no âmbito da teologia, do direito ou da medicina. Vemos que os estudantes poderiam ser surpreendidos nas suas residências pela chegada de jograis e respectivas acompanhantes, grupos que aí encontravam guarida e onde aparentemente eram bem acolhidos. É precisamente contra estes espectáculos jogralescos que a legislação régia procura acautelar o ambiente estudantil, escudando-se na tranquilidade e sossego que devia presidir ao dia a dia dos escolares, de modo a não perturbar o estudo das matérias ensinadas nos cursos.

Jogralesas e soldadeiras

Integrado numa das cidades mais importantes do reino, o meio estudantil defrontava-se assim com uma cultura urbana ainda mergulhada no âmbito da oralidade, e por isso mal conhecida, onde pontificavam o jogral e a soldadeira, dois agentes culturais bem conhecidos dos círculos trovadorescos portugueses desde os inícios do século XIII e figurando nas iluminuras do Cancioneiro da Ajuda no acompanhamento instrumental das cantigas. Quanto à soldadeira, podendo aparecer

[4] Tendo em vista a clarificação do texto, introduzimos algumas alterações às traduções antes citadas deste documento de D. Dinis, em particular no que diz respeito à identificação dos agentes culturais laicos neles mencionados.

associada a outras designações, como a mais erudita de *estipendiária*[5], de jogralesa ou de cantadeira, desempenharia um papel importante nestes espectáculos que podiam conciliar cantares com mímica e teatro, dança ou narrativas de tipo diverso consoante o reportório desta ilustre parelha e os círculos que frequentavam[6].

Algumas delas apareceram ocasionalmente na documentação, como uma D. Teresa «jograreisa», cuja casa confrontava com um prédio rústico em Valada (Santarém), em 1299. Outras surgem em cartas que se refere às suas próprias actividades, como a de D. Pedro IV de Aragão, de 14 de Maio de 1336, em que recomenda os jograis Fernão Peres, português, e sua mulher Sancha [Fernandes], que se preparavam para viajar exercitando a sua arte. De outras preservou-se a memória da sua ligação a membros da nobreza, como Clara Vicente, que em fins do século XIII foi barregã de Fernão Afonso Alcoforado, de quem teve um filho[7].

Que a sua presença era igualmente habitual em ambientes nobiliárquicos mais ou menos cortesãos, para além do testemunho dos cantares trovadorescos, é-nos aclarado na legislação relativa ao direito de padroado — isto é, ao direito de algumas famílias da nobreza usufruírem de aposentação e comedoria em mosteiros —, legislação que tentava controlar o séquito com que cada nobre se poderia apresentar nessas instituições. Foi o caso de uma lei de D. Dinis de 1307 em que reafirma uma lei de seu pai pelo facto de os ricos-homens se continuarem a aposentar nos mosteiros com séquitos mais alargados e levando também para lá "as suas mulheres e soldadeiras e jograis muitos e comem com eles nos claustros e nas câmaras dos priores e dos abades"[8]. O próprio rei não parece ter ficado imune a esta legislação em que procurava controlar a presença destes agentes culturais quer junto da universidade quer da nobreza. Na verdade, D. Afonso III nos inícios do seu reinado, parece ter-se preocupado com a necessidade de alguma contenção nas despesas da corte, tendo alguns dos seus cortesãos apresentado um regimento cujos decretos XI-XII redefiniam o acolhimento a soldadeiras e jograis nos paços régios[9].

Refranes que dizen las viejas tras el fuego

Se sairmos das cidades e das cortes, e mantendo-nos em contextos culturais onde a difusão e preservação de saberes e narrativas são assegurados oralmente, através da palavra ou da associação da poesia e da música, verificamos que a mulher parece surgir,

[5] Esta designação, ligada igualmente aos proventos que retirava do seu trabalho, era a preferida por Álvaro Pais, bispo de Silves, na parte em que fala nos 'pecados dos príncipes' no seu *Espelho dos Reis*. Cf. Barbosa, (ed.), 1992, p. 187.

[6] Menéndez Pidal, 1991, pp. 51-66; Oliveira, 1995, pp. 47-61; Oliveira, 2001.

[7] *Torre do Tombo*, CR, Chelas, m. XIV, doc. 262; Gómez, 1986; Mattoso, 1980, vol.1, p. 420.

[8] Albuquerque e Nunes, 1988, p. 65; Oliveira, 2001.

[9] Ventura, 2009, pp. 275-278; Oliveira, 2001.

soberana, como o principal elo da transmissão da cultura tradicional dos meios rurais. É, pelo menos, para ela que aponta o título de uma das primeiras compilações peninsulares de provérbios — efectuada na primeira metade do século XV por Iñigo López de Mendoza, o marquês de Santillana —, e que dá uma clara primazia, senão na produção pelo menos na transmissão de provérbios e de outros saberes práticos, sobretudo às mulheres em que se associam idade e experiência: *Refranes que dizen las viejas tras el fuego*. Parafraseando José Mattoso, que fez um balanço da literatura proverbial na Idade média portuguesa:

> «Não bastam as manifestações externas, públicas, registadas nas fontes documentais e narrativas para conhecer a vida [das sociedades rurais]. Por detrás delas estão mecanismos ocultos onde, pelo menos ao nível da prática, intervêm as mulheres, e mesmo as de idade, a quem é cometido o papel de transmitirem as fórmulas condensadoras do saber colectivo e de ditarem os limites dentro dos quais se devem pôr em prática as regras estabelecidas, tendo em conta o seu carácter relativo e teórico»[10].

Numa cultura cujo funcionamento e evolução foram imunes às transformações da sociedade circundante, desde que ela não pusesse em causa modos de vida tradicionais, não seriam de esperar grandes alterações quanto ao papel da mulher pelo facto de, nos primórdios da universidade portuguesa nos situarmos a cerca de um século de distância da compilação do marquês de Santillana. Sendo certo que, tratando-se de uma compilação relativa a uma faceta da cultura rural pré-existente, ela remeteria também, inevitavelmente, para o século em que nos situamos.

A mulher e o livro

É tempo, enfim, de olharmos para o contributo da mulher no âmbito da cultura escrita. Pelos finais do século XIII, essa cultura dizia respeito não somente aos clérigos, mas também à elite laica, isto é, à nobreza, cujo regresso à escrita se iniciara na passagem do século XII para o século XIII com os primeiros cantares trovadorescos. Assinalámos igualmente o contributo da mulher no ambiente cortesão, apoiando apenas instrumentalmente o espectáculo trovadoresco, porquanto desconhecemos na Península a figura da *trobairitz* occitânica, ou seja, da mulher compositora. Mas terá de se assinalar que a sua proximidade com a escrita, em contexto mecenático, é já conhecida na primeira metade do século XII. Refiro-me à valorização recente dos mecenatos de D. Urraca de Castela e de D. Teresa de Portugal, em particular, no caso que nos interessa, pela presença junto da governante portuguesa do tradutor João de Sevilha e Lima, a quem esta encomendou a tradução do árabe para o latim da obra *Secretum Secretorum* (atribuída a Aristóteles) e que inclui um espelho de príncipes

[10] Mattoso, 1987, pp. 16-17.

redigido sob a forma de conselhos epistolares a Alexandre Magno. Das obras do tradutor retira-se ainda a indicação de que concluiu outros trabalhos em Límia, região do sul da Galiza pela qual D. Teresa manifestou particular interesse e para a qual se afastou após 1128[11].

Mais de um século depois, a infanta D. Mafalda, conhecida pela revitalização trazida ao mosteiro de Arouca, onde introduziu a regra cisterciense, deixava ao mosteiro de frades pregadores do Porto uma quantia para livros, perdoava uma dívida a Alcobaça deixando-lhe ainda uma bíblia que lhe tinham ofertado, e mandava a sua irmã Urraca, entre outras coisas, um Livro de Horas de Nossa Senhora (Coelho 1989: doc. 16). A leitura destas obras de carácter religioso ou de simples Livros de Orações parecia ter-se divulgado junto das mulheres da linhagem régia ou mesmo junto de damas da alta nobreza, a ajuizar pelas representações que algumas parecem ter escolhido para os jacentes dos seus túmulos. Datam precisamente de finais do século XIII e primeira metade do século XIV alguns jacentes onde a dama surge, serena, em postura de leitura de Livros de Orações. Para mencionarmos apenas dois deles, ambos presentes na Sé de Lisboa, um pertencerá, a partir da respectiva heráldica, a D. Constança, filha de D. Afonso, senhor de Portalegre, e de D. Violante Manuel, e o outro pertence a D. Maria Rodrigues de Vilalobos, mulher de Lopo Fernandes Pacheco. A encomenda do segundo terá sido providenciada pela própria D. Maria Rodrigues após a morte do marido, em 1349, constando de dois túmulos, da inscrição funerária de D. Lopo narrando episódios importantes da sua vida e de uma grade de ferro forjado que encerraria a capela de S. Cosme e S. Damião onde se situam os túmulos (Barroca 2000: nº 439 e 709; Fernandes 2001: 42-60 e 61-72).

O caso de D. Mafalda, com a sua proximidade a algumas instituições monásticas, como Alcobaça, desvendou-nos a mulher como receptáculo de doações de livros, neste caso de teor religioso. Mas essas doações, quando eram provenientes do seio familiar, por via paterna ou materna, poderiam reflectir interesses culturais exteriores a preocupações propriamente religiosas. Terá sido esse o caso dos "livros e escrituras" do avô, que D. Branca, filha de Afonso III e neta de D. Afonso X de Castela, possuía e que, no seu testamento de 1321, mandava entregar a D. Maria de Molina[12]. Faltando-nos indicações mais concretas desse conjunto de obras, teremos de pensar que remeteriam certamente para áreas que mereceram alguma atenção por parte do rei Sábio, estando integradas, em consequência, na dinâmica cultural imprimida pelo monarca na corte castelhana e que constituiu, porventura, o seu principal legado[13].

De diferentes formas, vemos, assim, a mulher mergulhada na leitura e detentora de livros. Para a rainha D. Isabel, de acordo com a biografia feita pouco depois da sua

[11] Ferreira, 2016.

[12] Lizoain Garrido, 1987, doc. 364 e p. 325, para a referência aos livros de D. Afonso X e ao pedido da sua entrega à rainha.

[13] É bem conhecida a actividade cultural desenvolvida na corte deste monarca ao longo do seu reinado, que se espraiou por diferentes domínios, nomeadamente o direito, a historiografia, a poesia ou a ciência. Balanços dessa actividade foram sintetizados por vários historiadores, como Salvado Martínez, 2003, caps. VII a IX, ou González Jiménez, 2004, cap. XV.

morte, a oração e a leitura seriam lenitivos para esquecer o "peccado de luxuria" do rei[14]; mas a sua formação, a seguirmos o mesmo autor, era suficientemente sólida para lhe permitir corrigir os próprios clérigos[15]:

> «E des que ouviom as Vesperas que se diziom pellos seus clerigos tornava a dizer Vesperas com sas freiras; assi era entenduda e costumada em rezar, que se os seus clerigos erravam em sa presença em leer, ou em o canto, ella os corregia e emendava, e ella lia mui bem em Latim e linguagem.» (Vianna 1954: 105)

Com Bataça Lascaris encontramo-nos no mesmo mundo cortesão e com idêntica proximidade da corte. Mas é um caso à parte, em virtude de um enquadramento mais laico e da sua formação oriental. Estudada por Maria Helena Coelho e Leontina Ventura, o que me permite maior brevidade, esta princesa bizantina cujo imponente túmulo se encontra na Sé de Coimbra, acabou por se ligar a Portugal por via de Isabel de Aragão, de quem era familiar. Aqui casa, com Martim Anes de Soverosa, e por cá se mantém — se exceptuarmos os anos em que rumou para Castela como aia de D. Constança, filha de D. Dinis e de D. Isabel, e rainha daquele país entre 1302 e 1313 (Coelho e Ventura 1986). Relembrámo-la aqui porquanto o inventário dos seus bens levado a cabo em 1336 nos desvenda a sua biblioteca com 15 obras, a primeira que conhecemos em Portugal nos meios laicos (Coelho e Ventura 1987).

Registe-se que, para além de um núcleo de obras religiosas, sempre presente nas bibliotecas nobiliárquicas, D. Bataça possuía outras, produzidas certamente na corte de Castela, de carácter historiográfico ou legislativo, sendo mesmo anotada uma "que fala do Çide". E esta diversidade de interesses acompanha, de algum modo, a diversidade das línguas em que essas obras estão escritas, sendo mencionados o grego, o latim, o castelhano e o leonês nas seis obras que as indicam. A memória de D. Bataça alimentou ainda a cultura popular na região de Santiago de Cacém, o seu centro senhorial, em virtude de paços e das igrejas aí construídas, dando origem a lendas onde se transfigura em conquistadora da povoação, depois de ter aportado, com a sua esquadra, a Sines.

Conclusões gerais

Concluamos, com a consciência das dificuldades da empresa perante balanços ainda precários pela falta de sistematicidade dos dados em presença.

[14] Vianna, 1954, p. 83.

[15] Segundo Muñoz Fernández, "la inteligência es una cualidad carismática de la Reina que también se reconoce a otras santas, pero que no se atribuye, como cualidad, a la mujer como colectivo em la mentalidade de la época" (Muñoz Fernández, 1989, pp. 1138). Talvez uma análise comparativa de textos de cariz biográfico sobre rainhas peninsulares ou europeias dos séculos XIII e inícios do XIV permita destrinçar, nos respectivos retratos culturais, o que atribuir ao desenho modelar destas obras em relação às figuras de rainhas ou princesas, daquilo que poderá corresponder a uma maior aproximação às respectivas biografias. Cf., igualmente, Rosa, 2010, pp. 38-42.

Se no âmbito da cultura oral das comunidades rurais o papel da mulher parece ser essencial para a preservação e transmissão do saber dessas comunidades, e eventualmente para a sua produção, nos séculos XIII-XIV, em ambiente urbano ou cortesão, esse papel parece apagar-se um tanto, limitando-se a uma participação menos activa na difusão dessa cultura. Na dependência do jogral ou do trovador, como coparticipante limitada ao apoio instrumental ou corporal, através da dança, os jograis, trovadores ou clérigos deixaram dela uma imagem orientada não tanto para valorar as suas capacidades, quanto para acentuar o ambiente de alguma libertinagem associado aos círculos cortesãos que frequentava.

Do lado da sua ligação à cultura escrita, onde ainda não se lhe conhece uma produção própria, para além de nos vermos restringidos aos círculos da família régia ou da mais alta nobreza, parece prevalecer uma orientação de teor mais religioso, onde dominam os textos sagrados, as hagiografias e outras leituras de edificação, que se acordam com as ligações estabelecidas por algumas delas com diferentes instituições monásticas. Exceptuam-se, no período anterior, D. Teresa, que encomendara a tradução de um espelho de príncipes, e em parte D. Branca e D. Bataça, por livros recebidos em herança ou comprados, como certamente o foram os de D. Bataça, que parece revelar alguma sintonia com a cultura cortesã que se vinha a desenvolver na corte castelhana desde a segunda metade do século XIII[16].

Uma incursão mais sistemática nas fontes do período poderá ajudar a aferir melhor o retrato deixado.

Bibliografia:

Albuquerque, Martim de; Nunes, Eduardo Borges (ed., 1988), *Ordenações del-rei Dom Duarte*, Lisboa, FCG.

Barbosa, João Morais (ed., 1992), *Álvaro Pais*, Lisboa e S. Paulo, Editorial Verbo.

Barroca, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa*, 3 vols, Lisboa, FCG-FCT.

[16] Tratando do tema da mulher e da cultura sobretudo na primeira metade do século XIV, descuramos, naturalmente, a sua presença nas instituições monásticas, onde, ressalvada a proximidade a essas instituições de dois dos exemplos referidos, não é ainda notória a formação cultural no âmbito da cultura latina que parece detectar-se no século seguinte (Cf. Gomes 2022, pp. 575-596). Mesmo a cultura do clero urbano, tão activa no século XIII parece ter esmorecido por então, com a escrita e sua utilização a serem canalisadas sobretudo para actividades do domínio "político-social, jurídico e administrativo" (cf. Santos 2005, para um balanço dos meios e usos na escrita por meados do século XIV).

Beceiro Pita, Isabel (2007), «La relación de las mujeres castellanas con la cultura escrita (siglo XIII-inícios del XVI)», *in* Isabel Beceiro Pita, *Libros, Lectores y Bibliotecas en la España Medieval*, Murcia, Nausícaä, pp. 547-586.

Brandão, Frei Francisco (2008), *Monarquia Lusitana*, V (reimpressão da edição fac-similada de 1976), Lisboa, INCM.

Gómez, Maria Carmen (1986), «Da música em Portugal no século XIV», *JL. Jornal das Letras, Artes e Ideias*, ano VI, nº 214 (11 a 17-8-1986)

Coelho, M. Helena da Cruz (1989), *Arouca. Uma terra, um mosteiro, uma santa*, Arouca, Câmara Municipal.

Coelho, M. Helena da Cruz e Leontina Ventura (1986), «Vataça − Uma dona na vida e na morte», *in Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. 1, pp. 159-194.

Coelho, M. Helena da Cruz & Ventura, Leontina (1987), «Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência», *Revista de História das Ideias*, 9, pp. 33-77.

Duby, Georges (1975), *L' An Mil*, Paris, Gallimard/Julliard.

Duby, Georges (1979), *O Tempo das Catedrais. Arte e Sociedade (980-1420*), Lisboa, Editorial Estampa.

Fernandes, Carla Varela (2001), *Memórias de Pedra. Escultura tumular medieval da Sé de Lisboa*, Lisboa, IPPAR.

Ferreira, Maria do Rosário (2016), «L'action culturelle de la reine Teresa du Portugal», *e-Spania*, 24. DOI: 10.4000/e-spania.25777, [consultado a 23/11/2019].

Gomes, Saúl António (2022), «Testemunhos de exercícios abaciais e de autografia em mosteiros cistercienses femininos portugueses na Baixa Idade Média», *in* Arnaldo Espírito Santo, Maria Cristina Pimentel, Paulo Farmhouse Alberto e Rodrigo Furtado (coords.), *Optimo Magistro Sodalivm et Amicorvm Mvnvs. Homenagem a Aires A. Nascimento pelo seu 80º aniversário*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos.

González Jiménez, M. (2004), *Alfonso X el Sábio*, Barcelona, Ariel.

Le Goff, Jacques (1973), *Os Intelectuais na Idade Média*, Lisboa, Estúdios Cor.

Lizoain Garrido, J. M; Araceli Castro Garrido e F. Javier Peña Pérez (1987), *Documentación del Monasterio de las Huelgas de Burgos*, vol. V, Burgos, ediciones J. M. Garrido Garrido.

Mattoso, José (ed., 1980), *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2 voll, Lisboa, Academia das Ciências.

Mattoso, José (1987), *O Essencial sobre os Provérbios Medievais Portugueses*, Lisboa, INCM.

Menéndez Pidal, Ramón (1991), *Poesía Juglaresca y Juglares. Orígenes de las literaturas românicas*, Madrid, Espasa Calpe.

Millet, Victor (2007), *Héroes de Libro. Poesía heroica en las culturas germánicas medievales*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.

Muñoz Fernández, Angela (1989), «Santa Isabel Reina de Portugal: Una infanta aragonesa paradigma de religiosidad y comportamiento femenino en el Portugal bajomedieval», *in Actas de las II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. III. Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 1127-1143.

Oliveira, António Resende de (1995), *Trobadores e Xograres. Contexto histórico*, Vigo, Editorial Xerais.

Oliveira, António Resende de (2001), *Aventures i Desventures del Joglar Gallegoportuguès*, trad. de Jordi Cerdà, Barcelona, Columna edicions.

Power, Daniel ed. (2007), *El Cenit de la Edad Media*, Barcelona, Crítica.

Rodrigues, Manuel Augusto (1991), *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra.

Rosa, Maria de Lurdes (2010), «A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajectos de vida», *in* Maria de Lurdes Rosa, *Santos e Demónios no Portugal Medieval*, Lisboa, Fio da Palavra, pp. 15-67.

Salvado Martínez, H. (2003), *Alfonso X, el Sabio. Uma biografia*, Madrid, Polifemo.

Santos, Maria José de Azevedo (2005), *O Valor da Escrita em Tempos de Inês de Castro*, Montemor-o-Velho, Câmara Municipal.

Ventura, Leontina (2009), *D. Afonso III*, Lisboa, Temas e debates.

Vianna, José (ed.,1954). *A Vida da Rainha Santa Isabel*, Coimbra, Coimbra Editora.

Ward Perkins, Bryan (2006), *A Queda de Roma e o Fim da Civilização*, Lisboa, Alètheia Editores.

Autor:
Rute Russo
up201404759@edu.letras.up.pt

Título:
Rei posto, rei deposto: as representações das sucessões e deposições régias nas crónicas de Froissart, Ayala e Fernão Lopes

Resumo:

Este artigo centra-se nas representações cronísticas das sucessões régias nas obras de Fernão Lopes, Ayala e Froissart. Numa análise comparatista e interdisciplinar, cruzaremos relatos cronísticos produzidos por estes autores, procurando perceber a forma como construíram as imagens dos protagonistas e dos eventos nas deposições e sucessões régias nos reinos de Portugal, Castela e Inglaterra dos séculos XIV e XV.

Palavras-chave: Froissart, Fernão Lopes, Ayala, crónica, sucessão régia, deposição régia, D. João I, Pedro I de Castela, Eduardo II, Ricardo II,

Abstract:

This paper is centered on the representations of the crown's succession in the chronicles of Fernão Lopes, Ayala and Froissart. Through a comparative and interdisciplinary analysis, we will contrast the chronicler's representations by trying to understand how the authors elaborated the depictions of the main actors and events in the depositions and successions in the kingdoms of Portugal, Castille and England in the 14th and 15th centuries.

Keywords: Froissart, Fernão Lopes, Ayala, chronicle, crown succession, crown deposition, John I of Portugal, Peter I of Castille, Edward II, Richard II

Plano:

A crise dinástica de 1383-1385 em Froissart, Ayala e Fernão Lopes
A guerra civil castelhana de 1366-1369 em Ayala, Froissart e Fernão Lopes
As deposições de Ricardo II (1377-1400) e Eduardo II (1307-1327) em Froissart
Conclusões

Como citar este artigo:

Rute Russo, «Rei posto, Rei deposto: as representações das sucessões e deposições régias nas Crónicas de Froissart, Ayala e Fernão Lopes», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais* nº6, 2021, pp. 79-124.
DOI: https://doi.org/10.21747/21839301/gua6a4

REI POSTO, REI DEPOSTO: AS REPRESENTAÇÕES DAS SUCESSÕES E DEPOSIÇOES RÉGIAS NAS CRÓNICAS DE FROISSART, AYALA E FERNÃO LOPES

Rute RUSSO
(CITCEM-FLUP)
Bolseira de Investigação FCT
ORCID 0000-0002-8337-1178

O presente artigo tem como objeto de estudo as representações das deposições régias na cronística medieval do século XIV, nomeadamente em Fernão Lopes, Pero López de Ayala e Jean Froissar[1]. O espaço de análise consiste nos reinos de Portugal, Castela, Inglaterra e França numa cronologia que abarca os séculos XIV e XV.

As fontes da nossa análise serão as *Crónicas* de Ayala[2]. que englobam a *Crónica de Pedro I*, a *Crónica de Henrique II*, a *Crónica de Juan I* e a *Crónica de Henrique III*, assim como a obra de Fernão Lopes, que engloba a *Crónica de D. Pedro*[3], a *Crónica de D. Fernando*[4] e a *Crónica de D. João I*[5] e, por fim, as *Chroniques* de Jean Froissart[6]. As obras em análise são muito extensas, com especial destaque para as *Chroniques*. Esta é a obra mais extensa do período medieval tendo mais de um milhão de palavras[7]. Além disso contou com várias refundições, versões e variações textuais. As *Crónicas* de Ayala e a trilogia de Fernão Lopes possuem também uma considerável extensão. As *Crónicas* de Ayala têm também duas versões distintas, a longa e a curta[8]. A trilogia de Fernão Lopes não possui, contudo, grandes variações textuais[9].

---

[1] Este artigo insere-se no nosso projeto de doutoramento, o qual recebeu uma bolsa FCT, Referência 2020.06195.BD. A tese intitula-se "A crise dinástica de 1383-1385 em Fernão Lopes, Pero López de Ayala e Jean Froissart: a construção de uma narrativa histórica". Conta também com o apoio da FCT, MCTES, UE, FSE e NORTE 2020.

[2] Martin (ed.), 1991; Zurita e Amirola (eds.), 1779.

[3] Macchi e Amado (eds.), 2007.

[4] Macchi e Amado (eds.), 2004.

[5] Amado, Nunes, Pimenta e Costan (eds.), 2017; Cintra/Freire/Entwistle (eds.), 1977.

[6] Diller e Ainsworth (eds.), 2001; Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004; Croenen e Ainsworth (eds.), 2013.

[7] Skorge, 2006, p. 2.

[8] Martin (ed.), 1991, caps. XLC-XCIV.

[9] Macchi e Amado (eds.), 2007, caps. VII-LXXVII.

Os três cronistas descreveram vários episódios de sucessão dinásticas ao longo dos séculos XIV e XV e Froissart apresentou mesmo sucessões dinásticas nas grandes casas da nobreza europeia. Devido a esta abundância considerável de episódios não é exequível estudar todos num artigo. Decidimos assim centrar a nossa abordagem em quatro episódios: a guerra entre Pedro I de Castela e Henrique de Trastâmara; a crise dinástica portuguesa de 1383-1385; a deposição de Eduardo II de Inglaterra; a deposição de Ricardo II de Inglaterra. A deposição de Pedro I de Castela e a crise dinástica de 1383-1385 são dois eventos amplamente destacados pelos três cronistas.

A razão pela qual incluímos na nossa observação as deposições de Eduardo II de Inglaterra e de Ricardo II de Inglaterra, que apenas são narradas por Froissart, prende-se com duas razões. A primeira é que se trata de duas deposições régias num espaço político extrapeninsular e tal elemento traz, em nosso entender, à análise narratológica uma grande possibilidade comparatista de eventos políticos similares em contextos geográficos distintos. Comparar processos de sucessão na Península Ibérica e na Inglaterra afigura-se-nos como uma excelente oportunidade para procurar intuir padrões similares na resposta da sociedade medieval a estes fenómenos políticos, assim como destacar semelhanças no discurso cronístico sobre estas questões.

A segunda razão – e quiçá, a mais importante –, é que estamos em crer que, no relato das deposições de Eduardo II e de Ricardo II, Froissart complementou a sua narração dos acontecimentos ibéricos[10]. No relato do derrube de Ricardo II pelo futuro Henrique IV, Froissart construiu a imagem destes reis numa analogia com as imagens de Pedro I e de Henrique II. No relato da deposição de Eduardo II, Froissart apresenta o seu *exemplum* de rei ideal que permite entender a conceção que o cronista teria dos deveres do rei, da corte e dos conselheiros régios, contribuindo assim para esclarecer as imagens que construirá mais tarde dos acontecimentos das guerras ibéricas de sucessão. Estamos por isso em crer que não se pode entender a conceção froissartiana das matérias ibéricas sem cruzar o seu relato em outros episódios de deposição.

Faremos uma abordagem assente numa metodologia comparatista e interdisciplinar. Unindo história e literatura, numa abordagem que procura cruzar e contrapor relatos cronísticos, queremos colocar as seguintes questões: como se processavam as deposições e sucessões régias na Idade Média tardia? Que critérios sucessórios eram exigidos para se coroar um rei ou para se substituir um monarca por outro? Em que condições se poderia entronizar um rei? Qual a visão dos cronistas e da sociedade sobre estes fenómenos políticos? Qual o papel dos bastardos na sucessão régia? Poderiam reivindicar direitos à coroa em condições iguais aos filhos legítimos? As mulheres poderiam herdar e transmitir a coroa? Qual era o estatuto do grupo feminino

[10] A deposição de Eduardo II, que ocorreu em 1327, encontra-se narrada por Froissart no Livro I das suas crónicas. Contudo, este Livro sofreu várias refundições por parte de Jean Froissart, sendo que a última redação do Livro I é de data posterior aos eventos da crise dinástica portuguesa de 1383-1385 e da guerra civil castelhana de 1366-1369. Ver Croenen, 2015.

na sucessão e no tocante ao poder político? De que forma construíram os cronistas os relatos destes episódios? Que objetivos norteavam estas representações?

Os quatro episódios que selecionamos para análise são em nosso entender os ideais para responder a estas questões. Estas sucessões constituíram dos mais importantes acontecimentos sociopolíticos do século XIV e XV, tendo ajudado a moldar o novo quadro político que marcará o último período da Idade Média. Os cronistas são praticamente contemporâneos, sendo que Fernão Lopes (1380-1460?) dista de Froissart (1337-1407?) e Ayala (1332-1407) apenas 50 anos[11].

Por outro lado, os autores praticaram entre si uma forma de «intertextualidade», nomeadamente no amplo uso que Fernão Lopes fez da obra de Ayala como fonte. Por seu turno Ayala conheceu a obra de Froissart e procurou contrapor a este relato da deposição de Pedro I de Castela uma versão distinta da mesma. Também Fernão Lopes procurou «responder» ao relato de Froissart sobre a morte de Pedro, o Cruel, criando uma versão que é distinta tanto da ayaliana como da froissartiana.

A cronística medieval tem conhecido um grande interesse por parte da historiografia nos últimos quinze anos. Após um período de algum desinteresse, movido pela atenção dada à história económica e social, o discurso cronístico renasceu como motivo de atenção. Para isso contribuiu em parte a adoção crescente da interdisciplinaridade nas ciências sociais e na história em particular. A cronística medieval, nomeadamente a cronística régia, gerou sempre certo ceticismo na comunidade historiográfica, por se tratar de obras escritas com propósitos legitimadores[12]. A isto juntaram-se também críticas aos modelos historiográficos em que estes textos histórico-literários assentavam[13]. A Escola dos *Annales*, que se tornou dominante na metade inicial do século XX, criticou a falta de um maior enfoque nos tópicos sociais e económicos nestas obras e a sua orientação para uma narrativa histórica centrada na figura do rei e dos círculos cortesãos, secundarizando outros grupos sociais. Esta conceção provocou ceticismo sobre o potencial de fonte histórica que as crónicas, anais e histórias poderiam ter para a historiografia moderna.

Froissart teve contra si uma espécie de «lenda negra» devido aos erros e imprecisões da sua obra. O cronista francês não raras vezes errou de forma clara em datas e lugares de episódios históricos que descreveu[14]. Tal deveu-se em boa medida à sua dependência de fontes testemunhais, em contraponto com Ayala e Fernão Lopes que procuraram assentar a sua narração num cruzamento das fontes testemunhais, na documentação e em textos histórico-literárias e, ainda no caso de Ayala, no testemunho

[11] Monteiro, 1988, p. 39; Martin (ed.), 1991, caps. XCV-XCVI; Diller e Ainsworth (eds.), 2001, p. 9; Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 328-333.

[12] Sousa, 2007, pp. 1-2.

[13] Gomes, 2009, pp. 61-65.

[14] Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 337.

direto dos episódios em que o próprio cronista participou. Em consequência disto, Alberto Varvaro[15] apontou que Froissart foi pouco valorizado como fonte para a história do século XIV, até que muito recentemente esta situação se começou a inverter. Huizinga[16] já tinha apontado, ainda no início do século XX, que Froissart deveria ser considerado como uma grande fonte para a história do pensamento e sociedade da sua época, independentemente da exatidão dos seus relatos cronísticos, pela sua descrição pormenorizada do mundo cavaleiresco e aristocrático do século XIV e das suas atitudes e dos seus códigos morais.

O estudo da crise dinástica portuguesa de 1383 está grandemente centrada em Fernão Lopes no caso português e em Ayala no caso espanhol. Em Portugal a obra de Ayala conheceu poucos estudos. Nos últimos anos tiveram lugar algumas excelentes iniciativas no sentido de trazer Ayala para a historiografia portuguesa. Rui Monteiro dos Santos[17] estudou a representação do grupo aristocrático em Fernão Lopes e Ayala. Jorge Araújo estudou a representação de Portugal na cronística castelhana e aragonesa, a começar pela obra de Ayala[18]. Diogo Gomes[19] analisou as representações bélicas da crise dinástica em Ayala e Fernão Lopes. Valdaliso-Casanova tem contribuído para o estudo da receção de Ayala em Fernão Lopes e das representações da sucessão dinástica portuguesa na cronística de Castela. A autora tem estudado também a importância do grupo petrista na política portuguesa[20].

Por contraponto, Froissart permanece pouco estudado no que toca à sua narração das guerras de sucessão das coroas de Portugal e Castela no século XIV. Em Portugal não existe uma tradução completa das suas *Chroniques*. A exceção foi a tradução parcial para português dos episódios da batalha de Aljubarrota, no Livro III de Froissart, realizada em 2008[21]. Devido à grande extensão, às várias versões e refundições e à dispersão dos manuscritos das *Croniques* em várias bibliotecas e arquivos, a obra de Froissart permaneceu de difícil acesso e estudo. Realizaram-se várias edições, mas poucas contendo a obra completa, exceção feita à edição de León Mirot[22]. A digitalização crescente de textos literários medievais veio dar um grande impulso ao estudo destas obras e fez renascer o interesse na sua leitura. As crónicas de Fernão Lopes conheceram recentemente um projeto de tradução para inglês, numa edição digital em acesso

[15] *Ibidem*.

[16] *Ibidem*, p. 337.

[17] Santos, 2017.

[18] Araújo, 2019.

[19] Gomes, 2018.

[20] Valdaliso-Casanova, 2002; Valdaliso-Casanova, 2017.

[21] Laranjinha/Barroca (trad. e eds.), 2008.

[22] *Ibidem*.

aberto e que tem previsão de conclusão para o corrente ano[23]. As *Crónicas* de Ayala[24] com a edição de Jerónimo Zurita, estão disponíveis no *Google Books* em acesso aberto.

O *Online Froissart*[25]*é* um projeto de publicação digital das *Chroniques*, dinamizado por G. Croenen e P. Ainsworth, permitiu reunir uma parte considerável da obra do cronista de Valenciennes. Este projeto, além de permitir o acesso aberto à obra froissartiana, disponibiliza artigos especializados sobre o cronista, comentários codicológicos, notas críticas de várias edições, o acesso digital aos manuscritos originais e às suas transcrições, permitindo contrastar versões, variantes e diferentes edições. Esta digitalização crescente de crónicas e textos histórico-literários traduziu-se num aumento considerável dos trabalhos sobre estes autores, sobretudo numa internacionalização dos mesmos, considerando que investigadores de todo o mundo podem agora aceder a obras que estavam restritas ao formato físico, em edições limitadas e dispersas por arquivos e bibliotecas.

Jean Froissart, cronista, poeta, clérigo e escrivão, nasceu em 1337 em Valenciennes, no arranque da Guerra dos Cem Anos (1337-1453)[26]. O condado de Hainaut, donde Froissart era natural, alternou no apoio aos dois lados do conflito[27]. Filipa de Hainaut, que foi a grande patrona de Froissart e a quem ele dedicou a primeira versão das suas *Chroniques*, entretanto desaparecida[28], era filha do conde de Hainaut, rainha de Inglaterra e sobrinha do rei de França, Filipe VI[29]. O cronista repartiu entre a França e a Inglaterra os seus principais mecenas, que incluíram Filipa de Hainaut, o conde de Blois, o Príncipe Negro e Robert de Namur, entre muitos outros patronos[30]. É a vários dos seus mecenas que Froissart dedica as suas *Chroniques*, que escreverá até quase à hora da sua morte[31]. A Guerra dos Cem Anos é o principal pano de fundo da sua obra. As duas guerras sucessórias ibéricas foram um microcosmos de um conflito maior que marcou o final da Idade Média. Além das *Chroniques*, o autor escreveu o *Meliador*, um romance de cavalaria, *L'Horloge amoureux*, um poema, entre outras obras.

[23] IEM, 2013-2020.

[24] Zurita e Amirola (eds.), 1779.

[25] Croenen e Ainsworth (eds.), 2013.

[26] Diller e Ainsworth (eds.), 2001, p. 9. Esta é a data de nascimento consensual na historiografia, contudo Michel Zink faz notar que o Barão de Kervyn é o único autor que coloca Froissart a nascer em data diferente, neste caso em 1333. Ver Zink, 1998, p. 5.

[27] Zink, 1998, p. 5.

[28] Diller e Ainsworth (eds.), 2001, p. 9.

[29] Zink, 1998, p. 5.

[30] Diller e Ainsworth (eds.), 2001.

[31] Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 328-329.

Pero López de Ayala foi chanceler de Castela, poeta e cronista régio. Nasceu em 1332-1405(?) em Quejana[32]. Começou por apoiar o rei Pedro I de Castela tendo posteriormente apoiado Henrique II. Ayala participou depois na Batalha de Aljubarrota, na qual foi preso. Foi durante esse período, em Óbidos, que escreveu o *Libro de la caza de las aves*. Escreveu as *Crónicas* que abarcam os reinados de Pedro I, Henrique II, Juan I e Henrique III, sendo que esta última ficou incompleta. Escreveu também outras obras, como o *Rimado de Palacio*, uma obra de pendor satírico e didático[33].

Fernão Lopes nasceu nos anos de 1380 em Lisboa. Foi guarda-mor da Torre do Tombo, notário, tabelião e escrivão da puridade. Em 1433 foi nobilitado e terá morrido por volta de 1460 em data incerta[34]. Em 1419, um ano após ter sido nomeado como guarda-mor da Torre do Tombo, escreveu a *Crónica de Portugal de 1419*[35]. Entre os anos de 1434 e 1449 escreveu a sua trilogia. Em 1454, é substituído por Gomes Eanes de Zurara no cargo de guarda-mor da Torre do Tombo[36].

A crise dinástica de 1383-1385 em Froissart, Ayala e Fernão Lopes

Os acontecimentos de 1383 na cidade de Lisboa contam-se entre os mais representados na literatura historiográfica ibérica. A crise dinástica do século XIV foi composta por vários pequenos momentos que constituíram, no seu todo, um grande episódio histórico que foi retratado na literatura, nas tradições orais e, posteriormente ao longo dos séculos XIX e XX, nos romances históricos e na emergente historiografia moderna. Este episódio histórico saldou-se na criação de imagens duradouras sobre os seus protagonistas: o Mestre de Avis, Leonor Teles, D. Fernando, Juan I, o conde Andeiro ou Nun'Álvares.

Sendo na prática a substituição de uma dinastia, que reinava há dois séculos em Portugal, por um seu ramo colateral bastardo, este episódio histórico gerou um conflito nas duas partes que reclamavam a coroa de Portugal, com a guerra a ser feita em dois campos distintos: o campo de batalha e a propaganda. A cronística constituiu um dos meios prediletos para esgrimir os argumentos de cada um dos lados. Conquanto a cronística não tenha sido o único meio de propaganda, foi, contudo, de longe, o mais importante e impactante. A imagem de aleivosa de Leonor Teles e o cerco de Lisboa de 1384, retratados na pena de Fernão Lopes, ou a catástrofe da derrota de Aljubarrota que Ayala imortalizou, tais representações foram transmitidas sobretudo pela cronística régia, cujo impacto duradouro na memória coletiva se sobrepôs a outras fontes históricas.

[32] Martin (ed.), 1991, p. XLVII.

[33] Martin (ed.), 1991, pp. XLC-XCIV.

[34] Amado, 1997, p. 24; Saraiva, 1960, pp. 13-15; Monteiro, 1988, p. 73.

[35] Calado, 1998.

[36] Saraiva, 1960, p. 16.

Comecemos por Fernão Lopes. O cronista luso foi um exemplo da ascensão social da classe mesteiral, à que pertencia, que se processou com a emergência da nova dinastia[37]. Fernão Lopes foi, pois, um produto da nova dinastia. Dotado de um grande talento literário, que lhe permitiu transmitir imagens literárias poderosas e de conferir às suas personagens uma psicologização profunda, o cronista luso teve a capacidade de veicular um forte sentido causal dos factos e dos acontecimentos históricos a partir de uma visão social mais lata que englobava todos os grupos e protagonistas sociais. Este autor quebrou assim com a tendência da cronística do seu tempo de centrar o seu discurso apenas nas grandes figuras da sociedade, procurando destacar outros protagonistas sociais. Em Fernão Lopes, o povo-miúdo e a burguesia ganham voz nas crónicas, tendo um destaque raro na cronística oficial de cariz régio. Este traço do discurso lopesiano repercutiu-se na sua filosofia da história. Para o cronista, a história tinha um cariz pedagógico e edificante, devendo ir além do mero enumerar de datas e factos históricos[38].

Para Ayala, a história tinha de ter como foco a preservação da memória dos factos históricos, quer para dar a conhecer os grandes acontecimentos de cada época, quer para registar os belos feitos de armas. Contudo, existia também um cariz edificante na obra, procurando, pelo retrato das glórias e tragédias da sua época, exercer uma apologia das virtudes morais que engrandecessem o espírito humano[39]. Um exemplo foi no seu comentário à morte do rei Pedro I, quando cita o rei David para criticar a tirania do rei de Castela, apontando-a como a principal causa da queda do Cruel[40]. Pertencente ao grupo aristocrático, Ayala tinha uma conceção social diferente da lopesiana, centrando-se mais nas grandes personalidades do reino. O cronista castelhano possuía, contudo, uma estrutura cronológica algo peculiar na sua obra. Esta estava estruturada por anos de reinado, citando em cada entrada cronológica os factos históricos mais relevantes desse ano. Contudo, esta estrutura alternava com momentos em que a narrativa de Ayala mudava de geografia de ação, saltando para acontecimentos relevantes que tivessem acontecido naquele ano em outros reinados no Ocidente cristão. Ayala subordinou a narrativa à cronologia, havendo poucos momentos de analepse ou entrelaçamento na sua obra[41].

De notar que, em Fernão Lopes, o recurso à analepse e ao entrelaçamento é uma constante, visto que o cronista português, contrariamente a Ayala, subordinou a cronologia à narrativa. Nesse aspeto, Fernão Lopes aproxima-se mais de Jean Froissart,

[37] Amado, 1997, p. 24.

[38] Rebelo, 1983, pp. 30-35; Amado, 1997, p. 24; Saraiva, 1960, pp. 13-15.

[39] Martin (ed.), 1991, pp. XLC-XCIV.

[40] *Ibidem*, p. 434.

[41] Ver por exemplo como Ayala interrompe a narração do reino de Castela para relatar a morte do rei de Nápoles. Cf. *Ibidem*, p. 478. Ver também Rodríguez, 2017 e Valdaliso-Casanova, 2011.

considerando que também o francês não raro faz uso do entrelaçamento e da analepse para construir uma narrativa mais interessante e fluída[42]. Contudo, ao contrário de Fernão Lopes e Ayala, o escritor de Valenciennes é essencialmente um cronista da cavalaria, não um cronista régio propriamente dito, como os dois anteriormente citados. A preocupação de Froissart, como é tornado claro no seu Prólogo do Livro I das *Chroniques*, é registar os belos feitos de armas, para exaltar os valores da cavalaria e inspirar novos feitos de armas nas futuras gerações[43]. Froissart, procurando a dimensão estética e uma narrativa emotiva, subordina a cronologia à narrativa. Contudo, o francês frequentemente subordina a exatidão histórica, nomeadamente a precisão das datas, topónimos e detalhes históricos à procura de uma estética narrativa. Tal não significa uma vontade de adulterar a verdade, mas sim de priorizar a beleza dos feitos de armas em relação a outros detalhes do episódio histórico narrado: data, local, causas do evento. A isto junta-se a dependência froissartiana das fontes testemunhais, em detrimento das fontes documentais, das fontes de arquivo e de correspondência, o que explica a abundância de erros em datas, topónimos e detalhes históricos que ocorrem nas *Chroniques*[44].

A crise dinástica portuguesa começou com a morte do rei D. Fernando em 1383 gerando-se uma crise na sua sucessão, porque D. Fernando tinha apenas uma filha, D. Beatriz, casada com Juan I, rei de Castela[45]. Os últimos anos do reinado de D. Fernando foram pautados pela agitação social derivada da pesada tributação, das guerras com Castela e dos tratados de paz assinados. Estes últimos estipularam o casamento de Juan I e de Beatriz e criaram o pano de fundo para o que se seguiu. Em 1383 surgiu uma forte agitação em Lisboa, após a morte de D. Fernando[46]. O conde Andeiro foi morto e a cidade recusa-se a aclamar D. Beatriz como rainha. O Mestre de Avis e Nun'Álvares começam a emergir como figuras de uma revolta contra a possível perda da independência do reino português que se temia caso D. Beatriz fosse aclamada rainha. Seguiram-se dois anos de guerra aberta com Castela, culminando na batalha de Aljubarrota de 14/8/1385, que se saldou numa derrota catastrófica dos castelhanos e nas Cortes de Coimbra de 1385 que elegeram D. João I como rei de Portugal. O facto de neste processo o Mestre de Avis, um bastardo, ter sido eleito rei, afastando uma filha legítima do rei D. Fernando, e afastando também dois irmãos bastardos que eram mais

[42] Estas estratégias literárias, o entrelaçamento e a analepse, são comuns no romance arturiano, revelando que, tanto Froissart como Fernão Lopes, possuíam influências deste tipo de literatura. Ver, a este título, Miranda, 2013, pp. 46-62; Cunha, 2017, pp. 21-36; Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 333-334.

[43] O Prólogo do Livro I começa dizendo «Afin que les grans merveilles et li biau fait d'armes qui sont avenu par…». Cf. Diller e Ainsworth (eds.), 2001, p. 71.

[44] Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 328-337.

[45] Macchi e Amado (eds.), 2004, pp. 545-559.

[46] *Ibidem*, pp. 591-613. Ver também Arnaut, 1960.

velhos do que ele, causou grande discussão na historiografia do seu tempo e na posterior[47].

Tanto Froissart, como Ayala e Fernão Lopes esgrimem argumentos a favor ou contra os vários candidatos das várias sucessões e deposições que narram nas suas obras. No caso da crise sucessória portuguesa, não há entre os três cronistas grandes discrepâncias sobre as datas ou os detalhes gerais dos eventos, salvo algumas exceções, mas sim divergências na interpretação dos factos e nas imagens dos protagonistas que cada cronista transmitiu[48]. O caso de Leonor Teles é o mais paradigmático. Enquanto em Fernão Lopes, a rainha é descrita como uma mulher bela, mas dissimulada e ambiciosa[49], em Ayala é referida inicialmente como uma rainha exemplar que se limita a chamar o rei de Castela a Portugal para herdar a coroa portuguesa, conforme o tratado assinado, e que se torna vítima de uma conjura que usurpou os direitos da sua filha. Só mais tarde é retratada por Ayala de forma mais negativa quando é mandada prender pelo rei de Castela, após desavenças com o mesmo[50].

Em Froissart, porém, Leonor Teles não é retratada como uma mulher dissimulada, mas sim como vítima de uma paixão obsessiva do rei D. Fernando, que a forçou a deixar o marido e a casar com ele. Leonor Teles em Froissart é uma mulher honesta, sem ambição, vítima de um destino que foi traçado pela obsessão do rei D. Fernando em casar com ela[51]. Antes da morte de João Andeiro, Fernão Lopes insinua um romance adúltero entre a rainha e o conde. Estes rumores foram colocados pelo cronista luso num conjunto de passagens em que situa no povo de Lisboa a sugestão deste romance, numa estratégia literária típica de Fernão Lopes, que é o uso de discursos na boca de terceiros para veicular determinadas mensagens[52].

O móbil do assassinato do conde será mesmo a vingança que o Mestre de Avis toma, enquanto irmão de D. Fernando, pelo adultério da rainha e de João Andeiro. A isto virá juntar-se o apoio de Andeiro ao partido castelhano na corte. Em Froissart, Leonor Teles não tem um romance com o conde de Andeiro, aliás, após a morte de D. Fernando, o cronista relata mesmo o desejo do seu primeiro marido em

[47] Serrano, 2005, pp. 311-353.

[48] Froissart cometeu erros de datação e localização geográfica sobre a crise sucessória portuguesa, um traço que é idiossincrático da sua obra e que se deve à sua grande dependência das fontes de cariz testemunhal. Contudo, tais erros não provocaram consideráveis distorções dos factos históricos. Ver por exemplo, a análise feita aos erros toponímicos e de datação de Froissart na narração da Batalha de Aljubarrota em Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008.

[49] Hutchinson, 2004, p. 77; Ferreira, 2018.

[50] O motivo terá sido a acusação de que a rainha Leonor fez parte de uma conjura contra Juan I. Ver Amado, Nunes, Pimenta e Costa (eds.), 2017, caps. LXXXI-LXXXIII.

[51] Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008, pp. 62-64.

[52]Macchi e Amado (eds.), 2004, cap. CL. Sobre as estratégias literárias de Fernão Lopes para criar credibilidade ver Rebelo, 1983; Guerreiro, 2010.

voltar a casar com D. Leonor Teles[53]. O cronista francês relata o terror de Leonor Teles ao ver entrar o Mestre de Avis com os seus apoiantes, para matar o conde. O Mestre sossega a rainha, garantindo-lhe que nada lhe sucederá, ao passo que a rainha interpela o Mestre recordando-lhe que ela casou com o rei contra a sua vontade e que não tinha interesse em ser rainha[54]. Após a morte do conde, ela pede ao Mestre de Avis para partir para Castela em paz e ele acede. Não há qualquer animosidade entre João I e Leonor Teles, nem o Mestre acusa a rainha de adultério. O único motivo, no relato de Froissart, para matar o conde Andeiro é ele ser traidor ao reino de Portugal, facto pelo qual a rainha nunca é acusada pelo Mestre de Avis em Froissart[55].

Os dois relatos cronísticos são distintos, correspondendo a duas versões da história. A versão de Froissart é reforçada pelo cronista, quando no episódio de Lourenço Fogaça, que foi enviado a Inglaterra pelo Mestre de Avis para requerer o apoio inglês na guerra da sucessão, o mesmo Fogaça relata, de forma pormenorizada, como a rainha foi forçada a casar com o rei D. Fernando. Fogaça aponta também como um dos argumentos para D. João I recusar D. Beatriz como rainha ser o facto de esta ser bastarda, em virtude do casamento do rei com Leonor Teles não poder ser válido, por ela já ser casada com João da Cunha[56]. Em nenhum momento Froissart aponta qualquer suspeita sobre a paternidade de D. Beatriz. Ela é filha de D. Fernando, mas o casamento com Leonor Teles é inválido, logo ela não pode ser rainha. Esta ideia é uma constante do relato de Froissart e não há alusões a nenhuma dúvida sobre a sua paternidade.

Este relato contrapõe-se às teorizações dadas por Fernão Lopes nas Crónicas de D. Pedro I[57] e de D. João I, quando procura invalidar os argumentos dos outros candidatos ao trono, nomeadamente D. Beatriz, Juan I e os infantes D. Dinis e D. João, filhos do rei D. Pedro. Os argumentos de Fernão Lopes são transmitidos sobretudo na boca de João das Regras, que nas cortes de Coimbra de 1385 sumariza os principais pontos que sustentam a eleição do Mestre de Avis como rei[58].

No relato froissartiano, Lourenço Fogaça constrói a defesa da causa do Mestre de Avis em três grandes argumentos: D. Beatriz é filha ilegítima de D. Fernando, por invalidez do seu casamento com Leonor Teles; o tratamento depreciativo dos castelhanos em relação aos portugueses gerou a rejeição dos últimos à união das duas coroas; a antiguidade do reino de Portugal, que contava com uma tradição de independência[59]. Em Fernão Lopes, os argumentos são distintos: Portugal tem uma tradição de independência que a nobreza do reino não quer perder; D. Beatriz pode não

[53] Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008, pp. 68-69.

[54] *Ibidem*, pp. 66-68.

[55] *Ibidem*, pp. 68-69.

[56] *Ibidem*, p. 67.

[57] Macchi e Amado (eds.), 2007, caps. XXVII-XXIX.

[58] Amado, Nunes, Pimenta e Costa (eds.), 2017, caps. CLXXXIII-CXCI.

[59] Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008.

ser filha do rei D. Fernando, devido à conduta adúltera de Leonor Teles; Juan I quebrou os acordos assinados com D. Fernando e perdeu assim a legitimidade para reinar em Portugal; o Mestre de Avis é filho do rei D. Pedro, é o melhor candidato na defesa do reino e por isso pode também reinar; Portugal não pode unir-se a Castela porque Juan I é um herege por apoiar o antipapa[60]. Para estes argumentos Fernão Lopes construiu a imagem de Leonor Teles como uma mulher bela, sedutora, ambiciosa e licenciosa. Sugere um romance com o conde Andeiro que nem Ayala ou Froissart apontam. Fernão Lopes optará também por diluir a importância da primogenitura e da legitimidade como critérios de sucessão[61]. Fernão Lopes tem como *exemplum* de rei: um rei justo, sábio, corajoso, defensor do reino e bom governante económico. Nas suas crónicas, os reis Pedro I de Portugal e João I são os exemplos de rei que o cronista defende. Os *exempla* negativos representam-se em D. Fernando e Pedro I de Castela, que exibiam traços de tirania, mau governo económico, guerras desnecessárias e imprudência.

Em Ayala, os argumentos são distintos. Para Ayala, Leonor Teles limita-se a cumprir o estipulado nos tratados entre a coroa de Portugal e de Castela. O cronista castelhano coloca D. Beatriz como a herdeira legítima do rei D. Fernando que toda a nobreza portuguesa tinha jurado receber como rainha. O *exemplum* de rei em Ayala é Henrique II, que é um rei que governa apoiado na nobreza, que é generoso com a nobreza, justo, prudente, piedoso e corajoso. O *exemplum* negativo é Pedro, o Cruel, de Castela, que representa a tirania, imprudência, lascívia, injustiça e crueldade.

Na batalha de Aljubarrota, Fernão Lopes assenta a sua narrativa sobre dois eixos argumentativos: os portugueses ganharam devido ao apoio da Providência que quis a sua vitória sobre os cismáticos castelhanos; os portugueses ganharam pelo génio militar de Nun'Álvares e do Mestre de Avis e pela sua coragem perante um inimigo muito superior numericamente[62]. Em Ayala, a vitória portuguesa é sobretudo uma derrota de Castela, provocada pela imprudência dos jovens combatentes franceses e castelhanos que, na ânsia de uma grande vitória que os cobrisse de glória, precipitaram-se no ataque aos portugueses. Em virtude desta atitude, os castelhanos ficaram encurralados e foram sendo facilmente derrotados pelos portugueses. Ayala aponta que Deus decide dar a vitória aos portugueses para punir a arrogância dos jovens de Castela[63]. Aqui o cronista castelhano aproveita o episódio de Aljubarrota para construir um *exemplum* da atitude da nobreza e da cavalaria, criticando a imprudência, a sede incontrolada de glória militar e o desprezo pela sabedoria dos mais velhos conselheiros, que se opuseram à ideia de atacar os portugueses por perceberem os perigos que acarretava tal ataque.

[60] Amado, Nunes, Pimenta e Costa (eds.), 2017, caps. CLXXXIII-CXCII.

[61] Amado, Nunes, Pimenta e Costa (eds.), 2017, caps. CLXXXIII-CXCII; Macchi e Amado (eds.), 2007, caps. XXVII-XXIX.

[62] Cintra, Freire e Entwistle (eds.), 1977, caps. XXVIII-XLVIII.

[63] Martin (ed.), 1991, pp. 598-602.

A versão de Froissart segue a mesma linha argumentativa que Ayala, apontando a imprudência dos jovens de Castela e de França, mas com importantes variações às narrativas lopesiana e ayaliana da batalha. Em Froissart, o primeiro problema enfrentando pelos castelhanos foi a má relação que existia entre os castelhanos e o contingente francês, que era composto por nobres e mercenários que lutavam ao lado de Juan I, procurando glória militar e saque a todo o custo[64]. O cronista mostra como o tratamento preferencial que Juan I deu aos franceses, seguindo sempre os seus conselhos, em detrimento dos nobres de Castela, criou má relação entre as duas fações do exército castelhano. Os franceses, desejosos de glória rápida e crendo que a vitória sobre os portugueses era garantida, pela disparidade de efetivos militares entre as duas partes, precipitaram Juan I a atacar quando do ponto de vista militar a situação recomendava esperar mais uns dias. Os castelhanos, que vinham na retaguarda do contingente francês que primeiro atacou o exército luso (e foi destroçado) não tinham motivação para lutar, por se sentirem menorizados por Juan I. Outra questão apontada pelo francês foi a desorganização que imperou no ataque castelhano, que continuou a atacar os portugueses, não percebendo que caíra numa armadilha da qual era impossível sair[65].

Froissart atribuiu a derrota castelhana à arrogância e má estratégia do contingente francês, conquanto não negue a coragem e destreza militar dos portugueses, a quem reconhece não só coragem, como humildade, união e sagacidade ao saberem tirar partido da vantagem de localização que possuíam[66]. O modelo guerreiro que Froissart defende em Aljubarrota é similar ao de Ayala, conquanto haja algumas adições. Em Ayala, a crítica subtil é feita ao rei Juan I por ter dado ouvido a jovens imprudentes. Existe em Ayala uma exemplaridade que se torna positiva e negativa. A crítica a Juan I por dar ouvidos a jovens imprudentes é tanto uma crítica à juventude e à sua inconsequência e irreflexão, como uma exaltação da velhice, que Ayala associa à sabedoria, à prudência e ao sacrifício da glória individual pela defesa do serviço ao rei e à coroa. Para Ayala, servir o rei e a coroa deve ser o principal foco da cavalaria, não uma glória individual feita às custas do interesse do reino. A este *exemplum* de Ayala, Froissart contrapõe algumas adições. O cronista francês coloca Juan I como apenas dando ouvidos ao contingente francês e desprezado os seus conselheiros. O ressentimento do contingente castelhano para com a postura do rei Juan I traduziu-se numa derrota catastrófica, porque foi visível a forma como tal tratamento afetou a dinâmica de guerra e o entusiasmo do exército castelhano. Para Froissart, um rei não pode ignorar a nobreza do seu país, que o serve, para apenas escutar conselhos de jovens sedentos de glória fácil.

[64] Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008.

[65] Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008, pp. 40-51.

[66] *Ibidem*, 2008.

A este título, é bom registar que a matéria de Aljubarrota dá-se no Livro III das *Chroniques*, o penúltimo da sua obra. Varvaro aponta que a fase final da vida de Froissart, corresponde ao seu auge literário, onde o autor aprofundou psicologicamente o seu relato histórico[67]. Tal deveu-se a uma mudança na obra e conceção do cronista. Nos dois primeiros livros, Froissart mostra-se um cronista da cavalaria com uma visão idílica da cavalaria medieval e preocupado apenas com os belos feitos de armas. Nos Livro III e IV, o segundo Froissart é um autor muito mais maduro, não só a nível literário, como a nível social e psicológico. As suas personagens ganham mais profundidade psicológica, a sua dimensão literária fica mais apurada, protagonizando fortes imagens de batalhas que literalmente transportam o leitor para a cena da batalha[68]. Contudo, a grande mudança que se dá em Froissart é a sua maturidade na conceção do ser humano, da sua psicologia e da sociedade do século XIV que ele retrata. A partir dos Livros III e IV, Froissart começa a ter uma visão mais crítica da cavalaria e dos seus arquétipos de conduta. Não há uma crítica a esses valores, mas sim uma maturidade de Froissart em se dar conta da aplicação prática desses ideais na sociedade[69].

Em nosso entender, subscrevemos esta opinião e cremos que a batalha de Aljubarrota é um dos exemplos da segunda fase da vida literária de Froissart. No relato de Aljubarrota, Froissart nunca deixa de querer exaltar os belos feitos de armas, um objetivo que percorre a sua obra. Contudo, o cronista francês regista os perigos que a sede de glória militar a todo o custo, movida pelo desejo de saque, pode causar. No caso de Aljubarrota, Froissart faz contrapor duas condutas da cavalaria e da nobreza. Uma é representada pela aristocracia castelhana, que aconselha o rei Juan I a esperar alguns dias e deixar que ou os portugueses se vão embora, ou que saiam do local estratégico em que estavam e onde podiam emboscar o contingente castelhano[70]. Froissart narra esta nobreza como apenas movida pelo interesse em servir o rei e não procurando glória militar a todo o custo. São para Froissart o epítome da classe da cavalaria: grandes guerreiros, corajosos, sábios, prudentes e servidores do seu rei. O *exemplum* desta nobreza é uma procura de edificação dos jovens pela emulação dos *exempla* dos mais velhos.

No lado negativo, Froissart critica os que confundem a coragem e serviço ao rei com procura da glória militar desenfreada e imprudência. Froissart torna claro que os

[67] Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, p. 338.

[68] Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, p. 338. Michel Zink aponta que é no Livro IV, na deposição de Ricardo II, que Froissart atinge o auge da sua capacidade literária. Ver Diller e Ainsworth (eds.), 2001, p. 33. Peter Ainsworth frisa, contudo, que a capacidade de (re)criar cenas visualmente muito poderosas foi uma constante em todos os livros de Froissart. Ver Diller e Ainsworth (eds.) 2001, p. 33.

[69] O professor Ainsworth salienta esta mudança do otimismo inicial de Froissart nos Livro I-II com o mundo cavaleiresco, para uma postura mais crítica e madura a partir dos Livros III e IV. Cf. Diller e Ainsworth (eds.), 2001, pp. 32-339.

[70] Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008.

mais jovens, assim como o contingente francês, tinham claro que a derrota portuguesa era um facto. Nesse sentido viam em Aljubarrota uma enorme hipótese de enriquecimento rápido, com o saque e o resgaste de cativos, assim como a possibilidade de ascensão na cavalaria por serviço ao rei. Para Froissart, os jovens e os ambiciosos agiram de forma imprudente e foram arrogantes, subestimando a coragem portuguesa e a sua destreza militar. Aliás, Froissart coloca o conde de Foix, que é um dos seus grandes patronos, a criticar este contingente, que tinha saído do condado de Foix, como ambiciosos e irresponsáveis, porque abandonaram o seu senhor para irem numa guerra que não lhes dizia respeito, apenas procurando a glória e riqueza rápida[71]. Froissart critica assim a atitude do contingente que veio em apoio de Castela, pela boca do seu patrono. Froissart reescreveu a sua obra por diversas vezes e um dos motivos para tal poderá estar num reavaliar da sua visão sobre certos acontecimentos que presenciara décadas antes, devido à maior maturidade psicológica que adquirira.

Em Froissart será uma constante a crítica aos reis que não ouvem os conselheiros que são sábios, experientes, prudentes e que visam apenas o serviço do seu senhor, e seguem, pelo contrário, conselheiros imprudentes, ambiciosos e demasiado jovens. Tal conceção será visível nos relatos das deposições de Eduardo II e Ricardo II, que mais à frente analisaremos, aos quais Froissart censurará precisamente o terem-se apoiado em maus conselheiros, ambiciosos e imprudentes e que ditaram a ruína desses reis. A derrota castelhana em Aljubarrota é para Froissart um dos expoentes máximos dessa exemplaridade negativa. Há uma visão dual da classe cavaleira e aristocrática em Froissart. Para o cronista, a coragem, virtude moral, abnegação, devoção, sabedoria, prudência, serviço ao senhor são as virtudes máximas. A procura de glória militar, se feita às custas do serviço ao seu senhor, a imprudência, a arrogância, o desejo do lucro não são boas qualidades para a cavalaria e podem resultar em desastres como Aljubarrota.

Froissart também elogia o contingente inglês, que esteve do lado português, que não só aconselhou bem os portugueses, como se mostrou corajoso e leal[72]. Froissart possuiu uma grande qualidade narrativa na reconstrução cénica das matérias bélicas. O seu foco nos belos feitos de armas e a sua preocupação estética, aliada aos inúmeros testemunhos que coletou ao longo dos anos para as suas *Chroniques*, tornam-no num autor extremamente poderoso do ponto de vista visual, conseguindo literalmente transportar o leitor para a cena que recria. A batalha de Aljubarrota possui em Froissart um detalhe na dimensão puramente bélica e cénica que não existe em Fernão Lopes ou Ayala. Froissart reconstrói ao detalhe as cenas militares, até mesmo o quotidiano dos soldados. Os diálogos do contingente castelhano exprimindo o desagrado perante a atitude de Juan I, ou o momento em que os castelhanos se dão conta da derrota total em Aljubarrota, são cenas poderosas em Froissart. A qualidade cénica froissartiana é

[71] *Ibidem*, 2008.

[72] Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008.

visível em outros momentos. Por exemplo, na expedição de João de Gaunt a Castela, durante a guerra civil castelhana, Froissart descreve cenas pitorescas de soldados comuns no seu quotidiano a discutirem a qualidade da comida e dos vinhos ibéricos e exibindo a sua nostalgia pela comida e paisagem francesas, num cenário que dá cor, emoção e vivacidade às *Chroniques*[73]. Fernão Lopes, por seu turno, exaltou a coragem portuguesa, o génio militar de Nun'Álvares e o apoio divino, sendo estes os fatores que para o cronista português foram decisivos para a vitória portuguesa.

A guerra civil castelhana de 1366-1369 em Ayala, Froissart e Fernão Lopes

A guerra civil castelhana de 1366-1369 começou com a rebelião de Henrique de Trastâmara, irmão bastardo do rei Pedro I, apoiado em parte da nobreza castelhana, ainda antes de 1366. Contudo, em 1366, após entrar em Castela, conseguiu fazer Pedro I fugir e foi proclamado rei em Calahorra. Só assegurou o trono após a morte do Cruel, em 1369, no castelo de Montiel[74]. Os relatos de Fernão Lopes e Ayala nesta matéria são praticamente simétricos, conquanto existam diferenças. Tal deve-se ao facto de Fernão Lopes ter usado Ayala como fonte principal para esta matéria. Froissart tem uma maior divergência na narrativa deste episódio em comparação com Fernão Lopes e Ayala.

A *Crónica de Pedro I*, de Ayala, é escrita para legitimar a ascensão de Henrique de Trastâmara[75]. Esta crónica conta com duas versões, porque Ayala decidiu reescrevê-la alguns anos após a primeira versão. Ou seja, respetivamente, Ayala escreveu uma versão primitiva ou abreviada e uma versão longa, que é a última[76]. O essencial do discurso ayaliano nas duas versões não muda. Pedro I é retratado como um rei tirano, imprudente, libertino e cruel[77]. Através deste retrato cronístico, Ayala cria um *exemplum* invertido em que os atributos negativos de Pedro I constituem uma poderosa analogia do que o cronista considera o modelo ideal de rei. Ao apontar a tirania de Pedro I, sobretudo com a nobreza, a sua incapacidade de ouvir os conselheiros régios, Ayala critica o perfil de rei déspota que a nobreza tende a rejeitar. A nobreza medieval

[73] A obra de Froissart está dispersa por várias edições, devido à sua enorme dimensão. Este episódio encontra-se na tradução inglesa de Froissart de 1968 da Penguin Books, que se focou na matéria inglesa das *Chroniques*. Esta edição clássica foi editada para a plataforma *ebook Kobo*, cuja numeração recomeça em cada capítulo. Os capítulos não têm numeração nesta edição. Além disso, o número interno das páginas nos capítulos desta edição digital varia conforme o tamanho da letra que cada utilizador estabeleça. Sendo assim, optamos aqui por citar o título do capítulo apenas. O capítulo em questão está no Livro III, com o título "John of Gaunt´s expedition to Spain (1386-7)".

[74] Martin (ed.), 1991, cap. VIII, pp. 430.434.

[75] Rodríguez, 2017, p. 80.

[76] *Ibidem*, pp. 80-82.

[77] *Ibidem*, pp. 80-82. Ver também Valdaliso-Casanova, 2002 e Valdaliso-Casanova, 2011 para a construção da imagem de Pedro, o Cruel. Ver também Guimarães, 2011 para a construção da imagem dos Trastâmara em Ayala.

defendeu uma conceção de rei que incluísse um monarca capaz de dar ouvidos à aristocracia e que governasse apoiado em conselheiros capazes, sábios e prudentes. Esta ideia não é nova e tem paralelo na historiografia antiga. Desde a aristocracia senatorial romana, passando por figuras como Catão, Procópio de Cesareia ou Ayala, os pensadores do grupo aristocrático na Antiguidade ou na Idade Média criticavam um poder régio excessivamente forte e autocrático[78]. O rei, ou imperador, deveria governar apoiado na aristocracia. Obras como a *Crónica do Condestabre*, uma crónica medieval de autor desconhecido, que foi uma das fontes de Fernão Lopes para a sua trilogia, mostram a continuação deste pensamento aristocrático ainda em plena Idade Média[79]. Na *Crónica do Condestabre*, o autor anónimo exalta a figura de Nun´Álvares como modelo das virtudes do grupo cavaleiresco e secundariza o papel dos reis D. Fernando e de D. João I na história. Não raras vezes Nun´Álvares é colocado como um grande guerreiro a querer guerrear os castelhanos para defender o reino, mas é impedido por duas figuras régias, D. Fernando e D. João I que são representados como tendo um carácter hesitante e acabando invariavelmente a bloquear uma postura mais determinada do futuro Condestável de Portugal[80]. Tais obras são mostra do pensamento aristocrático e da conceção que este fazia de um poder régio demasiado forte. Para o grupo aristocrático um rei forte é um rei que reina rodeado de conselheiros que escuta, que possuam virtudes como coragem, prudência, sabedoria e sentido do dever. Sobretudo em reis muito jovens como foi o caso de Pedro I que herdou a coroa ainda com cerca 16 anos.

Ayala ao longo das duas versões criticará em Pedro I a sua atitude tirânica, a sua postura vingativa com os irmãos bastardos e com Leonor de Gusmão, a amante de seu pai, a sua ganância e má gestão financeira e desinteresse pelos problemas do reino[81]. Contudo, na segunda versão, Ayala irá retirar vários detalhes negativos de Pedro I e tentará criar um retrato que, ainda sendo negativo, permita, por outro lado, uma espécie de reconciliação da casa de Borgonha com a casa de Trastâmara. Bretton Rodriguez aponta como esta reescritura se deveu a duas razões. A primeira foi a presença de Catalina de Lencastre, neta de Pedro I, na corte castelhana[82]. Catalina casou com Henrique III, um rei cuja crónica Ayala não terminou, tornando-se rainha de Castela. Esta questão selou de certa forma a exigência do duque de Lencastre à coroa de Castela. Todavia, isto exigiu uma refundição da versão primeira da crónica. Segundo Bretton Rodriguez[83], sendo Catalina a rainha de Castela, a imagem de Pedro I não poderia ser

[78] Desenvolvemos esta questão a fundo num artigo sobre a historiografia tardo-antiga ao qual remetemos para mais detalhes. Ver Russo, 2019a, pp. 114-116.

[79] Calado, (ed.), 1991.

[80] Calado (ed.), 1991.

[81] Martin (ed.), 1991.

[82] Rodríguez, 2017, p. 86.

[83] *Ibidem*, 2017.

ferida a um ponto sem retorno, nem criando argumentos que se pudessem tornar perigosos para a casa de Trastâmara. Nesse sentido Ayala optou por um discurso legitimador de Henrique II assente em várias ideias. A primeira é que Pedro I perdeu o direito à coroa pela tirania que exibiu. Nesse sentido, Henrique era o herdeiro natural do irmão, visto ser o mais velho dos restantes filhos varões de Afonso XI. A segunda ideia é que a nobreza elegeu Henrique, seguindo o costume dos godos de eleger o melhor dos reis[84]. Com esta argumentação Ayala, à semelhança de Fernão Lopes na argumentação a favor de João I, defendia de certo modo a ideia de que quem deve governar é o melhor, não o mais velho. Por fim, Ayala recupera a polémica sucessória dos infantes de Lacerda, afirmando que Henrique acaba até a ser o que mais direito tem à coroa de Castela, porque Pedro I descende de Sancho IV, que segundo os defensores dos infantes de Lacerda, usurpou o trono de Castela. Henrique II reclama, através da sua mulher Juana Manuel, o direito à coroa de Castela[85].

Ayala nunca entra na polémica dos rumores de que Pedro I era filho de um judeu e não de Afonso XI[86]. Ayala centra-se nos argumentos acima citados e evita macular a imagem de Pedro I a um ponto sem retorno. Se Pedro I não fosse filho de Afonso XI, então Catalina não poderia ser legítima rainha de Castela, o que provocaria um grave problema na corte. Contudo, um resquício dessa polémica pode ter ficado na versão longa, porque Ayala, em dada altura, menciona que Afonso IV de Portugal mandou matar D. Maria, a mãe de Pedro I, por conta de suspeitas de conduta libertina da rainha. É a única vez que Ayala se refere a D. Maria de Portugal de forma negativa nas suas crónicas, à exceção do início da Crónica de Pedro I, onde aponta que foi ela que ordenou ao filho que matasse Leonor de Gusmão, a amante do rei[87]. Curiosamente, Fernão Lopes nunca menciona esta ordem de Afonso IV. Em tom de resposta a Ayala, na sua *Crónica de D. Pedro I de Portugal*, Fernão Lopes atribuiu a culpa da morte de Leonor de Gusmão a Pedro I de Castela, porque afirma que mesmo que a ideia partisse da mãe, ela nunca se atreveria a tal sem o apoio do filho[88]. Cremos que a ordem de Afonso IV que Ayala menciona tem quiçá uma motivação, a de subtilmente lançar, de forma indireta, suspeições sobre a conduta de D. Maria e com isso quiçá lançar algumas dúvidas sobre se os rumores sobre a paternidade de Pedro I serem ou não verdade. Cremos que tal história foi um resquício da primeira versão da *Crónica de Pedro I* de Ayala, que teria sido mais violenta contra o Cruel. Pode ter sido esquecimento de Ayala deixar este detalhe na versão longa ou pode ter sido intencional, como forma de lançar dúvidas.

[84] Rodríguez, s.d., pp. 3-10.

[85] *Ibidem*.

[86] *Ibidem,* p. 8.

[87] Martin (ed.), 1991, cap. III, p. 29.

[88] Macchi e Amado (eds.), 2007, cap. XVI, pp. 69-70.

Nota-se aqui um paralelismo com as acusações de Fernão Lopes a Leonor Teles, de forma a sugerir que Beatriz não seria filha de D. Fernando. O mesmo fará Froissart contra Ricardo II, que acusará de ser filho de um mercador e não do rei de Inglaterra. Há aqui um tema «clássico» na historiografia medieval, as sugestões de adultério das figuras femininas de poder. É um denominador em comum nos processos de sucessão régia no Ocidente, em que os cronistas atacam as figuras maternais dos reis caídos em desgraça. A doce e sofredora Maria de Portugal que em Fernão Lopes chora horrorizada com os crimes do filho Pedro I, em Ayala é uma mulher cínica e de moral suspeita que incitou o filho a matar a amante do marido. Em Froissart, Joana de Kent, mãe de Ricardo II, inicialmente elogiada pelo cronista como uma mulher de enorme beleza, mais tarde torna-se uma mulher de moral duvidosa. Num diálogo que Ricardo II e Henrique IV têm quando Ricardo II está preso, o futuro Henrique IV acusa-o de não ser filho do Príncipe Negro. Acusa a mãe de Ricardo de ter casado com o Príncipe Negro pela astúcia e que ele é filho de um clérigo. Henrique diz também que ele tinha mais direito à coroa de Inglaterra do que Ricardo e que este último apenas foi rei pela preferência que o avô dava ao seu pai[89]. Como se depreende, esta acusação às figuras femininas de poder é um artifício literário que se repete nos cronistas, sobretudo quando procuram desqualificar o adversário político. Outra estratégia consiste em fazer emergir argumentos legitimadores a partir de questões que estavam enterradas ou que não eram claras. Ayala ressuscita a questão dos infantes de Lacerda e a problemática ascensão de Sancho IV ao trono. Froissart ressuscita a preferência de Eduardo III pelo Príncipe Negro como motivo que enfraquece o direito ao trono de Ricardo II. Fernão Lopes desacredita o hipotético casamento de Inês e Pedro I para tentar enfraquecer os direitos sucessórios de D. João e D. Dinis, filhos de Inês[90].

Voltando à deposição de Pedro de Castela, Froissart optará por um retrato mais complexo do Cruel, que difere dos relatos lopesianos e ayalianos de Pedro I. Froissart esteve sempre dividido na questão da Guerra dos Cem Anos, em virtude das sistemáticas mudanças de partido que tiveram os seus vários patronos ao longo do conflito. Froissart dividiu a sua carreira de cronista sobretudo entre França e Inglaterra e foi vassalo de ambas as coroas. Além disso, o próprio Pedro I alternou entre o apoio a França e o apoio a Inglaterra na questão. Após o casamento fracassado com Branca de Bourbon, que deveria assegurar o apoio francês a Pedro I, o monarca acabará a depender do apoio inglês para ganhar a guerra contra o irmão. Contudo, irá, segundo Froissart, comportar-se de forma desleal e tirânica com o monarca inglês, após o qual perde o seu apoio. Por fim acabará a ser assassinado pelo irmão em Montiel em 1369. Contudo, a visão de Froissart, apesar de apontar a Pedro I os defeitos de tirania, imprudência e deslealdade

[89]Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 825-829.

[90] Macchi e Amado (eds.), 2007, caps. XXVII-XXIX.

que Ayala e Fernão Lopes também lhe apontaram, segue uma outra linha de relato[91]. Froissart vê Pedro I como uma figura complexa com simultaneamente grandes virtudes e grandes defeitos.

A morte de Pedro I em Montiel é a matéria que mais divide os cronistas. Começando no cerco, Fernão Lopes e Ayala sugerem que Pedro I acaba cercado de certo modo por já ter poucos apoios e a sua queda parece uma questão de tempo, mas em Froissart tal não é o caso. O cronista francês sugere que o rei Pedro I não estava isolado a nível social na nobreza. Não só tinha ainda muito apoio na nobreza, mas também contava ainda com grande pujança financeira. A queda de Pedro I deveu-se à infelicidade de ter escolhido o castelo de Montiel como local de refúgio, porque o castelo tinha pouquíssimas provisões. Sem hipótese de resistir muito tempo sem água e comida, o rei percebe que tem de sair[92]. Na fuga, acaba traído por Le Bègue de Villaines que lhe tinha prometido que o salvaria e lhe permitiria uma fuga[93]. O rei é entregue ao irmão que o mata numa cena que é altamente disputada pelos três cronistas. Até ao exílio de Pedro I no castelo de Montiel, as diferenças entre os relatos ayalianos e lopesianos em relação a Froissart são de interpretação da situação. Ayala e Fernão Lopes apontam que o rei foi derrotado numa batalha anterior e está em queda e cada vez mais isolado, com um número crescente de deserções. Froissart lê a situação de forma diferente e aponta que os homens de Pedro lhe são leais e destaca o talento militar de Pedro I. Aqui começa a primeira grande discrepância de Froissart em relação a Fernão Lopes e Ayala. Ao passo que que os dois últimos apenas focam ao de leve a destreza militar de Pedro I em alguns momentos esparsos, em Froissart essa ideia emerge de forma clara. Froissart é dominado pela admiração pelos belos feitos de armas e pela destreza militar e pela bravura. Para Froissart a primeira grande virtude de um rei é ser um grande guerreiro. Pedro I possuiu, no relato de Froissart, um considerável talento militar e grande coragem. O talento cénico de Froissart emerge quando narra a forma impressionante como Pedro I escapa dias antes de ser morto, em Montiel, refugiando-se no castelo[94]. Usando de golpes terríveis de machado e com uma grande coragem, Pedro I escapa da morte e exila-se no castelo em Montiel, que à partida era inexpugnável, no qual ficaria a aguardar reforços. O problema foi a falta de provisões que o levou a abandonar o castelo.

---

[91] Para a morte de Pedro, o Cruel, teremos de usar a edição da Penguin Books para obter um texto mais completo. O capítulo que trata da morte de Pedro I intitula-se "The Battle of Montiel and the death of Peter the Cruel (1369)", ver Brereton

[92] Brereton (ed. e trad.), 1968, Livro I.

[93] No relato de Ayala quem trai Pedro I é Du Guesclin. Estas diferenças são apontadas em nota de rodapé por Geoffrey Brereton, que aponta como Froissart destoa da cronística castelhana neste detalhe, ver *Ibidem*, Livro I, nota de rodapé 1.

[94] *Ibidem*.

Contudo, é na cena da morte de Pedro I que os três cronistas se "cruzam". Em Ayala, Pedro I é encurralado em Montiel, tenta sair e é preso por Du Guesclin, que o trai[95]. O rei é trazido à presença de Henrique II que o espera, rodeado dos seus nobres. Henrique inicialmente, segundo Ayala, não o reconhece porque não vê o irmão há muito tempo. É um dos seus apoiantes que lhe diz que o homem em sua presença é Pedro, Henrique ataca-o e mata-o à punhalada juntamente com os nobres que o apoiavam. Na cena final da vida de Pedro I, Ayala coloca Henrique a não reconhecer o irmão e a matá-lo sem grandes problemas, não parecendo em nenhum momento que Pedro I teve capacidade de resistir ao ataque de Henrique.

Fernão Lopes, que segue a versão ayaliana, tem apenas uma clara discrepância na questão da morte. Diz o cronista «Outros afirmam, escrevendo em seus livros que el-rrei, quando sse vio em poder de seu irmao e como era traido d'aquella guisa, que sse lançou a ele rijamente…»[96]. É notório que Fernão Lopes conhece Froissart e é a ele que se refere dizendo "segundo alguns escrevem em seus livros…" porque é Froissart quem escreve em seus livros que Pedro I derrubou Henrique. O cronista luso conhecia a obra do francês, mas optou pela versão de Ayala, tentando, contudo, ter uma versão "intermédia" entre Ayala e Froissart. Estamos em crer que isto poderá ter duas motivações. A primeira é a razão da dependência lopesiana de Ayala como fonte para a matéria de Pedro I. Fernão Lopes afirmou[97] que lera muitos livros, consultara muitas fontes e assim o fez. Contudo, a obra de Froissart é de enorme complexidade. Ayala escreveu em castelhano medieval, uma língua muito próxima do português medieval que Fernão Lopes falava. Além disso, pese embora as duas versões que Ayala produziu da sua crónica petrina, em boa verdade a sua obra possuiu uma coerência textual considerável. Froissart possuiu uma obra de dimensão gigantesca. Só o Livro I das *Chroniques* ocupa 8 volumes na edição completa da SHF. A obra de Froissart possuiu uma grande variedade textual, além de várias refundições e versões. Além disso os seus manuscritos têm uma história de adições apócrifas, havendo manuscritos de Froissart que contêm versões únicas e que são de difícil acesso, tanto hoje como no tempo de Fernão Lopes. Por isso, estamos em crer que Fernão Lopes conheceu a obra de Froissart, "respondeu" ao cronista francês, mas não terá tido o mesmo domínio e conhecimento da obra froissartiana como tinha da ayaliana, quiçá pelo enorme volume da primeira. Talvez Fernão Lopes conhecesse as principais matérias de Froissart que dissessem respeito à Península, mas poderia não ter um domínio total da obra do cronista de Valenciennes.

Por exemplo, Fernão Lopes segue Ayala em quase todo o relato de Pedro I, inclusive nas omissões ayalianas sobre a matéria de Branca de Bourbon. Em Fernão Lopes e Ayala, Branca é uma jovem ingénua que vem para casar com Pedro I, que a

[95] Martin (ed.), 1991, cap. VII, pp. 430-434.

[96] Macchi e Amado (eds.), 2004, cap. XXIII, p. 83.

[97] Amado, Nunes, Pimenta e Costa (eds.), 2017, «Prólogo», pp. 21-22.

rejeita um dia após casarem e posteriormente a manda matar. Ayala omite os rumores de um romance de Branca com um irmão de Pedro I, Fradique, romance que é anterior ao casamento de Pedro e Branca e do qual resultou um filho[98]. Tudo isto é omitido por Ayala e Fernão Lopes segue a sua versão. Uma segunda razão cremos que se prende com a delicada questão que estava a ser relatada. Para todos os efeitos, a morte de Pedro I de Castela fez-se à margem de qualquer processo judicial enquadrado no direito medieval, constituindo quer um regicídio quer um fratricídio. A morte de Pedro I e a sua figura geraram sempre polémica na historiografia havendo quer uma lenda negra de Pedro I, quer uma tradição paralela, que o retratava de forma positiva, como um rei justo que fora vítima de uma conjura e de uma morte ilegítima e indigna de um rei[99]. Descrever a morte de um rei, rodeado de nobres, à punhalada, sem qualquer enquadramento legal, às mãos do seu irmão, que é um bastardo a reclamar um trono, colocava claras questões do ponto de vista da legitimidade do ato. Nem Fernão Lopes nem Ayala deixavam de ter em conta esta questão. A figura do rei na Idade Média estava rodeada de toda uma aura de dignidade que exigia um tratamento condigno à sua pessoa. Em Ayala e em Fernão Lopes, os cronistas procuram legitimar a ascensão de um bastardo que para todos os efeitos derrubou um rei legítimo, matou-o, sem qualquer processo judicial e numa luta que deixa dúvidas sobre a justiça desta, quando Pedro I estava cercado e em minoria, sem se poder defender.

O princípio que Ayala e Fernão Lopes invocaram, Ayala para legitimar Henrique, Fernão Lopes para legitimar João I, de eleger o melhor candidato e derrubar um rei ou candidato legítimo, poderia tornar-se perigoso, porque abriria um precedente em que qualquer candidato pudesse reclamar o trono e eleger-se como rei. Além disso, matando o rei anterior, um candidato tornava-se rei de facto. Isto criava uma situação delicada e com contornos perigosos para a teoria política da sucessão régia[100]. Isso explica porque Ayala procurou focar a sua argumentação na tirania de Pedro e na sua perda do direito a reinar, invocando inclusive o direito godo que permitia ao melhor reinar. Contudo, Ayala teve o cuidado de ferir a causa de Pedro, diluindo o seu direito à coroa, ressuscitando a questão dos Lacerda e sugerindo subtilmente que Maria de Portugal poderia não ser uma mulher de moral confiável. Assim, procurou enquadrar a morte de Pedro num ato justiceiro de Henrique, que vingou a mãe e os irmãos mortos[101]. Por isso, Ayala começa o capítulo da morte de Pedro I com Henrique a acusá-lo de ter morto os seus irmãos. Ayala tenta justificar o regicídio e fratricídio como um ato de vingança

[98] Luís, 2004, pp. 138-141.

[99] *Ibidem*, 138-141. Ver também Rodríguez, 2017; Valdaliso-Casanova, 2011.

[100] Abordamos a questão da teoria da sucessão régia em detalhe mais à frente, neste trabalho. Ver contudo, sobre este tema, Sousa, 2007; Gomes, 2011; e para a visão lopesiana desta questão, ver a nossa tese de mestrado, Russo, 2019b, pp. 109-113.

[101] Martin (ed.), 1991, cap. VIII, pp. 430-434.

pessoal e quiçá de algum descontrolo emocional de Henrique perante a visão do assassino de seus irmãos. A Ayala não restou outro caminho que não procurar enquadrar um ato de regicídio e fratricídio que de outro modo seria injustificável à luz do direito medieval e do respeito que a dignidade do rei deveria exigir. Note-se que Ayala, tal como Fernão Lopes e Froissart nunca deixam de chamar «rei» a Pedro I, porque um rei nunca deixa de ser tal, mesmo deposto. A sua figura exige uma dignidade no trato, mesmo em caso de tirania, que a cena da morte de Pedro I não revela. Sendo assim, Ayala tentou justificar a morte de Pedro I e os contornos que a envolveram. Ayala é o único que afirma de forma categórica que Pedro I é derrubado por Henrique e é morto por ele sem dificuldades.

Fernão Lopes aqui diverge de Ayala ligeiramente. Fernão Lopes era conhecedor da versão de Froissart e das lendas que já existiam sobre a morte de Pedro I, nomeadamente as versões que circulavam de que ele tinha sido traído e que lutara até ao fim. Contudo, Fernão Lopes hesita em seguir Ayala quando este afirma que Pedro cai primeiro que Henrique. Fernão Lopes dá conta de que existiam várias versões do sucedido, algumas que colocavam Pedro a conseguir derrubar Henrique e quase o matando. Esta é a versão de Froissart. Tal versão mostrava que Pedro lutou até ao fim com bravura e exibindo enorme destreza militar. Fernão Lopes hesita em seguir Froissart e adota uma posição intermédia entre Ayala e Froissart. Concede que ambos caíram ao mesmo tempo e que Pedro quase matou Henrique, mas foi impedido pelos apoiantes deste que mataram Pedro. Note-se que Ayala coloca o primeiro golpe mortal em Pedro como sendo dado por Henrique, ao passo que Fernão Lopes aproxima-se mais de Froissart dizendo que é Pedro quem quase mata Henrique. A diferença está em que Ayala, tendo de justificar a morte de Pedro, não tem mais caminho do que apontar a morte de Pedro I à luz do espírito justiceiro e do afeto maternal e fraternal de Henrique, que quer vingar a mãe e os irmãos. Daí que Ayala primeiramente coloque Henrique a recordar os irmãos que Pedro matou, procurando assim justificar assim o ato do conde de Trastâmara. Já Fernão Lopes cremos que hesita pelo pudor que acarreta ter de justificar um regicídio e um fratricídio. Além da violência do ato em si, este poderia abrir precedentes perigosos de legitimação de futuros regicídios. Fernão Lopes aponta, tal como Froissart, que Pedro I era um homem muito corajoso e que lutou até ao fim, sem pedir pela vida. Ao passo que Ayala não pode senão justificar o ato de Henrique, Fernão Lopes, estava mais “distanciado” desta questão que Ayala. A guerra civil castelhana de 1366-1369 não era um tema que na altura preocupasse grandemente a coroa portuguesa, visto ser já, na altura em que Fernão Lopes escreve as Crónicas de D. Pedro e D. Fernando, de certa forma, um tema encerrado após o casamento de Catalina de Lencastre com Henrique III.

Isso explica porque Fernão Lopes usa de mais liberdade a escrever sobre Pedro I do que Ayala. O cronista castelhano tenta reconciliar a casa de Trastâmara com a dinastia cessante de Pedro I, devido à presença de Catalina na corte castelhana. A morte de Pedro I é a exceção, porque Ayala não poderia senão justificar a morte de Pedro I que

abriu as portas ao reinado de Henrique. Já Fernão Lopes, curiosamente, dá um relato mais favorável a Pedro I na sua morte, mas tem relatos mais críticos no seu comportamento como rei do que Ayala. Fernão Lopes descreve os crimes de Pedro I com pormenores que Ayala não dá, pormenores esses que criam um relato mais virulento contra Pedro que o do próprio Ayala. Por exemplo, o português relata a prisão da infanta Leonor dos Leões, uma filha de Henrique que Pedro I prende juntamente com feras, ou a morte do rei Muhamad VI (o Rei Vermelho) com pormenores mais violentos do que a versão de Ayala. Assim sendo, Fernão Lopes sente-se mais livre para escrever sobre Pedro I, chegando até a construir um relato mais crítico deste rei do que Ayala. Porém, na matéria da morte do rei em Montiel, Fernão Lopes hesita pela questão delicada que envolve escrever sobre um regicídio.

O relato de Froissart sobre Pedro I é complementado com dois episódios. O primeiro é uma história curiosa, contada pelo cronista em tom de anedota. No Livro III[102], um cavaleiro, Pedro de Béarn, irmão bastardo do conde de Foix, um dos principais patronos de Froissart, tem o hábito estranho de à noite acordar e armar-se cavaleiro, saindo para lutar e para caçar de forma frenética. A sua esposa, temendo esta situação, recusa-se a dormir e viver com ele. A esposa é Florença da Biscaia, filha do Infante Juan de Aragão, que Pedro I tinha mandado matar. O capítulo começa com ela descrevendo o que sofreu com a perseguição do Cruel ao seu pai. Contudo, ela conta, no meio da história, que o pai tinha o hábito de caçar furiosamente e que numa caçada, matou um urso e que este lhe falou dizendo-lhe que, porque agora caçava e matava uma criatura que não o atacara antes, acabaria ele a ser morto com violência. Florença afirma que o seu marido, numa das noites em que saiu armado do quarto, matou um urso após uma longa caçada e que o urso era o mesmo que o pai já havia morto e que o animal tinha lançado uma maldição ao pai. Por isso, Florença recusa-se a viver com o marido e teme que ele morra como o pai[103].

Excurso sobre a caça

O uso da caça como analogia de caçador-tirano é um código literário conhecido. A literatura está repleta de alusões à caça como analogia para a tirania[104]. Desde o *Policrático*, de João de Salisbúria, ou à *Bíblia*, com a figura de Nimrod, que o rei-caçador era um exemplo de tirania e a analogia caçador-tirano é usada como crítica oculta a alguém. A paixão pela caça associa-se a imagens como tirania, gosto por violência,

[102] Brereton (ed. e trad.), 1968, cap. " The Hauting of Sir Peter", Livro III.

[103] *Ibidem*.

[104] A analogia caçador-tirano foi por nós analisada em maior profundidade na tese de mestrado, nomeadamente o uso por Fernão Lopes da analogia caçador-tirano. Para mais detalhes sobre a questão, ver Russo, 2019b, pp. 72-77.

futilidade e inconstância. O facto de Froissart retratar o marido e o pai de Florença da Biscaia como caçadores inveterados, como gostando de violência gratuita e parecendo não terem autocontrolo sobre os impulsos, afigura-se-nos como uma mensagem críptica de Froissart em que censura, através da filha e do sogro, a figura de Juan de Aragão, que foi um dos nobres mais importantes que Pedro I executou. Por aqui estamos em crer que há fundamento para pensar que Froissart se opunha, através da figura do Infante de Aragão, à nobreza que se rebelou contra o rei Pedro I sem razão aparente. Note-se que o urso acusou o infante de o ter morto sem motivo. Note-se também que a crítica que é feita neste episódio é ao gosto pela violência gratuita, o desrespeito pela vida (humana ou animal) e a ambição de glória desmedida. Nos relatos de Fernão Lopes e Ayala, o infante de Aragão, pese embora acabar traído pelo rei Pedro I, começou por alinhar com o desejo do rei de matar o seu irmão, Fradique, prometendo a Juan o senhorio de Biscaia, que era daquele. Juan aceita ajudar o rei, mas acaba traído pelo monarca, morrendo às suas mãos[105]. Na prática, Froissart aponta, pela boca do urso, que Juan era um tirano e acabaria morto de forma violenta. Na figura de Juan de Aragão há uma crítica subtil à nobreza anti-petrista de Castela.

A intencionalidade de Froissart em usar a analogia caçador-tirano é tanto ou mais clara, quando este episódio é antecedido de um anterior capítulo em que o cronista descreve a corte do Conde de Foix, Gaston III, o Febo, um dos seus grandes patronos[106]. O capítulo começa com um panegírico a Gaston III, um dos homens mais ricos e poderosos do século XIV, assim como um grande caçador. O cronista descreve o conde como um modelo de virtudes[107]. Gaston III é simultaneamente, para Froissart, o homem mais bem constituído e elegante que viu, superando qualquer rei e nobre. É também um exemplo a nível moral, sendo devoto e generoso com todos e também um excelente gestor. Logo a seguir, Froissart descreve a paixão desenfreada pela caça que ele tinha. O cronista descreve mesmo que o conde tinha um grande amor pelos cães de caça e que adorava as armas e o amor (romântico neste caso). Descreve também como o Febo é pouco dado a comer. Logo a seguir, descreve a gestão económica do conde e apesar de aparentemente elogiar a mesma, pelos enormes lucros que lhe confere, transparece no relato froissartiano uma imagem de um Gaston III como dotado de uma personalidade controladora, numa sugestão de possível traço tirânico. Logo de seguida, Froissart descreve como o conde se indispõe com a esposa, Inês, e o filho, Gaston. Após uma série de intrigas, movidas por Carlos II, rei de Navarra e irmão de Inês, o filho Gaston é preso e morre no cárcere, por ordem do pai, após supostamente tentar envenená-lo. Logo de seguida, Froissart, ainda reflectindo sobre esta tragédia, narra o episódio nocturno caricato de Pedro de Bearn, irmão bastardo de Gaston. Esta narração aparece deslocada no tempo e no espaço e parece uma histórica críptica, em que se usa a caça como código

[105] Macchi e Amado (eds.), 2007, cap. XXI, p. 97; Martin (ed.), 1991, cap. VI, p. 194.

[106] Brereton (ed. e trad.), 1968, capítulo "At the Court of the Count of Foix (1388)", Livro III.

[107] *Ibidem*.

literário para transmitir uma mensagem. O objetivo do anterior capítulo era "inaugurar" a temática do condado de Foix, por assim dizer, onde Froissart vivia então. A história cómica de Pedro de Bearn não tem lógica sequencial nem interesse para a narração principal. A sua existência apenas faz sentido à luz de um objetivo ideológico de Froissart, não um objetivo historiográfico.

Em suma, cinco características emergem da personalidade do Febo: caçador inveterado, amador de mulheres, acumulador de grande riqueza, dominador, pouco interessado em comer. Atente-se nestes cinco traços idiossincráticos. O capítulo da corte de Foix "abre", por assim dizer, a narração de Froissart sobre o Febo. Froissart encerra o seu relato sobre este patrono, no Livro IV, num capítulo intitulado "a morte do conde de Foix", que é, tal como o relato de Pedro de Bearn, uma espécie de anedota[108]. Aqui conta como morreu Gaston III, de uma forma que o cronista descreve como muito "estranha"[109]. Froissart começa por dizer que o conde amava a caça mais que tudo na vida e que mantinha mais de mil e seiscentos cães de caça. Gaston passou o último dia da sua vida a perseguir um urso e caçou-o com tal entusiasmo que começou pela manhã e quando a criatura foi morta era já quase noite, nem se parando para comer ou beber, isto apesar de ser um dia de agosto bastante quente. Após matar o animal, o conde sentiu fome e dirigiu-se para uma estalagem onde se sentou para comer. Ao lhe darem água para lavar as mãos, mal Gaston tocou na água fresca, o seu corpo entrou em convulsão e o conde morreu com uma síncope. Este episódio tem claramente semelhanças com a história de Pedro de Bearn. Ambos os irmãos caçam um urso e ambos têm uma paixão excessiva pela caça. Gaston tem uma paixão tal pela caça, que o leva a caçar, já em idade avançada, de manhã até à noite, sem parar para descansar ou comer, num dia muito quente de agosto. Acaba a morrer de uma síncope, provavelmente provocada pelo desgaste causado pela desidratação. Pedro de Bearn armava-se de noite para caçar, o que aterrorizava a esposa e o impedia de viver maritalmente com ela. Note-se que Froissart sugere que ambos os irmãos ignoravam necessidades vitais do ser humano (comer, dormir, beber, descansar, fazer vida marital) para se dedicarem à caça, algo acessório e em última análise fútil.

João de Salisbúria, no *Policrático*, vituperou o amor excessivo pela caça, que apenas tolerava quando esta era feita por necessidade alimentar ou defesa pessoal. Nada disso estava aqui em causa. Os irmãos não caçavam para comer, aliás Froissart frisa como o conde de Foix comia pouco, portanto não caçava por necessidade, mas por prazer. O facto de não caçarem para satisfazerem a fome, mas até se esquecerem de comer e beber por conta da caça, aponta que Froissart sugere personalidades que se dedicam a ocupações fúteis, com prejuízo até da sua própria vida. Froissart não está só nesta corrente de pensamento. João de Salisbúria criticou a caça por desporto como um

[108] *Ibidem*, capítulo: "The death of the Count of Foix (1391)", Livro IV.

[109] *Ibidem*.

exercício cruel, fútil e dispendioso, que associava à tirania. Veja-se esta passagem do Policrático:

> «Entre todas las cosas que **perjudican a los hombres de alto rango**, pienso que no hay nada peor que el hecho de que el atractivo de la halagadora fortuna desvie su mirada de la verdad. **Pues el mundo acumula sus riquezas y placeres, y con ellos fomenta y enciende la comezón de la sensualidad aguzada**… **Quién más parecido a las bestias que aquel que, abandonando sus deberes**…se pasa las noches luchando con los animales?»[110]

João de Salisbúria relaciona aqui a caça com os prazeres sensuais do mundo; o abandono dos deveres dos governantes; a crueldade com os animais; o gosto pela violência; e a acumulação inútil de luxo. Há em Froissart uma implícita crítica aos gastos financeiros que a caça acarretava. Sobre esta questão há outro episódio curioso nas *Chroniques*. No livro I[111], Froissart começa por narrar o que se intitula "Consequências de Poitiers", relatando aí as célebres *Jacqueries*, desde o seu começo até à morte de Etienne de Marcel. Nessa matéria, Froissart termina descrevendo os horrores causados pelas tropas inglesas, que após as *Jacqueries* se envolvem em pilhagens em França. Froissart descreve o terror e a devastação causados nas populações francesas por estas campanhas de saque. Ao descrever os exércitos salteadores, Froissart descreve em detalhe o material e o luxo que estes levam consigo, unicamente para se dedicarem à caça, apontando os gastos enormes que isto acarretava[112]. Apesar de o fazer num tom moral aparentemente neutro, de súbito, Froissart faz surgir uma personagem curiosa, um frade franciscano, Jean de la Rochetaillade, que o cronista apelida de homem "sábio e de grande inteligência" e que pregou anos antes das *Jacqueries* em França[113]. O frade começa por citar o *Apocalipse* e os *Profetas*, afirmando que os grandes da Igreja e o reino de França seriam punidos devido ao "excessivo luxo" que acumulavam, para gastar em coisas inúteis, às custas de oprimir os mais desfavorecidos. Fez várias profecias que Froissart afirma que se cumpriram, nomeadamente grandes destruições e conflitos na França entre os anos de 1356-1359, período que engloba as *Jacqueries* e as campanhas de saque inglesas. Esta figura surge no final do relato sobre as *Jacqueries*, logo após Froissart descrever em detalhe a pompa e luxo que os nobres utilizavam na caça e no seu aparato militar. O cronista estabelece, em nosso entender, através de Jean de la Rochetaillade, uma ligação entre a caça e a acumulação de luxos fúteis, o gosto pela violência e saque, a tirania e por fim a agitação social que daí decorre. Este episódio curioso, a ser somado à matéria do condado de Foix, tornam claro que o autor terá

[110] Ladero, Garcia e Zamarriego (eds.), 1984, Livro I, Cap. I, pp. 107-108. O negrito é nosso.

[111] Brereton (ed. e trad.), 1968, cap.: "Consequences of Poitiers", Livro I.

[112] Esta matéria específica está no sub-capítulo "Brigandry, warfare and Predictions", respetivamente *Ibidem*, cap.: "Consequences of Poitiers: Brigandry, warfare and Predictions", Livro I.

[113] *Ibidem*.

usado a analogia caçador-tirano como um código literário para escrever de forma críptica aquilo que não poderia escrever de forma mais aberta.

A este título, é curioso notar que Ayala e Fernão Lopes narram traços de personalidade similares nas suas crónicas, envolvendo personagens que apelidam de tiranos. Diferentemente de Froissart, Ayala e Fernão Lopes cingiram as suas narrações sobre a caça para figuras de cariz régio, tais como Pedro I de Castela, D. Fernando ou João de Castro, herdeiro putativo da coroa portuguesa. Por razões de tempo e espaço cingir-nos-emos em Ayala a Pedro I de Castela e em Fernão Lopes a D. Fernando.

Ayala relata como Pedro I foi um grande caçador, que amava caçar as aves e gastava fortunas com essa paixão[114]. Além disso, no início do seu reinado não se interessava em governar o reino, mas sim em caçar[115]. Foi a intervenção dos seus conselheiros que o orientaram para que se interessasse pelo reino, nomeadamente Samuel Levi, que acabou a ser o seu tesoureiro-mor e responsável por ele acumular um grande tesouro[116]. Ayala descreve sistematicamente Pedro I não raras vezes governando o reino por entre sessões de caça, durante as quais dá ordens de cariz governativo e também manda prender opositores, numa sugestão implícita de uma personalidade fútil, tirânica e desinteressada nos assuntos do reino[117].

Na descrição final de Pedro I, após a sua morte em Montiel, Ayala aponta como o rei gastava anualmente mais de 30 mil dobras só na caça às aves. Descreve também como Pedro I era homem de comer pouco, dormir pouco e andar muito durante o dia, ligando pouco às necessidades básicas da vida.

A morte do rei Vermelho de Granada, por ordem de Pedro I, é narrada em Ayala como sendo movida pela ganância de Pedro I[118]. Também durante a sua *Crónica*, Ayala aponta que o rei tem um comportamento lascivo e inconstante com o sexo feminino. Pedro I é descrito como sendo amador de mulheres em excesso e de forma por vezes tirânica, como quando manda prender D. Aldonça, (durante uma sessão de caça) pela qual tinha interesse[119]. Além disso, teve um comportamento errático no tocante aos casamentos, desprezando abertamente a sua esposa, Branca, casando depois com D. Joana de Castro, da qual pouco tempo depois se afastou e viveu maritalmente longo tempo com Maria de Padilha sem, contudo, casar de forma oficial. Nesse âmbito, Ayala

[114] Martin (ed.), 1991, cap. VIII, pp. 430-435; Zurita e Amirola (eds.), 1779, cap. VIII, pp. 551-556.

[115] Martin (ed.), 1991, cap. XIV, p. 25; Zurita e Amirola (eds.), 1779, cap. XIV, p. 28.

[116] Martin (ed.), 1991, cap. XV, pp. 155-157; Zurita e Amirola (eds.), 1779, cap. XV, pp. 195-197.

[117] Ver por exemplo o rei a tratar dos assuntos do reino por entre a sua paixão pela caça, que é o que lhe ocupa tempo, ver Martin (ed.), 1991, cap. XXXVIII, pp. 137-138; Zurita e Amirola (eds.), 1779, cap. XXXVIII, pp. 173-174. Para a prisão de opositores ver Martin (ed.), 1991, cap. I, pp. 184-185; Zurita e Amirola (eds.), 1779, cap. I, pp. 234-236.

[118] Martin (ed.), 1991, caps. V-VI, pp. 272-275); Zurita e Amirola (eds.), 1779, caps. V-VI, pp. 345-349.

[119] Martin (ed.), 1991, cap. I, pp. 184-185; Zurita e Amirola (eds.), 1779, cap. I, pp. 234-236.

usa duas cartas do sábio mouro Benahatin, onde este faz uma espécie de espelho de príncipes e onde aponta, entre outros defeitos, a luxúria carnal como uma causa de ruína e tirania nos reis, apontando este vício como sinal de inconstância e descontrolo emocional, defeitos inapropriados num rei. Benahatin usa também uma cena de caça, onde um rei acaba a ver o seu leão, que cria para o ajudar na caça, devorar o seu filho, isto para sugerir que o amor pela violência acabará a ficar fora de controlo e a voltar-se contra o próprio caçador[120]. Ayala, constrói uma imagem de Pedro I, descrevendo-o como um tirano, ganancioso, mulherengo, caçador frenético, pouco dado a comer, beber e descansar e sendo homem de grande esforço físico. Esta descrição é simétrica à analogia caçador-tirano de Froissart, que é seu contemporâneo.

Já Fernão Lopes, começa por descrever D. Fernando, como alguém dotado de grandes qualidades e que acabou a arruinar o seu legado por conta de uma personalidade inconstante[121]. Inicialmente, D. Fernando herda o reino de Portugal com um grande tesouro e em paz com os seus vizinhos. O rei é dotado de beleza, carisma, juventude, sendo grande amador de mulheres, amador da caça e generoso com todos. Contudo, a sua ambição ilógica em tornar-se rei de Castela mergulhou o reino em guerras insustentáveis que fizeram arruinar o tesouro do reino e puseram em causa a independência de Portugal. Tudo isto se deveu à personalidade inconstante de D. Fernando. O seu amor pela caça era tal que as aves nem podiam pousar com ele, segundo o cronista[122]. O jovem rei ocupava-se de tal modo com a caça, sem descanso, que negligenciava os assuntos do reino, sendo que o cronista relata como os conselheiros ameaçam o rei com o seu derrube caso não mude de comportamento[123]. A sua personalidade inconstante começa a ser descrita por Fernão Lopes em vários momentos. Começando pelo desejo em reinar sobre Castela, um sonho irrealizável, bastas vezes D. Fernando foi aconselhado pelos conselheiros a não fazer guerra, contudo o monarca ignorou estes conselhos e atuou de forma arrogante e desdenhosa com os conselheiros[124]. O móbil da guerra contra Castela era apenas a ambição pessoal e a sede de riqueza, não reivindicações legítimas, tudo isto sem pensar nas consequências para o reino. Seguiram-se as peripécias amorosas de D. Fernando, no qual ele mostra um comportamento inconsequente. Decide casar com D. Leonor Teles, movido unicamente pela luxúria, apesar de ela já ser casada, o que causa revolta no reino[125]. Antes dela, D. Fernando comprometeu-se em vários casamentos em Inglaterra e nos reinos peninsulares, todos subordinados a tratados de paz e alianças vitais para o

[120] Martin (ed.), 1991, cap. XXII, pp. 377-386; Zurita e Amirola (eds.), 1779, cap. XII, pp. 484-493)

[121] Macchi e Amado (eds.), 2004, «Prólogo», pp. 3-9.

[122] *Ibidem*, pp. 4-5.

[123] Rebelo, 1983, pp. 35-36.

[124] Macchi e Amado (eds.), 2004, cap. CXIV, p. 415.

[125] *Ibidem*, caps. LVII-LXIV, pp. 197-227.

país, os quais foi desfazendo de forma caprichosa, para casar por fim com D. Leonor Teles, o que provocou inúmeros problemas diplomáticos a Portugal.

D. Fernando acabou a taxar de forma pesada os mais pobres, para pagar as suas guerras e arruinou assim o país. A taxação excessiva é uma das imagens mais clássicas de tirania e ganância na cronística. Basta ver como Froissart sugere uma postura tirânica Gaston, o Febo, no tocante às finanças, com uma máquina burocrática implacável, onde ele cobra tudo ao mais ínfimo detalhe e investiga a fundo quem lhe deve algo. Assim, segundo Foissart, tornou-se um dos homens mais ricos do seu tempo. Em Fernão Lopes, D. Fernando arruinou o país com impostos pesados e em Ayala, Pedro I extorque grande quantidade de dinheiro em impostos, através da sua máquina burocrática, o que o torna um rei riquíssimo.

Há uma simetria nas características dos três cronistas, a partir dos quais se pode perceber um perfil do caçador-tirano: paixão desenfreada pela caça, mesmo que à custa de não comer e dormir, inconstante, ganancioso, amante do luxo excessivo, lascivo, arrogância e tirania. O caçador-tirano dos três cronistas negligencia as necessidades básicas da vida (comer, dormir, beber, vida marital) e a nobre tarefa de governar, em prol de ocupar-se de um exercício fútil. Curiosamente, revelam na vida sexual um comportamento promíscuo e inconstante, ao mesmo tempo que desprezam as suas esposas legítimas. Este perfil é simétrico ao que descrevia João de Salisbúria no Policrático: a violência gratuita contra a vida, seja humana, seja animal; o afastamento das tarefas importantes do reino para se dedicar à caça; os nefastos efeitos sociais da caça; a futilidade da caça por comparação com atividades nobres como a governação ou as letras; a associação à tirania[126]. João de Salisbúria focava, diferentemente de Froissart, Ayala e Fernão Lopes, a ruína agrícola que causava as leis da caça, que além do mais, considerava como uma ocupação indigna dos grandes espíritos[127]. Já, do ponto de vista económico, os cronistas apontam a ruína provocada pelos gastos excessivos com a caça. O *Policrático* providencia um perfil do caçador-tirano, que neste caso é um *exemplum* invertido do rei ideal, sendo que este modelo literário emerge em autores como Froissart, Fernão Lopes ou Ayala, apenas com ligeiras variações.

As deposições de Ricardo II (1377-1400) e Eduardo II (1307-1327) em Froissart

Voltando às deposições régias, o segundo episódio que Froissart usa para construir a imagem de Pedro I e de Henrique de Trastâmara é a deposição de Ricardo II de Inglaterra, que se dá em 1399. O rei inglês começa por ser apoiado e elogiado por Froissart. Contudo, irá cair na tirania, executando crescentemente um conjunto de nobres e deixando que o crime e a insegurança campeiem na Inglaterra, gerando o caos

[126] Ladero, Garcia e Zamarriego (eds.), 1984, Livro I, cap. I, pp. 107-108 e Livro I, cap. 3, p. 109.

[127] *Ibidem*, cap. 4, pp. 117-118.

social. A partir daí Froissart passará a descrever como Henrique de Bolingbroke, futuro Henrique IV, será alçado rei pela nobreza que derrubará Ricardo II. Este último, Henrique IV, é descrito por Froissart como o *exemplum* das virtudes régias: grande guerreiro, sábio, prudente, generoso, misericordioso, justo e que governa apoiado nos conselheiros[128]. O momento em que Ricardo II se exila no castelo de Flint, quando se apercebe que Henrique de Bolingbroke vem com a nobreza para o derrubar, é quiçá o ponto mais alto dessa exemplaridade e um dos momentos mais relevantes da prosa de Froissart. Ricardo II refugia-se no castelo de Flint[129] por medo de Henrique e recusa-se a sair. Henrique entra no castelo, com apenas alguns homens consigo, em clara desvantagem numérica. O seu objetivo é concertar uma rendição de Ricardo que evite um banho de sangue e uma saída diplomática para a revolta contra o rei. Quando Henrique se encontra com Ricardo, atua de forma cortês, respeitando a dignidade de Ricardo II enquanto rei, assegurando-lhe que se se entregar lhe irá poupar a vida e se irá fazer um processo legal que resolva a guerra[130]. Ricardo II aceita sair com Henrique, em troca da sua vida. Entretanto numa cena curiosa, um cão que pertencia a Ricardo II e que só a ele obedecia e não se deixava tocar por mais ninguém, vai a correr quando vê Henrique e Ricardo a passearem juntos e salta para cima de Henrique IV, cumprimentando-o com entusiasmo. Esta cena de Froissart evoca a história de Argo, o cão de Ulisses, que após vinte anos reconhece o dono quando este volta da guerra de Tróia – Ulisses que é simultaneamente o dono e o verdadeiro rei de Ítaca[131]. A analogia que Froissart leva a cabo é clara. O cão régio, que só se deixava tocar e obedecer por Ricardo II, reconhece Henrique como verdadeiro rei. O cão, tido como um exemplo de lealdade máxima, reconhece Henrique IV como o verdadeiro rei[132].

Após sair do castelo de Flint, Ricardo II é colocado na Torre de Londres e é convencido a afastar-se do poder. Este rei é descrito por Froissart como alguém fraco de personalidade, cobarde, fútil, tirânico, cruel, imprudente, irracional e vingativo. É um *exemplum* negativo do que um rei não deve ser, sendo o oposto do *exemplum* que Henrique IV simboliza. Os diálogos que Froissart coloca entre Henrique IV e Ricardo II, quer no Castelo de Flint, quer na torre de Londres, são uma construção simétrica dos últimos dias da vida de Pedro I em Montiel, na sua guerra contra o irmão. Comecemos pela descrição de tirania. Froissart afirma que Pedro I executou nobres de forma cruel e tirânica em vários momentos, perdendo a razão pelos métodos que usou. Para o cronista, um rei deve ser misericordioso e deve procurar ganhar o apoio da nobreza.

[128] Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 809-861; Brereton (ed. e trad.), 1968, cap. “The downfall of Richard II, 1397-1400”.

[129] *Ibidem*.

[130] *Ibidem*.

[131] Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 809-861; Brereton (ed. e trad.), 1968, cap. “The downfall of Richard II, 1397-1400”.

[132] *Ibidem*.

Contudo, Froissart entende que Pedro esteve rodeado de uma nobreza que nem sempre lhe foi leal e que bastas vezes alinhou com os irmãos em conjuras contra ele.

Quando o rei Pedro I está em batalha em Montiel, luta com coragem e exibe grande capacidade militar, o que para o cronista francês é uma qualidade *sine qua non* num rei. Já Ricardo II é cobarde e mau guerreiro[133]. E na morte, Pedro I mantém uma dignidade régia que Froissart não deixou de ressalvar. O rei sai à noite do Castelo de Montiel devido ao cerco e é traído por Le Bègue de Villaines. A primeira coisa que diz ao captor é «Sou o rei Pedro, um homem muito difamado»[134]. Note-se que já em vida Froissart assinala que Pedro I tinha consciência da guerra propagandística contra ele, considerando-se um homem desacreditado. Pelo seu lado, Ricardo II acabará a reconhecer, no diálogo com Henrique IV na Torre de Londres, que as acusações contra ele são verdadeiras. Um detalhe crucial no relato froissartiano é quando Le Bégue detém o rei Pedro I. O cavaleiro reconhece-o porque Pedro I, segundo Froissart, se parecia muito com Henrique II[135]. Este detalhe é assaz curioso, porque, tratando-se de meios-irmãos, só tinham o pai em comum. Ora, se Pedro I era muitíssimo parecido com Henrique II, então tal só se poderia dever a que ambos eram filhos do mesmo pai. Os rumores de dúvida da paternidade de Pedro I são aqui refutados por Froissart de forma clara e intencional, não havendo nenhuma dúvida que o cronista escreveu este detalhe para afastar de vez qualquer dúvida sobre a paternidade de Pedro I.

Ayala e Fernão Lopes, ambos, curiosamente, só fazem alusão ao físico de Pedro I para dizer que Henrique não reconheceu o irmão, no que é uma resposta clara a Froissart. Ao passo que o francês coloca Pedro I a ser reconhecido por Le Bégue de Villaines, precisamente por ser muito parecido com o irmão Henrique, Ayala e Fernão Lopes "respondem" a Froissart colocando Henrique a ser incapaz de reconhecer o irmão que supostamente seria muito parecido consigo. A construção narrativa da morte de Pedro I em Ayala e Fernão Lopes copia, de forma simétrica, a estrutura froissartiana, procurando responder a todos os detalhes desta. Quando Pedro I encontra Henrique, nos aposentos de Yvain de Lankonnet, está praticamente só e em total inferioridade numérica. Contudo, mal vê o irmão, este ataca-o dizendo: «Onde está esse filho de judeu que se diz rei de Castela?»[136], ao que Pedro I responde declarando: «Tu és filho de uma meretriz. Eu sou filho do bom rei Afonso»[137]. Froissart diz que Pedro, esse homem «corajoso e sanguinário»[138], lança-se contra Henrique e facilmente o subjuga e saca de um punhal que tinha, quase o matando. Contudo, o visconde de Rocaberti intervêm,

[133] Brereton (ed. e trad.), 1968, Livro I: "The Battle of Montiel and the death of Peter the Cruel, 1369".

[134] *Ibidem*. A tradução para português desta passagem e das seguintes deste capítulo são da nossa autoria.

[135] *Ibidem*.

[136] *Ibidem*.

[137] *Ibidem*.

[138] *Ibidem*.

vira ao contrário Pedro I e, Henrique, soltando-se assim com apoio dos companheiros, mata o irmão juntamente com os apoiantes. Em suma, em Froissart, Pedro I morre a lutar, sem mostrar receio de Henrique ou a pedir-lhe misericórdia, nunca admitindo que ele o insulte ou ponha em causa o seu direito ao trono ou a sua filiação com o rei Afonso XI.

Por contraste com este esquema, o cerco no Castelo de Flint e a prisão de Ricardo II na Torre de Londres apontam para uma situação distinta em cenário inglês. Henrique IV é retratado por Froissart como não tendo nenhuma ambição em ser rei e só o será após a nobreza lhe pedir que seja rei por conta do reinado catastrófico de Ricardo II. Após a proliferação da tirania e do caos social em Inglaterra, Henrique IV acede a ser rei, mas exige ser eleito num processo formal e com a garantia que Ricardo não seja executado, antes abdique do trono. No cerco de Flint, Henrique IV vai ter com o primo Ricardo II ao castelo de Flint, apenas com alguns homens, em clara desvantagem numérica e arriscando a vida para impedir um banho de sangue. Pede uma reunião ao rei e trata-o cordialmente mesmo após este o ter espoliado do seu ducado. Garante a Ricardo II que tudo fará para que não seja executado. Garante-lhe que venha a ser colocado na Torre de Londres em segurança e conforto. Ricardo II acede vendo-se sem possibilidades reais de continuar a resistir, tentando ganhar tempo[139]. Na Torre de Londres, com Ricardo II já preso, Henrique IV convence o ainda rei a abdicar para salvar a vida. Acusa-o de não ser filho do Príncipe Negro, mas sim de um clérigo, de ter sido tirano, de ter acumulado um poder inédito para o rei em Inglaterra, em violação da liberdade dos súbditos, de ser cobarde e de ter deixado o país à beira do caos pela inação contra o crime. Tudo isto por uma conjugação de defeitos pessoais e de ter colocado maus conselheiros, cujo único objetivo era enriquecerem à custa do interesse comum do reino. Mesmo assim, Henrique IV fala-lhe num tom respeitoso e garante-lhe que se abdicar salva a vida, porque ele convencerá a nobreza a não se vingar dele. Ricardo II é incapaz de contra-argumentar a Henrique IV, nem tenta fazê-lo. Apenas se importa em salvar a vida, temendo as represálias da nobreza. Não se empenha em refutar as acusações de Henrique à sua mãe e à sua paternidade. Ricardo é retratado por Froissart como cobarde, sem dignidade e amor-próprio e apenas preocupado em salvar a vida. Após algum tempo, os apoiantes de Ricardo II tentam de novo colocá-lo como rei e ele aparece morto, em circunstâncias que Froissart diz terem de ser apuradas, mas que crê não ter Henrique IV a mandar matá-lo[140].

O contraste com a deposição de Pedro I é claro. No caso castelhano, conquanto Froissart censure os métodos que Pedro I usou contra a nobreza, afirma também que o reinado do Cruel começou por ser próspero. Ao contrário de Ricardo II a quem, pela boca de Henrique IV acusa de ser filho de um clérigo, de Pedro I, Froissart defende que

[139] Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 809-861; Brereton (ed. e trad.), 1968, cap. "The downfall of Richard II, 1397-1400".

[140] *Ibidem*.

era o rei legítimo e que as acusações de não ser filho de Afonso XI não têm fundamento. Coloca o rei Pedro I a ter uma postura de dignidade, nunca se humilhando a pedir misericórdia ao irmão. Todo o curto diálogo entre Pedro e o irmão é pautado por acusações mútuas, onde, todavia, Pedro nunca deixa que Henrique o humilhe ou ponha em causa a sua legitimidade como rei e filho de rei. Pedro I defende a sua honra com a sua destreza militar e teria matado o irmão, mesmo em total inferioridade numérica, por ser um grande guerreiro, o que Froissart nunca deixa de frisar. Henrique nunca enfrenta o irmão a não ser quando este está sozinho e o Trastâmara rodeado de apoiantes armados, no que é uma implícita sugestão de cobardia perante o irmão, que era um guerreiro temível. Apesar de tanto Ricardo II como Pedro I terem sido depostos com acusações de tirania, Froissart faz uma simetria nas descrições para criticar subtilmente Henrique de Trastâmara. Ao passo que Ricardo II não exibe sentido de honra, nem valentia nem amor-próprio, Pedro I mostra coragem, destreza militar e dignidade típicas de um rei. Prefere morrer a permitir que o irmão o insulte e ataca-o mesmo sabendo que as hipóteses de o derrotar eram quase nulas[141]. Quanto a Henrique II, é comparado com Henrique IV de forma negativa. Os últimos momentos de Ricardo II[142] e de Pedro I são reconstruídos em Froissart de forma tanto simétrica como assimétrica. São simétricos no que toca à estrutura dos episódios. Ambos os reis depostos estão a ser atacados pela sua nobreza; ficam cercados num castelo; o candidato a rei dirige-se ao local para acabar com o cerco; existe um diálogo entre o rei deposto e o novo rei; existe uma prisão do rei deposto e a consumação da deposição do rei.

Contudo a assimetria dá-se nos detalhes e na interpretação dadas por Froissart. Ao passo que Ricardo II é retratado como um cobarde escondendo-se de Henrique IV no castelo de Flint, Pedro I é retratado como um rei corajoso e um guerreiro temível. Ao passo que Ricardo II parece incapaz de decidir por si nas coisas mais mínimas quando se vê cercado, Pedro I é apresentado como sendo um estratega competente, capaz de calcular os passos a dar, tendo tido a infelicidade apenas de o castelo de Montiel não ter provisões como se pensava. Ricardo II é colocado como estando em queda irreversível, sem apoio da nobreza, já Pedro I é colocado como apenas tendo tido infelicidade da falta de mantimentos no Castelo de Montiel, que era inexpugnável à partida. Froissart sugere que Pedro I, pese embora já ter perdido parte do apoio da nobreza, devido à tirania que cometeu em dado tempo, continua, para o autor, a ter grandes recursos materiais e apoio em parte da nobreza e poderia perfeitamente ter conseguido dar a volta à situação com alguma sorte. Existe assim uma construção

[141] *Ibidem*.

[142] Conquanto Ricardo II não morra no cerco de Flint, o cerco é simbolicamente o fim do seu reino, tal como o Castelo de Montiel foi para Pedro, porque Ricardo II concorda em entregar-se a Henrique IV.

simétrica de estruturas nos dois episódios de deposição régia, com uma construção ideológica assimétrica das mesmas.

Froissart retrata a forma como Ricardo II torna o seu reinado uma tirania e nos anos finais num caos económico e social crescente. Froissart descreve uma situação que considera insustentável e apoia a atitude da nobreza em depor Ricardo II[143]. Elogia grandemente a atitude de Henrique IV que sempre se mostrou cortês com Ricardo II, mesmo sem este propriamente o merecer, segundo Froissart. Henrique IV enfrenta Ricardo II no cerco de Flint, indo ao castelo onde está o rei, com poucos homens e em inferioridade numérica, ao contrário de Henrique II que esperou que o irmão fosse preso e estivesse isolado nos aposentos para o enfrentar na companhia dos seus apoiantes muito numerosos, ao passo que Pedro estava apenas com Álvaro de Castro e um escudeiro, que o tenta salvar e morre. Henrique IV não procura matar Ricardo II e nem deseja um banho de sangue e arrisca a vida a falar com Ricardo II para o convencer a render-se. Henrique IV nunca exibe medo de Ricardo II e aceita passear com ele para discutirem o futuro do reino, de forma amigável. Henrique de Trastâmara entra nos aposentos de Lankonnet para humilhar e matar Pedro I, sem nunca ter a paz como objetivo, nem mostra respeito por um homem que é simultaneamente seu rei e seu irmão. Henrique IV mostra misericórdia para com Ricardo II, tentando salvar-lhe a vida, ao passo que Henrique II exibe um comportamento vingativo para com o irmão. Henrique IV tenta exilar Ricardo II na Torre de Londres, dando-lhe um final de vida o mais condigno possível. Henrique II trata o corpo do irmão de forma indigna, deixando-o exposto e alvo de chacota[144].

O detalhe da queda de Henrique II e Pedro I e a «guerra» que gerou entre as versões de Ayala, Froissart e Lopes pode ter um significado menos claro à partida. Para Froissart, um bastardo não deve em teoria poder herdar o trono a não ser em casos excecionais. Os dois bastardos que Froissart coloca a ganharem a coroa, João I e Henrique II, ganham o trono pela força, como o francês aponta. Ou seja, não esgrimem em seu favor mais nenhum critério claro que não seja a conquista militar do trono, ou sejam são *reis de facto.* Nesse sentido, se como o francês aponta um bastardo apenas pode conquistar o trono pela força, é curioso que Froissart insista numa ideia de veicular Pedro I como um guerreiro temível, algo que não faz curiosamente com Henrique, que coloca apenas a enfrentar o rei quando este está preso nos aposentos de Lankonnet e em total inferioridade numérica. Se o trono acaba a ser disputado como se de uma justa medieval se tratasse, então o guerreiro que sair vencedor será rei legítimo. Nesse sentido, os dois irmãos enfrentam-se nos aposentos de Lankonnet. Henrique entra no quarto e insulta o irmão que lhe responde sem medo. De repente, Pedro, com grande destreza bélica, agarra o irmão, saca de um punhal e teria morto o irmão (como Fernão

[143] Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, pp. 809-861; Brereton (ed. e trad.), 1968, caps. "The downfall of Richard II, 1397-1400" e "The Battle of Montiel and the death of Peter the Cruel, 1369".

[144] *Ibidem*.

Lopes reconhece) se os apoiantes de Henrique não o tivessem salvo, tendo eles depois agarrado Pedro e depois todos juntos morto o rei. Numa luta justa e sem interferência Pedro teria ganho. Henrique teve a sorte de Pedro ter ficado em inferioridade numérica, caso contrário teria morrido. Isso pode explicar porque Ayala, Fernão Lopes e Froissart despenderam tanto tempo a debater quem derrubou quem ou quem caiu primeiro. Numa luta de sucessão violenta, onde um bastardo reclama um trono a um rei legítimo e pautada por uma guerra propagandística considerável, tudo acabou por se resumir à conquista do trono pela força. Nesse requisito era fundamental que Henrique tivesse derrotado o irmão numa luta justa e por isso Ayala reescreveu a morte de Pedro em resposta a Froissart, colocando o conde de Trastâmara a derrotar claramente Pedro I. Já o francês mina a base de legitimidade de Henrique, sugerindo que ganhou o poder pela força, mas com sorte, porque numa luta justa teria perdido. Fernão Lopes, que veria a questão dinástica castelhana com alguma distância, porque pouco interessava a Portugal, pode escrever de forma diferente, mas não deixou de indicar que Pedro teria morto o irmão, o que, de certo modo, minava a legitimidade de Henrique, algo que poderia interessar mais ao cronista português considerando as reivindicações Trastâmara à coroa lusa.

Em essência, para Froissart a tragédia de Montiel podia ter sido evitada dando o exemplo da deposição de Ricardo II, que se dá cerca de trinta anos após os acontecimentos de Montiel. Mesmo que assistisse razão a Henrique II em depor Pedro, facto que Froissart não deixa de apontar, porque reconhece que Pedro tinha já alienado parte da nobreza, além de ter perdido o apoio inglês, para o cronista toda a forma como o conde de Trastâmara depôs o irmão violou as leis da cavalaria, do reino e dos laços de sangue entre os dois homens. Além de ser um bastardo, algo que Froissart censura, Henrique lançou uma campanha de difamação contra o irmão desde o início do reino, como se subentende pelas palavras que Froissart põe na boca de Pedro I, quando este diz ser um homem «difamado por más-línguas»[145]. Henrique quis conquistar o reino pela força, mesmo que o irmão tenha perdido o apoio da nobreza e se viesse a comportar como um tirano em vários momentos. Ao criar uma narrativa da deposição e prisão de Ricardo II simétrica ao caso castelhano, Froissart mostrou um cenário alternativo de deposição que não teria envolvido o que para o cronista foi um regicídio e fratricídio evitável.

Conquanto Froissart não tenha sido testemunha da deposição de Eduardo II, que sucedeu em 1327, antes de o cronista nascer[146], há semelhanças neste episódio com o *exemplum* régio que Froissart desenvolveu ao longo das suas *Chroniques*. Tal como com Ricardo II, o reinado de Eduardo II degenera numa situação de tirania e caos crescente,

[145] Brereton (ed. e trad.), 1968, "The Battle of Montiel and the death of Peter the Cruel, 1369".

[146] Diller e Ainsworth (eds.), 2001, pp. 77-137; Brereton (ed. e trad.), 1968, Livro I, capítulo "The beggining of a reign".

devido à influência negativa de um mau conselheiro: Hugh Despenser. Em Ricardo II, a má influência principal era o Earl of Marshall[147]. No caso de Eduardo II a situação agrava-se com as acusações de que o rei e Despenser tinham uma relação homossexual. Este conselheiro é tido como o arquétipo do mau conselheiro em Froissart: ambicioso, imprudente, tirano e cruel. É ele que incita o rei a governar mal, a assassinar a nobreza, a tiranizar e a gerar um crescente caos[148]. Eduardo II acaba deposto e substituído por Eduardo III, o seu filho, que casará com Filipa de Hainaut, a grande patrona de Froissart. Hugh Despenser acaba vexado e executado em público. Eduardo II é também submetido a humilhações públicas e morre no mesmo ano em que é deposto[149]. Este rei poucas qualidades possuía para Froissart. Além de ser fraco, era cobarde, influenciável por maus conselheiros, ganancioso e tirânico. A morte de Despenser nos primeiros capítulos do Livro I é um dos pontos altos da obra de Froissart, pela emoção e tensão que confere a todo o episódio do derrube do rei e do seu favorito, que o cronista culpa pelo mau governo de Eduardo II.

O Livro I sofreu uma refeitura significativa, sendo que a matéria deste Livro constituiu uma das últimas partes que Froissart reescreveu, já próximo da sua morte[150]. Ao contrário de Ricardo II, onde Froissart apesar de apoiar o seu derrube elogia a misericórdia de Henrique IV e o facto de a deposição ter sido enquadrada dentro dos processos legais existentes, no caso de Eduardo II, na versão final que o francês escreve, pouco antes da sua morte, a humilhação pública a que Despenser e o rei são submetidos, quando são obrigados a desfilar derrotados, exibindo trajes vexatórios, é defendida pelo cronista[151]. Contudo, tal fazia parte da punição legal para os atos cometidos, por isso Froissart persiste no mesmo ponto que no derrube de Ricardo II: o rei só pode ser deposto em processo legal e com forte justificação moral. Eduardo II é uma personagem muito negativa em Froissart, não reunindo qualidades típicas de um rei, ao contrário de Pedro I que tem inicialmente um reinado positivo. Além disso, Despenser é também executado pelas alegações de sodomia e parte da punição pública, quer do rei quer do seu conselheiro, inserem-se num quadro legal de punição desta alegada relação. A diferença em Froissart do relato em que censura o tratamento de Henrique II dado a Pedro I para um apoio ao tratamento dado a Eduardo II e Ricardo II é que, para o francês, os dois últimos foram condenados dentro dos processos legais vigentes, além de terem cometido crimes que, para o cronista, extravasam o que é aceitável num rei. Ricardo II matou por ganância, por mau aconselhamento e pelos defeitos pessoais que possuía. Essa dedução é colocada por Froissart na boca de Henrique IV quando diz ao primo que

[147] *Ibidem*.

[148] *Ibidem*.

[149] *Ibidem*.

[150] Para um estudo da complexa refeitura da obra de Froissart, ver Croenen, 2015.

[151] Para os detalhes desta narração de Froissart, remetemo-nos ao *The Online Froissart*, Croenen e Ainsworth (eds.), 2013; (Paris ms. fr. 20356, folio 8 v).

se ele não se tivesse tornado um tirano teria conservado a coroa[152]. Eduardo II poucas virtudes tinha para Froissart, além do escândalo da alegada relação com Despenser e foi punido pelos atos que cometeu. Já Pedro I, para o francês, foi vítima de um contexto desfavorável desde que começou a reinar, com uma nobreza que lhe era hostil, liderada pelos seus irmãos, aliado ao facto de ele e a mãe terem sido vítimas de rumores que lançavam dúvidas sobre a sua paternidade. Conquanto Froissart não desculpe os seus defeitos, que aponta principalmente como sendo a violência, o espírito sanguinário, e deslealdade por vezes aos seus apoiantes (como o rei inglês), vê, ainda assim, qualidades tipicamente régias em Pedro I e elogia a forma como ele morre com dignidade. Também é significativo que ao contrário de Eduardo II e Ricardo II, cujas figuras sofrem de ataques de carácter por parte de Froissart, com acusações de sodomia e ilegitimidade respetivamente, tal não emerge em Pedro I, que o cronista vê como um rei legítimo que acaba com um fim trágico. O cronista francês tem de Pedro I uma visão complexa, não vendo o monarca em tons de preto e branco, mas sim como uma figura com virtudes e defeitos. Froissart viu a guerra civil de Castela como marcada por dois lados que lançaram guerras de propaganda, com uma lenda negra e uma lenda positiva contra Pedro I desde muito cedo. Henrique fez acusações contra Pedro I que não conseguia provar, como o facto de ele não ser filho de Afonso XI. Numa guerra de propagandas dos dois lados, tudo se resumiu, para Froissart, numa luta corpo a corpo que Henrique ganhou apenas por sorte. O facto de Froissart criticar a forma como Pedro I é tratado após morrer, algo que não sucede quando narra a queda de Eduardo II e Ricardo II, mostra que para o cronista de Valenciennes a diferença esteve em que, no caso inglês, os reis foram depostos e presos dentro de um quadro legal, por isso o tratamento a que foram submetidos era o juridicamente estipulado e pagaram pelos crimes que fizeram. No caso de Pedro I, Henrique nunca mostrou a força dos seus argumentos ou das acusações que fez e na prática executou o irmão, que era o rei, num processo à margem das leis e com pormenores pouco edificantes.

Podemos concluir que o *exemplum* de bom rei em Froissart é: um grande guerreiro, sábio, prudente, um rei que reina com os seus conselheiros, misericordioso, generoso e piedoso. Um bom conselheiro deve ser: sábio, prudente, misericordioso, competente. Em Eduardo II, Froissart mostra um rei fraco, dominado por conselheiros ambiciosos, sem escrúpulos, que procuravam reis fracos para subjugarem. O mesmo sucederá em Ricardo II, com alguns matizes. Podemos concluir que Froissart entendeu na figura de Henrique IV o seu *exemplum* ideal de rei e na de Eduardo II o seu oposto. A nobreza castelhana de Aljubarrota é o epitome dos bons conselheiros e a sua ostracização por Juan I resultou numa das maiores derrotas militares da história do seu reino. Os conselheiros jovens, imprudentes, ambiciosos são para Froissart os precursores do desastre e da tirania como é visível nas figuras de Hugh Despenser e o

[152] Ainsworth e Varvaro (eds.), 2004, p. 826.

Earl of March. Froissart critica a ambição desmedida e a sede de glória pessoal nos conselheiros, que para o cronista só pode degenerar na tirania. As matérias de Eduardo II (derrubado em 1327) e de Ricardo II (derrubado em 1399) foram rescritas pouco antes de Froissart morrer e são o resultado de uma fase mais madura do autor, que denota já uma maior capacidade de avaliar o cinismo dos jogos políticos, os perigos que acarreta a procura da glória individual desenfreada e a diferença que existe entre o arquétipo cavaleiresco e a sua aplicação na prática.

Conclusões

Nos vários episódios analisados emerge a questão dos critérios de sucessão que regeriam a vida medieval. Com as deposições de Eduardo II e Ricardo II observamos que Froissart sugere que um rei pode ser deposto, pode abdicar ou ser sentenciado, conquanto tal se faça dentro de um processo legal, amparado pelas leis. A morte de Pedro I em Montiel não é defensável para Froissart, por ter sido uma morte à margem das leis, tendo configurado simultaneamente um regicídio e fratricídio. Froissart não parece acreditar na versão de ilegitimidade de Pedro, considerando que Henrique é um bastardo que só pôde conquistar a coroa pela força. Em Aljubarrota, defende a mesma visão para João I, que apesar de bastardo, Froissart retrata de forma positiva. Por exemplo, sublinha a coragem, humildade e dedicação do Mestre na Batalha de Aljubarrota, contrapondo-o a Juan I que se deixa levar por maus conselheiros[153]. Também curiosamente coloca o Mestre de Avis a desferir golpes terríveis, provocando o terror em todos que dele se aproximavam, numa cena simétrica à fuga de Pedro I dias antes de morrer. Considerando que para Froissart, um rei bastardo *de facto* tem de provar que é um guerreiro competente para ganhar o trono, o cronista coloca o Mestre de Avis como um guerreiro competente e corajoso que ganhou na guerra o trono. O cronista defende que o direito de conquista do reino pela força acaba a ser algo que existe na prática e entende que João I acabou a ganhar o reino português porque se mostrou melhor guerreiro e líder que Juan I em Aljubarrota. A este título note-se que em Montiel, Froissart relata um rei legítimo a defender o seu trono, com golpes terríveis de machado, ao passo que em Aljubarrota relata um candidato ao trono a conquistar a coroa com golpes terríveis de machado. A bravura e os belos feitos de armas tornam-se um critério importante na legitimação dos candidatos à coroa.

Detetamos neste autor três tipos de reis ou monarcas que governam: os que *governam legitimamente*, que são reis porque são varões primogénitos ou os primeiros na linha de sucessão, como por exemplo Pedro I; *os ilegítimos* que ganham o trono pelo engano, como Ricardo II, que o cronista sugere não ser filho do Príncipe Negro, mas sim de um clérigo. Nos ilegítimos há outra tipologia que é a tirania, ou seja, um rei tirano que se apoderou do poder pela força. O terceiro grupo são os *reis de facto*. Este grupo

[153] Laranjinha e Barroca (trad. e eds.), 2008.

compõe-se de infantes, bastardos ou legítimos, como Henrique II e João I que governam de facto porque têm a força. Em Fernão Lopes e Ayala, uma mesma tripartição ocorrerá quando tentarem defender a ascensão de reis bastardos que se inseriam no terceiro grupo. Assim sendo, a questão do papel dos bastardos na sucessão é um tema eternamente debatido na historiografia[154]. Quando Fernão Lopes aponta que deve governar o melhor, poder-se-ia falar aqui de um quarto grupo de poder, os que governam pelo mérito, contudo tal não é passível de ser mensurável. Como se define quem é melhor? Quais os critérios? Cremos que Fernão Lopes e Ayala optaram sempre por tentar enquadrar os seus candidatos à coroa na primeira categoria supracitada, sendo que a ascensão de Henrique II e João I é na verdade produto da terceira categoria. Ambos ganharam o poder pela força, sendo que a ideia de reis *de facto* era difícil de justificar na época medieval. Abriria sempre a porta à ideia que qualquer um poderia governar desde que se apoderasse do poder. A cronística foi sempre usada para tentar legitimar processos de tomada de poder de reis de facto que procuravam *à posteriori* enquadrar-se na primeira categoria. Daí os ataques de Fernão Lopes a Beatriz ou de Ayala a D. Maria. Froissart fez o mesmo com Joana de Kent para legitimar a deposição de Ricardo II. Apesar de à partida o direito sucessório privilegiar a sucessão primogénita varonil, coloca-se a questão de saber se os bastardos ou as mulheres poderiam herdar.

Froissart[155], conhecedor do caso francês com a lei sálica, que excluía as mulheres da sucessão no caso ibérico, testemunha a disputa sobre se Beatriz de Portugal pode ou não herdar e no caso castelhano, se as filhas de Pedro I continuarão a transmitir o direito à coroa de Castela. Vemos que não há leis iguais nas várias coroas, não havendo um modelo sucessório claramente definido no Ocidente medieval. É isso que permite a diversidade de argumentos que os cronistas invocam para defender os reis que apoiam. Se, à partida, a primogenitura varonil fosse um princípio claramente inultrapassável, então João I nunca poderia reclamar o trono de Portugal sob qualquer argumento. Os bastardos e as mulheres sempre herdaram a coroa, em certas circunstâncias, contudo foram sempre casos minoritários. Rosário Ferreira[156] apontou que a coroa sempre teve fenómenos de transmissão no feminino, que foram por vezes ocultos na cronística oficial e na historiografia posterior pela dificuldade em descodificar estes fenómenos e aceitar que a primogenitura varonil não era sempre o único critério de sucessão. Os episódios aqui analisados assim o demonstram. Pedro I era primogénito de Afonso XI e nem por isso deixou de ser derrubado por aquilo que Froissart chama em Aljubarrota «ganhar pela força» a coroa. João I não era filho legítimo nem o primeiro dos filhos do rei D. Pedro I e nem por isso deixou de ganhar o poder pela força. Beatriz era a filha legítima de D. Fernando e foi afastada do poder. Se, contudo, uma mulher não pudesse herdar

[154] Serrano, 2005, pp. 311-353.

[155] Laranjinha e Barroca (trad. e eds), 2008.

[156] Ferreira, 2014, pp. 17-20.

em circunstância alguma então não teria havido guerra em 1383, herdaria sem problemas o varão mais próximo na linha de sucessão de D. Fernando. É precisamente porque as mulheres poderiam reinar ou transmitir a sucessão por herança que o conflito se deu e se tentou sugerir que ela não seria filha de D. Fernando. Se ela não pudesse herdar, tal não faria sentido.

Em Froissart, a ética cavaleiresca faz predominar o valor bélico no *exempla* régio. Para Froissart, um rei tem de ser um grande guerreiro. Considerando as limitações jurídicas a que o género feminino estava restrito na Idade Média, em que lhes era vetada o exercício militar na cavalaria, tal critério era um dos entraves que se colocavam à sucessão feminina no poder. Contudo, um rei que fosse doente poderia também estar inibido de lutar. Ou poder-se-ia dar o caso de uma mulher ser rainha e delegar na nobreza militar a função de defesa do reino, tal como um rei doente o faria. Essa situação não excluiria, portanto, totalmente as mulheres do poder. Assim como a bastardia, sendo apenas pouco convencional um bastardo ser rei, sobretudo porque não eram iguais aos filhos legítimos[157]. Contudo, em casos extremos, em que a coroa caísse em perigo de tirania, ou em perigo de um caos político ou em situações onde a nobreza não concordasse com um novo rei, um bastardo ou uma rainha poderiam reinar, tudo dependeria dos apoios que tivessem. Maria Joana Gomes[158] afirmou, em nosso entender acertadamente, que nunca houve uma clara definição de um modelo sucessório na aristocracia. Devido a essa questão, houve sempre vários critérios que se sobrepuseram na sucessão, até porque sempre que uma casa dinástica entrava numa crise de sucessão tinham de existir mecanismos de salvação do poder da mesma. Uma definição clara de um tipo de sucessão nunca existiu porque era preciso acautelar situações em que um rei pudesse ser deposto e onde o melhor candidato fosse um bastardo, uma infanta, ou infante ainda menor de idade. Não se poderiam apertar em demasia os critérios de sucessão porque tal poderia impedir soluções de recurso que salvariam casas dinásticas em tempo de crise.

Outro fator a ter em conta é, em nosso entender, que a ideia de uma sociedade medieval monolítica não é algo exato. Sempre tiveram lugar discussões sobre a sucessão régia e sobre a natureza do poder. A ideia do poder régio associado à força bélica excluía à partida as mulheres, mas não totalmente. Urraca não deixou de reinar em Leão mesmo sendo mulher. As mulheres ganharam um papel importante enquanto regentes dos reis menores de idade. No caso de Leonor Teles, a sua regência era efetivamente uma forma de reinar, em nome da filha, até o rei de Castela assumir o trono. Os ataques de Fernão Lopes à regente deveram-se precisamente ao exercício deste poder durante a crise dinástica, que o cronista considerou nefasto para o partido do Mestre de Avis. Se às mulheres não fosse reconhecida capacidade alguma, tão pouco seriam regentes. Apenas o direito sucessório medieval, por razões consuetudinárias, adotou uma preferência

[157] Serrano, 2005, pp. 37-38.

[158] Gomes, 2011, p. 5.

pela transmissão da coroa assente na primogenitura varonil, o que excluiu os infantes secundogénitos, as infantas e os bastardos. Nesse sentido, convém recordar a tradição ibérica de dividir o reino pelos vários filhos que ocorreu até ao século XII, tendo vindo a ser progressivamente abandonada até ao domínio da primogenitura varonil como critério de sucessão. A sociedade medieval não era, portanto, impermeável a debates e mudanças. Froissart faz disso eco, quando na sua obra disserta, em Aljubarrota, sobre se é legítimo um bastardo derrubar um rei legítimo. Ou se um reino pode ser conquistado pela força e não pela sucessão hereditária. Ou quando Ayala invoca a prática dos godos de eleger o melhor para rei. Ou quando Fernão Lopes diz que o Mestre é o melhor dos candidatos mesmo sendo bastardo e não primogénito. Froissart destaca o papel de Isabel, rainha de Inglaterra na deposição do seu marido, Eduardo II, sendo ela uma das principais figuras a comandar toda a campanha contra o marido. Tal como os bastardos, as infantas, as rainhas, no papel de regentes ou como transmissoras da coroa por herança possuíam grande papel político[159]. A própria natureza da herança em questão teria que originar discussões. Herdar uma coroa não era o mesmo que herdar um conjunto de terras. Ao passo que propriedades rurais pouco impacto tinham na vida comum da nação, a coroa implicava um governo, partidos, fações e interesses vários. Se a nobreza se sentia prejudicada com um novo rei tenderia a atacá-lo, munindo-se de vários argumentos que pudessem ajudar a sua causa. Caso a nobreza ou o reino sentisse que o novo rei fosse o melhor para os seus interesses, não teria tanta preocupação se o rei em questão era o primogénito ou bastardo. Em boa medida, em qualquer sociedade a existência de regras claras é por muitos defendida como forma de evitar conflitos. Contudo, os conflitos surgem se existir choque de interesses. A herança de Beatriz em 1383 ia contra os interesses de vários membros da nobreza. O facto de ser mulher era apenas uma das questões em causa, o alinhamento de Leonor Teles com o partido castelhano era a questão mais central. Veja-se que Pedro I, varão, primogénito legítimo acabou deposto porque a nobreza se revoltou contra ele e deu o trono a um bastardo. Quando em 1383 grande parte da nobreza portuguesa apoiava o partido castelhano não hesitou em fazer de D. Beatriz a herdeira da coroa portuguesa, originando um conflito que durou décadas a sanar. Os debates sobre a sucessão régia sucederam-se, havendo, contudo, uma tendência na historiografia de apenas se centrar nos modelos maioritários da sucessão, nem sempre prestando atenção a situações minoritárias que demonstravam práticas consuetudinárias menos comuns.

[159] Ferreira, 2014, pp. 17-20.

Referências:

Fontes

Ainsworth, Peter F. e Varvaro, Alberto (eds., 2004). *Jean Froissart. Les Chroniques* (Livro III e Livro IV), Paris, Lettres Gothiques.

Amado, Teresa; Nunes, Ariadne; Pimenta, Carlota e Costa, Mário (eds., 2017). *Fernão Lopes. Crónica de D. João I: Primeira Parte* (Vol. I), Lisboa, INCM.

Brereton, Geoffrey (ed. e trad., 1968). *Jean Froisart Chronicles,* [s.l.], Penguin Books.

Cintra, Luís Filipe Lindley; Freire, Anselmo Braancamp, e Entwistle, William (eds., 1977). *Fernão Lopes. Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo* (vol. II), Lisboa, INCM.

Croenen, Gotfried e Ainsworth, Peter F. (eds., 2013). *Jean Froissart*. *The Online Froissart. A digital Edition of the Chronicles of Jean Froissart, Version 1.5.,* disponível em: https://www.dhi.ac.uk/onlinefroissart/

Diller, Georges T. e Ainsworth, Peter F. (eds., 2001). *Jean Froissart. Les Chroniques* (Livro I e Livro II), Paris, Lettres Gothiques.

Laranjinha, Ana Sofia e Barroca, Mário (trads. e eds., 2008). *Jean Froisart. Crónicas: duas passagens relativas a Aljubarrota*, São Jorge, Fundação Batalha de Aljubarrota.

Macchi, Giuliano e Amado, Teresa (eds., 2004). *Fernão Lopes. Crónica de D. Fernando*, Lisboa, INCM.

Macchi, Giuliano e Amado, Teresa (eds., 2007). *Fernão Lopes. Crónica de D. Pedro*, Lisboa, INCM.

Martin, José-Luis (ed. 1991). *Pero López de Ayala. Crónicas,* Barcelona, Planeta.

Zurita, Jeronimo e Amirola, Eugenio de Llaguno (eds. 1779). *Pero López de Ayala. Cronicas de los Reyes de Castilla Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III / por D. Pedro Lopez de Ayala ... ; con las enmiendas del Secretario Geronimo Zurita ; y las correcciones y notas añadidas por Don Eugenio de Llaguno Amirola ... ; tomo I que comprende la cronica del Rey Don Pedro*, Madrid, en la imprenta de Don Antonio de Sancha.

Bibliografia

Amado, Teresa (1997), *Fernão Lopes: contador de histórias. Sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa, Editorial Estampa.

Araújo, Jorge António (2019), «Portugal na Cronística Castelhana e Aragonesa: de Pero López de Ayala a Jerónimo Zurita», *in* Alexandra Carvalho, et. al. (org.), *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*, Porto, Flup, pp. 125-162.

Arnaut, Salvador Dias (1960), *A crise nacional dos fins do século XIV. I: A sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Calado, Adelino de Almeida (ed. 1998). *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro.

Calado, Adelino de Almeida (ed.1991). *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra. Ed. crítica da* Coronica do Condestabre*,* Coimbra, Universidade de Coimbra.

Cunha, Paulo Morgado e (2017) «"Batalhas fundacionais"»: da *Estória do Santo Graal* à *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, 2, pp. 19-40.

Croenen, Godfried (2015), «The Battle of Crécy according to Jean Froissart: dating the 'Amiens', 'Abridged', 'B' and 'C' redactions of Book I of Froissart's Chronicles» *in* Michael Livingston e Kelly DeVries (eds.), *The Battle of Crécy: A Casebook*, Liverpool, Liverpool University Press, pp. 396-405 e 407-411.

Ferreira, Maria do Rosário (2018), «La plume en tant qu'épée: Les lettres de Leonor Teles dans la Crónica de D. João I de Fernão Lopes.», *in* J.-P. Jardin et. al. (eds.), *Cartas de Mujeres en la Europa Medieval: España, Francia, Italia, Portugal (siglos XI-XV),* Madrid, Ediciones de la Ergastula, pp. 299-310.

Ferreira, Maria do Rosário (2014), «La reine est morte: la succession politique des filles de roi aux XIe et XIIe siècles», *e-Spania* [Online], 17, DOI: https://doi.org/10.4000/e-spania.23433. [Consultado a 01.03.2021]

Guimarães, Macella (2011), «Os Trastâmara de Pero Lopez de Ayala (1332-1407) ou quando os heróis são de acanhado fulgor», *in* Silva Santos Bento e Ricardo da Costa (orgs.), *Anais do VIII Encontro Internacional de Estudos Medievais: As múltiplas expressões da Idade Média: Filosofia, Letras, Artes, História e Direito*. Cuiabá, ABREM, pp.41-48.

Gomes, Diogo (2018), *Imagens e Memórias de uma Guerra Comum: as Batalhas de 1383-1385 nas Crónicas de Pero López de Ayala e de Fernão Lopes*, Lisboa, NOVA FCSH, Dissertação de Mestrado.

Gomes, Maria Joana (2011), «Para além da linhagem. Poder e sucessão régia no feminino», *e-Spania* [Online], 11, DOI: https://doi.org/10.4000/e-spania.20282. [Consultado a 01.03.2021]

Gomes, Rita Costa (2009), «Biografia e História: Reflexões sobre uma experiência» *in* Maria das Graças Moreira de Sá e Vanda Anastácio (eds.), *História Romanceada ou Ficção Documentada? Olhares sobre a Cultura Portuguesa,* Lisboa, FLUL, pp. 61-71.

Guerreiro, Emanuel (2010), «A instituição da credibilidade. Uma narrativa de Fernão Lopes», *Brotéria*, 171, pp. 55-64.

Hutchinson, Amelia (2004), «Leonor Teles: Representations of a Portuguese Queen», *Historical Reflections / Réflexions Historiques*, 30 (1), pp. 73-87.

Instituto de Estudos Medievais (ed.2013-2020), *Fernão Lopes Portal*, Lisboa, NOVA-FCSH, disponível em: https://fernaolopes.fcsh.unl.pt/.

Ladero, Miguel Angel; Garcia, Matias e Tomas Zamarriego (eds. 1984). *Juan de Salisbury. Policraticus,* Madrid, Editora Nacional.

Luís, Dora Cristina Valério de Jesus (2004), *As imagens do rei (Estudo da Crónica de D. Pedro I),* Faro, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Dissertação de Mestrado.

Monteiro, João Gouveia (1988), *Fernão Lopes: Texto e Contexto*, Coimbra, Livraria Minerva.

Rodriguez, Bretton (2017), «Competing Images of Pedro I: López De Ayala and the Formation of Historical Memory», *La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures*, 45 (2), pp. 79-108.

Rodriguez, Bretton [s.d.], *"Pero López de Ayala and the Politics of Rewriting the Past",* disponível em: https://www.academia.edu/18122719/Pero_L%C3%B3pez_de_Ayala_and_the_Politics_of_Rewriting_the_Past

Skorge, Kristel (2006), *Ideals and values in Jean Froissart's Chroniques*, Bergen, University of Bergen. Dissertação de Doutoramento.

Sousa, Bernardo Vasconcelos de (2007), «Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power», *e-JPH* [Online], 5(2), URL: https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue10/html/bsousa_main.html [Consultado a 01.03.2021], pp. 1-7.

Santos, Rui Pedro Monteiro (2017), *Representações da aristocracia nas Crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

Saraiva, António José (1960), *Fernão Lopes*, Lisboa, Publicações Europa-América.

Serrano, César Olivera (2005), *Beatriz de Portugal: La pugna dinástica Avís-Trastámara,* Santiago de Compostela, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas Xunta de Galicia.

Russo, Rute (2019a), «A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfica», *História. Revista da FLUP. Porto*. IV Série, 9 (1), pp. 87-126.

Russo, Rute (2019b). *A crónica de D. Pedro I: a estratégia cronística em Fernão Lopes*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

Valdaliso-Casanova, Covadonga (2002), *La lectura política de Fernão Lopes de la 'Crónica de don Pedro', de Pedro López de Ayala*, Valladolid, Universidad de Valladolid. Dissertação de Mestrado.

Valdaliso-Casanova, Covadonga (2011), «La obra cronística de Pedro López de Ayala y la sucesión monárquica en la Corona de Castilla», *Edad Media: revista de historia (Ejemplar dedicado a: La cronística hispana medieval y sus problemas de análisis)*, 12, pp. 193 – 211.

Valdaliso-Casanova, Covadonga (2017), «La historicidad y la Historiografía sobre Pedro I de Castilla: Crónicas Perdidas y Memorias Construidas (siglos XIV a XVI)», *La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures*, 45, (2), pp. 53-78.

Zink, Michel (1998), *Froissart et le temps*, Paris, PUF.

Autor:
Wenzu Zhou
emazhou86@gmail.com

Título:
O romance ibérico da Donzela Guerreira *e a* Balada de Mulan*: uma leitura comparada*

Resumo:

Propõe-se neste artigo uma leitura comparada do romance ibérico da *Donzela Guerreira* e de um conhecido poema chinês, a *Balada de Mulan*, ambos de origem medieval e transmissão oral. Após o estudo interno das diversas versões portuguesas do romance, que revelou uma notável heterogeneidade textual, procedeu-se à comparação entre o percurso da donzela guerreira e o de Mulan, a fim de averiguar os sentidos da configuração da identidade feminina em cada uma das esferas culturais consideradas. Por um lado, as vias de construção simbólica do romance e da balada chinesa mostram diferenças equacionáveis com questões ideológicas específicas das sociedades onde os textos foram produzidos. Por outro, verifica-se que, sob as aparentes divergências culturais, os textos preservam algumas imagens femininas de interessante convergência, que não hesitam em manifestar a sua autonomia.

Palavras-chave: Romance ibérico; Balada chinesa; Donzela guerreira; Mulan; Versão; Imagem; Identidade feminina; Medieval.

Abstract

This article proposes a comparative reading of the Iberian ballad *The Warrior Maiden* and a well-known Chinese poem – the *Ballad of Mulan*, both from medieval origins and passed by oral transmission. Our study begins with the internal specificities of the different Portuguese versions of the ballad. Then, taking into account the textual heterogeneity of the Iberian ballad, we compared the path of the warrior maiden and that of Mulan, in order to elucidate the meaning of the configuration of female identity in each of the cultural spheres related. From a general point of view, the distinctive symbolic construction in the Chinese and the Portuguese ballads manifest different ways of expressing the prevailing ideologies of the respective societies. On the other hand, under the apparent cultural divergences, interesting convergence can be found by showing some female images of autonomies.

Keywords: Iberian ballad; Chinese ballad; Warrior Maiden; Mulan; Version; Image; Feminine identity; Medieval.

Plano:

A mulher e a guerra
A androginização
As provas – nos campos da batalha e nos do amor
O eterno retorno?
Considerações finais

Como citar este artigo:

*Wenxu Zhou, «*O romance ibérico da Donzela Guerreira e a *Balada de Mulan*: uma leitura comparada», nº6, 2021, pp. 127-194.

DOI: https://doi.org/10.21747/21839301/gua6a5

O ROMANCE IBÉRICO DA DONZELA GUERREIRA E A *BALADA DE MULAN*: UMA LEITURA COMPARADA

Wenxu Zhou
Universidade de Coimbra
Universidade de Estudos Estrangeiros de Guangdong

Desde os tempos da antiguidade, as narrativas em torno de figuras femininas que assumem uma identidade guerreira – subvertendo assim aquele que, no Ocidente como no Oriente, é o papel tradicional da mulher – perpassam a literatura, sobretudo aquela que se vincula a uma prévia transmissão oral. A existência de povos antigos, habitantes das estepes euroasiáticas, cujas mulheres usavam armas e participavam nas atividades guerreiras é reconhecida desde há muito enquanto fenómeno cultural. Entrando na memória coletiva, estas mulheres – as Amazonas, como desde Heródoto são conhecidas no Ocidente – adquiriram um estatuto mítico que as potencialidades arquetípicas da androginia poderão ter reforçado, e estabeleceram-se duradouramente no imaginário literário e artístico, tendo alcançado uma fortuna crítica considerável[1].

Tanto na literatura ibérica como na chinesa encontramos uma figura feminina de contornos lendários que se enquadra perfeitamente nesta tipologia. Trata-se da donzela guerreira que aparece em romances tradicionais portugueses e castelhanos com presumível origem na Baixa Idade Média, de que conhecemos hoje um grande número de versões[2], e também numa balada chinesa que remonta às Dinastias do Norte (386-581), tendo sido registada numa antologia lírica intitulada *Yuefu Shiji*[3] (Coleção dos poemas de Yuefu), compilada por Maoqian Guo (1041-1099).

[1] Para mais informações sobre as mulheres guerreiras em fontes literárias e históricas desde a antiguidade, ver: Sanz, 1998. Sobre o tratamento do mito, o respetivo fundamento histórico e os indícios arqueológicos da existência destas "Amazonas", ver Testart, 2002, e Lebedynsky, 2009. Sobre a androginia enquanto arquétipo totalizador, símbolo da perfeição associada a um estado primordial e não condicionado, ver Eliade, 1957, pp. 215-216, e Libis, 1980. Para uma perspetiva da apropriação do mito das mulheres guerreiras na literatura Ibérica da Plena Idade Média, consultar Irizarry, 1983, e Maintier-Vermorel, 2011.

[2] Apesar de não haver dados sobre a origem exata do romance, já Menéndez Pidal (1963, p. 184) considera que era bem conhecido no séc. XVI, pois é referido na *Aulegrafia* de Jorge Ferreira de Vasconcelos. A nossa leitura faz-se a partir das versões portuguesas reunidas e publicadas por Pere Ferré, 2000, vol. IV, pp. 128-208. De acordo com uma ordenação temática baseada na classificação proposta por Armistead, o estudioso inclui o romance em "Romances Vários", na subdivisão dos "Romances Tradicionais Profanos".

[3] A compilação, impressa na época da Dinastia Song (xilogravura), está guardado na Biblioteca Nacional da China — ver Anexo 1, b. Yuefu (termo que pode ser traduzido literalmente como Departamento de Música) «é uma entidade governamental imperial que existe em várias dinastias chinesas, que executa tarefas relacionadas com música, poesia, entretenimento ou culto aos ancestrais, entre as quais se destaca a

É verdade que narrativas sobre donzelas guerreiras são contadas e/ou cantadas numa geografia muito lata[4]. Porém, os estudos comparatistas visando o romance ibérico e a balada chinesa, cujo enredo e esquema narrativo revelam muitas semelhanças, são relativamente escassos[5]. Por outro lado, os estudos dedicados ao romance tendem a pôr a tónica no tema da androginização da donzela[6], negligenciado quase por completo o desenlace da narrativa, que não apresenta a mesma lição em versões diferentes do romance e que merece uma investigação mais atenta.

De facto, é hoje consensual entre os investigadores do romanceiro que o constante devir do texto constitui um dos mais importantes carateres inerentes ao romance tradicional. Estudar várias versões dum mesmo romance favorece, a nosso ver, uma visão panorâmica do "vergel" onde «o agrupamento de arvores da mesma espécie é muitas vezes de grande beleza»[7], e permite apreciar o melhor possível o sabor do grande número de frutos que um romanceiro pode oferecer.

Levando em consideração todos os aspetos acima referidos, julgamos necessário fazer o nosso estudo comparativo em duas etapas. Primeiro, entrar no mundo microscópico das especificidades próprias das diversas versões do romance, comparando-as entre si e analisando, com base numa estatística linguística, o campo lexical a partir do qual se compõe a imagem da donzela guerreira, assim como os atos de fala que condicionam os rumos da narração, designadamente na parte final do romance. Esta etapa, que restringiremos às versões portuguesas do romance, permitirá verificar se o elenco estudado dá a ver a mesma imagem (ou imagens diferentes) da

recolha dos poemas de tradição oral popular», cf. Instituto Linguístico da Academia de Ciências Sociais da China, *Dicionário da Língua Chinesa Contemporânea*, 7ª ed., Beijing: The Commercial Press, 2016, p. 1618 (tradução nossa). É de salientar que, na coleção de Yuefu, só se fixa uma versão para cada balada, podendo esta ser apurada pelo oficial para ser cantada nos entretenimentos da corte e/ou nos ritos devotos. Embora a Balada de Mulan esteja mencionada no índice, o volume que continha o poema perdeu-se. O testemunho mais antigo da balada está preservado na *Yuefu Shiji*, impressa por Jiqing Lu Ruxue (Estudos Confúcios de Nanquim) em 1341. — ver Anexo 1, c.

[4] Ver, acerca da difusão do mesmo tipo de narrativa no âmbito europeu, Entwistle, 1951, p. 79, e Armistead, 1997, vol. II, p. 633. Maia, 2019, fez um levantamento sobre este paradigma literário, considerando que ele tem uma difusão de âmbito mundial.

[5] O artigo do sinólogo G. Margouliès, 1928, que infelizmente não nos é acessível, é possivelmente o primeiro que se dedica a uma leitura comparada entre a balada de Mulan e um outro poema popular, nesse caso francês, que conta a história de uma jovem guerreira disfarçada de homem para ir à guerra em lugar do pai. Com base na tradução da balada chinesa feita por esse sinólogo, Cecília Meireles, 1960, apresenta uma versão em português e aflora os pontos de contacto entre Mulan e a donzela guerreira dos romances tradicionais. Mais recentemente, Amaro, 2006, testemunha a interessante coexistência do romance português e da balada chinesa em Macau, mas tanto o uso de termos para designar o género literário chinês no caso de Mulan ("ode", "epopeia"), como a transcrição da "ode chinesa" se afiguram bastante confusos. Além disso, a interpretação de índole etnográfica sobre o texto chinês também nos parece pouco fundamentada.

[6] Quase todos os estudos sobre o romance fazem a associação entre a donzela e a imagem das mulheres varonis, especialmente a das Amazonas. Ver, entre outros: Mckendrick, 1974; Slater, 1979; Irizarry, 1983; Araújo, 1989; Galvão, 1998.

[7] Afirmação de João Teixeira Soares de Sousa. Ver: Teófilo Braga, 1902, *apud* Pere Ferré, 2000, vol. I, p. 75.

figura feminina. Em seguida, proceder a uma comparação entre o percurso de Mulan e o da donzela guerreira que protagoniza o romance português nas suas diferentes versões, a fim de averiguar os sentidos da desconstrução e/ou (re)construção da identidade feminina em cada uma das esferas culturais consideradas.

Para efetuar tal trabalho, adotamos como *corpus* de análise a balada chinesa Mulan, preservada em *Yuefu Shiji*, como já referimos, e quarenta e três das versões do romance *Donzela Guerreira* reunidas no «Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna» editado por Pere Ferré. Encontramos aí um total de cinquenta e seis versões deste romance, provindo de todo o território português; porém, só quarenta e três delas apresentam uma estrutura narrativa completa, que engloba as quatro sequências sobre as quais o romance se articula, a saber: a abertura, a androginização da donzela, as provas e o desfecho[8]. Para que o trabalho de comparação se processe sobre uma mesma estrutura, excluem-se treze versões truncadas[9] e uma corrompida (versão 1411) por contaminação com outros romances.

A mulher e a guerra

Antes de examinarmos o campo lexical do nosso *corpus*, é de realçar uma importante diferença nas formas narrativas entre o romance português e a balada chinesa (ver os poemas reproduzidos no anexo). É que, no romance, os diálogos entre as personagens escalonam-se ao longo de todo o texto, intercalados apenas raras vezes por secções propriamente narrativas, enquanto, na balada chinesa, prevalece um curioso narrador, que ora relata o percurso de Mulan, ora dialoga com ela. Tal diferença, que voltaremos a discutir mais adiante, leva a que a forma como é apresentada a motivação da donzela para ir à guerra divirja desde o início.

Não há sombra de dúvida de que a guerra serve de pano de fundo a ambas as nossas estórias, daí o título "donzela guerreira" atribuído ao romance. No entanto, e tomando como amostra o nosso extenso *corpus* de versões do romance português, verifica-se que a palavra "guerra" não é predominante na abertura do texto, onde comparece com trinta e nove ocorrências, menos numerosas do que as do lexema *varão* (49) */ barão* (11) e da forma nominal *filha* (56). Deduz-se que a guerra surge mais como um pretexto desencadeador da história a contar do que como um verdadeiro núcleo semântico, residindo este na falta de sucessor, problema em torno do qual se elaboram constituintes narrativos que diferem de sentido nas várias versões. Deparamos ora com a lamentação do pai pela sua velhice, ora com a maldição por ele lançada sobre a sua

[8] Ver Silva, 2010.

[9] Das treze versões incompletas excluídas no nosso trabalho, duas encontram-se sem abertura (versões 1391, 1416), duas só com a abertura e a androginização da donzela (versões 1382, 1425), uma versão (1392) não tem abertura nem desfecho, ou seja, conta apenas a androginização e as provas, e mais oito acabam abruptamente, sem desenlace (versões 1381, 1383, 1401, 1418, 1426, 1430, 1431, 1432).

mulher e a *geração/criação/condição/parição* desta. No nosso *corpus*, treze versões iniciam-se precisamente com esta maldição, vinculada ao conceito do "mal" social que a falta de sucessor pode implicar na época das guerras[10]. Não queríamos deixar de chamar a atenção para o facto de a maldição lançada sobre a mulher e a sua geração (*sete filhas* em todas as versões menos numa, em que consta *sete filhos*), traduzir a acusação que tradicionalmente impende sobre as mulheres que não deram à luz filho varão, mostrando-se assim incapazes de cumprir a obrigação de produzir um sucessor para seus maridos. A imprecação é tão forte que chega a repercutir-se, retrospetivamente, sobre a cadeia de reprodução feminina assim repudiada:

> - *Mal hajas tu, ó mulher, ma´lo leite que mamaste,*
> *sete filhas que tiveste sem nenhum ser varão.* (versão 1415)

Pela simbologia cíclica que o número *sete* transporta, verifica-se uma predominância de ocorrências (27) deste para indicar o número de filhos/filhas da família da donzela[11], o que corrobora a significação de «um ciclo que ameaça ser interrompido»[12]. Das tantas filhas, é *a mais nova/moça* que com mais frequência[13] toma a iniciativa de ir à guerra em vez do pai. Esta filha mais nova, tão bem identificada por Delpech com as filhas auxiliadoras que surgem nos contos populares[14], distingue-se por «*responder com grande discrição* (6), *resolução* (4), *razão* (3) e *coração*[15] (3)», qualidades que raramente são atribuídas ao género feminino na sociedade tradicional patriarcal. Ao dotar a donzela, além destas características, de um *cavalo* (34) e *armas* (17)/*espada* (9)[16], o romance assimila-a implicitamente ao mundo guerreiro masculino.

Se, no romance, a sequência de falas entre o pai e a filha abre, de forma dramática, um pano de fundo circunstancial para a ação que se irá desenrolar, na balada chinesa, pelo contrário, a cena inicial introduz-nos num cenário onde se projecta introspectivamente a subjetividade da protagonista. Encontramos Mulan circunscrita a um espaço tipicamente doméstico e tradicionalmente feminino, sinestesicamente caracterizado por elementos visuais e auditivos que suscitam um entendimento simbólico. A expressão onomatopaica "Tsi-tsi, tsi-tsi" é interpretada geralmente como o

[10] Ver Pires, 2017.

[11] O número *três* também é recorrente, mas só aparece em sete versões; em duas outras versões encontra-se o número *duas*.

[12] Ver Araújo, 1989.

[13] A forma adjetival *nova* possui catorze ocorrências; *velha* conta com onze ocorrências e *moça* com apenas quatro.

[14] Delpech, 1986.

[15] Com o sentido de "coragem" que lhe corresponde na escrita medieval.

[16] Na singular versão 1421, a donzela pede para trazer "lança, coroa e ceptro", símbolos do poder régio.

som do tear, o suspiro de Mulan ou o estridular do grilo[17]. Este inseto, escondido nas frinchas da casa, costuma cantar quando começa o frio outonal, sendo por isso, e pela semelhança do seu canto com o som do tear, um aviso para as mulheres fazerem a tecedura. Cria-se assim uma tensão subtil entre o estridular outonal do grilo e o silêncio do tear parado, anunciando uma rutura no tempo e na vida. É o sinal da guerra, revelada nos versos seguintes pela própria voz de Mulan.

Embora a balada não convoque o progenitor para um diálogo com Mulan, pois mostra-nos um monólogo de teor introspetivo[18], a figura do pai não deixa de estar presente. Pelo contrário, ocupa tanto a mente de Mulan como o seu nome ocupa as listas de recrutamento do imperador. Além disso, é claro que, na balada, não há qualquer problema da falta de sucessor (Mulan tem um irmão mais novo, como refere a última parte da balada), nem se trata da defesa da honra cavaleiresca. É antes uma ameaça à vida do pai que está em causa, e nada poderia ser mais propenso a mostrar a piedade filial da protagonista, valor social de primeiro plano na ideologia confucionista, do que ser ela mesma a substituir o pai para o poupar ao eventual sofrimento)

A androginização

No romance, a androginização da protagonista, processo de construção da máscara, faz-se nas perguntas-respostas entre o pai e a donzela. Os questionamentos do pai destacam-se pela exclusividade de formas nominais e adjetivais – alusões descritivas e estáticas sobre traços corporais femininos. Encontram-se assim ordenadas as formas nominais de acordo com o número decrescente de ocorrências[19]: *olho* (35) = *cabelo* (35) > *peito* (34) > *pé* (25) > *mão* (19) > *ombro* (15) > *passo* (7) > *andar* (4) > *perna* (3) > *rosto* (2) > *beiço* (1) = *orelha* (1) = *pelo* (1) = *quadris* (1) = *olhar* (1).

A frequência de cada forma evidencia a importância do sentido simbólico que a unidade lexical referente carrega. Os *olhos*, motivo emblemático da tradição do amor cortês que indicia o tema amoroso a desenvolver com a narração, conta com uma grande variedade de formas adjetivais para os qualificar, pois em grande parte das versões os olhos da donzela são *fagueiros/fagueirinhos* (11), e também podem ser *lindos* (6),

[17] Zhang, 2015, vol. II, pp. 427-470, explicita cinco interpretações diferentes desta onomatopeia.

[18] Os versos "O que estás a pensar? O que estás a recordar (问汝何所思，问汝何所忆)" literalmente traduzidos seriam: "Pergunta-te o que pensas, pergunta-te o que recordas" (na versão de Meireles lê-se "Perguntemos por que está triste; perguntemos se é alguma lembrança"; porém, no original chinês não se pode identificar o sujeito do verbo "perguntar"). Considera-se que estes dois versos não remetem para uma pergunta feita a Mulan pelo(s) pai(s), antes correspondem a formas de narração recorrentes na balada chinesa coeva. Interpretamo-los, assim, como parte do prólogo constituído pela parte inicial do poema, e não como um diálogo entre os progenitores e a filha.

[19] Em cada versão, conta-se apenas uma vez cada palavra relevante, independentemente das repetições que se verifiquem na sequência narrativa em análise. Por exemplo, a forma nominal *olho* pode surgir várias vezes numa dada versão do romance, mas só é registada a primeira ocorrência no contexto do questionamento do pai sobre os traços físicos donzela.

bonitos (5), *formoso* (3), *vivos* (2), *grandes* (2), *pequenos/pequeninos* (2), *belos* (1), *pisqueiro* (1), *azuis* (1, versão de Leiria) e *pretos* (1, versão de Faro). Pelo *cabelo* e pelo *peito* se realça a simbologia sexual, apesar de a diversidade de qualificativos diminuir drasticamente em comparação com os *olhos*. Verifica-se um número elevado de ocorrências do adjetivo *grande* (34), para retratar *cabelos*, *peitos* e do adjectivo *pequenino/pequenina* (31), para descrever *mãos* e *pés*. Curiosamente, tal como se podem ver *olhos grandes* e *olhos pequeninos* em versões diferentes, os adjetivos para a forma nominal *pernas* encontram-se também em sentidos opostos: na versão 1384 (de Bragança) são *delgadas* enquanto na versão 1423 (da Ilha da Madeira) e na 1433 (origem desconhecida) se descrevem como *grossas*. Embora não haja uma justificação cabal para esta aparente contradição, o contraste exemplifica o dinamismo do romance, cuja transmissão ao longo do tempo – e também do espaço – dá a ver diferentes estereótipos de feminilidade, propiciando «a ação transformadora exercida na expressão e no conteúdo»[20] e tornando-se numa transmissão produtiva.

Na verdade, estas unidades lexicais não funcionam como caraterização de qualquer donzela específica, são antes uma visão estereotipada sobre um determinado grupo de mulheres, semelhante ao tipo "princesa" dos contos populares. Os questionamentos repetitivos e formulares do pai representam um olhar e um poder patriarcal que define o sexo feminino e que, em nome de tal definição, paralisa a capacidade de ação da donzela. Esta, contudo, consegue realizar as transformações androginizantes, construindo a máscara à medida que desconstrói ou ocultar a identidade feminina. Este processo é mediado por palavras, mais concretamente pelas formas nominais e verbais que predominam nas respostas, exigindo do leitor/ouvinte uma inferência da ação que lhes corresponde, reforçada em nove versões[21] pelos refrães que repetem frequentemente as formas verbais *dar, vir* no modo imperativo, e *ser* no futuro do indicativo – tempo verbal que predomina na enunciação da donzela nesta sequência narrativa, a par das formas nominais *arma*, *cavalo,* e *filho varão*.

Apesar de, em ambas as narrativas, ser o travestimento que abre a porta de entrada no mundo masculino, este tema não se manifesta da mesma forma na balada chinesa. Ao invés de um confronto dialogado, é a partir de uma série de ações – as compras do cavalo e do restante equipamento bélico –, que "vemos" Mulan sair do seu espaço doméstico, preparar-se para entrar num outro mundo, e com uma constante mudança de *locus* que acaba por desenhar simbolicamente uma totalidade espacial, vir assumindo a identidade guerreira, sem negar explicitamente a sua feminidade[22].

[20] Correia, 2003, p. 19.

[21] Versões 1378, 1389, 1396, 1410, 1412, 1417, 1419, 1420, 1421. Como já referimos, a versão 1421 menciona «lança, coroa e ceptro».

[22] Estudos históricos indicam que, durante o período em que terá nascido a narrativa sobre Mulan, as armaduras pesadas usadas pelos soldados da cavalaria facilitam o encobrimento da sexualidade, tal como se mostra uma peça de terracota da Dinastia Chi do Norte (Bei Qi) (Ver: Anexo 2), guardada no Museu de Arte de Filadélfia (EUA).

Para além disso, é de notar que, na parte final da balada, onde se narra a chegada da protagonista a casa, a androginização é revertida por uma série de gestos/ações que acompanham uma simétrica restrição do espaço às fronteiras domésticas.

> Mulan abre a porta Leste do seu quarto,
> Senta-se no leito Oeste da sua câmara.
> Despe-se da roupa de combate,
> e veste-se da cabaia de donzela.
> Junto à janela, frente ao toucador,
> penteia-se e enfeita-se.

Nos versos originais da balada, os carateres de designação direcional "东(*Leste)*" e "西*(Oeste)*" estão imediatamente seguidos pelo caráter "阁", que significa "quarto" ou "câmara" em português. É geralmente aceite que estes termos direcionais – tal como os que aparecem na estrofe «*no mercado do Leste/Oeste/Sul/Norte*» – constituem uma figura retórica tradicional, comum na expressão poética chinesa, que implica a generalidade de ação ou descrição na qual são mencionados. No entanto, segundo uma outra via de interpretação, que nos parece mais produtiva, as locuções "东阁(*Leste quarto/câmara)*" e "西阁*(Oeste quarto/câmara)*" devem ser entendidas respetivamente como "o Leste do quarto/câmara" e "o Oeste do quarto/câmara"[23]. Ora, os dois carateres "东(*Leste)*" e "西*(Oeste)*", que se encontram já na escrita em ossos oraculares, possuem, desde a antiguidade, ricas conotações culturais. Estão relacionados respetivamente com a estação primaveril e com a outonal, com *Yang* e *Yin*, conceitos taoistas que correspondem ao masculino e ao feminino[24]. Assim, as expressões direcionais do trecho em análise indiciam simbolicamente as alterações que, na balada, se produzem na esfera de ação própria da protagonista. Vemos, pois, Mulan abrir a porta que fica no nascente do seu quarto, percorrê-lo e sentar-se no seu leito que é no poente. Com estes passos, Mulan deixa o mundo guerreiro e masculino e entra no seu universo íntimo, um universo feminino em que, com o despojamento da roupa de combate, a donzela abandona explicitamente a máscara e retoma a sua identidade original[25]. A cabaia deixa vislumbrar os traços corporais femininos; o penteado e a maquilhagem – os cabelos pretos e espessos são como nuvens junto às orelhas, flores estampadas adornam

[23] Sobre esta interpretação, ver: Huang Dezhang, 1982.

[24] Um exemplo que ilustra bem estas conotações é a expressão arcaica "东床 (leito leste)", que significa genro em chinês. Além disso, nota-se que, na poesia clássica chinesa, as figuras femininas saudosas que esperam pelo regresso do marido ou do amado se encontram amiúde num local "西(oeste)".

[25] Muito curiosamente, um dramaturgo chinês da Dinastia Ming, Tang Xianzu, reescreve, na sua obra-prima *O Pavilhão Peónia* (1617), o verso da Balada de Mulan como «Abre a porta do quarto oeste, na câmara leste faz a cama», prenunciando um encontro amoroso que a protagonista da peça determina buscar. Aí, do oeste ao leste, parece que estamos perante um caminho que leva ao inconsciente da mulher e à sua busca do *animus*, gerando-se um isomorfismo simbólico entre a protagonista da peça e a nossa Mulan. Sobre esta analogia envolvendo a mulher e o seu espaço, ver Zhou, 2003, pp. 85-86.

a testa ou as covinhas da face – são pormenores intraduzíveis através dos quais se evidencia ainda mais a subtileza dos gestos e a feminilidade de Mulan. Ademais, em comparação com os quatro pontos cardeais dos mercados, o facto de no final apenas serem mencionados o leste e oeste (pontos do nascer e pôr do sol), associados, como acima dissemos, à primavera e ao outono, poderá significar que, no mundo/*locus* a que a donzela regressa, o único movimento é doravante o do tempo, do ciclo imparável dos dias e das estações, como o tear, Tsi-Tsi de novo...

As provas – nos campos da batalha e nos do amor

Mas voltemos à donzela guerreira do romance. Como Correia bem observou e sublinhou, as personagens do romance são raramente apresentadas, e os diálogos não comportam anotações didascálicas[26]. Na maioria das versões do nosso *corpus*, a sequência narrativa que se segue à da androginização começa, abruptamente com uma fala da outra personagem masculina do romance – a queixa amorosa do capitão ou filho do rei –, da qual nada sabemos a não ser o que deduzimos dos enunciados produzidos pelas diversas personagens. Não obstante, há sempre exceções, e no nosso *corpus* são 6 as versões que fogem desta normalidade, duas das quais desenvolvem alguns versos de narração detalhada. Vejamos:

Sete anos andou na guerra como forte varão,
conheceu-a Valdevinos, estando lendo a paixão,
que levantou os olhos do céu e murchos os baixou ao chão. (versão 1379)

No cabo de sete anos, pazes assentadas são,
vestido de suas armas, montando seu alazão,
passou à corte de França, D. Martinho infanção.
Filho d´el rei mal lo viu, morto ficou de paixão
e chegando a palácio, pede à mãe sua bênção
e lhe conta, em segredo, pena de seu coração. (versão 1423)

Estas pequenas sequências narrativas inseridas no romance não nos parecem desempenhar meramente uma função articuladora na estrutura da história, sendo, na verdade, elementos sugestivos portadores de uma descrição mais detalhada da personagem masculina que apontam para a particularidade literária da versão em causa e sugerem uma eventual diferenciação na intriga. Voltaremos a abordar esta questão quando tratarmos o desenlace do romance.

Centremo-nos agora nas variações e invariantes do campo lexical. Repara-se que a queixa do cavaleiro (capitão ou filho do rei) inicia o subtema amoroso do poema,

[26] Correia, 2003, p. 34.

configurado em torno do motivo do olhar, que, à semelhança das cantigas de amor cortês, onde o enamorado chega a temer a morte, causa o enamoramento e o sofrimento do sujeito de enunciação. Compreende-se então que o maior número de ocorrências lexicais recaia, de novo (relembremos o questionamento do pai sobre os olhos da donzela), nas formas nominais *olhos*, *olhinhos*, *olhar*, seguida por *coração*. Ao deixar o capitão confidenciar-se com a mãe e receber os conselhos desta, o romance parece parodiar as cantigas de amigo[27] e colocar, de forma algo burlesca, a personagem masculina no lugar feminino, o que cria uma curiosa simetria imagética com o travestimento da donzela.

Em contraste com o inalgterado queixume da personagem masculina, as tentativas de revelação da identidade feminina da donzela e as manifestações estratégicas, por parte desta, de ações caracterizadas como viris, proporcionam uma variedade de cenas que refletem a codificação ideológica e social em relação ao ser mulher/homem. Os espaços/as ocasiões onde decorrem as provas não excedem 4 categorias, a saber: o espaço natural – o jardim (9) e/ou pomar (9) ou quintal (2) ou horta (1); o espaço público e social – feira (27) e/ou tenda (4) ou botica (2), (ir à) caça (1) ou (ir ao) tear (1); o espaço privado e social – o jantar (34); o domínio privado e íntimo – ir dormir (20) e ir banhar/nadar (41). Elencando cada *locus* segundo a ordem crescente das ocorrências, teremos: o espaço natural > o espaço público e social > o espaço privado e social > o domínio privado e íntimo.

A ordenação destas categorias torna evidente que a conceção da diferenciação entre os dois sexos, ou do género, é fortemente marcada pelos valores sociais. O espaço natural não contém, à partida, qualquer significação assinalada pelo género, daí que as formas nominais utilizadas neste segmento se possam manifestar com sentidos contraditórios em versões diferentes, replicando o paradigma indiferenciador notado anteriormente no processo de androginização. Destaca-se, assim, a ocorrências dos vocábulos *maçã, rosa, cravo, cidra, lima* ora para homens *cheirar*, ora para damas *levar*. Todavia, quando se alude aos objetos ou comportamentos atinentes aos espaços sociais, a unidade lexical torna patente uma uniformidade da dicotomia do género a que não escapa qualquer versão. São incluídos no "universo feminino" objetos como *fitas* (24), *renda* (3), *joia* (3), *lenço* (2), *prenda* (2), *vestido* (1), para *levar* (9), *enfeitar* (7), *adornar* (4), contrastando com as formas nominais que designam objetos guerreiros tais como *espada* (24), *adaga* (6), *arma* (6), *faca* (2), *espora* (2), *lança* (1), para *guerrear* (12) ou *brigar* (9) …

Denota-se ainda o teor androcêntrico desta codificação ideológica da sociedade patriarcal hierarquizada, porque na cena do jantar:

> *- Bota-lhe cadeiras altas, cadeiras baixas a par,*
> *porque se ela for mulher, nas baixas se há-de sentar!* (versão 1420).

[27] Para outros pontos de contacto entre o romance e a poesia trovadoresca, ver Silva, 2010, pp. 89-95.

A inferioridade que é conferida às mulheres nas sociedades patriarcais, reflete-se muitas vezes no próprio espaço que lhes é destinado. Assim, estiveram durante muito tempo condenadas a utilizar assentos que as colocam num plano mais baixo do que os homens – assentar nos *baixos* (21) ou nas *cadeiras baixas* (16) ou até no chão (1)[28]! Os objetos e os lugares, contaminados por uma visão dualista do género, são constituintes do costume social que enfatiza esta visão por meio das práticas repetitivas do coletivo. Mas a donzela guerreira reconhece bem o padrão e ultrapassa mais uma vez o obstáculo.

À medida que a encenação das provas se torna cada vez mais "fechada", mais privada e íntima, o espaço, literal e simbólico, de que a donzela dispõe para reagir fica cada vez mais reduzido. Quando o capitão a convida para ir dormir, ela geralmente aceita, mas dorme com vestimenta. Numa única versão (1386) a donzela despede-se e parte, declarando "a guerra não posso resistir". A última cena decorre supostamente num local aberto, porque seria ao ar livre, no rio, no lago ou no mar; mas a água, símbolo de liquidificação de fronteiras, sugere a diluição do espaço entre as duas figuras do romance – um indício erótico que ameaça a virgindade da donzela. É neste ponto fulcral que começam a variar significativamente as lições que as diferentes versões do romance apresentam. Uma vez mais, esta é uma questão a retomar quando tratarmos o desfecho da história.

Enquanto no romance português a donzela inicia a aventura amorosa, na balada chinesa Mulan começa a sua trajetória guerreira, configurada por componentes lexicais espácio-temporais. Nota-se que, nos doze versos seguintes (*Quando o sol nasce despede-se dos pais/ ... .../ o luar frio refulge nas couraças de ferro*), se dá uma sequência de cenas, relatadas em dísticos, onde aos movimentos diurnos da filha-soldado se sucedem os ambientes noturnos guerreiros, inscrevendo assim o percurso espacial da donzela numa circularidade temporal. A par da deslocação militar de Mulan está traçada uma imagem saudosa da filha – os sons que se fazem ouvir ao anoitecer nos lugares ermos e selvagens acentuam a ausência da "*afetuosa voz dos pais*", continuamente sentida pela protagonista, apesar de esta não desacelerar nunca os seus passos e resistir sempre às condições árduas da vida militar.

Avança pressurosa para o campo de batalha,	万里赴戎机
atravessando as escarpas veloz como quem voa.	关山度若飞
O vento norte traz os ecos do gongo da sentinela,	朔气传金柝
o luar frio refulge nas couraças de ferro.	寒光照铁衣
Em centenas de batalhas, ao longo de dez anos,	将军百战死
generais e soldados, uns morreram, outros voltaram.	壮士十年归

[28] Na Península Ibérica, preservou-se, pelo menos até aos inícios do século XIX a tradição, de origem mourisca, de as mulheres se sentarem num estrado, em cadeiras baixas ou almofadas. O romance poderá transportar ecos desse costume.

Em comparação com a sequência de doze versos anteriores, esta estrofe, cuja forma original em chinês consiste em apenas seis versos de redondilha menor (com trinta carateres no total, tendo cada verso cinco carateres e correspondendo cada caráter a uma sílaba), revela uma aceleração do ritmo poético que representa uma intensa vida militar e realça a proeza de Mulan. A guerra não serve apenas de pano de fundo ao poema, é um local de ação para a protagonista, palco das atuações militares da filha-soldado. A identidade feminina não impede o sucesso da guerreira, pelo contrário, a sua proeza é reconhecida e permite-lhe aceder a um cargo da corte, honra reservada geralmente ao género masculino. No entanto, acabada a guerra, terminada a missão de Mulan, esta recusa o cargo oficial e manifesta a vontade de regressar para casa, o que mais uma vez reflete a ideologia confucionista que exalta a piedade filial.

O eterno retorno?

Quer sejam submetidas às provas do campo de batalha, ou às do campo de amor, ambas as donzelas passam as fronteiras socialmente construídas como indício de separação dos géneros. Contudo, os percursos diferentes de Mulan e da geralmente anónima[29] donzela portuguesa não deixam de lhes impor a mesma pergunta: como lidar com a sua própria identidade – mulher e transgressora?

No romance, quando a donzela guerreira é convidada para ir nadar, a maioria das versões introduz um pretexto para a sua partida: a morte do pai ou da mãe. Veja-se o elevado número de ocorrências (37) dos vocábulos relacionados com a morte, seja na sua forma adjetival *morto*, seja na forma verbal *morrer* – anunciada normalmente pelas *cartas* (17) que trazem *novas* (9) de *pesar* (5), ou pelos *sinos* (16) *da minha terra/aldeia/freguesia*. Embora não sejamos informados explicitamente, é de supor que esta desculpa seja da invenção da donzela, pois esta declara em cinco versões que lhe chegam cartas que "*vêm/caem do céu*", ou, numa outra versão do romance, que recebeu "*tristes novas*" que "*me chegaram, nas asas d´um passarinho*". Este pormenor não só vem reforçar a inteligência de que a donzela dá provas, como exerce uma função articuladora que permite, antes de terminar a história, desenvolver um pouco mais a intriga, quase sempre em forma de diálogo ou monólogo. Pela diversidade que apresenta nas várias versões, este desenvolvimento imprime ao desenlace do romance uma heterogeneidade tão extraordinária que dificilmente os textos poderão, neste ponto, ser analisados dum modo global. Contudo, para tentarmos perceber o sentido

[29] Anónima, mas não socialmente indiferenciada. Toda a envolvente familiar, bem como a ideologia linhagística que lhe está subjacente, apontam para que a protagonista do romance se enquadre num estrato social aristocrático, o que se torna mais evidente nas versões em que a donzela assume o título de conde ou acompanha um filho d´el rei.

destas divergências, podemos seguir as seguintes pistas de leitura/observação, indicadas pelos atos de fala da donzela[30]:

1. A donzela parte, despedindo-se (ou não), do cavaleiro/capitão, e o romance acaba.
2. A donzela volta para casa, muitas vezes acompanhada pelo cavaleiro/capitão, sendo sugerido um futuro casamento.
3. Não há elementos que indiciem o movimento das personagens, e o romance acaba com uma declaração da donzela, que pode incluir (ou não) um convite.

Convém ter em conta que a categorização aqui proposta é meramente esquemática e que, em muitas das versões do romance, os elementos se encontram na intersecção de mais do que uma das pistas de leitura acima referidas.

Seguindo a primeira pista, encontramos no nosso *corpus* 9 versões, das quais 5 revelam a identidade feminina da donzela e o seu nome próprio – em todas *Leonor*:

- Adeus, que me vou embora, adeus, meu conde e senhor;
há dois anos que o serve esta dona Leonor. (versão 1390)
- Há sete anos que ando na guerra, servo-el-rei, meu senhor,
hoje acabam nos sete anos… Pisa o potro, Leonor! (versão 1384)
- Sete anos andei na guerra, servir o rei, meu senhor,
Agora querem que eu nade… Toca o potro, Leonor! (versão 1385)

Nos versos finais destas três versões podemos sentir a vontade de partir por parte da donzela, e a sua determinação, cada vez mais forte – o que é compreensível se relacionarmos com os contextos internos de cada versão. Na versão 1385, não é apresentada nenhuma justificação, parecendo que a donzela ficou mesmo indignada pela perseguição implícita nas tentativas do seu pretendente. A viva linguagem do último hemistíquio fornece-nos a imagem duma donzela independente e resoluta que contraria o que o verso anterior afirmara: "*Roga-a tu, ó meu filho, para ir contigo nadar; se ela mulher for, logo se há-se arrecear.*" Nestes casos, a identidade feminina da donzela não é revelada senão por ela mesma, que se assume assim orgulhosa da sua verdadeira natureza, como se exprime nesta versão:

Sete anos andei na guerra, se mulher vim, mulher vou;
[……] honrada vim, honrada sou.
[……] Adeus Carlos, meu amor,
que dormiste sete anos com a dona Leonor. (versão 1394)

É de salientar neste trecho o uso da palavra *honrada*, cujo sentido é altamente condicionado pelos valores ideológicos e morais de cada sociedade. Na sociedade

[30] Uma análise dos atos de fala envolvidos nesta sequência poderia trazer elementos importantes para a compreensão das diferentes atitudes da donzela no final de versões distintas do romance. Aqui, porém, limitamo-nos a notar que neles se incluem saudação de separação (fórmulas de despedida), identificação, convite, pedido e outros atos expressivos que se manifestam direta ou indiretamente.

medieval, valoriza-se muito a honra cavaleiresca, por definição masculina, que se reflete primordialmente na capacidade de um cavaleiro servir o seu senhor, nomeadamente no campo de batalha. Na identidade alternativa que lhe é conferida pelo seu travestimento, a donzela veio e é *honrada* por conseguir assumir o papel do filho varão, servindo o rei. Não obstante, comparando com outras versões, é possível deduzir que a forma adjetival *honrada* adquire aqui uma outra dimensão, especificamente feminina, e aponta para a virgindade, tradicionalmente considerada como a primeira virtude da mulher na sociedade patriarcal. Verifica-se na versão 1427, o orgulho por esta "honra" feminina, expresso depois de a donzela "saber" das novidades sobre os pais e se decidir a partir:

Acompanhe-me, acompanhe-me, se quereis-me acompanhar,
sete anos servir el-rei, em palácio a brigar.
virgem vim e virgem vou, o filho do rei como asno ficou,
se quiser casar comigo, siga-me por onde eu vou. (versão 1427)

A fórmula "*se mulher vim, mulher vou*" recolhida na versão 1394 encontra eco na fórmula "*virgem vim e virgem vou*" (noutra versão, aparece a expressão "*donzela vim e donzela vou*"), o que vem corroborar o significado ambivalente da palavra *honrada* da versão 1394. A *honra* surge assim no romance com uma imagem dual que respeita a androginia fundamental da donzela que foi à guerra.

Na versão 1427, por seu turno, processam-se os atos de fala do "convite" e do "conselho", que reaparecem em outras sete versões, onde a forma verbal *casar* é frequentemente vinculada à forma nominal *casa*: "*quem comigo quiser casar a casa do meu pai me venha procurar*" (versão 1400), ou *"se quiseres casar comigo, a casa do meu pai irás me buscar"* (versão 1415), etc. Entretanto, nas versões 1420 e 1421 (ambas de Faro) o cavaleiro/capitão, querendo acompanhar a donzela a casa, vai propor ao pai casar-se com ela.

Seguindo agora a segunda pista da observação, percebe-se que a alusão ao casamento pode também surgir quando a donzela apresenta o companheiro ao pai, o que envolve às vezes a concretização de um diálogo entre o pai e a filha, como se vê neste exemplo:

- Quem é esse cavaleiro, minha filha, qu´aí trazes ao vosso lado?
- É seu genro, meu pai, e das minhas manas cunhado.
- Sete anos andei na guerra, sete anos lá andi,
eu fui virgem e voltei virgem como a hora em que nasci. (versão 1419)

É preciso salientar que, salvo o caso da versão 1395, em todas as outras em que a donzela apresenta o companheiro ao pai como eventual futuro genro, seguem-se uns versos que de forma explícita (como na versão 1419, acima apresentada) ou implícita (como no caso seguinte, versão 1429) manifestam a permanência virginal da donzela:

- Sete anos andei na guerra e fiz de filho barão;
ninguém me conheceu nunca, senão o meu capitão;
conheceu-me pelos olhos, que por outra cousa não.

O verbo *conhecer*, portador de insinuações eróticas[31], é negado duas vezes para realçar a virgindade da donzela; a repetição do trocadilho, com que os "autores" medievais sabem tão bem jogar nas suas produções poéticas, causa um efeito cómico que deveria divertir o público ouvinte.

Mas o nosso romance nem sempre sublinha estas temáticas. Seguindo a terceira pista de análise, deparamos com as versões em que o romance acaba de forma mais sóbria, não desenvolvendo a questão amorosa ou do casamento, nem expondo o "triunfo" pela preservação da virgindade. Exemplifica-se:

- Sete anos andei na guerra sete anos por capitão;
sem ninguém me conhecer se eu era mulher ou não. (versão 1405)

No entanto, talvez estas afirmações simples não satisfaçam os produtores/transmissores do romance, pois além das duas versões que apresentam o desfecho acima ilustrado, há mais quatro cujos finais parecem ser construídos com base nestes versos, mas aos quais são acrescentadas outras expressões que claramente pretendem representar a feminilidade da donzela guerreira, esboçando uma imagem doméstica que simboliza a retoma da identidade feminina por parte da donzela, reestabelecendo assim a ordem social inicialmente quebrada pelo seu ato transgressor. É o que se pode verificar, na fala final da donzela:

- Dê cá a minha almofada, quer´ ver se ´inda sei coser.
Sete anos que andei na guerra, sem ninguém me conhecer.
Deixe ver minha tesoura, quer´ ver se ´inda sei cortar.
Sete anos que andei na guerra sem ninguém me difamar. (versão 1403)

E, ainda, num diálogo entre a donzela e uma voz que, embora não seja explicitamente identificada no contexto interno do romance, é de supor corresponder a uma personagem masculina:

Se me quiserem perguntar, a casa do meu pai vão falar.
- Menina que está no meio dê o ponto miudinho,
´inda espero de romper, das suas mãos, num colarinho. (versão 1406)

[31] Como é bem conhecido, na Bíblia, e em particular no *Génesis*, a afirmação do "conhecimento" de um homem por uma mulher, ou vice-versa, implica a existência de contacto sexual entre ambos.

Tendo feito esta análise que engloba quase todas as variações do desenlace presentes no nosso *corpus*, ainda falta comentar duas versões singulares. A versão 1379 (de Bragança) possui um desfecho em forma de diálogo entre a donzela e um cavaleiro de nome Valdevinos. Quando este coloca a última prova à donzela – *ir a nadar* –, esta pede-lhe que entre primeiro na água, fingindo preparar-se para fazer o mesmo, mas na verdade apronta-se para partir, declarando:

- Entra, entra, Valdevinos, que eu me estou a desapertar!
Olá, olá, Valdevinos, querias ser o meu amor;
Andei sete anos na guerra, ´inda levo a minha flor.
- Espera, espera, Martucho, que te quero acompanhar.
- De lombeiro em lombeiro ainda me podes avistar. (versão 1379)

A viva linguagem do diálogo parece desenrolar perante o ouvinte/leitor quadros sucessivos: aproveitando o momento em que o companheiro entra na água, a donzela prepara-se para partir a cavalo, ao mesmo tempo que revela a intenção do soldado. Evidentemente "*a minha flor*" é a metáfora da virgindade da donzela, que ela quer manter em face da perseguição. O último verso revela a irónica recusa da protagonista formulada com suficiente subtileza e ambiguidade para poder ser entendida como um convite, pondo em realce a imagem de uma donzela determinada e perspicaz[32].

Quanto à versão 1423, a sua singularidade mostra-se ao longo de todo o discurso. Nessa versão, o pai só possui duas filhas, e o questionamento em torno da diferenciação de género é mais prolongado, abrangendo desde os cabelos até aos quadris, pernas e pés. A partir do ponto em que começa a secção das provas, surgem três hemistíquios que, primeiramente, servem de introdução ao processo, e depois, ligeiramente modificados (altera-se apenas "*mal lo viu*" para "*que tal ouve*"), constituem refrães que ressurgem repetidas vezes até ao final. Além disso, curiosamente na última prova, à proposta de "*ir no rio nadar*", responde a donzela:

- Águas doces são p´ra damas, quem las fora convidar,
porém nã servem p´ra homens, senão águas de la mar.

Depois desta resposta, começa o refrão e o desenvolvimento da parte final do romance:

Filho d´el-rei, que tal ouve, morto fica de paixão.
nã foi sequer la palácio, pedir à mãe la bênção,
desatou a suspirar penas do seu coração.

[32] É interessante notar como este verso, de claro efeito cinematográfico, relembra imageticamente o dístico da balada da Mulan em que esta «Avança pressurosa para o campo de batalha, atravessando as escarpas veloz como quem voa». O movimento das protagonistas, contudo, efetua-se em sentidos inversos e com propósitos opostos: Mulan avança para a guerra, onde irá assumir a sua identidade masculina; a donzela portuguesa deixa para trás a guerra e o ciclo do seu travestimento.

- Vossos olhos, D. Martinho, sabei-lo, me matarão,
no corpinho sereis homem, los olhos de mulher são.
D. Martinho, namorado, nã pôde dizer que não.
- Sete anos andei nas guerras de França contra Aragão;
Suspeitastes-me dos olhos, mas doutras suspeitas não.
Nisto vem um mensageiro uma carta lhe entregar.
- Que tendes vós, D. Martinho, que tanto vos faz chorar?
- Esta carta que me diz que meu pai está a acabar
e duas irmãs que semos, semos ambos por casar;
Se quereis sê´lo meu marido, minha mão vos quero dar.
Filho d´el rei, que tal ouve, já nã morre de paixão
e lá se vai a palácio, tomar da mãe la bênção;
lá se vai com D. Martinho, sem penas no coração.

Torna-se óbvio que, nesta versão, o enredo não se desenrola a partir da perspetiva da donzela mas, muito pelo contrário, da da personagem do príncipe, centrando-se no sofrimento amoroso deste. O deslocamento do olhar é tão completo que o futuro casamento parece estar vinculado ao palácio da mãe do filho d´el rei, em vez de à casa do pai da donzela. Trata-se de um romance muito parecido com o conto popular de tema amoroso, diminuindo extraordinariamente o peso do papel feminino na construção poética do romance.

Voltamos finalmente à balada chinesa. Sabe-se que Mulan escolhe voltar para o seu doce lar, onde os pais e os irmãos se preparam para a receber. Dá-se a tão esperada reunião familiar, momento de euforia. O olhar centra-se em seguida na forma como Mulan retoma a sua identidade feminina, uma inversão da androginização que analisámos anteriormente. A feição feminina de Mulan espanta todos os elementos da companhia que a acompanharam a casa: «- Lutando doze anos lado a lado, nunca soubemos que Mulan era rapariga.». Enfatizando o sucesso absoluto do disfarce de Mulan, a balada encerra com quatro versos que, alegórica e humoristicamente, manifestam a ideia de que a desigualdade entre os sexos não é "natural", mas construída:

O coelho macho saltarilha
o coelho fêmea semicerra os olhos.
Quando correm dois coelhos lado a lado,
quem sabe distinguir a fêmea do macho?

A cena em que o coelho macho e a fêmea correm «lado a lado» convoca simbolicamente a cena guerreira em que Mulan e os companheiros lutam juntos. Os últimos versos da balada, de sentido proverbial, parecem querer anular, ou pelo menos justificar, à luz de uma ordem do mundo mais abrangente, a da natureza, a aparente transgressão da ação de Mulan – embora mulheres e homens possam ser vistos como fisicamente diferentes, há situações em que essa diferença perde todo o significado.

Considerações finais

Conquanto as duas donzelas guerreiras de que nos ocupámos iniciem os seus percursos num mesmo ponto de partida, os caminhos que percorrem são divergentes. Na balada chinesa, a narração tem sempre o seu foco na personagem Mulan, cujas ações e cujos estados psicológicos se manifestam simultânea ou alternadamente. No grande pano de fundo da guerra, a família e a pátria – com base nas quais se estabelece o sentido de coletividade que os chineses sempre valorizaram – constituem as verdadeiras tessituras socioculturais para a construção de uma imagem guerreira. A fidelidade para com a pátria – representada pela obrigatoriedade de o pai ir combater quando é recrutado –, bem como a piedade filial, legitimam os atos aparentemente transgressores de Mulan. A preocupação com o pai, as saudades que sente durante a sua trajetória guerreira, a grande vontade que tem de regressar a casa, e a alegria que manifesta ao retomar a identidade feminina, tudo isto configura uma imagem da filha afetuosa que considera a família como prioridade.

No romance tradicional português, a focalização da narrativa vai sendo transferida à medida que muda o locutor do diálogo. No enredo, a guerra somente exerce um papel funcional, de desencadeador da ação, ou um papel simbólico, se considerarmos o isomorfismo entre os campos da guerra e do amor. O romance, agrupado por Almeida Garrett no volume dos "antigos romances cavalheirescos", conta na verdade uma história cujo padrão pode ser encontrado nas novelas cavaleirescas medievais[33]. Porém, na aventura ou "demanda" que a nossa protagonista empreende, os "inimigos" que tem de enfrentar e "combater" são representados pelo seu pai e pelo capitão/filho do rei. O primeiro, questiona o disfarce da sua identidade; o segundo, quer retirar a sua máscara. Observa-se, quer na androginização, quer nas provas, que o núcleo do enredo incide sobre a tensão entre o masculino e o feminino, que, num nível de conhecimento mais abrangente, poderá ser trabalhada e interpretada na perspetiva proporcionada pela psicologia junguiana, como um conflito entre a emancipação e a repressão do *animus* da donzela[34]. Por outro lado, na maior parte das versões estudadas, esta tensão emerge, de forma codificada mas evidente, na apropriação poética de situações sociais altamente significativas, marcadas pelo «symbolisme de la séparation et de l'occultation prénuptiale et des épreuves dilatoires auxquelles se soumettent mutuellement les futurs

[33] Frye, 2000, pp. 186-188.

[34] Esta e outras observações sobre a complexidade que a relação entre o feminino e o masculino apresentam no romance suscitam interrogações e requerem um enquadramento teórico eficaz. Relembramos, a este propósito, o queixume amoroso do capitão/filho d´el rei, que acima equacionamos com uma situação parodiante da cantiga de amigo, mas que, mais do que isso, poderá revelar-se parte de uma rede de significados mais profundos. De facto, na economia global do texto, este queixume parece configurar, simetricamente, a revelação da *anima* da personagem masculina. Poderíamos levar mais longe esta linha de pesquisa. Porém, para não alongar excessivamente o artigo, limitamo-nos aqui a levantar esta hipótese de análise futura.

partenaires d'une union exogamique»[35]. Assim, ao voltar a casa, a donzela traz, para «o pai», «o seu genro», abrindo a possibilidade da continuação, por transmissão feminina, da linhagem ameaçada de extinção. A aventura da nossa protagonista é, pois, coroada por um final feliz que vai além da felicidade imediata da donzela retornada ao lar, redundando num benefício a longo prazo para a linhagem/comunidade familiar.

Apesar de, em sociedades feudais e patriarcais como aquelas em que nascem a balada chinesa e o romance português, a identidade da mulher ser sempre construída a partir dos papéis que desempenha em relação ao sexo dominante, conseguimos entrever, na heterogeneidade textual do romance Donzela Guerreira, algumas imagens femininas de autonomia, e mesmo uns balbuceios de vozes feministas. Ainda que débeis, estas vozes foram guardadas pela memória (e pelos trabalhos dos recolhedores!), encontrando o seu eco, hoje ainda, na metáfora proverbial que encerra a balada de Mulan.

Bibliografia

Fontes

Ferré, Pere (2000), *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna, versões publicadas entre 1828 e 1960*, com a colaboração de Cristina Carinhas, Ramon dos Santos de Jesus e Eva Parrano, 4 voll., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Guo, Maoqian (2016), *Yuefu Shiji (Coleção dos Poemas de Yuefu)*, Shanghai, Shanghai Classics Publishing House.

Estudos

Amaro, Ana Maria (2006), «Fák Mo Lan/ "A Donzela Que Foi à Guerra"», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 6, pp. 51-76.

Armistead, Samuel G. (1997), «Correspondências Pan-europeias», *in* Manuel da Costa Fontes *et al.* (coord.), *O Romanceiro Português e Brasileiros: Índice Temático e Bibliográfico*, 2 voll., Madison, The Hispanic Seminary of Medieval Studies, vol. II, pp. 624-644.

Araújo, Maria Teresa Alves (1989), «Alguns símbolos da tradição: a "Donzela Guerreira" e outros discursos paralelos», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 4, pp. 69-78.

[35] Delpech, 1986.

Correia, João David Pinto (2003), *Romanceiro Oral da Tradição Portuguesa*, Lisboa, Edições Duarte Reis.

Delpech, François (1986), «La "Doncella guerrera": Chansons, contes, rituels», *in* Yves-René Fonquerne e Aurora Egido (coords.), *Formas breves del relato*, Zaragoza, Publicaciones de la Universidad de Zaragoza, pp. 57-86.

Eliade, Mircea (1957), *Mythes, Rêves et Mystères*, Paris, Gallimard.

Entwistle, William (1939), *European Balladry*, Oxford, Oxford UP, 1939.

Ferré, Pere (2011), «Crítica Textual e Romanceiro. Breves Notas», *in* Isabel Morijão e Zulmira Santos (coords.), *Literatura culta e popular em Portugal e no Brasil, Homenagem a Arnaldo Saraiva*, Porto, CITCEM/Edições Afrontamento, pp. 285-291.

Ferré, Pere (2017), «O Romanceiro em Portugal (1960-2007)», *Santa Barbara Portuguese Studies*, 9, pp. 72-93.

Frye Northrop (2000), *Anatomy of Criticism: Four Essays*, Princeton, Princeton University Press.

Galvão, Walnice Nogueira (1998), *A Donzela Guerreira. Um Estudo de Gênero*, São Paulo, Editora SENAC.

Huang, Dezhang 黄德彰(1982), «Dongge xige bian»东阁西阁辨, *Yuwen jiaoxue tongxun* 语文教学通讯, 2, p. 27.

Irizarry, Estelle (1983), «Echoes of the Amazon Myth in Medieval Spanish Literature», *in* Beth Miller (ed.), *Women in Hispanic Literature. Icons and Fallen Idols*, Berkeley, University of California Press, pp. 53-66.

Lebedynsky, Iaroslav (2009), *Les Amazones: Mythe et realité des femmes guérrières chez les anciens nomades de la steppe*, Paris, Errance.

Libis, Jean (1980), *Le Mythe de l'Androgyne*, Paris, Berg.

Maia, Helder Thiago (2019), «Trangressões canônicas: Queerizando as donzelas-guerreiras», *Cadernos de Literatura Comparada*, 39, pp. 91–108. DOI: https://doi.org/10.21747/21832242/litcomp39a6 [Consultado a 25/01/2021].

Maintier-Vermorel, Estelle (2011), «"*De feminis decimus mentionem*". *Les Amazones de Rodrigue de Tolède: le mythe au service du pouvoir des femmes*», *e-*

Spania [Online], 11 , URL: http://journals.openedition.org/e-spania/20392; DOI: https://doi.org/10.4000/e-spania.20392 [consultado a 25/01/2021].

Mckendrick, Melveena (1974), *Women and Society in the Spanish Drama of the Golden Age: A Study of the «Mujer varonil»*, London, Cambridge University Press.

Meireles, Cecília (1960), «Uma Antepassada da Donzela-Guerreira», *in Estudos e Ensaios Folclóricos em Homenagem a Renato Almeida*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, pp. 53-57.

Ocaña, Isabel Navas (2008), «Lecturas Feministas de la Épica, los Romances y las Crónicas. Medievales Castelhanas», *Revista de Filología Española*, 88 (2), pp. 325-351.

Pidal, Ramón Menéndez (1963), *Flor Nueva de Romances Viejos*, Buenos Aires, Espasa-Calpe Argentina.

Pires, Natália Albino (2005), «O Léxico dos Romances Carolíngeos da Tradição Oral Moderna. Portuguesa Editados entre 1820 a 1960: Uma Amostra», *in* Ana Sofia Laranjinha e José Carlos Miranda (dir.), *Modelo: Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica da Literatura Medieval*, Porto, Universidade do Porto, pp. 230-242.

Pires, Natália Albino (2017), «Do Mal aos Males no Romanceiro da Tradição Oral Moderna. Portuguesa», *Abenámar. Cuadernos de La Fundación Ramón Menéndez Pidal*, 2, pp. 133-150.

Sanz, Óscar García (1998), «Amazonas: una realidad histórica para la tradición occidental y la del nuevo mundo», *Analecta Malacitana,* 21 (2), pp. 609-622.

Silva, Anabela Maria Malta da (2010), *"A Donzela Guerreira". Confluências Literárias*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Slater, Candace (1979), «The Romance of the Warrior Maiden: A Tale of Honor and Shame», *in* Samuel G. Armistead, Antonio Sánchez Romeralo e Diego Catalán (dir.), *El Romancero hoy: Historia, Comparatismo, Bibliografía Critíca*, Madrid, Cátedra/Seminario Menéndez Pidal, pp. 167-182.

Testart Alain (2002), «Les Amazones entre mythe et réalité», *L'Homme*, 163, pp. 185-194.

Vasvári, Louise (2006), «Queering the donçella guerrera», *Calíope*, 12 (2), pp. 93-117.

Zhang, Xinlu 张馨露(2015), *Mulan Shi Xiangjie (Estudos Minuciosos da Balada de Mu Lan)*木兰诗详解, 2 voll., Taibei, Editora Zhizhi Xueshu.

Zhou, Zuyan (2003), *Androgyny in Late Ming and Early Qing Literature*, Honolulu, University of Hawaii Press.

Anexo 1

a)

BALADA DE MULAN 木兰诗

Versão bilingue[36]

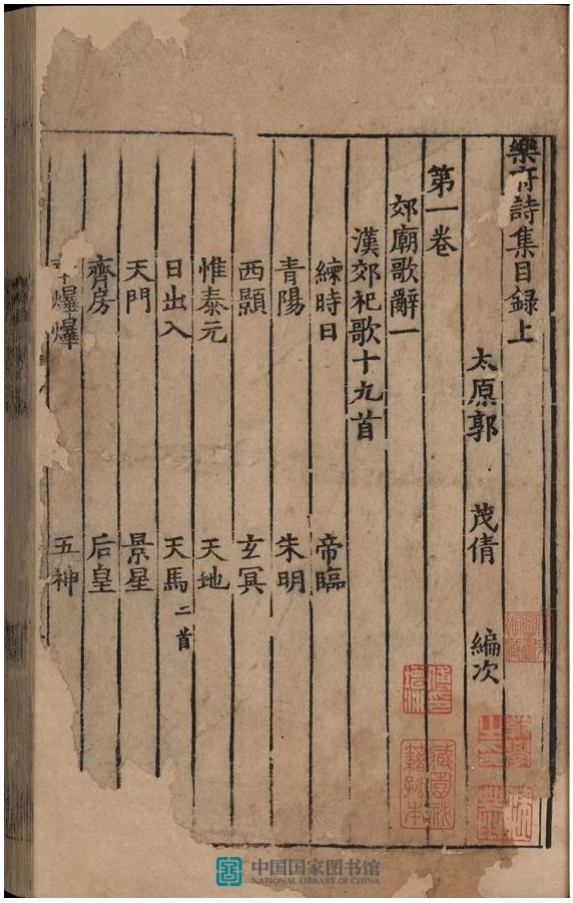
Tsi-tsi, tsi-tsi…	唧唧复唧唧
Junto à janela Mulan tece	木兰当户织
Não se ouve o som do tear	不闻机杼声
Mas a donzela a suspirar.[37]	未闻女叹息
- O que estás a pensar?	问女何所思
O que estás a recordar?	问女何所忆
- Nada me ocupa o pensar,	女亦无所思
nada estou a recordar.	女亦无所忆
É o édito do Imperador,	昨夜见军帖
que ontem à noite eu vi.	可汗大点兵
Doze rolos de recrutar,	军书十二卷
em cada um o nome do pai.	卷卷有爷名
O pai não tem um filho com idade para lutar,	阿爷无大儿
eu não tenho um irmão mais velho.	木兰无长兄
Quero comprar um cavalo,	愿为市鞍马
e ir à guerra no lugar do pai.	从此替爷征
No mercado do Leste Mulan comprou um corcel,	东市买骏马
no do Oeste, a sela,	西市买鞍鞯
no do Sul, o freio,	南市买辔头
no mercado do Norte, um chicote comprido.	北市买长鞭
Quando o sol nasce despede-se dos pais,	旦辞爷娘去

[36] Tradução para português da autora, com a colaboração de Maria do Rosário Ferreira e de Cristina Zhou, a quem expressa os seus agradecimentos.

quando se põe, pernoita na margem do Rio Amarelo.	暮宿黄河边
Não ouve a afetuosa voz dos pais,	不闻爷娘唤女声
mas os furiosos bramidos das ondas.	但闻黄河流水鸣溅溅
Quando o sol nasce parte do Rio Amarelo,	旦辞黄河去
quando se põe, pernoita no Monte Negro.	暮宿黑山头
Não ouve a afetuosa voz dos pais,	不闻爷娘唤女声
mas os agudos relinchos vindos do Monte Tártaro.	但闻燕山胡骑鸣啾啾
Avança pressurosa para o campo de batalha,	万里赴戎机
atravessando as escarpas veloz como quem voa.	关山度若飞
O vento norte traz os ecos do gongo da sentinela,	朔气传金柝
o luar frio refulge nas couraças de ferro.	寒光照铁衣
Em centenas de batalhas, ao longo de dez anos,	将军百战死
generais e soldados, uns morreram, outros voltaram.	壮士十年归
Voltaram para junto do Imperador,	归来见天子
o Imperador recebe-os na Sala de Audiência.	天子坐明堂
Todas as honras e galardões	策勋十二转
oferece a inúmeros guerreiros.	赏赐百千强
O Khan pergunta o que quer Mulan.	可汗问所欲
Ela não quer altos cargos na corte,	木兰不用尚书郎
pede só um camelo veloz,	愿驰千里足
que a leve para casa feliz.	送儿还故乡
Sabendo do regresso da filha,	爷娘闻女来
os velhos pais amparam-se para saírem ao encontro dela.	出郭相扶将
Sabendo do regresso da irmãzita,	阿姊闻妹来
a irmã mais velha penteia-se à janela.	当户理红妆
Sabendo do regresso da irmã mais velha,	小弟闻姊来
o irmãozito afia a faca para matar um porco e uma ovelha.	磨刀霍霍向猪羊

Mulan abre a porta Leste do seu quarto,	开我东阁门
Senta-se no leito Oeste da sua câmara.	坐我西阁床
Despe-se da roupa de combate,	脱我战时袍
e veste-se da cabaia de donzela.	著我旧时裳
Junto à janela, frente ao toucador,	当窗理云鬓
penteia-se e enfeita-se.	对镜贴花黄
Sai a ver os seus companheiros,	出门看火伴
todos eles ficam espantados:	火伴皆惊忙
- Lutando doze anos lado a lado,	同行十二年
nunca soubemos que Mulan era rapariga.	不知木兰是女郎
O coelho macho saltarilha,	雄兔脚扑朔
O coelho fêmea semicerra os olhos.	雌兔眼迷离
Quando correm dois coelhos lado a lado	双兔傍地走
quem sabe distinguir a fêmea do macho?	安能辨我是雄雌

b)


樂府詩集目録上

太原郭 茂倩 編次

第一卷

郊廟歌辭一

漢郊祀歌十九首

練時日 帝臨

青陽 朱明

西顥 玄冥

惟泰元 天地

日出入 天馬二首

天門 景星

齊房 后皇

五神

中国国家图书馆

A primeira página do índice do mais antigo testemunho de *Yuefu Shiji* (Coleção dos poemas de Yuefu), datado da dinastia Song, entre os séc. XII e XIII.

c)



O mais antigo testemunho de «Balada de Mulan», impressa em 1341, também guardada na Biblioteca Nacional da China. Note-se a escrita vertical própria da língua chinesa antiga.

Para ouvir a balada recitada em cantonês, que realça o ritmo e as rimas melhor do que o mandarim, consultar: https://www.youtube.com/watch?v=RupNm64cU_s

Anexo 2



Guerreiro de terracota. Peça datada da Dinastia Chi do Norte (Bei Qi), guardada no Museu de Arte de Filadélfia (EUA).

Anexo 3

Tabela comparativa dos campos lexicais nas 42 versões do romance

ABERTURA

Nº do texto versão	Local da distribuição	Seção temática				
		Guerra	Lamentação do pai/da mãe	Maldição (à mãe/ao pai)	Filha	Qualidade da filha
1378	Desconhecida	(v.) se apregoam (loc.) campos de Aragão	(intrj.) ai de mim (adj.) velho (v.) sou; acabarão (n.) guerras		(loc.) a filha mais velha (v.) responde; Venham; serei (n.) armas e cavalo; filho barão	com toda a resolução
1379	Bragança	entre França e Aragão	(n.) sete filhos (v.) nenhum te saiu varão	(v.) Arrebenta das telas do coração (n.) Catalina	(loc.) a filha mais velha (v.) Respondeu; Cale-se lá; não me bote; irei servir (n.) maldição; o rei	filha de benção
1380	Bragança		(adj.) triste; velho (v.) estou; tenho acabarão; (n.) guerras; homem varão sete filhas		(loc.) a filha mais nova (v.) Responde; arranje; serei (n.) espada e cavalo; homem varão	filha de liberação
1384	Bragança		(v.) tiveste; saiu (n.) sete filhinhas (nem uma) barão	(v.) Mal o haja tu (n.) mulher; o teu coração	(loc.) a mais nova (v.) Respondeu; dei; servo de (n.) armas e cavalos; capitão	filha de benção
1385	Bragança		(v.) tivemos; saiu (n.) sete filhas (nenhuma) varão	(v.) Mal o hajas tu (n.) mulher; la tua condição	(v.) Cale-se lá; não bote; irei para; servir de (n.) meu pai; maldição; guerra; capitão	

1386	Bragança	entre França e Aragão	(adj.) triste; velho (v.) estou; acabarão; tiveste; sair (n.) sete filhas; guerras (nenhuma) varão	(v.) Mal o hajas tu (n.) Helena; la tua geração	(loc.) a filha mais velha (v.) Respondeu Calemos (x2) não deite; irei servir; (n.) meu pai; tal maldição; o rei	mulher de razão
1387	Vila Real		(n.) sete filhos; (nem só) um filho varão; guerras (v.) tive; estou; me acabarão; saiu (adj.) velho		(loc.) a filha mais nova (v.) dê; vou servir de (n.) espada e cavalo; capitão	c´uma grande discrição
1388	Vila Real		(n.) sete filhas; (nenhum) varão; (v.) tenho; tenho			
1389	Vila Real				(n.) meu pai; guerra filho varão (v.) vou; servir de	
1390	Braga				(v.) dai; serei (n.) armas e cavalo filha varão	
1393	Viana do Castelo		(adj.) velho (v.) estou; acabarão; tenho; saiu (n.) guerras; sete filhas varão		(loc.) a mais velha (v.) Respondeu; dê; serei (n.) cavalos e armas; filho varão	com toda a discreção
1394	Porto		(n.) sete filhas; um varão (v.) tenho; tivera		(v.) (não) se agonie; serei (n.) meu pai; capitão	
1395	Porto	(v.) se começam no campo de D. Barão	(adj.) triste; velho (v.) sou; acabarão (n.) guerras		(v.) dê; serei (n.) armas e cavalo; seu filho varão	
1396	Porto		(n.) sete filhas	(v.) Mal hajas tu;	(loc.) a filha mais nova	

			(nenhuma) varão (v.) temos; saiu	mal haja (n.) rainha; a tua geração	(v.) estando; ouvindo; diz; Sou; Dê; sirvo de (n.) num quarto; varão espada e cavalo; capitão	
1397	Porto		(n.) sete filhas (nenhuma) varão (v.) temos; saiu	(v.) Mal hajas tu; mal haja (n.) rainha; a tua geração	(loc.) a filha mais nova (v.) diz; Sou; Dê; sirvo de (n.) varão; espada e cavalo; capitão	
1398	Porto		(intrj.) ai de mim (v.) vou; acabarão; tive; ser (n.) guerra; guerras três filhas; (sem nenhuma) varão		(loc.) a mais nova (v.) respondeu; vou (n.) meu pai; guerra; (no seu) cavalo Rondão	com grande discrição
1399	Porto		(intrj.) ai de mim (v.) estou; acabarão; tenho; ser (adj.) velho (n.) guerras; sete filhas; (sem nenhuma) varão		(v.) Mande; vir; verá (n.) um cavalo; um filho varão	
1400	Guarda	(v.) estão armadas (loc.) entre França e Aragão	(intrj.) ai de mim (v.) estou; não as posso vencer (adj.) velho		(loc.) a filha mais nova (v.) respondeu; dê; vencerão (n.) meu pai; armas e cavalo; as guerras	com grande prontidão
1402	Castelo Branco		(n.) sete filhas (nenhuma) varão (v.) tive; ser	(v.) Mal hajas tu (n.) mulher; a tua condição	(v.) Cale-se aí; não dê; sou; posso ser (n.) meu pai; maldição; mulher	

					varão	
1403	Castelo Branco	(v.) andam armadas (loc.) os campos de Marvão	(intrj.) ai de mim (v.) sou; (não as) posso vencer; tiveste (adj.) velho (n.) sete filhas; (nenhuma) varão	(v.) Mal o hajas tu (n.) Cat´rina; la tua geração	(loc.) a filha mais velha (v.) Responde; Cale-se lá; não tenha; irei servir (n.) meu pai; paixão; rei; capitão	
1404	Castelo Branco	(v.) vão armadas (loc.) as bandas de Marvão	(intrj.) ai de mim (v.) sou; (não as) posso vencer; (adj.) velho		(v.) Cale-se; não tome; irei servir (n.) pai da minha alma; paixão; guerra; capitão	
1405	Castelo Branco	(adj.) grandes (v.) estão armadas (loc.) entre França e Aragão	(n.) sete filhas; (nenhuma) varão (v.) tiveste; ser	(v.) Mal o hajas tu (n.) mulher; a tua criação	(loc.) a mais velha (v.) respondeu; dê; irei (n.) armas e cavalo; capitão	com todo o seu coração
1406	Castelo Branco		(n.) sete filhas; (nenhuma) varão (v.) tiveste; ser	(v.) Mal hajas tu (n.) mulher; a tua geração	(loc.) a mais nova (v.) vem; vou a servir de (n.) capitão	
1407	Castelo Branco		(n.) sete filhas; (nenhuma) varão (v.) tiveste; ser	(v.) Mal hajas tu (n.) mulher; a tua parição	(loc.) a sua filha mais nova (v.) Cale-se aí; não deite; serve de (n.) meu pai; maldição; varão	
1408	Beira Baixa	(v.) vão armadas (loc.) entre França e Aragão	(intrj.) ai de mim (v.) estou; não as posso vencer; tenho (adj.) velho (n.) sete filhas (nenhuma) varão		(loc.) uma mais nova (v.) respondeu; respondeu venha; serei (n.) uma espada e cavalo; capitão	com razão

1409	Portalegre	(v.) se apregoam (loc.) entre França e Aragão	(intrj.) ai de mim (adj.) velho (v.) sou; matarão; tenho; saiu (n.) guerras; sete filhas; (nenhuma) varão		(v.) dai; quero ir ser (n.) Pai; armas e cavalos; capitão	
1410	Portalegre	(v.) são armadas (loc.) nas costas do Maranhão	(n.) filha (v.) estou; (não as) posso vencer; (adj.) velho		(v.) dai; irei (n.) armas e cavalos; capitão	
1412	Portalegre	(v.) se apregoam (loc.) nos campos de Maravão	(intrj.) ai de mim (adj.) velhilho (v.) sou; matarão; tenho; saiu (n.) guerras; três filhinhas; (nenhuma) varão		(loc.) a filha mais nova (v.) responde; Venham; serei (n.) espadas e cavalos; seu filho varão	com toda a discrição
1413	Santarém	(v.) vão armadas (loc.) p´r os campos d´ Aragão	(intrj.) ai de mim (v.) sou; não posso lá ir; tenho; ser (adj.) velho (n.) três filhas (não uma) varão		(loc.) a mais nova (v.) respondeu; Venha; irei (n.) sela e cavalo; capitão	com muita razão
1414	Leiria		(intrj.) ai de mim (v.) sou; acabarão; tenho; tenho (adj.) velho (n.) três filhas (não um) filho varão		(loc.) a mais novinha (v.) responde; dê; serei (n.) cavalo e espada; filho varão	de alto e bom som
1415	Lisboa		(n.) sete filhas; (nenhuma) varão (v.) tiveste; ser	(v.) Mal hajas tu (n.) mulher; o leite que mamaste	(loc.) a mais novinha (v.) Respondeu; Cale-se aí;	por ter menos discrição

					não deite; dê; servirei de (n.) mê pai; maldição; espada e cavalo; capitão	
1417	Lisboa		(v.) Indo; vi; deste; ser; responder; (n.) espelho; rosto; sete felhinhas (nenhuma) varão; Batalha; rei D. João (adj.) malfadado	(v.)Malaçoado marido	(loc.) a sua filha mais nova (v.) Cale-se; não deite; dê; sou; sê (n.) minha mãe; maldição; espada; farda; filho varão	
1419	Faro	(v.) se apregoavam (loc.) à porta do D. Barão	(intrj.) ai de mim (v.) estou; não as posso vencer; tenho; ter (adj.) velho (n.) guerras; sete filhas; um filho varão		(loc.) a mais nova (v.) respondeu; venham; quero ser (n.) armas e cavalos; seu filho varão	com uma grande discrição
1420	Faro	(v.) se começam (loc.) nos campos de Mazagão	(adj.) triste; velho (v.) sou; matarão; tenho; ser (n.) guerras; sete filhas (nenhuma) barão		(loc.) a filha mais velha (v.) responde; dê; serei; vencerei (n.) armas e cavalo; filho varão; guerra; campos de Mazargão	a filha de bendição
1421	Faro	(v.) começam (loc.) no campo de Mazagão	(intrj.) ai de mim (v.) estou; matarão; tenho; ser (adj.) velho (n.) guerras; sete filhas; (nenhuma) varão		(n.) Leonor; lança; coroa; ceptro; Mazargão (v.) respondeu; dê; irei	como entendida com razão

1422	Faro	(v.) se apregoaram (loc.) na praia do Adragão	(v.) ter; ter (n.) três filhas fêmeas; um filho barão	(loc.) a filha mais moça (v.) Respondeu; pareçam; serei (n.) armas e cavalo o seu filho barão	com grande resolução
1423	Ilha da Madeira	(v.) se apregoam (loc.) de França contra Aragão	(adj.) cuitado de mim velho (v.) sou; são; tenho; ser (n.) guerras; duas filhas (nenhuma) varão	(loc.) la mais moça (v.) respondeu; dai; serão (n.) armas e cavalo guerras	de seu forte coração
1424	Ilha da Madeira	(v.) se apregoam (loc.) de França com Aragão	(v.) posso fazê-las; darão; ser (n.) guerras; cabo tantas filhas (nenhuma) varão	(loc.) la mais velha (v.) respondeu; armai; serei; farei (n.) Pai; cavaleiro homem; mulher (não); guerras; de França com Aragão	do seu leal coração
1427	Ilha de S. Jorge	(v.) se apregoam (loc.) entre França e Aragão	(intrj.) ai de mim (adj.) pobre; velho (v.) acabarão; tenho; ter (n.) guerras; três filhas; um filho varão	(loc.) a filha mais moça (v.) responde; venham; quero ser; quero ir vencer (n.) armas e cavalo filho varão; as guerras; entre França e Aragão	por ter grande discrição
1428	Ilha de S. Jorge		(intrj.) ai de mim (adj.) pobre; velho (v.) acabarão; tenho; ter (n.) guerras; três filhas; um filho varão	(loc.) a mais moça (v.) respondera; dê; serei (n.) meu pai; o seu cavalo D. Varão;	com toda a deliberação
1429	Ilha Terceira	(v.) se apregoam	(intrj.) ai de mim	(loc.) a filha mais velha	com toda a resolução

		(loc.) entre França e Aragão	(v.) sou; não nas posso brigar; tenho; ser (adj.) velho (n.) sete filhos; (nenhum) barão	(v.) responde; Venham; serei (n.) armas e cavalo; filho barão	
1433	desconhecida		(intrj.) ai de mim (v.) sou; acabarão; tenho; ter (adj.) velho (n.) guerras; sete filhas; um filho varão	(loc.) a filha mais velha (v.) responde; Venham; serei (n.) armas e cavalos; seu filho varão	c´uma grande espertidão

ADROGINIZAÇÃO

Nº do texto versão	Local da distribuição	Seção temática						
		Questionamento do pai (*repetição)			Resposta - Solução da filha			Fala da filha (*refrão) / Narração
1378	Desconhecida	(v.) tendes conhecer- vos-ão	(n.) olhos ombros peitos mãos pés	(adj.) mui´lindos mui´ altos mui´ altos pequeninas delicados	(v.) passar pela; porei Sejam abaixarão Venha; faça Meterei Meterei; sairão	(n.) armada; olhos; no chão armas ombros alfaiate; jubão luvas botas	(adj.) pesadas justo compridas	*Venham armas e cavalo que eu serei filho barão.
1379	Bragança	(v.) tens	(n.) peitos barba na cara não	(adj.) grandes	(v.) Faça; faço ornar;	(n.) cano de prata; gibão peitos; telas do coração	(adj.) apertado	Sete anos andou na guerra como forte varão, conheceu-a Valdevinos, estando lendo a paixão, que levantou os olhos ao céu e murchos os baixou ao chão.
1380	Bragança	(v.) tens conhecerão	(n.) cabelo olhos peitinho pé	(adj.) crescido fagueirinhos crescido pequenino	(v.) Há; deitarem falarem, inclinarei Façam, encobrirão Façam, encobrirão	(n.) tesoura, terra, chão os (olhos); chão casaco bota	(adj.) largo comprida	Lá vai a filha mais nova, como sendo homem varão.
1384	Bragança	(v.) tende´ conhecerão	(n.) olhar pernas cabelo	(adj.) fagueiro delgadas grande	(v.) tendo não conhecerão; dea, engrossarão; dea, quer ver ir	(n.) casaco botas tisoura, chão	(adj.)	
1385	Bragança	(v.) Tendes conhecerão	(n.) cabelo olhos peito	(adj.) grande fagueiros grande	(v.) Dê, verá cair; olharem, lançarei Dê	(n.) tesouras, chão chão casaca, camelão	(adj.) (Do mais) fino	

1386	Bragança	(v.) Tendes conhecerão Tens	(n.) olhinhos peitinhos pé	(adj.) pretos grandes pequenino	(v.) inclinam-se; Fazem-se encobrirão Fazem-se encobrirão	(n.) olhinhos, chão fardas chão botas	(adj.) mais largas mais largas	Sete anos andou na guerra, camarada de um capitão; ò cabo de sete anos desconfiou o capitão.
1387	Vila Real	(v.) conhecerão dá vou mandar dar-te	(n.) cabelos olhos ombros filha, amor coração, um estalo. um dos criados, espada e cavalo.	(adj.) louros fagueiros altos	(v.) Dê, vê cair; olharem, olharei abaixarão	(n.) tesouras, chão chão peso, armas	(adj.)	E aquela menina amante um abraço ao seu pai deu; montando, foi para a guerra, e com valor combateu.
1388	Vila Real	(v.) Tendes conhecerão	(n.) cabelo olhos ombrinhos	(adj.) grande bonitos altos	(v.) Dê, deitarei; olharem, deitarei Dê, se abaixarão	(n.) tesouras, chão chão dragonas	(adj.) boas	
1389	Vila Real	(v.) tende´ conhecer- vos-ão	(n.) olhos ombrinhos pés	(adj.) fagueiros altos pequeninos	(v.) passar pela deitarei Dê, abaixarão apertem Meterei, sairão	(n.) gente, chão armas Correiinhas; coração botas	(adj.) bem pesadas apertadas	*Dê-me armas, ó meu pai, serei seu filho varão.
1390	Braga	(v.) tendes conhecer- vos-ão	(n.) olhos ombros mãos pé	(adj.) mui´ lindos mui´ altos muito lindas pequenino	(v.) passar por; botarei Dai, descerão Meterei, sairão Meterei; sairão	(n.) gente; chão armas luvas botas	(adj.) bem pesadas	
1393	Viana do Castelo	(v.) tendes conhecerão	(n.) cabelos peito pés mãos	(adj.) comprido alto pequeninos pequeninas	(v.) Deixai-me ver, caem; Meto, sairão Meto, sairão Meto, sairão	(n.) tesoura, chão colete butes luvas	(adj.)	

		Hades-te chamar	D. Carlos, D.Carlos de Montalvar					Dê-me cavalo e armas, diga-me como me hei-de chamar.
1394	Porto	(v.) Tendes conhecer- vos-ão	(n.) olhos peitinho cabelo	(adj.) fagueiros grande grande	(v.) passar por, botarei Dê, amarro Dê, deitarei	(n.) homens, chão forda, coração tesouras	(adj.)	
1395	Porto	(v.) Tendes conhecer- vos-ão	(n.) cabelo mãos pé peitos	(adj.) loiro pequeninas pequenino mui´altos	(v.) Dai, deito; Meterei, sairão Meterei, sairão Encolherei	(n.) tesouras, chão luvas botas coração	(adj.)	Dai-me armas e cavalo, serei seu filho varão.
1396	Porto	(v.) Tens conhecerão	(n.) cabelinho passinho olhinhos	(adj.) grande miúdo pequenos	(v.) Dê, vai; fazerei, for fazerei, for	(n.) tesouras, chão ocasião ocasião	(adj.) maiores maiores	*dê-me espadas e cavalo, qu´eu sirvo de capitão.
1397	Porto	(v.) Tendes conhecerão	(n.) pé peitinhos olhos cabelos	(adj.) pequeninho grandes pisqueiros grandes	(v.) veste-se, farão; dê, meto passar por, deito dê, vão	(n.) sapatos de homem; ligas, coração; homens, chão; tesouras, chão	(adj.) grandes	
1398	Porto	(v.) Tende´ conhecer-te- ão	(n.) cabelos ombros peitos pé olhos	(adj.) grandes mui´ altos mui´ grandes pequenino mui´ lindos	(v.) Dê; cairão Sendo, abaixarão Sendo, se sumirão Sendo, farão Andando, porei	(n.) chão armas coletes botas guerra, olhos, chão	(adj.) Pesadas; largos; compridas, compridos;	Bote-me, meu pai, bote-me, bote-me a sua bênção, que eu cá parto para a guerra no seu cavalo Rondão.
1399	Porto	(v.) Tendes conhecer- vos-ão	(n.) cabelo olhos mãos andar	(adj.) grande formosos pequeninas miúdinho	(v.) Mande vir, faço cair; Andarei, sairão calçarei, sairão Trarei, (nunca) mudarão	(n.) tesouras, chão chão luvas passo, pernas	(adj.) apressado	
1400	Guarda	(v.) Tendes	(n.) cabelo	(adj.) grande	(v.) Dê, vê-lo-á cair;	(n.) tesoura, chão	(adj.)	

		conhecer-vos-ão	pé peitinhos	pequenino grandes	dê; dê, meterei	suas botas sua fa´xa, alma, meu coração	forradinhas de algodão forradinha de algodão	
1402	Castelo Branco	(v.) Tens conhecerão	(n.) cabelo olhos peito andar	(adj.) m. forte fagueirinhos forte miudinho	(v.) Dê, deitarei; passar por, deitarei; Dê, uno; passar por, darei	(n.) seu tesouro, chão homens, chão sua cinta, coração homens, passo	(adj.) de ganhão	
1403	Castelo Branco	(v.) Tens conhecer-te-ão Chamarão-te D. Martinho, filho de el-rei D. João.	(n.) cabelo olhos peitos mãos andar	(adj.) mui´ belo mui´ fagueiros muito belos muito mimosas delicado	(v.) Venha, (se) quer ver; passar por, inclinarei Faça, abaixarão se me queimarão passar por, darei	(n.) pente, tesoura chão chão casaco (com) frio hombres, passo	(adj.) largo da geada de ganhão	Ó meu pai, se eu for à guerra, como lá me chamarão?
1404	Castelo Branco	(v.) Tende´ conhecerão	(n.) olhos cabelo pêlos passos	(adj.) bem belos bem belo bem belos miúdinhos	(v.) passar por, abaixarão dê, irá dê, abaixarão passar por, s´alargarão	(n.) hombres, tesoura, chão cinta de seda hombres	(adj.)	
1405	Castelo Branco	(v.) Tendes conhecer-vos-ão	(n.) cabelo olhos peitos mãos pé passo	(adj.) louro fagueiros crescidos mui´ mimosas pequenino miúdo	(v.) Dê, verei cair passar por, ferrarei Mande fazer, aperte; virá, calejarão; Dê, encherei; passar por, farei	(n.) tesoura hombres, chão justilho, coração vento e chuva suas botas, (de) algodão hombres, passo	(adj.) de ganhão	

		Filha, se fores à guerra como te lá chamarão?						D.Martinho de Avisado, filho do rei D. João.
1406	Castelo Branco	(v.) Tendes conhecer-te vão	(n.) olhos peitos passo	(adj.) bem fagueiros bem belos delicado	(v.) passar por, deitarei dê, cingo passar por, darei	(n.) hombre, chão toalha, coração hombre, passo	(adj.) de ganhão	
1407	Castelo Branco	(v.) Tens conhecer-te vão	(n.) cabelo olhos peitos passo	(adj.) tão grande tão bonitos tão grandes tão curto	(v.) Dêem, deito; passar por, baixarei; apertarei, metê-los passar por, darei	(n.) tesoura, chão gente, chão coração ruas, passos	(adj.) de ganhão	Foi recebida em casa do filho dum capitão.
1408	Beira Baixa	(v.) Tendes conhecer-vos-ão	(n.) olhos cabelo mãos pé passo	(adj.) grandes longo muito brancas pequenino miúdo	(v.) passar por, abatê-los-ei venha, vê-lo-eis cair virão, farão Venham, crescerão passar por, darei	(n.) homens, chão; tesoura, chão sapatos homens, passo	(adj.) d´oiro calmas, geadas negras grandes de malhão	
1409	Portalegre	(v.) Tendes conhecer-vos-ão	(n.) cabelo olhos peitos andar	(adj.) lindo lindos lindos lindo	(v.) Mandá-lo-ei, cortar, atarei; sair, pregarei há-de haver, faça desapertar, meter Há-de haver, faça for a andar, faça	(n.) listrão corte, chão alfaiate,gibão peitos, coração sapateiro, botas, andar	(adj.) de joelhão de moitão	e quando daqui me for D. Marcos me chamarão.
1410	Portalegre	(v.) Tendes conhecer-vos-ão	(n.) mão peitos cabelos	(adj.) muito finas mui´ grandes mui´grandes	(v.) terão, mandarei fazer, (nunca) sairão terão, mandarei fazer, (nunca) sairão terão	(n.) remédio, luvas; remédio, farda; remédio,	(adj.)	*dai-me armas e cavalos, que eu irei por capitão.

		Dou-te armas e cavalos e dou-te a minha bênção.			dai, vê-los-ão cair	tesoira, chão		
1412	Portalegre	(v.) *Como podes, filha minha, filha, como seres varão? Tens conhecerão	(n.) cabelo mãos peitos pés olhos	(adj.) muito grande pequeninas grandes pequeninos pequeninos	(v.) venha, (se) quer ver cair Venham, haverão Venham, fazer Venham, olharem, assento	(n.) tesoura chão luvas três alfaiates, gibão botas olhos, chão	(adj.) das maiores justo de cordovão	*Venham armas e cavalos, serei eu filho varão.
1413	Santarém	(v.) Tendes conhecer-te-ão	(n.) pés cabelo	(adj.) pequeninos grande	(v.) venha, (não) tirarão venha, vê-lo-á cair	(n.) bota pente e tesoura chão	(adj.) joalheira	
1414	Leiria	(v.) tendes conhecer-vos-ão	(n.) peitinho ombrinhos mão pé olhos	(adj.) alto altos pequenina pequenino azuis	(v.) Mande chamar, talhe Sejam, abaixarão Mete,(nunca)sairão Mete,(nunca)sairão passar por, deitarei	(n.) alfaiate, gibão armas, ombros luvas; botas homens, chão	(adj.) justo pesadas	
1415	Lisboa	(v.) Tens conhecer-vos-ão	(n.) cabelo olhos peitos pé passo	(adj.) grande fagueiros grandes pequenino miudinho	(v.) Dê, virá-o cair; passar por, inclinarei; dê, apertarei-a; dê, encherei-as; passar por, darei	(n.) pente e tesoura chão homens, chão sua cinta, coração suas botas, algodão homens, passos	(adj.) de ganhão	
1417	Lisboa	(v.) *Ó filha, nõ pode ser, filha do mê´ coração, tens	(n.) cabelo olhos peitos ombros	(adj.) munto grande bonitinhos munto grandes munto largos	(v.) olharem, inclin´-os Dê, aperta ajustarão	(n.) chão mê´colete, coração	(adj.)	*Dê-me espada, dê-me farda, ê´sou sê´filho varão.

		conhecer-te-ão				alfaiates, costas, farda		
1419	Faro	(v.) *Ó filha, não vais a guerra, não vais lá, não. Tens conhecerão	(n.) cabelo olhos ombros peitos pés	(adj.) muito comprido muito lindos muito altos muito altos muito pequenos	(v.) Venha, vê-los-ei cair; Venha, se taparão; olharem, olharei Venham, abaixarão Venha, talhe, Venham, acrescentarão	(n.) tesoura, pente, chão chapéu chão armas alfaiate, roupão veias do coração botas	(adj.) bem carregadas bom, ´pertadinho e chegadinho bem compridas	*Venham armas e cavalos, quero ser seu filho varão.
1420	Faro	(v.) *Não irás a guerra, filha, logo te conhecerão: tens	(n.) cabelo olhos peito mãozinhas pezinhos corpinho	(adj.) de mulher, de mulher, que d´homem não. de mulher, de mulher, que d´homem não. de mulher, de mulher, que d´homem não. de mulher, de mulher, que d´homem não. de mulher, de mulher, que d´homem não. de mulher, de mulher, que d´homem não.	(v.) Dê, deitarei; olharem, olharei; Mando fazer, aperte; Mando fazer (nunca) se descalçarão metê-los-ei, (nunca) se descalçarão farei, estreite	(n.) tesoura, chão; chão; peitilho, coração; luvas botas farda, compleição	(adj.)	*dê-me armas e cavalo, quero ir a Mazagão.
1421	Faro	(v.) * Filha minha da minha alma,	(n.) peitos	(adj.) de mulher, de mulher, que d´homem não.	(v.) Mando fazer, aperte;	(n.) peitilho coração	(adj.)	

		filha do meu coração, tendes	pés olhos cabelo	de mulher, de mulher, que d´homem não. de mulher, de mulher, que d´homem não. de mulher, de mulher, que d´homem não.	Venham, crescerão Andarei; Dê, vê-los-á cair	sapatos (de) um lado (ao) outro, chão; tesoura, chão	grandes	*Dê-me lança, coroa e ceptro qu´eu irei p´ra Mazagão.
1422	Faro	(v.) Tindes, conhecerão	(n.) cabelo olhos ombros peitos mãos pés	(adj.) grande muito pretos muito altos muito altos pequeninas pequeninos	(v.) Venha, cairá; estiver conversando se prantarão; são, abaixarão faz-se, abaixarão Metirão-se; (nunca) sairão Metirão-se, (nunca) sairão	(n.) tesoira, chão chão armas farda luva bota	(adj.) carregadas bem justa	Abalou conde-barão, logo foi p´ra camarada dum capitão.
1423	Ilha da Madeira	(v.) Tendes / Tende´ conhecer-vos-ão	(n.) cabelos olhos rosto, sem barbas rosto ombros peitos mãos quadris pernas pés nome	(adj.) compridos formosos mui´ alvo erguidos altaneiros pequeninas largos grossas pequeninos de mulher	(v.) serão; sei, são; direi, sou, virão queimarão sejam, descerão abaixarão parecerão Vão, (nunca) verão adelgaçarão Levo	(n.) tesoiras de talhar, (de) mulher nã mocinho, barbas três dias, caminho, sóis armas, ombros coiraça, peitos guantas saiote, homens armadura sapatos (não) botas	(adj.) cortados, rentes mais formosos pesadas cingidos calçadas, grandes Apertadas de ferro, de cordovão	Venham armas e cavalo, las guerras p´ra mim serão. Vestida de suas armas, montando seu alazão, foi la donzela p´r´ às guerras, que nem que fosse varão. No cabo de sete anos, pazes assentadas são, vestido de suas armas, montando seu alazão,

					Me chamarei, tomarão	D. Martinho homem		passou à corte de França D. Martinho infanção.
1424	Ilha da Madeira	(v.) Tendes / Tende´, conhecer-vos- ão Tereis, Tomareis	(n.) cabelos olhar peitos rosto mão e pé medo, nas batalhas amores	(adj.) compridos acanhado tão altos tão alvo pequenos	(v.) Venham, se cortarão; esteja(com), nã porei esconderão me porem, bastam farão saberei ser falem d´, pagarão	(n.) tesoiras, (nest´) hora homens, olhos, chão armadura dois dias de verão Guantes, sapatas mão e pé homem, lança na mão amores	(adj.) trigueira grossas, grandes bem caro	Deu-lhe armas e cavalo e também sua bênção e la deixou ir p´r´às guerras, por nã ter filho varão.
1427	Ilha de S. Jorge	(v.) Tendes conhecer- vos-ão	(n.) cabelo olhos ombros peitos mãos pé	(adj.) grande bonitos mui´ altos mui´ grandes fidalguinhas pequenino	(v.) Venha, vereis cair; falar, hei-de inclinar Venham, abaixarão Vou-me, fazer Metê-las-ei, (nunca) sairão Metê-los-ei, (nunca) sairão	(n.) pente e tesoura, chão (c´os) soldados, chão armas, ombros casa do alfaiate, gibão luvas botas	(adj.) carregadas apertado	Foi para casa do alfaiate, fazer apertado gibão, montou logo para a guerra, a brigar como varão.
1428	Ilha de S. Jorge	(v.) Tendes conhecer- vos-ão	(n.) cabelo olhos beiços orelhas peitinhos mãos	(adj.) grande mui´ lindos vermelhos furadas altos muito lindas	(v.) Dê, vê-los-ei cair; falar, inclinarei-os olhar, se cerrarão tirarei, se cerrarão vestirei, aperte	(n.) pente e tesoura, chão (c´os) soldados, chão soldados, beiços brincos, buracos farda, coração luvas	(adj.)	

			pé	pequenino	Metê-las-ei, (nunca) sairão meterei, (nunca)sairão	botas		Vai D. Varão para a guerra, com toda a deliberação.
1429	Ilha Terceira	(v.) Tendes conhecer- vos-ão	(n.) olhos ombros peitos mãos pés	(adj.) mui´ vivos mui´ altos mui´ altos pequeninas delicados	(v.) passar por, porei Venham, abaterão venha, encolherão Venham, ficarão Calçarei, (nunca) sairão	(n.) armada, olhos, chão armas, ombros gibão, peitos guantes de ferro botas e esporas	(adj.) bem pesadas apertado compridas	
1433	Desconhecida	(v.) Tende´ conhecerão	(n.) cabelo olhos ombros peitos pernas	(adj.) grande bonitos mui´ altos bem grandes bem grossas	(v.) Venha, vereis caí-lo olharem, abaixarei Dê, se abaixarão Venha, talhe Dai, (não) sairão	(n.) tesoura, chão chão boa armadura alfaiate, gibão botas	(adj.) largo bem altas	

PROVAS

Nº do texto versão	Local da distribuição	Seção temática									
		Narração intercalada (e repetida) / Pedido - Resposta (repetida) entre o capitão e a donzela	Queixa do filho	Resposta da mãe/pai/dos pais			Resposta da donzela				Final da prova
							Reação		razão		
				proposta	Razão – "se for mulher"				Homem	Mulher	
1378	Desconheci-da	D.Marcos como discreto	pai, mãe dor, coração olhos D. Marcos	Convidai(x4) ir ao pomar vá jantar (fazei mesa cercar) ir feirar nadar	(há-de) pegar sentar pegar dar	maçã cadeiras baixas fitas desculpas	foi mirar deixando foi buscar foi pegar se propôs a ir nadar	lima baixas altas adaga	bela lima cheirar (Que…) bela adaga brigar	lindas maçãs levar (Quem lhas pudera) belas fitas levar	e, recebendo uma carta, pôs-se a ler e a chorar.
1379	Bragança		madre namoro, (x2) morro, coração olhos Martuchinho	Leva (x3) horta (a colher) tenda (a comprar) poço (a nadar)	(há-de) colher e deixar agradar te podes informar	dalguma coisa			espadas, adagas c´Mouros pelejar	cintos, faixas apertar	
1380	Bragança	-Queres… ó alferes novo, comigo…?	Minha mãe d´amores(x2) morro coração	Convida (x4) jardim passear;	(há-de) inclinar	flores			junquilho verde, varar	linda florzinha cheirar	

		-Vamos lá, ó camarada, não haja que demorar! Ela, como senhora discreta	olhos alferes novo	vir jantar; tarde ir passear; irdes a banhar	ir sentar inclinar dar	mais baixo lenços alguma escusa	foi sentar	mais alto	(Que… para soldado) lindo bonezinho figurar	(Que… para senhora) lindo lenço assear	
1384	Bragança		pai, mãe dor, coração olhos D. Martinho corpo de homem, olhos de mulher	Convida (x7) ir ao tear ir ao pomar ir ao jantar ir a dormir ir à tenda (...) ir nadar	(há-de) apalpar arregaçar apegar não querer despir apegar (...) arrecear	linho baixos renda	- Que santalhos baixos para homem sentar, mas quem está em terra alheia deve-se d´acomodar. - Tenho feito juramento, jurei de o não cobrar, mentes andiver na guerra de mi´espada não tirar.		facas, espadas brilhar	fitas, rendas dar a namorar	
1385	Bragança		olhos D. Martinho minha mãe matar-m´-ão corpo de homem, olhos de mulher	Roga (x4) ir à tenda ir ´ó pomar dormir ir nadar	(há-de) inclinar-se arregaçar não querer despir arrecear	renda			facas e pistolas batalhar	Fitas luvar (Que lhas pudera)	
1386	Bragança	e ela, como discreta... O capitão, não satisfeito... O capitão, como fino...	Minha mãe, minha mãezinha, minha mãe do coração olhos Martuchinho	Convida (x4) ir jantar; põe bancos altos e baixos ir passear à praça, ver jóias	inclinar	às jóias	foi sentar	altos	Lindas espadas mouros brigar	lindas jóias de ouro se assear lindos ferros engomar	

		O capitão desfardou-se... O capitão saiu do rio...		rio ir nadar ambos ir dormir não deixes tomar o sono	acobardar		- Entre lá, meu capitão, que tem no primeiro lugar; eu, como seu camarada, tenho de o acompanhar. o camarada ficou-se e queria-se desmaiar... vieram-se para casa e trataram de se deitar. deitaram-se par em par e não puderam dormir.			
1387	Vila Real	O general e Leão Marques pelo campo passeavam, e, reparando bem nele, os seus olhos lhe agradavam.	pai, mãe morro do coração olhos Leão Marques	Convida (x4) ir jantar ir dormir ir feirar ir nadar	(há-de) assentar não querer despir agradar não querer deitar	no baixo o verde 	se assentou não tirou	mais alto ceroulas	lindas espadas d´ouro guerrear	lindos vestidos verdes luxar
							Tinha uma bota descalça e outra por descalçar.			
1388	Vila Real		minha mãe morro do coração olhinhos D. Carlos	Convida (x5) jantar dormir passear feirar nadar	(há-de) sentar não querer despir dar tentar não querer deitar	no baixo passos curtos lenços	“-Oh, que belos assentos, feitos com todo o vagar, como estão altos e baixos para mulher se sentar!” “-Tenho feito juramento, protesto em não o quebrar, enquanto servir el-rei, minha farda não tirar.” “-Oh, que belos passeios, feitos com todo o vagar, como eles estão planhinhos para mulher passear!” “-Oh, que belas esporas para um homem picar, oh que belo espadim para um homem guerrear!”			- Tenha lá mão, D. Carlos, que lhe trago que contar, tem a sua mãe na tumba e o seu pai a expirar.

1389	Vila Real		minha mãe morro, abafo do coração olhos D. Marques	Convida (x4) ir pomar feirar dormir nadar	(há-de) atentar atentar descobrir declarar	fruta jóias			bela cidra cheirar belo espandim brigar	bela fruta levar belas jóias levar	- Alerta, senhor D. Marques, não se bote a nadar, trago-lhe aqui uma carta, carta de grande pesar.
1390	Braga		minha mãe morro, abafo do coração olhos D. Cales	Convida (x2x4) passear feira nadar	(há-de) atentar atentar dar	flores fitas mil escusas			forte cidrão cheirar fortes alças e chapéus comprar	forte flor levar forte fita levar	
1393	Viana do Castelo	D. Carlos, como discreto, se pôs/pusera logo a considerar	senhora mãe morro(x2), do coração olhinhos D. Carlos	Convidai (x4) ir feirar ir jantar ir deitar ir nadar	(há-de) pegar sentar escusar retirar	fitas baixo das ondas	passou por foi pegar passou por foi sentar (...) descalçar pôs-se	fitas arma baixos alto (...) botas ler e chorar	bela arma atirar belo alto sentar		
1394	Porto		Minha mãe Jesus, morro, abafo do coração olhos D. Caetano	Convida (x4) dormir jantar	(há-de) descobrir assentar	(homem) cadeira mais alta	"Quando me deu esta espada, o meu pai fez-me jurar de sempre a trazer comigo, de nunca mais a largar e, enquanto durar a guerra, de nunca a desapertar." "Oh, que tão baixas cadeiras, p´ra homens não tem lugar, venham cadeiras mais altas, nestas não me hei eu sentar!"				

				ir à feira nadar	larga vai direito declarar	paus e espadas ourives anéis arrecadas	"Oh, que espada tão bem feita, até dá gosto empunhar, se eu acaso não tivera, esta havia de comprar!" (...)				
1395	Porto	O capitão dos soldados um grande amor lhe tomou; D. Barão, como discreto, de nada se receou. A donzela, por discreta, ...	Mi´padre, mi´madre dor do coração olhos soldadinho	Convida (x4) vá cear partir do pão bota cadeiras altas, baixas a par vá feirar vá dormir vá nadar	(há-de) partir mostrar assentar apegar descobrir dar	ao peito baixo baixas fitas desculpa	pegou estransi-nhou quis estar apreçar vestiu se deitou chamou entregou	faca de ponta pão e queijo mais alta espada camisa e ceroulas criado carta		belas fitas adornar	
1396	Porto		morro(x3) minha mãe do coração olhinhos D. Carlos	Convidai (x3) ir feirar ir jardinar ir nadar	(há-de) atentar atentar arrecear	fitas flores			lindas espadas de sargento guerrear lindas limas de sargento trajar	- lindas fitas moça trajar lindas flores cheirar	

1397	Porto		meu pai paizinho morro do coração olhos D. Martinho corpo de homem, olhos de mulher	Roga (x3) ir feirar ir jardinar ir nadar	(há-de) atentar atentar acautelar	ouro flores			rica espora de prata montar rico limão verde atirar	ricas prendas de oiro, gostar ricas limas doces gostar	
							"- Oh, que ao meu coração chega uma carta tão sentida; que o meu pai que é morto, minha mãe já não é viva!"				
1398	Porto	D. Carlos, como discreto,	minha mãe(x2) minha mãezinha, do coração olhinhos D. Carlos	Convida (x4) ir feirar ir ao quintal ir jantar ir nadar	(há-de) pegar pegar se sentar se abaixar	fitas fruta baixo	foi pegar foi pegar assentou pegou esfatiou	espada flor mais alto faca pão e queijo	bela espada guerrear bela flor para dama dar		
1399	Porto	- Que tende vós, ó meu filho, que tendes no coração?	Olhos de D. Caetano	Convida (x4) jantar dormir à feira nadar	 vai descobrir irá declarar	a mais pequenina cadeira bonecadas	"- Que tão pequenas cadeiras, quem nelas se há-de assentar? São próprias para mulher, p´ra homens não têm lugar." "- Foi juramento que fiz, enquanto a guerra durar, de nunca mais me despir e nunca me desapertar e esta espada entre nós dois por cautela há de ficar." "- Oh, que espada tão bem feita para qualquer empunhar! Se eu ao acaso não tivera, esta havia de levar" "- Cartas me chegam de longe, tenho meu pai a morrer"				vou pedir licença ao rei, não quero deixar de o ver.
1400	Guarda		olhos D. Martinho	Convida (x5) ir ao pomar	(há-de) chegar	doce	"- Oh, que fruta tão doce para um homem provar!"				

			senhora mãe matar-nos-ão corpo temível d´homem olhos de mulher	ir à feira passear jantar dormir nadar	chegar chegar não querer despir não se quer deitar	tendas baixos mar	"- Oh, que rocas, oh, que fitas, quem lhas pudera levar! - Oh, que bonitas espadas para um homem batalhar!" "- Oh, que cadeira tão baixa para um homem se assentar!" "- Tenho feito juramento, espero de o cumprir, de, enquanto andar na guerra, de ceroulas não despir."		
1402	Castelo Branco		minha mãe (x2) dói coração olhos Leonardo	Leva (x3)(x3) enfeirar jantar nadar	(há-de) agradar assentar arrecear	rendas baixo		lindos armamentos anda a guerrear	lindas rendinhas se enfeitar	
							"- Que cadeiras tão baixas para um homem se assentar, Dê-me daí o meu capote para mais alto ficar!" "- De terra lá donde eu sou nunca nadei nem vi nadar, deite-se, senhor, à água, que me há-de ir ensinar."			
1403	Castelo Branco		minha mãe ando triste penas no coração olhos D. Martinho	Leva (x2) jantar nadar	(há-de) agradar ao despir arrecear	baixos	"- Oh, que cadeiras tão baixas para o hombre se assentar; que guardanapos tão sujos para o hombre se alimpar!" "- Tenho um nó nas ceroulas, não o posso desatar."			
1404	Castelo Branco		olhos D. Martinho senhora mãe me matarão corpo de home´ olhos de mulher	Leva (x3) jantar dormir nadar	(há-de) assintar nã despir acobardar	baixos ceroulas	"- Oh, que trepeças tão baixas p´ra um home´s´assintar! Dê ´te cá o mê´ capote p´ra mais alto ficar." "- Eu, em casa de mê pai, nunca ceroulas despim; agora qu´ando por fora quero fazer mesmo assim." - Nade lá, mê´ camarada, qu´eu nã me posso demorar,			que tenho o mê pai doente e minha mãe a acabar.

1405	Castelo Branco	D. Martinho de Avisado	minha mãe, morro(x2) do coração olhos D. Martinho mi´madre matar-me-ão corpo tiene de homem olhos de mulher são	Convida (x4) jantar enfeirar dormir nadar	(há-de) assentar pegar não querer despir acovardar	baixo fitas	cadeira mandou chegar, com o seu capote em cima para mais alto ficar.	espadas finas guerrear	fitas (Quem lhas pudera) mandar	
							"-Tenho feito juramento, espero de o cumprir, de enquanto eu andar na guerra as ceroulas não despir."			
							primeiro o mandou entrar. -Ide vós mais adiante para me ires ensinar.			
1406	Castelo Branco		minha mãe morro do fundo do coração olhos Leonardo	Espromenta (x4) ir enfeirar ir jantar nadar vir dormir	(há-de) agradar sintar converdar não querer despir	fitas baixo		armas adagas guerrear	fitas (quem nas pudera) mandar	
							"Oh, que cadeiras tão baixas para hombre se assintar, ponho mais o meu capote para mais alto ficar."			
							"-Eu, quando saí de casa, eu fiz um juramento, que nunca me havia de despir durante o meu tempo."			
1407	Castelo Branco		olhos Leonardo mãe minha matar-me vão corpo de homem olhos de mulher	queres conhecer(x3) leva a uma loja comprar trá-lo a jantar leva a nadar	(há-de) agarrar agarrar alimpar acobardar	fitas assentos mais baixos panos mais sujos		espadas e adagas guerrear	fitas bonitas se enfeirar	
							"- Oh, que cadeiras tão baixas para um homem se assentar, oh, que panos tão sujos para um homem se alimpar!"			

1408	Beira Baixa	D. Martinho, de avisado	olhos D. Martinho minha mãe matar-me-ão corpo de homem olhos de mulher	Convida, um dia (x5) para o pomar para o jantar feirar dormir nadar	(há-de) apegar assentar apegar não querer despir acovardar	agro bancos fitas	foi lançar mandou chegar foi lançar às espadas foi logo descalçar foi logo descalçar	ao doce cadeiras	“-Oh, que cadeira tão baixa para um homem se assentar!” espadas pesadas guerrear - Tenho feito juramento, espero de o não quebrar, enquanto eu andar na guerra as ceroulas não tirar. Tenho feito juramento, protesto de o cumprir, enquanto eu andar na guerra a camisa não despir e espada de meu pai entre nós há-de dormir. - Entre, entre o cavaleiro, já o vou acompanhar.	fitas (quem lhas pudera) levar	
1409	Portalegre	D. Marcos, como discreto, não deixou de suspeitar,	Madre mi´a (x2) morro de amores olhos D. Marcos	Queres saber (x3) trá-lo a jantar (bota cadeiras baixas) convidai ir à feira passear leva-o a banhar	(há-de) pegar escusar	fitas águas	foi passando pelas baixas foi sentar nas altas Tinha uma bota descalça e outra por descalçar,	belas espadas na guerra lidarem	lindas fitas adornarem	quando lhe veio por notícia [… …]
1410	Portalegre		minha mãe (x2) olhos D. Martinho a mim me matarão	se o queres experimentar (x3) convida jantar leva enfeirar	(há-de) assentar agarrar	baixas fitas		belos assentos p´ D. Martinho se assentar belas espadinhas brigar	belos assentos ofertar belas fitas verdes adornar	

			feitos de homem, olhos de mulher	convida nadar	acobardar		- Nade o capitão primeiro, p´ra me poder ensinar;			
1412	Portalegre	D. Varão, por ser tão fino, logo soube retirar,	meu padre, mê madre morro sem confissão olhos D. Varão	convida (x3) vir jantar (põe cadeiras altas e baixas) ir passear ir nadar	(há-de) dar dar	desvio desvio	passou pequeninas foi assentar altas Mandou buscar capote p´ra mais alto ´inda ficar			
1413	Portalegre		olhos D. Martinho senhora mãe matar-me-ão feitos de homem olhos de mulher	se queres saber, leva(x3) jantar feira nadar	(há-de) agarrar agradar afastar	baixos prendas	- Oh, que tão baixos assentos p´ra um homem s´assentar! Vou dobrar o meu capote para mais alto ficar.	belas espadas batalhar	belas prendas mandar	
							- Perdoai-me, senhor capitão, bem me pode perdoar, os homens da minha terra nunca souberam nadar.			
1414	Leiria	D. Marques, por discreto, se pôs logo a considerar,	minha mãe, morro, abafo do coração olhinhos D. Marques	se queres saber, convida (x4) feira ir passear jardim jantar	(há-de) agarrar agarrar sentar	fitas cidras mais baixo	passou fitas foi agarrar espadas passou cidras foi agarrar maçãs passou baixas	espadas bonitas soldado guerrear maçãs bonitas apanhar	fitas bonitas madame luxar cidras bonitas cheirar	

				ir nadar	arrecear	águas	foi sentar mais altas tinha uma bota descalça, outra por descalçar.	"Oh, que cadeiras tão baixas para um soldado se sentar, cada qual na terra alheia comerá do que achar!"	
1415	Lisboa		minha mãe morro(x2) do coração olhos D. Martinho	Convida (x4) ir a jantar ir a feirar ir a dormir ir a nadar	(há-de) assentar agarrar não querer despir acobardar	baixos fitas	"- Oh, que lindos assentos p´ra uma dama s´assentar, eu porei o meu capote para mais alto ficar."		
								lindas espadas garrear	lindas fitas p´r´ manas mandar
							- Tenho feito um juramento, faço tenção d´o cumprir, enquanto andar na guerra ciroulhas não despir.		
1417	Lisboa	D. Carlos, como era descreto, sem ninguém no espreitar	minha mãe(x3) do coração olhos D. Carlos	Convida (x3) jardim jantar dormir	(há-de) pegar assentar não querer despir	rosas assentos baixos		lindos cravos chê´rar	lindas rosas enfeitar
							(...)		
							fingiu uma dor de dentes e andou toda a noite a passear.		
1419	Faro	D. Barão, como esperto,	meu padre e meu madre me queiras perdoar olhos D. Barão	convida (x4) ir passear a um jardim jantar [… …] dormir nadar	(há-de) ir apegar sentar [… …] s´ envergo-nhar	rosas cadeira mais baixa no despir	- Ai, que rosas tão bonitas p´r´ às madamas se enfeitarem. As minhas irmãs lá tão longe e eu as não poder mandar.		Tirou uma carta da algibeira, pôs-se a ler e a chorar.
							foi assentar mais alta - Inda pôs capote debaixo para mais alto ficar.		
							[…. …]	Armas para na guerra manejar	
							- Eu tenho sarna castelhana, que não posso sossegar.		
							Pôs-se sentada na areia (...) com uma meia calçada, outra meia descalçar.		

1420	Faro	O capitão dos soldados um grande amor lhe tomou, Martinho, como discreto, de nada se receou.	minha mãe da minha alma, morro-me do coração olhos D. Martinho	Convida p´r´ò jantar bota cadeiras altas e baixas a par" leva a passear leva-o a enfeirar convida-o a banhar	(há-de) cortar sentar enlevar pegar recusar	pão ao peito baixas flores fitas	pegou faca de ponta quartejou pão e queijo foi passar baixas desprezando todas foi sentar altas ("-Belas flores ... às damas ofertar..." - *fala do capitão*) - As damas, se las quiserem, elas que as venham buscar. ("-Belas fitas... às damas enfeitar..." - *fala do capitão*) - As damas, se querem fitas, elas que as venham comprar. foi-se logo descalçar.				
1421	Faro	-Ó D. Marcos, ó D. Marcos, comigo vinde…! -Pronto, pronto, ó meu príncipe, sempre pronto ao teu mandar! Leonor, como entendida, …	querido pai da minha alma, minha mãe do coração olhares D. Marcos	Convida (x5) jantar partir do pão caçar vá dormir no jardim a passear; vá nadar	(há-de) mostrar acanhar descobrir pegar desculpar	partir ao peito por forças cravos	foi sentar pegou cortar saiu foi caçar vestiu se foi deitar gracejar foi montar	mesa faca pão ao largo caminho matos camisa e ceroulas com ele no cavalo	lindas rosas belas rosas cheirar	lindos cravos levar	O príncipe entrou na água, Leonor a passear.
1422	Faro		mim padre, mim madre, d´amores morrendo	convida (x3) ir a função feira	(há-de) assentar apegar	mais baixas fitas	sentou-se mais baixas		lindas lanças brigarem	lindas fitas gozarem	

		Conde-barão, como entendido, …	conde-barão olhos	ir lavar ao mar	acanhar	ao despir	Tinha uma bota calçada, a outra em meio descalçar, levou as mãos ao rosto e prantou-se a chorar.	
1423	Ilha da Madeira	Filho d´el-rei mal lo viu/que tal ouve, morto ficou / fica de paixão e, chegando a palácio, pede à mãe sua bênção e lhe conta, em segredo, pena de seu coração. - Vinde,senhor D. Martinho… D. Martinho, d´avisado, nã se deixou enganar.	olhos D. Martinho minha mãe me matarão corpinho daquele homem olhos de mulher	convida (x5) merendar mercados comprar ir no jardim passear se deitar ir no rio nadar	se vai sentar (há-de) enfeirar enfeitar negar negar	de estrato corais cravos	(-Vinde...neste estrado...podeis assentar. *fala do capitão*) "- **Lindo estrado** p´ra **damas**...Estrado **não** é p´ra **homens**, nã me sei ´í ajeitar." (- ...vermelhos corais...podeis enfeirar. - *fala do capitão*) "- **Lindos corais** são p´ra **damas**...**não** servem p´ra **homens**, que só **gostam de pelejar**." (- ...cravos...lindos, ...podeis enfeirar. - *fala do capitão*) "- **Lindos cravos** são p´ra **damas**...los **homens** não querem cravos, mas **roasa** p´ra **desfolhar**." (-Vinde...nesta cama...cabemos a par. - *fala do capitão*) "-**Linda cama p´ra mulher**, ...mas **dois homens numa cama**? Quem los **mandara açoitar**!" (-Vinde...nestas águas corredias ambos podemos brincar. - *fala do capitão*) "-**Águas doces** são p´ra **damas**, ... nã servem p´ra **homens**, senão **águas de la mar**.	Filho d´el-rei que tal ouve, morto fica de paixão, nã foi sequer la palácio, pedir à mãe la bênção, desatou a suspirar penas do seu coração.
1424	Ilha da Madeira	D. Martinho, por discreto, …	minha mãe aqueles olhos olhos D. Martinho mau cabo de mim darão	Desafiai-lo (x4) passear namorar na taberna folgar nadar	(há-de) falar falar não querer aceitar não querer aceitar	de galas de homens	conversar de armas conversar de moças pronto a entrar primeiro lo manda entrar e, logo que lo vê na água, Martinho a caminhar.	

1427	Ilha de S. Jorge	D. Varão, como discreto	minha mãe trago mágoas dentro do meu coração olhos D. Varão	Convidai (x5) pomar jantar (cadeiras altas e baixas; pão) à botica dormir nadar	(há-de) apegar se assentar levar (o pão) apegar não querer despir não querer botar	maçã nas baixas ao peito fitas	foi mirar assentou levou apegou	cidra mais altas ao punho espadas	rica cidra cheirar rica espada brigar	ricas maçãzinhas merendar lindas fitas enganar	
							começou a descalçar, naquela noite seguinte, as guerras a começar. começou-se a descalçar.				
1428	Ilha de S. Jorge	O filho do rei, indo à caça, logo disse a sua mãe: D. Varão, como discreto pelas ... não quis dar.	Olhos D. Varão de mulher, de homem não. - Ó minha querida mãe, já não há que experimentar!	Convidai (x5) vir jantar ir ao quintal ir à botica ir dormir ir nadar	(há-de) apegar apegar apegar não querer despir não querer botar	couve maçã fitas	pegara de começara de gastar pegara começara de o gabar pegara começou de o gabar	pão e carne limão doce pano fino	 “- Que rico limão cheiroso, para moças enganar!” “- Oh, que rico pano fino para uma farda talhar!”		-
							(- É meia-noite passada, outra meia para vir ... vamo-nos deitar a dormir. - *fala do capitão*) - Deixe-me, senhor amigo, não me queira afrontar, que na casa aonde habito por mim estão a esperar. em bragas se foi botar, levou-o lá tanto fora, arriscado a o matar.				

1429	Ilha Terceira	A donzela, por discreta, ...	Senhor pai, senhora mãe, grande dor coração olhos conde Daros	Convidai (x4) ir ao pomar jantar feirar nadar	(há-de) pegar encruzar pegar escusar	maçã estrado fitas convite	(foi) apanhar sentar comprar	camoês altos adaga	belos camoeses cheirar bela adaga brigar	lindas maçãs levar lindas fitas levar	Traz-lhe o seu paje´ uma carta, pôs-se a ler e pôs-se a chorar.
							começou-se a desnudar.				
1433	Desconheci -da		meu padre, minha madre, me fino de paixão olhos D. Varão	Convidai (x4) jantar à feira ir enfeirar para o jardim passear ir nadar	(há-de) assentar agarrar apanhar acobardar	chão fitas flores	Foi p´r´ à mesa, cadeira mandou chegar, pôs capa para mais alto ficar.				- Ide embora, cavaleiro, que eu sem vós não nadarei; se a espora era de prata, de oiro fino lha darei. (*fala do capitão*)
									espadas valentes guerrear	fitas bonitas enfeitar	
							-Que lindas flores ... às damas ofertar! - *fala do capitão*) - Pois se elas quiserem, que as venham cá buscar!				
							- Entrai, entrai, cavaleiro, já o vou acompanhar, perdi a espora de prata, atrás a vou procurar.				

DESFECHO

Nºdo texto versão	Local da distribuição	Seção temática		
		Capitão/Narração	Donzela	Encontro com o pai/ Narração
1378	Desconhecida	Que mágoa/infortúnio/aflição lágrimas que te arranca, te lacera o coração Partem, chegam ao castelo, - Conheci-o pelos olhos, que por outra cousa não.	Novas me chegam agora, novas de grande pesar, minha mãe é morta, meu pai vai a enterrar sinos da minha terra parece que ouço dobrar duas irmãs que tenho ouço ao longe lamentar Para servir-lhe de amparo devo ao castelo tornar monta, monta, cavaleiro, temos tempo de chegar e, rindo ao seu capitão, D. Marcos assim falava: Se me quiser namorar, ó tão lindo capitão, venha a casa de meu pai, porém isso na guerra isso não. É, senhor, genro vosso, se o quiserdes aceitar. Sete anos andou na guerra este meu filho barão e ninguém o conheceu, se não o seu capitão.	o pai à janela estava - Ó meu filho, quem é esse que vos vem acompanhar?
1379	Bragança	- Espera, espera, Martucho, que te quero acompanhar.	- Entra, entra, Valdevino, que eu me estou a desapertar. Olá, olá, Valdevinos, querias ser o meu amor; andei sete anos na guerra, ´inda levo a minha flor. De lombeiro em lombeiro ainda me podes avistar.	
1380	Bragança		Tristes novas me vieram que lhes não posso faltar meu pai já era morto, minha mãe estava a acabar. Fica-te tu, ó rei mouro, tu e o teu batalhão, sete anos andei na guerra sem saber s´era home´ou não!	
1384	Bragança		Tristes novas me chegaram nas asas de um passarinho minha mãe já era morta e meu pai estava partindo. Há sete anos que ando na guerra, servo el-rei, meu senhor, Hoje acabam nos sete anos… Pisa o potro, Leonor!	
1385	Bragança		sete anos andei na guerra, servir o rei, meu senhor; agora querem que eu nade… Toca o potro, Leonor!	
1386	Bragança	Logo a pela manhã, tratar de se despedir.	Adeus, ó meu capitão, eu já o não posso servir vou-me para minha casa, a guerra não posso resistir.	

1387	Vila Real	O general e Leão Marques em casa dos pais entraram e dali a poucos dias as bodas se celebraram.	Vou-me embora, porque tenho o meu pai para enterrar.	
1388	Vila Real		Os sinos da minha terra aqui os ouço tocar. as seis manas que eu tenho aqui as ouço chorar! Sete anos servi el-rei, sem ninguém me desonrar; outros sete anos servira, se não fora o ir nadar. Eu sou D. Leonor, (...) quem quiser casar comigo, venha a casa de meu pai.	
1389	Vila Real		(...) - Viva dona Leonor, que sete anos serviu a guerra e vai a mesma flor!	
1390	Braga		Adeus, que me vou embora, adeus, meu conde e senhor; há dois anos que o serve esta dona Leonor.	
1393	Viana do Castelo	- Tu que tens, ó D. Carlos, D. Carlos de Montalvar?	minha mãe é morta, meu pai está a enterrar, de sete manas que tenho aqui as ouço chorar, sinos da minha aldeia aqui os ouço tocar. Sete anos andou na guerra D. Carlos de Montalvar, e outros sete andaria se não fosse o ir nadar.	
1394	Porto		Chega me agora esta carta, meu pai está a morrer; vou já pedir ao meu rei que me deixe eu i-lo ver. Sete anos andei na guerra, se mulher vim, mulher vou; ⌈...⌋ Honrada vim, honrada sou. ⌈...⌋ Adeus Carlos, meu amor, que dormiste sete anos com a dona Leonor.	
1395	Porto	- Montai-vos, ó D. Barão, que eu vos vou acompanhar. Lá chegando à sua terra, viu seu pai a passear.	Novas me chegam agora, novas de negro pesar e os sinos da minha terra já ouço repenicar, ou meu pai que já é morto, ou está para enterrar. - Um genro de vossemecê, se o quiser aceitar.	- Que foi isso, D. Barão, quem vos vem acompanhar?
1396	Porto		Sete anos andei na guerra sem ninguém nada dizer; ao fim dos sete anos, um capitão me veio a conhecer.	
1397	Porto		De seis irmãs que lá tenho, aqui as ouço chorar; sinos da freguesia aqui as ouço tocar. Avança, meu cavalo, avança, que ainda hoje lá vais dar.	

			sinos da freguesia aqui os ouço tinir. Avança, meu cavalo, avança, que ainda hoje lá hás-de ir. - Aqui tem, ó meu paizinho, pô´s, a sua filha varão; o tempo que andou na guerra, sete anos e um verão ninguém me lá conheceu se não o senhor capitão.	
1398	Porto		sinos da minha freguesia aqui os ouço tocar; minha mãe que está a morrer e o meu pai a enterrar.” Adeus, adeus, praça d´armas, adeus, meus nobres senhores, em sete anos que vos serve esta nobre Leonor. Honra trouxe da minha terra, honra torno a levar; quem comigo quiser casar, vá-me à minha terra buscar. - Trago aqui um genro, se o quiser aceitar.	
1399	Porto		Adeus, adeus, ó D. Carlos, cá vai D. Leonor, sete anos andei na guerra e vai ainda a mesma flor.	
1400	Guarda		sinos da minha aldeia aqui os sinto tocar, quem comigo quiser casar a casa do meu pai me venha procurar. -Abra-me as portas, meu pai, abra e venha-me ver, sete anos andei na guerra sem ninguém me conhecer. -Abra-me as portas, meu pai, abra-as com grande alegria, sete anos andei na guerra, trago minha bigarria!	
1402	Castelo Branco		sete anos andei na guerra, sete anos e um verão, sem nunca me conhecer o filho de um capitão. Cartas me estão a vir, cartas estão a chegar, meu pai é morto, minha mãe, acabar. Quem por mulher me quiser, a casa de meu pai me irá buscar.	
1403	Castelo Branco		Cartas me estão a vir, cartas estão a chegar; tenho minha mãe morta e meu pai está a acabar. Dê cá a minha almofada, quer´ ver se `inda sei coser. sete anos andei na guerra, sem ninguém me conhecer. Deixe ver minha tesoura, quer´ ver se `inda sei cortar. Sete anos que andei na guerra sem ninguém me difamar.	

1404	Castelo Branco		Se me quiser alguma coisa, a casa de mê pai me vá prècurar. Dê´te cá a minha almofada, quero ver se `inda sei coser; sete anos andei na guerra sim ninguém me conhecer, só o filho duma viúva andava p´ra m´intinder.	
1405	Castelo Branco		Cartas me vêm da terra, cartas de grande pesar; meu pai é morto, minha mãe está a acabar. Tenho seis irmãs mais novas, quero-as ir amparar. venha a casa de meu pai se comigo quer casar. Sete anos andei na guerra, sete anos por capitão, sem ninguém me conhecer se eu era mulher ou não.	
1406	Castelo Branco		Cartas me vêm do céu, cartas me estão a chegar, meu pai já morreu, minha mãe está a acabar. Se me quiserem perguntar, a casa do meu pai vão falar.	- Menina que está no meio dê o ponto miudinho, `inda espero de romper, das suas mãos, num colarinho.
1407	Castelo Branco		Cartas me vêm do céu, cartas de muito pesar, tenho a minha mãe morta e meu pai está a acabar. – Alto, alto, meus criados, meus cavalos a ferrar, que jornada de três dias numa hora se há-de andar. Sete anos andei na guerra com o filho de um capitão, sem nunca me conhecer se era mulher ou varão!	
1408	Beira Baixa		sinos da minha terra aqui os ouço tocar; minha mãe já morreu, meu pai se está a finar; de sete manas que tenho aqui as ouço gritar. - Abra-me as portas, meu pai, de todo o seu coração.! Sete anos andei na guerra sem me conhecer varão, mas só no fim dos sete anos conheceu-me o capitão; conheceu-me pelo riso, que por outra coisa não.	
1409	Portalegre	quando lhe veio por notícia [… ...] que sua mãe era morta e seu pai a acabar; que tinha seis irmãs órfãs e as queria ir a amparar. - Montai vos, ó D. Marcos, que vos quero acompanhar.	- Sete anos andei na guerra sem ninguém me conhecer; dêem cá almofada a ver se `inda sei coser.	

1410	Portalegre		quem quiser casar comigo vá ao palácio real, sou filha de D. Martinho, neta de dona Guiomar.	
1412	Portalegre	- O que tens, ó D. Varão, estás a rir, estás a chorar?	- Tenho um nó nestas ceroulas, não no posso desatar; sinos da minha terra já os ouço aqui tocar, o meu pai já é morto, minha mãe vai a enterrar. Monta, cavaleiro, amonta, se me queres acompanhar, duas manas que lá tenho bem nas ouço aqui chorar.	
1413	Santarém		Uma carta me chegou, outra me vem a chegar, meu pai é morto e não me posso demorar. Duas irmãs que eu lá tenho, quero-as ir amparar; se alguma coisa me quiser a casa de meu pai me vá procurar. - É um senhor genro seu se o quiser aceitar. Sete anos andei na guerra, sete anos e mais um verão; ninguém me conheceu, senão o senhor capitão; conheceu-me pelos olhos, que por outro modo não.	- Diz-me, ó minha filha, 「...」 que cavaleiro é aquele que além vem a cavalgar?
1414	Leiria		- Ala ala cavaleiro, se me queres acompanhar, até agora era D. Marques e agora Maria d´Aguiar Se quiseres casar comigo, a casa de meu pai me irás buscar!	
1415	Lisboa		Cartas me vêm do céu, cartas de grande pesar, minha mãe já é morta e mê´pai está a acabar. Duas manas que lá tenho oiço chorar. Acima, acima, capitão, se me quer acompanhar; se quiser casar comigo, a minha terra me vá buscar. - Deus vos salve, ó querido pai, na sala do seu jantar. - Sete anos fui soldado sem ninguém me conhecer senão o meu capitão, que vem p´ra m´arreceber.	-Vem com Deus, minha filha, que tão bem sabes falar.
1417	Lisboa		Sete anos andei em guerra, outros sete em Cargão (Aragão), ninguém me conheceu por mulher senão o meu capitão.	
1419	Faro	- Que tens, ó Barão, que estás posto a chorar?	- É o sino da minha terra que aqui o ouço a tocar. Foi o meu pai que faltou, minha mãe que está a acabar. Se queres ser meu amigo leal, trata de me acompanhar. - É seu genro, meu pai, e das minhas manas cunhado.	

			Sete anos andei na guerra, sete anos lá andi, eu fui virgem e voltei virgem como a hora em que nasci.	- Quem é esse cavaleiro, minha filha, qu´ aí trazes ao vosso lado?
1420	Faro	- Parai, ó meu cavaleiro, que vos quero acompanhar, quando chegarmos a casa contigo quero casar.	Cartas me caem do céu, cartas me estão a chegar, talvez meu pai seja morto, ou minha mãe a acabar. As seis manas que lá tenho as vou a amparar. Adeus ó meu capitão, adeus que vou a marchar.	
1421	Faro	- Vinde, vinde, ó D. Marcos vinde p´ra dentro do mar. (x2) - Antes que chegues à porta, chegarei ao teu portal, irei pedir-te ao teu pai, contigo quero casar.	– Banhai, príncipe, banhai, tenho o corpo a suar. - Banhai, príncipe, banhai, qu´eu me vou a caminhar; sinos da minha terra aqui os ouço dobrar talvez meu pai seja morto, minha mãe a enterrar; tenho seis irmãs mais novas, quero-as ir amparar. - Adeus, meu príncipe, adeus, adeus, meu querido senhor. sete anos andou em guerra o soldado Leonor.	
1422	Faro	- O que tens, conde-barão, que estás posto a chorar? - Monta(x2), cavaleiro, qu´eu te vou acompanhar até a casa de teu pai eu te irei a levar.	- Vê´-me agora à relação (…) meu pai estava morto e minha mãe estava a acabar - É um genro seu, se o quiser aceitar. Andei sete anos na guerra, em companha dum batalhão, ninguém me conheceu pelos olhos, senão este capitão.	- Que cavaleiro é esse, filha, que te vem acompanhar?
1423	Ilha da Madeira	– Vossos olhos, D. Martinho, sabei-lo, me matarão, no corpinho sereis homem, los olhos de mulher são. D. Martinho, namorado, nã pode dizer que não. Nisto vem um mensageiro uma carta lhe entregar. - Que tendes vós, D. Martinho, que tanto vos faz chorar? Filho d´el rei, que tal ouve, já nã morre de paixão e lá se vai a palácio, tomar da mãe la bênção; lá se vai com D. Martinho, sem penas no coração.	- Sete anos andei nas guerras de França contra Aragão; suspeitastes-me dos olhos, mas doutras suspeitas não. - Esta carta que me diz que meu pai está a acabar e duas irmãs que semos, semos ambas por casar; Se quereis sê´lo meu marido, minha mão vos quero dar.	

1424	Ilha da Madeira	- Onde ides, D. Martinho, assim me deixais ficar? - D. Martinho, ou Martinha, que nome vos hei-de dar?	- Cá me vou p´ra minha terra, meu pai me manda chamar. - Se Martinho, se Martinha, ide lá adivinhar. Andei sete anos nas guerras de França com Aragão, conheceram-me nos olhos, mas doutras maneiras não.	
1427	Ilha de S. Jorge		novas me acabaram de chegar, meu pai era morto, minha mãe para acabar. - Acompanhe-me(x2), se quereis me acompanhar, sete anos servi el-rei, em palácio a brigar, virgem vim virgem vou, o filho do rei como asno ficou, se quiser casar comigo, siga-me por onde eu vou.	
1428	Ilha de S. Jorge	Viu um barquinho na água, começou de navegar.	- Donzela vim e donzela vou, o filho do rei como asno ficou.	
1429	Ilha Terceira	Chegavam a uns altos paços, foram-se logo apear.	Novas me chegam agora, novas de grande pesar, minha mãe é morta, meu pai se está a finar; sinos da minha terra estou a ouvir dobrar e duas irmãs que eu tenho as oiço chorar. Monta, monta, cavaleiro, se me quer acompanhar! - Senhor pai, trago-lhe um genro, se o quiser aceitar; foi meu capitão na guerra, de amores me quis contar; se ainda me quer agora, com meu pai há-de falar. Sete anos andei na guerra e fiz de filha barão; ninguém me conheceu, senão o meu capitão; conheceu-me pelos olhos, que por outra cousa não.	
1433	Desconhecida		sinos da minha terra eu bem os oiço tocar, ou minha mãe está morta, ou meu pai a enterrar. Monta, monta, cavaleiro, se me queres acompanhar, serás genro de meu pai, se me quiseres aceitar. Sete anos fui à guerra, sete anos fui varão, nunca me pôde enganar o filho de D. João.	

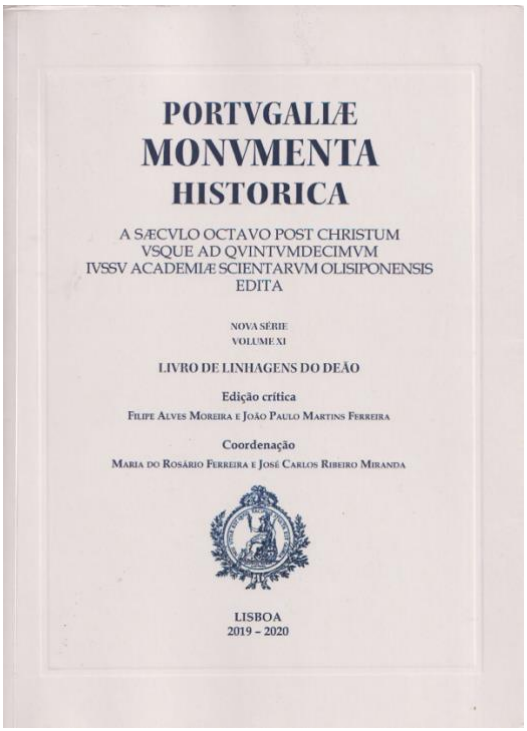
RECENSÕES & INFORMAÇÕES

APRESENTAÇÃO DE LIVRO

Autor:
Mariana Leite
marianna0leite@gmail.com

Título:
Filipe Alves Moreira & João Paulo Martins Ferreira, *Livro de Linhagens do Deão*, «Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, Volume XI», Lisboa, Academia das Ciências, 2019-2020.

Como citar esta apresentação:
Mariana Leite, «Apresentação de Filipe Alves Moreira & João Paulo Martins Ferreira, Livro de Linhagens do Deão, Lisboa, Academia das Ciências (série Portugaliae Monumenta Historica), 2019-2020», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, vol. 6, 2021, pp. 197-201.
DOI: 10.21747/21839301/gua6ap



Filipe Alves Moreira
&
João Paulo Martins Ferreira

Livro de Linhagens do Deão

Lisboa
Academia das Ciências
(*Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série*)

Mais do que uma mera recensão de uma louvável iniciativa editorial, esta apresentação reflete, em grande medida, o resultado de se ter acompanhado, com mais ou menos proximidade, o seu desenvolvimento e realização. É, por isso, uma recensão e testemunho do trabalho meticuloso que os dois editores realizaram no âmbito de um projeto de investigação que envolveu uma equipa da qual pude fazer parte: o projecto MELE - *Da Memória Escrita à Leitura do Espaço*, vigente entre 2018 e 2022. Foi neste contexto que, entre 2019 e 2020, veio à luz uma nova edição de um dos nobiliários portugueses medievais: o chamado «Livro do Deão». A tarefa de fixação textual, assumida laboriosamente por Filipe Alves Moreira, especialista da historiografia portuguesa e ibérica do final da Idade Média e início da Modernidade, foi complementada, no tocante aos extensos índices e informação histórico-genealógica, por João Paulo Ferreira, historiador especialista em nobreza medieval peninsular.

Como se pode ler na incisiva «Apresentação» da autoria de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, professor da Faculdade de Letras e membro da Academia das Ciências, esta iniciativa não se limita a ser uma continuação da designada «Nova Série» dos prestigiados *Portugaliae Monumenta Historica*; na verdade, surge pela necessidade de colmatar as lacunas materiais decorrentes da passagem do tempo – recordemos que a edição, realizada em 1980 por José Mattoso e Joseph Piel, se encontra esgotada há muito – mas também, e mais pertinentemente, pelo facto de o acesso a materiais disponíveis para a edição – os testemunhos manuscritos e impressos – ter avançado significativamente nos últimos 40 anos.

De facto, os três livros de linhagens portugueses – o *Livro Velho de Linhagens* e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, para além do *Livro de Linhagens do Deão*, objecto

da presente edição – contam agora com uma base textual muito mais larga do que a disponível aquando das edições anteriores, do início da década de oitenta, permitindo uma fixação do texto mais ponderada e fundamentada, ou seja, «capaz de pôr à disposição do público textos mais próximos daqueles que teriam sido os originais dessas mesmas obras», fundamentalmente o grande objetivo do trabalho de edição crítica de textos antigos. A presente iniciativa editorial contou, por isso mesmo, com o apoio empenhado do professor José Mattoso, que fez questão de contribuir com os seus materiais de investigação pessoais para que essa tarefa se tornasse possível, permitindo uma continuidade nos estudos medievais exemplar e rara na investigação em Portugal.

A nova edição do *Livro de Linhagens do Deão* agora disponível cumpre, satisfatoriamente, todos os critérios acima enunciados. Embora o índice global seja comedido, distingue-se esta edição por ser acompanhada de um estudo introdutório em que os editores expõem com argumentação minuciosa os seus procedimentos, começando, evidentemente, com a ponderação da tradição manuscrita e impressa. Ao conferirem, e com propriedade, idêntico relevo tanto a manuscritos como a impressos – quer aos até agora desconhecidos, quer àqueles que eram do conhecimento público –, os editores revelam de um modo exaustivo e minucioso a sobrevivência da obra desde a Idade Média, remontando a 1343, ano de que é possível datar o mais antigo testemunho.

É de louvar a redescoberta e a descrição do manuscrito A1, posteriormente eleito como base da edição para a parte em que a sobrevivência desse testemunho permite. Este manuscrito, que se encontra na Biblioteca do Palácio da Ajuda, não pôde ser usado pela edição Mattoso/Piel por deficiência de catalogação, embora já tivesse estado presente na primitiva edição de Alexandre Herculano, realizada para os *Portugaliae Monumenta Historica* de 1860. Porém, o Ms. da Ajuda não transmite o terço terminal, aproximadamente, desta obra genealógica. Deste modo, a base textual do final da presente edição teve de recair sobre a edição de Caetano de Sousa, realizada em 1739. Assim, apesar das suas reconhecidas actualizações linguísticas – e até processos de censura em partes relevantes do texto transmitido –, a edição setecentista continua a fazer valer a sua utilidade como testemunho acessório. Não deixa de ser significativo que os manuscritos mais recentemente descobertos não contribuam tão decisivamente para a fixação do texto a editar como anteriormente se poderia pensar, tanto, na opinião dos editores, pelo valor intrínseco das suas lições, como, arriscamos, pela sua total inacessibilidade, como sucedeu com os manuscritos existentes na Casa de Cadaval. Se nenhuma edição é definitiva, esta também o não será por força de razão – mas, seguramente, não por ausência de empenhado esforço por parte dos editores, que, mesmo nem sempre com sucesso, tudo fizeram para consultar todos os testemunhos disponíveis. Coroando o estudo introdutório, onde tem lugar um exaustivo exercício de colação dos vários testemunhos disponíveis, apresenta-se, na página XLVI, um *stemma codicum* onde é possível visualizar uma proposta de relacionamento recíproco dos vários testemunhos, reveladora de uma complexidade de transmissão textual que

excede, de algum modo, o que é usual encontrar-se em obras desta cronologia no espaço cultural português.

O estudo introdutório reserva ainda alguma atenção à delicada questão de saber quem terá sido o promotor desta obra genealógica, nomeadamente o «*decanus*» que é mencionado no paratexto alusivo ao ano de 1343, presente na maioria dos manuscritos. Todavia, esta questão parece ser ainda mais espinhosa do que a edição do texto crítico em si – já que é de natureza histórica e relevando do contexto e propósitos da redacção do livro –, tendo o editor elencado exaustivamente os poucos estudos que têm incidido sobre essa questão e que apontam várias possibilidades de identificação do «deão», sem ser possível adiantar argumentos decisivos para optar por um dos nomes.

De salientar, também, que a dimensão linguística das opções editoriais não parece ter tido grande peso, nem na hierarquização dos testemunhos, nem na eleição das lições específicas, encaminhando-se a opção da valorização editorial para uma vertente sobretudo semântica, quando não mesmo «referencial». Contudo, as normas editoriais utilizadas – situando-se muito perto do ponto em que o abandono dos grafemas foneticamente irrelevantes não colide com os aspectos decisivos da deriva linguística – conferem à edição um rigor editorial que a coloca à altura da tradição que a antecede.

Trará a presente edição novidades notáveis? Não será arriscado afirmar que não, nem seria de esperar algo diverso, excepto se a configuração da tradição textual tivesse sofrido alterações inesperadas. De facto, não só o texto, na sua configuração original, não parece ter pontos críticos de estrutura, como o labor de Mattoso e Piel já havia elevado a iniciativa editorial nesta área a um nível tal que dificilmente seria agora possível encontrar novidades de vulto. De salientar, contudo, a solução de alguns *loci critici* até agora indecifrados, bem como uma organização mais detalhada, e condicente com a tradição textual transmitida, observável nos títulos iniciais, especialmente no Título VI, dedicado ao ramo principal da linhagem da Maia, que tem na figura de Soeiro Mendes a referência mais notável. De notar e louvar, também, o detalhado e extenso aparato crítico, não deixando de fora nenhuma variante, mesmo quando rejeitada, o que eleva o texto editado a mais de duzentas páginas, contrastando com as cerca de cento e cinquenta da edição anterior. Ao contrário da edição Mattoso/Piel, que havia juntado num mesmo volume a edição do *Livro Velho de Linhagens* e a do *Livro do Deão*, a presente iniciativa editorial optou por consagrar um volume específico a cada uma das obras. Mas nem por isso o espaço ocupado pela edição, como vimos, se encurtou. Já o mesmo não sucede com o índice onomástico, que diminui um pouco o seu volume (102 páginas contra as 124 de edição anterior) como resultado de não acolher as referências provenientes do *Livro Velho de Linhagens*, o mesmo sucedendo nos restantes índices.

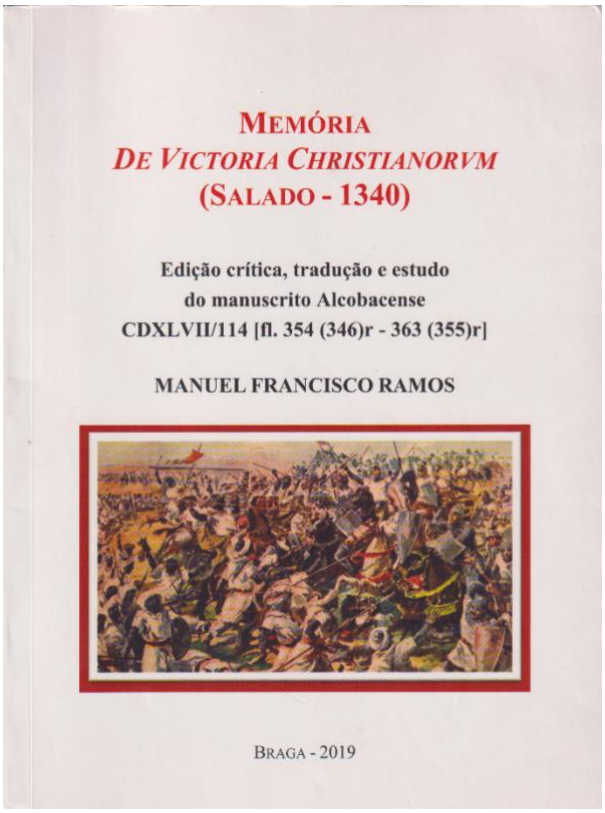
Honrando, definitivamente, a linhagem da qual descende, esta apreciável edição de Filipe Alves Moreira e João Paulo Ferreira destaca-se por trazer para o novo século este importante testemunho da história, e da escrita da história, da Idade Média portuguesa, esperando-se que muito em breve venham a juntar-se-lhe outros nobiliários medievais.

RECENSÃO

Autor:
Maria do Rosário Ferreira
rosarioferreira.fluc@gmail.com

Título:
Manuel Francisco Ramos, *Memoria de Victoria Christianorum (Salado, 1340),* Edição crítica, tradução e estudo do manuscrito Alcobacense CDXLVII/114 [fl. 354 (346)r – 363 (355)r], Braga, Gráfica Diário do Minho, 2019.

Como citar esta recensão:
Maria do Rosário Ferreira, «Recensão Crítica de Manuel Francisco Ramos, *Memoria de Victoria Christianorum (Salado, 1340),* Edição crítica, tradução e estudo do manuscrito Alcobacense CDXLVII/114 [fl. 354 (346)r – 363 (355)r], Braga, Gráfica Diário do Minho, 2019», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, vol. 6, 2021, pp. 203-208.
DOI: 10.21747/21839301/gua6r1



Manuel Francisco Ramos

***Memoria de Victoria Christianorum* (Salado, 1340)**
Edição crítica, tradução e estudo do manuscrito Alcobacense CDXLVII/114 [fl. 354 (346)r – 363 (355)r]

Braga
Gráfica Diário do Minho
2019

A 30 de Outubro de 1340, nas margens do rio Salado, escassos quilómetros a Noroeste da praça forte de Tarifa, os exércitos de Afonso XI de Castela e de Afonso IV de Portugal obtiveram uma estrondosa vitória militar sobre as tropas norte africanas e granadinas de Marinidas e Narzridas. Tradicionalmente considerado pela historiografia como a última grande batalha da chamada «Reconquista», este confronto constituiu, por outro lado, o momento culminante, e decisivo, do conflito conhecido como a «batalha do estreito», que havia décadas se desenrolava no sul da Península em torno do domínio das águas que guardavam a entrada no mediterrâneo.

As incursões de Afonso X no Sul da baía do Guadalquivir, com a conquista de territórios da fronteira granadina nas décadas de 1260 e 1270 (entre os quais o emblemático porto de Cádis), ameaçavam não só a integridade do território nazrida mas, e talvez sobretudo, a supremacia marítima muçulmana no estreito de Gibraltar, que a ofensiva castelhana fazia perigar. Esta ameaça suscitou o pedido de ajuda dos mouros peninsulares aos magrebinos, levando ao desembarque, em 1275, do sultão marinida Abu-Yusuf Yaqub no porto granadino de Algeciras.

A partir dessa cidade, Abu-Yusuf conduziu razias no território castelhano que chegaram até Sevilha e Córdova, mas cujo objectivo, mais do que o domínio do território, era salvaguardar a posse de povoações e fortificações costeiras do extremo Sul e o controlo económico e militar dos portos. Entre recontros, tréguas e alianças, o conflito arrastou-se, de forma intermitente, ao longo do último quartel do século XIII e da primeira metade do séc. XIV. A cidade portuária de Tarifa, conquistada em 1292 pelas

tropas de Sancho IV, foi durante décadas o principal obstáculo à concretização do domínio do estreito pelos Marinidas. Em 1338 começa a verificar-se o deslocamento de tropas marroquinas para a zona ainda muçulmana de Gibraltar e Algeciras, causando alguma apreensão do lado castelhano; e na Primavera de 1340, o sultão de Marrocos Abu al-Hassan, atravessa o estreito, desbarata as defesas navais cristãs, desembarca com o seu exército nas imediações de Tarifa, ataca a estratégica praça forte e põe-na sob cerco.

Perante a iminência de um revés militar de imprevisíveis consequências, Afonso XI de Castela procura realçar a sua legitimidade político-religiosa e reforçar a sua capacidade bélica. Pede apressadamente ao Papa uma bula de cruzada e tenta obter a ajuda dos outros reis cristãos peninsulares, nomeadamente de seu sogro Afonso IV de Portugal, que acede ao seu pedido. Castelhanos e Portugueses, reúnem-se junto a Tarifa a 29 de Outubro; e no dia seguinte defrontam o exército marroquino, a que entretanto se tinham juntado juntam as forças do rei de Granada, formando uma hoste impressionante.

A batalha, que ficou conhecida como de Tarifa ou do Salado, saldou-se por uma estrondosa derrota do campo muçulmano, e fez bascular definitivamente o conflito para o lado de Castela. Em 1350, à morte de Alonso I, o controlo castelhano estava estabelecido sobre toda a margem norte do Estreito, de Tarifa a Gibraltar, passando pelo central porto de Algeciras, pondo assim fim ao sonho marroquino de hegemonia no estreito.

Quaisquer que tenham sido as motivações predominantes da batalha (territoriais, religiosas, políticas ou económicas), o extraordinário triunfo cristão em Tarifa impressionou vivamente as imaginações coevas, e teve larga repercussão tanto em Castela como em Portugal e mesmo no mundo Árabe, dado origem a vários recontos da batalha, em verso e em prosa, em língua vulgar mas também em latim, que constituem preciosos testemunhos da forma como na Península, por meados do século XIV, eram entendidas as relações entre Cristãos e Mouros.

É um desses testemunhos que Manuel Francisco Ramos, Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dá a público. Trata-se de um texto latino intitulado *In Sancta et Admirabili Victoria Christianorum*, de autor anónimo (talvez um clérigo ligado à corte portuguesa), redigido provavelmente no ano de 1341 e que contém um extenso e circunstanciado relato dos acontecimentos do Salado, centrado no protagonismo do rei Afonso IV. O texto (que se perdeu no documento origina, mas sobrevive numa cópia notarial datada de 1472), tinha já sido publicado, na primeira metade do séc. XIX, por Frei Fortunato de S. Boaventura, com base num códice alcobacence, custodiado na Biblioteca Nacional. Porém, uma anotação errada por parte do editor oitocentista impedia a identificação desse códice. Com a paciência dos verdadeiros estudiosos, Manuel Ramos seguiu o rasto do texto, acabando por descobrir o códice aonde a dita cópia se encontra.

O volume, intitulado *Memória* De Victoria Christianorum *(Salado – 1340),* apresenta uma cuidada edição crítica do texto latino e a respectiva tradução, seguindo um modelo de apresentação bilingue que tende a ser pouco praticado em Portugal, mas cuja utilidade não pode deixar de ser realçada pelo acesso ao texto que proporciona a um variado leque de leitores, dos mais eruditos a simples curiosos. A edição vem acompanhada de comentários filológicos que muito esclarecem alguns aspectos menos evidentes do texto. Além disso, o autor procedeu a um minucioso estudo do relato nas suas diversas vertentes de sentido.

Desde elucidar o tipo de função memorialista da narrativa, que acompanhava originalmente a liturgia de 30 Outubro, comemorativa do Salado e celebrada durante vários séculos em muitas dioceses do Reino de Portugal e também de Espanha (à semelhança do que acontecia com a data de uma outra batalha icónica da luta contra os Mouros, as Navas de Tolosa), até proceder a um detalhado estudo histórico, literário e ideológico, que se completa com uma resenha dos testemunhos coevos da batalha (a que falta juntar o relato de Tarifa que conclui a *Crónica de 1344*, editado em Ferreira, M.R. (dir.), *De Afonso X a Afonso XI: Edição e estudo do texto castelhano dos reinados finais da 2ª redacção da Crónica de 1344*, Paris, e-Spania Books, 2015. DOI: https://doi.org/10.4000/books.esb.698), e à comparação com os textos portugueses mais próximos, pouco ficou por indagar.

Todo este inquérito foi conduzido com sabedoria e minúcia servidas por um espírito científico aberto a problemáticas éticas e a perspectivas de diferenciação cultural e identitária, chamando à colação questões como a guerra santa, a cruzada, a xenofobia e o anti-islamismo, o maravilhoso cristão e a sua instrumentalização política. O cotejo com a conhecida «Lide de Tarifa» do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro (independente do texto latino). e com o relato do Salado na *Crónica de D. Afonso IV* de Rui de Pina (que teve como fonte principal a *Victoria Christianorum*, verosimilmente por intermédio do texto perdido do reinado de Afonso IV na *Crónica de 1419*), revela diferenças fundamentais entre as narrativas.

Assim, a perspectiva de luta politico-territorial expressa no *Livro de Linhagens*, em que os mouros, apesar de reconhecidamente inimigos da fé de Cristo, são encarados como valorosos adversários que devem ser combatidos e vencidos com honra guerreira, contrapõe-se a feroz exaltação da guerra santa presente na *Victoria Christianorum*, onde os Cristãos são auxiliados pelos seus santos guerreiros, Tiago, Vicente e Jorge, enquanto os Mouros, diabolizados, são impiedosamente exterminados, sem salvaguarda sequer de mulheres ou crianças. Na mesma linha cruzadística, mas em tom algo mais moderado, o relato da *Crónica de Afonso IV* põe a tónica na legitimação politico-religiosa da figura régia, com laivos de maravilhoso cristão reminiscentes de Ourique.

Tudo isto torna esta publicação uma obra de interesse não apenas para um publico académico, mas para leitores interessados, atraídos pelas especificidades culturais desta península que, durante tantos séculos, foi palco de uma tensa convivência de povos e de crenças, cuja dinâmica se revela mais complexa do que deixa entrever o monolitismo

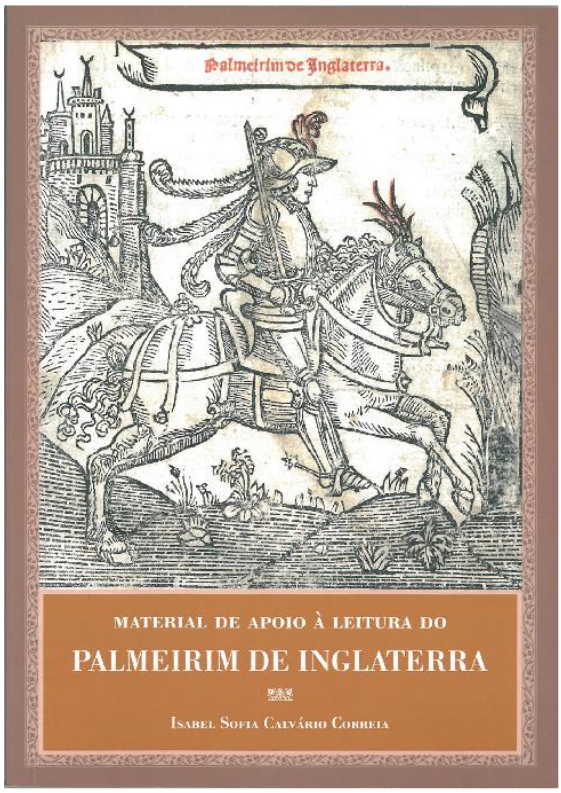
da chamada memória cultural, modelada, camada a camada, pela opinião dominante de épocas sucessivas.

RECENSÃO

Autor:
Pedro Monteiro
pedromont.94@gmail.com

Título:
Isabel Correia, *Material de Apoio à Leitura do Palmeirim de Inglaterra,* Porto, Estratégias Criativas, 2021.

Como citar esta recensão:
Pedro Monteiro, «Recensão crítica de Isabel Correia, *Material de Apoio à Leitura do Palmeirim de Inglaterra,* Porto, Estratégias Criativas, 2021»*, Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, vol. 6, 2021, pp. 209-214.
DOI: 10.21747/21839301/gua6r2



Isabel Correia

Material de Apoio à Leitura do *Palmeirim de Inglaterra*

Porto,
Estratégias Criativas
2021

Não sendo um género literário especialmente reconhecido quer entre académicos, quer entre um público mais amplo, os livros de cavalarias têm vindo a receber, nos últimos vinte anos, particular atenção da crítica especializada. Os trabalhos que, com crescente frequência, vêm revisitando e analisando, a partir de distintas perspetivas, a literatura cavaleiresca, têm tido sobretudo o objetivo de reivindicar para estas obras um espaço poético próprio dentro das histórias das literaturas nacionais, enquanto verdadeiras pedras angulares naquilo que foi o processo de evolução da narrativa ficcional desde a Idade Média até ao romance contemporâneo. É, portanto, também neste contexto que se deve enquadrar a publicação do livro que aqui se apresenta – *Material de apoio à leitura do Palmeirim de Inglaterra*, de Isabel Correia –, obra que, sem dúvida, abre caminho para uma maior difusão da matéria cavaleiresca portuguesa.

Herdeiros diretos da tradição cíclica do romance arturiano francês em prosa, foi depois da reformulação e ampliação do texto medieval do *Amadís de Gaula,* levada a cabo por Garcí Rodríguez de Montalvo, e impressa pela primeira vez por volta de 1496, talvez em Sevilha, que os livros de cavalarias, enquanto "género editorial", nas palavras de José Manuel Lucía Megías, conheceram um desenvolvimento exponencial. O primeiro livro de cavalarias escrito em português foi a *Crónica do Imperador Clarimundo*, de João de Barros, publicado em 1522, em Lisboa. A este título seguiu-se a impressão de vários textos cavaleirescos portugueses, ainda que nunca ao mesmo ritmo da imprensa

espanhola. Cerca de 1544, foi dado à estampa pela primeira vez o *Palmeirim de Inglaterra*, de Francisco de Morais. Dez anos mais tarde, os *Triunfos de Sagramor*, de Jorge Ferreira de Vasconcelos e, em 1567, o *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda*, do mesmo autor. Finalmente, os últimos dois títulos portugueses a serem impressos foram as continuações nacionais do texto de Francisco de Moraes. Em 1587 publicou-se o *Duardos de Bretanha*, de Diogo Fernandes, contendo a terceira e quarte partes do *Palmeirim de Inglaterra*, e em 1602 o *Clarisol de Bretanha*, de Baltasar Gonçalves Lobato, correspondente à quinta e sexta partes da obra de Moraes. A estes títulos há ainda a acrescentar todos aqueles que circularam apenas em versão manuscrita, como é o caso da *Crónica do Imperador Beliandro*, obra que se conserva em mais de 40 testemunhos. Estes textos, escritos ao longo do século XVI, relatam em grande medida as biografias ficcionais de extraordinários heróis cavaleiros, tendo em conta três eixos principais – amor, guerra e religião. Naturalmente, o avançar da centúria de quinhentos levou a que os novos textos incorporassem distintas temáticas e fossem sofrendo influências de outras tradições, seja da historiografia, seja da narrativa sentimental ou pastoril. Quanto ao texto de Francisco de Moraes, o único exemplar conhecido da primeira edição, impresso provavelmente em França, *c*. 1544, foi descoberto por Aurelio Vargas Díaz-Toledo na Biblioteca privada do Cigarral del Carmen, em Toledo, e não conserva o frontispício. Este texto, dedicado à infanta Dona Maria, irmã de D. João III, foi depois reimpresso em Portugal em 1567 e em 1592.

É necessário, assim, sublinhar devidamente o significado que o mais recente livro de Isabel Correia apresenta. Por um lado, este trabalho demonstra a importância da literatura cavaleiresca do renascimento português, e, por outro, significa um passo adiante na difusão do conhecimento académico sobre um género que, ainda hoje em dia, é tantas vezes mal interpretado ou simplesmente esquecido. Se para qualquer académico, especialista ou não em literatura cavaleiresca, o *Material de apoio à leitura* revela ser de extrema utilidade, para um público mais amplo torna-se indispensável, uma vez que permite um conhecimento rápido, organizado e simultaneamente profundo de uma obra que é o expoente de um género tão pouco conhecido, permitindo uma mais ampla difusão do conhecimento em torno dos livros de cavalarias portugueses.

E que melhor forma haveria de abrir as portas do conhecimento académico ao grande público, do que através de um manual de leitura dedicado àquele que é comumente considerado não só o melhor livro de cavalarias português, como um dos melhores exemplos de todo o género? Nunca é demais relembrar que o *Palmeirim de Inglaterra* foi um dos poucos textos cavaleirescos que se salvou da fogueira expurgatória num episódio do *Quijote* de Miguel de Cervantes, como, aliás, a autora relembra na introdução do livro que aqui se apresenta.

Se tudo o que se acabou de referir atesta a centralidade do *Palmeirim de Inglaterra* na literatura portuguesa de quinhentos, o facto de ser praticamente desconhecido fora do meio académico especializado é um dos pontos mais relevantes que a obra de Isabel

Correia irá, certamente, cobrir. Atente-se, por isso, com algum pormenor, na organização do *Material de apoio à leitura do Palmeirim de Inglaterra*. Apresenta-nos este livro sete partes constitutivas, de tamanho variado, mas de igual relevância. Abrindo com uma introdução ao *Palmeirim de Inglaterra* de Francisco de Moraes, a autora sintetiza com grande perícia as várias problemáticas que envolvem a obra. Partindo do debate historiográfico relativo à autoria e à primazia da versão portuguesa sobre a tradução espanhola, apresenta a autora algumas considerações sobre o tema central que marca a obra de Moraes – o amor –, sem nunca deixar de lado a mestria do escritor quinhentista na hora de criar cativantes personagens, nomeadamente o irmão do herói, Floriano do Deserto, e aquela que é a figura feminina mais destacada da obra, a controversa e fascinante Miraguarda.

À introdução, segue-se aquela que é a maior parte do trabalho: o resumo do argumento, dividido não por capítulos, mas por eixos temáticos que permitem agrupar diferentes aventuras. De seguida, encontramos um completíssimo índice de personagens da obra que conta com mais de, pasme-se, trezentas entradas. Deve explicar-se que os livros de cavalarias contam normalmente com um número vastíssimo de personagens, entre as quais se estabelecem complexas relações genealógicas, apenas comparáveis aos contemporâneos romances de Tolkien ou ao emaranhado familiar dos *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez. A completar este volume, encontra-se também um índice toponímico, um índice de elementos mágicos e um índice heráldico, o que se revela uma importante novidade face aos guias de leitura cavaleirescos espanhóis e que, além de ser de uma extrema relevância, mostra igualmente a sensibilidade de Isabel Correia para a temática cavaleiresca, apenas possível dado o seu percurso prévio e o seu profundo domínio da matéria arturiana. Este manual de apoio à leitura da obra-mestra de Francisco de Moraes termina, ainda, com uma bibliografia que, não sendo exaustiva, apresenta desde títulos clássicos a estudos recentes, centrais e indispensáveis para qualquer pessoa que queira aventurar-se pela floresta cavaleiresca dos livros de cavalarias, e do *Palmeirim de Inglaterra* em particular.

Enfim, o trabalho que apresenta Isabel Correia no *Material de apoio à leitura do Palmeirim de Inglaterra* repousa precisamente no seu domínio da ficção arturiana medieval, na extrema dedicação e seriedade científica com que foi desenvolvendo os seus estudos ao longo dos anos, e na metodologia comparatista que foi usando sempre em cada publicação, analisando fenómenos específicos sem nunca perder de vista as ligações textuais e culturais que cada narrativa estabelece com a tradição imediatamente anterior, bem como com todo o contexto histórico-cultural que naturalmente envolve o surgimento de cada obra literária. Os caminhos que a autora trilhará daqui em diante serão certamente marcados por uma frutífera mistura entre o romance arturiano em prosa, a sua receção em espaço português e o desenvolvimento dos livros de cavalarias ibéricos. Resta apenas dizer que a publicação deste guia de leitura do *Palmeirim de Inglaterra* será um destacado marco no momento atual de renascimento dos estudos em torno da literatura cavaleiresca quinhentista, ao mesmo

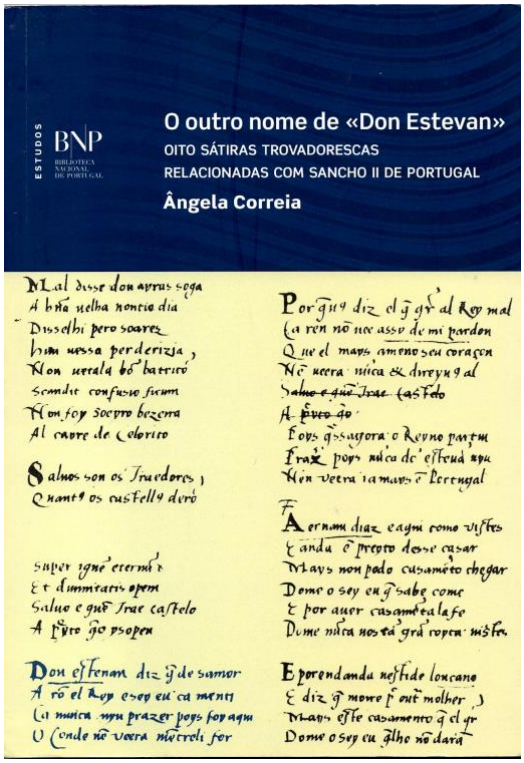
tempo que passará certamente a ser leitura obrigatória para investigadores, alunos, curiosos e todos aqueles que, pela primeira vez, deparem com o maravilhoso universo criado por Francisco de Moraes.

RECENSÃO

Autor:
Fernando Nabais
fernabais@gmail.com

Título:
Ângela Correia, *O outro nome de «Dom Estevan»: oito sátiras trovadorescas relacionadas com Sancho II de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2021.

Como citar esta recensão:
Fernando Nabais, «Recensão crítica de Ângela Correia, *O outro nome de «Dom Estevan»: oito sátiras trovadorescas relacionadas com Sancho II de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2021», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, vol. 6, 2021, pp. 215-219.
DOI: 10.21747/21839301/gua6r3



Ângela Correia

O outro nome de «Dom Estevan»: oito sátiras trovadorescas relacionadas com Sancho II de Portugal

Lisboa,
Biblioteca Nacional de Portugal
2021

Ângela Correia dedica um livro inteiro a um dos ciclos trovadorescos, neste caso, constituído por um conjunto de cantigas satíricas da lírica profana galego-portuguesa em que o visado é um «Dom Estevan». Louve-se, antes de mais, esta *sede* hermenêutica, que obriga e deverá obrigar a uma constante revisitação do *corpus* trovadoresco. Esta necessidade mantém-se e parece ser cada vez mais cultivada, entre edições críticas e estudos como o que agora comentamos.

Na Introdução, a autora anuncia a tese: o nome do visado nas cantigas esconde outro nome. Aliás, o título da obra é exactamente *O outro nome de «Don Estevan»: oito sátiras trovadorescas relacionadas com Sancho II de Portugal*. Assim, na p. 14, a investigadora já declara ao que vem: o verdadeiro nome da, por assim dizer, personagem principal é Joam Viegas de Portocarreiro, arcebispo de Braga entre 1245 e 1255.

Como o título também indica, estas sátiras, apesar de apontarem para um nome, estão relacionadas com Sancho II e com a crise de 1245-1248. Joam Viegas de Portocarreiro, tendo embora começado ao lado do rei que viria a ser considerado "inutilis", passou-se para o partido do Conde de Boulogne, o futuro Afonso III.

A tese fica apresentada, e sintetizados estão também os principais argumentos. Partindo do texto *Don Estevan, que lhi non gradecedes*, de Joam Soares Coelho, a autora afirma que o nome escolhido corresponde ao de alguém que Joam Viegas de Portocarreiro deveria imitar por ser, ele sim, um exemplo no que se refere ao comportamento na corte.

O nome escolhido pelos trovadores que participam neste ciclo, «Estêvão», seria, segundo a autora, uma referência a Estêvão Soares, que fora arcebispo de Braga entre

1213 e 1228. Este prelado terá mostrado uma série de virtudes: «capacidade diplomática e negocial, nacional e internacional, sendo um símbolo de poder, riqueza e capacidade política» (p. 12).

Ao ser renomeado, Joam Viegas de Portocarreiro passaria a ser digno do cargo. Ângela Correia chama, ainda, a atenção para a alcunha «*Torto* (meio cego)» por que era conhecido Estêvão Soares e que se adaptaria à dificuldade que Joam Viegas manifestava em compreender o que se passava à sua volta, tal como é descrito na cantiga de Joam Soares Coelho. Além disso, considera que a cantiga acima referida abre o ciclo e que, ao contrário do que acontece no «ciclo da Ama», também iniciado por Joam Soares Coelho, os trovadores participantes não irão contestar ou criticar o conteúdo do texto inaugural, antes o confirmando e reforçando.

A autora faz, ainda, uma alusão à cantiga *A lealdade da Bezerra pela Beira muit' anda*, de Airas Peres Vuitoron, considerando que o autor «qualifica precisamente Joam Viegas de Portocarreiro com o adjectivo "torto"», o que seria mais um sinal desse exercício de substituição do nome num texto pertencente a outro ciclo que também visaria o comportamento do arcebispo de Braga na disputa entre Sancho II e o irmão. De qualquer modo, parece-me que o adjectivo é usado não para qualificar o arcebispo, mas sim para classificar as acções dos alcaides.

No que resta da introdução, Ângela Correia irá apresentar uma proposta de desenvolvimento do ciclo, concluindo, na p. 20, que «no conjunto de oito cantigas satíricas que compuseram, em três tempos diferentes com três objetivos políticos diferentes, os quatro trovadores deixaram um retrato do arcebispo de Braga a que chamaram "Don Estevam" bastante consistente (…)».

Entre as pp. 23 e 130, a autora dedica-se à edição crítica e à interpretação dos textos. São mais de cem páginas de análise minuciosa de cada um dos oito poemas. A propósito da edição crítica, a nota 5 da p. 26 esclarece quais os critérios utilizados. Cada um dos textos é analisado em profundidade, convocando os saberes filológico, hermenêutico e histórico, num trabalho notável, que inclui, ainda, referências a um conjunto de muitos outros textos de diversas proveniências, que ajudam a explicar, por exemplo, o campo lexical de muitos termos utilizados nas cantigas. A autora, aliás, no último capítulo do livro, explicará essas opções metodológicas.

Depois da análise das cantigas, no capítulo «Um retrato retrata quem o fez», Ângela Correia sintetiza o trabalho feito a propósito de cada um dos cantares. No capítulo «Enquadramento histórico», são feitas referências aos três arcebispos de Braga, Estêvão Soares, Mestre Silvestre Godinho e Joam Viegas de Portocarreiro; à importância de algumas cidades na guerra civil de 1245-1248; à deposição de Sancho II; e termina com as biografias dos trovadores que participam no ciclo. Diga-se, a propósito, que este capítulo também faria sentido antes da análise das cantigas que formam o referido ciclo.

O penúltimo capítulo, «Interpretações recentes», faz a história das várias tentativas de identificar «Don Estevam», desde Carolina Michaelis até à actualidade. A

autora chama a atenção para os argumentos apresentados por Resende de Oliveira no capítulo que redigiu para a biografia de Afonso III, da autoria de Leontina Ventura. O estudioso apresenta fortes argumentos para pôr em dúvida a identificação do visado com Estêvão Anes, o chanceler de Afonso III, algo habitual nos estudos trovadorescos nos últimos cem anos.

«Algumas conclusões» é o título do último capítulo, que contém, como já se notou, preciosas indicações metodológicas no que se refere a um percurso hermenêutico claro e eficaz.

Ângela Correia, em 1996, no número 142 da *Colóquio Letras*, publicou o artigo «O outro nome da ama. Uma polémica suscitada pelo trovador Joam Soares Coelho», que mais tarde viria ser bem mais desenvolvido num livro dedicado ao mesmo tema. Nesse texto, apresentou argumentos fortes para a identificação da ama cantada pelo trovador em causa: o nome da mulher estaria mal escondido.

No presente livro, dedicado ao ciclo de «Don Estevam», fica clara a consistência da caracterização da personagem, o que é demonstrado pela análise criteriosa dos textos, reforçando a ideia de que o visado corresponde à mesma pessoa. Não me parece tão forte, no entanto, a identificação com Joam Viegas de Portocarreiro.

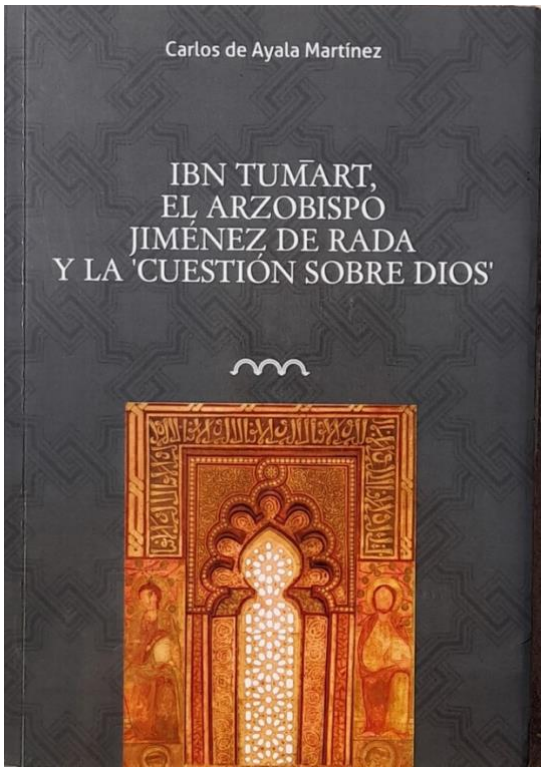
A eventual fragilidade dessa identificação, no entanto, não retira importância a uma obra que passa a constituir um momento importante na área, impondo-se como uma leitura rigorosa e desafiando, portanto, quem a queira pôr em causa, o que é fundamental. Além disso, pode e deve funcionar como mais uma convocatória para estudos deste género, porque não faltam ciclos e conjuntos de textos a necessitar de uma espécie de coragem hermenêutica para os enfrentar.

RECENSÃO

Autor:
José Carlos Ribeiro Miranda
mirandajcr.prv@gmail.com

Título:
Carlos Ayala Martinez, *Ibn Tumart, el Arzobispo Jiménez de Rada e la "cuestión sobre Dios",* Madrid, Ediciones de la Ergástula, 2017.

Como citar esta recensão:
José Carlos Ribeiro Miranda, «Recensão crítica de Carlos Ayala Martinez, *Ibn Tumart, el Arzobispo Jiménez de Rada e la "cuestión sobre Dios",* Madrid, Ediciones de la Ergástula, 2017», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, vol. 6, 2021, pp. 221-225.
DOI: 10.21747/21839301/gua6r4



Carlos Ayala Martinez

Ibn Tumart, el Arzobispo Jiménez de Rada e la "cuestión sobre Dios"

Madrid
Ediciones de la Ergástula
2017

Ao evocar a memória histórica dos almóadas, vêm-nos obrigatoriamente à ideia as campanhas militares que estes norte-africanos de cultura árabe e islâmica realizaram nos finais do século XII na Península Ibérica. Tendo como eventos maiores as batalhas de Alarcos (1195) e das Navas de Tolosa (1212), onde Afonso VIII de Castela conheceu, sucessivamente, o peso da derrota e a glória da vitória, no contexto português será de recordar também o recontro havido em Santarém – ainda em tempos de Afonso Henriques (1183), mas governando já Sancho I – entre a milícia do ocidente ibérico e as tropas chefiadas pelo Emir Jacob Ibn Yussuf. A derrota deste último não vem mencionada nos *Anais de Santa Cruz* redigidos no final do século XII, o que nos permite datá-los de um momento anterior a estes sucessos bélicos. No entanto, o crúzio que os redige tinha amplo conhecimento das posturas político-religiosas desse grupo berbere, fazendo-lhe algumas referências de natureza escatológica que não devem passar despercebidas aos estudos actuais sobre a Idade Média portuguesa e ibérica.

Na realidade, conquanto a construção narrativa bíblica não lhes fosse alheia, a designação adoptada por este grupo – «almóadas», ou «al-muwahhidun» (em transliteração para o nosso alfabeto) – significa, literalmente, «partidários da unicidade de Deus», como é sublinhado no livro de Carlos Ayala Martínez que suscita as presentes notas. O que quer dizer que, para além da acção política, que os levou a fundar um Califado, esta facção político-militar tinha fortes preocupações doutrinárias, diríamos mesmo teológico-especulativas, das quais se apercebeu um contemporâneo de peso do campo cristão, nada menos do que Rodrigo Jiménez de Rada, o futuro Arcebispo de Toledo, autor de várias obras, entre as quais se conta a célebre *Historia de Rebus Hispaniae*.

Recorde-se que, neste findar do século XII e início do século seguinte, estamos num período de enorme fecundidade no contacto entre culturas, estando em andamento, havia quase um século, um processo de tradução em larga escala para latim de obras redigidas em árabe, que eram avidamente procuradas por intelectuais provenientes de toda a Europa. Embora estas iniciativas tenham decorrido, de alguma forma, da passagem de Toledo para o lado cristão que teve lugar em 1085, por iniciativa de Afonso VI, pondo à disposição do mundo cristão bibliotecas lendárias, a multiplicação de centros de tradução na Península, ao longo do século XII, deu-se em várias geografias, das quais não é possível excluir Portugal

O centro das atenções estava, naturalmente, voltado para o pensamento grego, cujos autores haviam sido, desde cedo, traduzidos para árabe, com um impulso final dado por Abdel Rahman III, em pleno século X. E, no seio das obras traduzidas, avultava Aristóteles e todos os seus seguidores ou detractores. Mas, na realidade, esse movimento, que vem a ser designado «Escola de tradutores de Toledo», abarcou todas as disciplinas que organizavam o saber. É dentro deste variado processo que tem lugar a primeira tradução para Latim do *Alcorão*, e é no seio do grupo organizado em torno do futuro Arcebispo de Toledo que se dá a tradução de duas obras do fundador dos almóadas – Ibn Tumart –, respectivamente a *Mursida* e a *Aquida*, cuja versão latina é realizada por Marcos de Toledo, sendo a correspondente castelhana desta última fornecida pelo opúsculo de Carlos Ayala.

Surpreendente a atenção dedicada a estes tratados? De algum modo, sim, se tivermos em conta a dimensão política e activa dos Almóadas, mas perfeitamente compreensível se pensarmos que se estava no seio de um meio culto, para o qual as letras não tinham grandes segredos, sobretudo no capítulo da tendência especulativa-racionalista transmitida, globalmente, pela cultura árabe.

Alguns princípios orientam a reflexão produzida nos mencionados escritos, sendo o primeiro, em ruptura clara com a tradição judaica e também cristã, a recusa absoluta do antropomorfismo divino, ou seja, da possibilidade de comparação da divindade com o ser humano, atribuindo-lhe unicamente uma dimensão hiperbolicamente superior. Na realidade, toda a argumentação de Ibn Tumart sobre os atributos de Deus conduz a tornar a essência divina totalmente incompatível não apenas com a humana, mas também com qualquer elemento que integre a natura. Como facilmente se verifica na Aquida, 7, lida através da versão realizada pelo referido discípulo do Toledano: «Creatur autem gloriosus est primus et nouissimus, manifestus et ocultus, qui nouit omnia, primus absque princípio, nouissimus absque fine, manifestus absque definitione, ocultus absque proprietate, inuentus asolute absque sumilitudine et qualitate». Na tradução realizada para castelhano pode ler-se: «y el creador es el alfa y la ómega, lo evidente y lo oculto; lo sabe todo; es el primero sin comienzo y el último sin fin, lo evidente sin delimitación y lo oculto sin particularización, lo que existe de una manera absoluta, sin comparación ni modalidad».

Sabemos que o mundo cristão dificilmente poderia partilhar concepções que negavam possibilidade de a divindade se repartir por várias pessoas. Mas também é manifesto que a argumentação que sustentava a abordagem cristã não estava ainda suficientemente consolidada. O pensamento agostiniano manifestava-se exíguo, do ponto de vista racional-argumentativo, para se opor às ousadas exigências que surgiam de todo o lado quanto a temas centrais, como a fundamentação da Trindade. Perspectivas radicais, como o adopcionismo, embora já vetustas e condenadas por Papas, concílios, bulas e uma parenética enraizada, não deixavam de emergir ainda no século XII, tornando o ambiente incerto e polémico, o mesmo se podendo afirmar relativamente às modalidades da «escatologia histórica», que induziam expectativas muito diferenciadas quanto à vivência no mundo cristão. Nestas condições, é irrealista pensar que a intelectualidade cristã permaneceria insensível à maré de especulação lógica que emergia de todos os lados nessa Hispânia em grande efervescência intelectual, marcada por figuras intelectuais como Averróis, que traziam consigo um saber filosófico, não apenas lógico-especulativo, que representava o mais adiantado pensamento humano dos últimos milénios.

O livro de Carlos Ayala Martínez vem abrir aos estudos actuais mais uma pequena porta, deixando pendente uma questão fundamental: para que fins se destinavam as traduções dos tratados de Ibn Tumart? Unicamente para conhecer as armas teóricas dos inimigos e melhor os contestar – argumento que surge repetidamente em vários lugares, quando estão em causa obras oriundas do campo cultural árabe –, ou para alimentar mais ainda o campo da incerteza, enriquecendo o debate no campo cristão sobre a transcendência divina? O caminho estava aberto e não era possível trilhá-lo sem conhecer os mais recentes contributos para a «cuestión sobre Dios». Mais do que uma afirmação conclusiva sobre tal questão, o presente opúsculo pretende abrir a porta aos inevitáveis inquéritos futuros sobre esta e outras matérias de teor similar.